

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS



CAUÊ VIEIRA CAMPOS

Conflitos trabalhistas nas obras do PAC:  
o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte

Campinas  
2016

Cauê Vieira Campos

**CONFLITOS TRABALHISTAS NAS OBRAS DO PAC: O CASO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DE  
JIRAU, SANTO ANTÔNIO E BELO MONTE**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

*Supervisor/Orientador:* Profa. Dra. Andreia Galvão

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO CAUÊ VIEIRA CAMPOS, E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. ANDREIA GALVÃO.



---

CAMPINAS

2016

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** Não se aplica.

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

C157c Campos, Cauê, 1990-  
Conflitos trabalhistas nas obras do PAC : o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte / Cauê Vieira Campos. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Andréia Galvão.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programa de Aceleração do Crescimento (Brasil). 2. Sindicalismo. 3. Construção civil. 4. Usinas hidrelétricas. 5. Greves e lockouts. I. Galvão, Andréia, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Labor conflicts in the PAC's building : the case of the hydroelectric plants of Jirau, Santo Antônio and Belo Monte

**Palavras-chave em inglês:**

Trade unionism

Construction

Hydroelectric plants

Strikes and lockouts

**Área de concentração:** Ciência Política

**Titulação:** Mestre em Ciência Política

**Banca examinadora:**

Andréia Galvão [Orientador]

Armando Boito Junior

José Dari Krein

**Data de defesa:** 29-03-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Ciência Política



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalho de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 29 de Março de 2016, considerou o candidato Cauê Vieira Campos aprovado.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréia Galvão

Prof. Dr. Armando Boito Junior

Prof. Dr. José Darin Krain

Prof. Dr. Ricardo Luis Coltro Antunes – Suplente

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira - Suplente

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

A Dirceu Travesso, o Didi, o  
imprescindível de Brecht  
Sua vida dedicada à emancipação da classe  
trabalhadora e à construção do socialismo é  
a prova de que é possível e nosso dever  
fazer um sindicalismo revolucionário.

## CIDADÃO

Tá vendo aquele edifício moço?

Ajudei a levantar

Foi um tempo de aflição

Eram quatro condução

Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto

Olho pra cima e fico tonto

Mas me chega um cidadão

E me diz desconfiado, tu tá aí admirado

Ou tá querendo roubar?

Meu domingo tá perdido

Vou pra casa entristecido

Dá vontade de beber

E pra aumentar o meu tédio

Eu nem posso olhar pro prédio

Que eu ajudei a fazer

Zé Geraldo

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, acredito que não possa ser diferente, agradeço aos meus pais, Vera Lúcia e Luiz Arnaldo, pelo apoio incontestável ao longo de todos estes anos de formação. Mesmo com a escolha de uma área de difícil realização profissional, nunca me faltou apoio vindo destes dois, sem o qual nenhum de meus projetos seriam possíveis. Nenhum agradecimento poderia dizer minha gratidão a vocês. Ainda que não tenham acompanhado a conclusão desse processo, não posso deixar de agradecer as minhas avós, Tide e Jacyra, duas mulheres, trabalhadoras e sobreviventes, mesmo sem saber resistiram à todas as mazelas do capitalismo e permitiram que cada um de nós chegássemos até aqui.

Agradeço também a Andréia Galvão não só pela orientação tão bem feita, mas pelo apoio e dedicação ao longo de um processo que já vêm desde a Iniciação Científica. Andréia sempre soube como dizer aquilo que precisávamos, desde a cobrança até o incentivo nos momentos de difíceis dúvidas.

Agradeço ao Professor Ruy Braga pela participação em minha banca de qualificação com contribuições fundamentais que procurei incorporar ao meu trabalho. Também sou grato ao Professor José Dari Krain pela participação na banca de defesa de dissertação. Devo deixar agradecimento especial ao Professor Armando Boito Junior pela participação nas bancas de qualificação e de defesa de dissertação, mas também pelo debate sempre fraterno realizados nas diversas disciplinas na graduação e pós-graduação.

Agradeço aos colegas do Projeto Temático FAPESP “Políticas e classes no capitalismo neoliberal”, em especial aos membros do grupo de estudo de Movimentos Sociais Brasileiros (MOB), por compartilharmos angústias, críticas, contribuições e debates ao longo destes anos, na difícil tarefa de interpretar as relações de classe no recente período neoliberal. Devo agradecer ao Projeto Temático FAPESP também por ser fundamental para a viabilização material da execução desta pesquisa.

Agradeço ao DIEESE e todos seus trabalhadores, em especial ao Rodrigo Linhares, do Sistema de Acompanhamento de Greves, por sempre ser tão solícito às minhas demandas por informações.

Agradeço aos funcionários das secretárias de Graduação e Pós-Graduação, da biblioteca e Laboratório de Informática do IFCH, só com o trabalho e dedicação deles que conseguimos realizar nossas pesquisas.

Agradeço a todos os amigos que fiz ao longo da minha estadia na universidade, quando podemos dividir discussões acalouradas e cervejas geladas. Sempre soube que não é uma tarefa nada fácil me aguentar, por isso, procuro cuidar muito bem daqueles que assim fizeram. Muito obrigado, Camila Góes e Isa Meucci por dividirem a tarefa de fazer Ciência

Política marxista no deserto pós-moderno da CS08. Lari Nigro, Thais Lassali, Thiago Falcão e Lucy Andrade pela amizade e por me aceitarem na casa de vocês. Marcão, eu te odeio, mas já são 8 anos de amizade e camaradagem, deve significar alguma coisa. A todos os colegas da turma de mestrado de 2013.

Agradeço aos amigos da vida, ou de uma vida, Pedro, Matheus, Jelther e Lia. Vocês com certeza fazem parte deste trabalho. Mais do que ninguém, vocês me aguentaram e permitiram que eu chegasse até aqui, dividindo em uma mesa de bar todas as questões existenciais possíveis.

Agradeço aqueles que dividem um programa e um sonho de um mundo livre da exploração capitalista. Em especial aos companheiros do PSTU-Pará que sempre me receberam com os braços abertos, uma cumbuca de tacacá e uma cachaça de jambu. Não posso deixar de citar nominamente aqueles que me acolheram em suas casas, Moenah, Andréa, Rian e Erica.

À Victoria, minha companheira, temos a sorte de buscar compartilhar uma vida e compartilharmos o sonho, obrigado por me lembrar que é possível ser feliz e amar em um mundo tão cheio de sofrimento. Quero ser tão importante pra você quanto você é para mim.

Por fim, agradeço a todos os trabalhadores, em especial, aos “peões-de-trecho”, este é um resultado de um trabalho para vocês, que possa ajudar na tarefa histórica que temos. Nada disso seria possível e necessário sem uma fé inabalável na capacidade de transformação da classe trabalhadora.



## **RESUMO**

A partir do segundo mandato de Lula, aplica-se no Brasil o Programa de Aceleração do Crescimento, o qual criou em todo o país diversos grandes projetos da construção civil. Dentre as principais estavam as construções das UHE de Jirau, Santo Antônio em Rondônia e Belo Monte no Pará. Estas obras foram marcadas por greves dos operários que a realizavam, principalmente nos anos de 2011 e 2012, e estas se caracterizaram por acontecerem por fora do sindicato oficial, de forma espontânea, e por recorrerem a um repertório violento, com destruição e incêndio de máquinas e estruturas dos canteiros de obras. Assim, ao longo desta pesquisa tivemos por objetivo entender como estes processos aconteceram e o que motivou os trabalhadores a se mobilizarem da forma como fizeram. Para isso, recorremos a um esforço de aproximação de instrumentos teóricos fornecidos pela Teoria do Processo Político, de Sidney Tarrow, e a produção marxista “clássica”, com o intento de compreender estes eventos tão ímpares. Para isso, buscamos traçar o perfil do trabalhador destas obras, que chamamos de “peões-de-trecho”, e as condições que influenciam no processo de decisão sobre a deflagração da greve, debatemos o regime de trabalho a qual são submetidos, e o cenário econômico e o sindical enfrentados por eles ao se mobilizarem. Além disso, realizamos um debate acerca da influência da estrutura sindical brasileira sobre estes operários, a qual entendemos como um “sindicalismo de Estado”. A partir disso, discutimos o repertório que é adotado por estes trabalhadores, as causas e consequências de se utilizarem de táticas violentas. E por fim, podemos perceber que devido ao cenário econômico aberto pelo PAC com diversas obras pelo país e a manutenção das condições de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras, não restaram alternativas aos trabalhadores do que a mobilização. Contudo, devido a estrutura sindical e a presença de sindicatos completamente afastados dos trabalhadores, estes foram obrigados a se organizarem completamente a revelia da direção sindical oficial, o que, aliado a ausência de indivíduos com experiências anteriores em movimentos, os levaram a adotarem um repertório espontâneo, e algumas vezes recorrerem a violência. Percebemos também, que estes operários alcançaram um saldo econômico satisfatório, contudo, no campo organizativo-político ainda não se percebe uma transformação fundamental. Mas o próprio ato de fazer greves sobre essas condições já é uma grande vitória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sindicalismo; Construção Civil; PAC; UHE Belo Monte; UHE Jirau; UHE Santo Antonio

## **ABSTRACT**

From the second Lula mandate applies in Brazil "Programa de Aceleração do Crescimento"(PAC), which created across the country several construction's large projects. Among the main were buildings of UHE Jirau, Santo Antonio in Rondônia and Belo Monte in Pará. These buildings were marked by strikes of workers that executed, mainly in the years 2011 and 2012, and these were characterized by occur outside the official union, spontaneously, and resort to a violent repertoire, with breaks and fire machines and structures of construction sites. Thus, throughout this research we aim to understand how these processes occurred and what motivated the workers to mobilize the way they did. For this, we turn to an approximation effort theoretical tools provided by Political Process Theory, by Sidney Tarrow, and the "classic" marxist production with the intent to understand these events. For this, we seek to profile the work of these buildings, which we call "peões-de-trecho", and the conditions that influence the decision on the outbreak of the strike process, we discussed the factory regimes which they are submitted, and the economic scenario and the union faced by them to mobilize. In addition, we held a debate about the influence of the Brazilian union structure of these workers, which we understand as a "Sindicalismo de Estado". From this, we discuss the repertoire that is adopted by these workers, the causes and consequences of using violent tactics. Finally, we realize that due to the open economic scenario by the PAC with several works the country and the maintenance of working conditions, wages and living in construction sites, not remaining alternatives to workers than mobilization. However, due to union structure and the presence of trade unions completely away from the workers, they were forced to completely organize the default of the official trade union leadership, which, coupled with the absence of individuals with previous experience in movements led them to adopt a repertoire spontaneous, and sometimes resort to violence. We also realize that these workers reached a satisfactory economic balance, however, the organizational-political field yet to realize a fundamental transformation. But the very act of making strikes on these conditions is already a great victory.

**KEYWORDS:** Unionism; Construction; PAC; UHE Belo Monte; UHE Jirau; UHE Santo Antonio

## **SUMÁRIO**

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>16</b>  |
| Objeto.....  | 17         |
| Histórico das obras.....   | 19         |
| O canteiro de um grande projeto.....   | 29         |
| O PAC.....   | 33         |
| Objetivos e hipóteses.....   | 36         |
| Metodologia.....   | 37         |
| <br>   |            |
| <b>1. INSTRUMENTAL TEÓRICO.....</b>  | <b>47</b>  |
| 1.1 Dimensões do confronto político.....   | 50         |
| 1.2 O conceito de greves selvagens.....  | 55         |
| 1.3 A espontaneidade nas greves metalúrgicas de 1978 no ABC.....   | 61         |
| 1.4 Movimentos quebradistas.....   | 65         |
| 1.5 Questões sobre o repertório.....   | 69         |
| 1.6 Conclusão.....   | 73         |
| <br>   |            |
| <b>2. AS CONDIÇÕES PARA AS MOBILIZAÇÕES NAS USINAS<br/>HIDRELÉTRICAS DE JIRAU, SANTO ANTONIO E BELO MONTE.....</b> | <b>76</b>  |
| 2.1 Quem é o “peão-de-trecho”?.....  | 77         |
| 2.2 Trabalho: a volta do despotismo fabril.....  | 87         |
| 2.3 O cenário econômico nos governos petistas.....   | 100        |
| 2.4 O cenário sindical brasileiro.....   | 120        |
| 2.5 O sindicalismo no setor da construção em tempos de PAC.....  | 132        |
| 2.6 Conclusão.....   | 141        |
| <br>   |            |
| <b>3. AS GREVES E SEU REPERTÓRIO.....</b>  | <b>143</b> |
| 3.1 Greves e greves com rebelião .....   | 143        |
| 3.2 Estrutura sindical como elemento desorganizador da classe trabalhadora.....                                    | 151        |
| 3.3 A adoção do repertório.....  | 168        |
| 3.4 Conclusão.....   | 177        |
| <br>   |            |
| <b>4. CONCLUSÃO.....</b>   | <b>182</b> |
| <br>   |            |
| <b>Anexos.....</b>   | <b>193</b> |
| <b>Referências bibliográficas.....</b>   | <b>197</b> |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 1:</b> Quadro-resumo de informações das Usinas Hidrelétricas.....  | 30  |
| <b>Tabela 2:</b> Dez maiores obras do PAC.....   | 36  |
| <b>Tabela 3:</b> Distribuição dos trabalhadores por idade nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio.....                          | 78  |
| <b>Tabela 4:</b> Distribuição dos trabalhadores dos trabalhadores por escolaridade nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio..... | 84  |
| <b>Tabela 5:</b> Valor do Salário Mínimo e Porcentagem de Aumento – Brasil (1995-2015).....  | 108 |
| <b>Tabela 6:</b> Centrais sindicais por Entidades Sindicais filiadas (%).....  | 127 |
| <b>Tabela 7:</b> Total de greves no setor industrial e no setor da construção - Brasil (2007-2013).....  | 133 |
| <b>Tabela 8:</b> Greves na Construção por Grupos de Motivos - Brasil, de 2007 a 2013.....  | 136 |
| <b>Tabela 9:</b> Greves por Grupos de Motivos - Brasil, de 2007 a 2013.....  | 136 |
| <b>Tabela 10:</b> Resultados das greves - Brasil, de 2007 a 2013.....  | 137 |
| <b>Tabela 11:</b> Resultados das greves na construção civil - Brasil - 2007 – 2013.....  | 137 |
| <b>Tabela 12:</b> Distribuição dos reajustes salariais na Construção e Mobiliário em comparação com o INPC-IBGE – Brasil, 2008-2012.....       | 139 |
| <b>Tabela 13:</b> Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2008-2015.....                                    | 140 |
| <b>Tabela 14:</b> Quadro-resumo dos confrontos.....  | 151 |
| <b>Tabela 15:</b> Motivo de filiação – UHE de Belo Monte.....  | 156 |

## **LISTA DE IMAGENS**

|   |    |
|---|----|
| <b>Imagem 1:</b> Usinas Hidrelétricas do projeto original do Complexo Hidrelétrico do Xingu.....  | 22 |
| <b>Imagem 2:</b> Área de alagamento original – UHE de Kararaô.....                                | 23 |
| <b>Imagem 3:</b> Área de alagamento total – UHE Belo Monte.....                                   | 23 |
| <b>Imagem 4:</b> Estruturas da UHE de Belo Monte.....   | 25 |
| <b>Imagem 5:</b> Sobreposição da estrutura da UHE de Santo Antonio às margens do Rio Madeira..... | 27 |
| <b>Imagem 6:</b> Sobreposição da estrutura da UHE de Jirau as margens do Rio Madeira....          | 28 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |     |
|--|-----|
| <b>Gráfico 1:</b> Estados de origem dos operários da UHE de Belo Monte.....  | 79  |
| <b>Gráfico 2:</b> Estados de origem dos operários das UHE de Jirau e Santo Antonio.....  | 79  |
| <b>Gráfico 3:</b> Respostas a questão "Já havia trabalhado em obras de grande porte?" - UHE Belo Monte – Em números absolutos.....               | 81  |
| <b>Gráfico 4:</b> Respostas a questão "Já havia trabalhado em obras de grande porte?" - UHE de Jirau e Santo Antonio – Em números absolutos..... | 82  |
| <b>Gráfico 5:</b> Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio.....               | 96  |
| <b>Gráfico 6:</b> Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho segundo os salários nas obras das UHE de Belo Monte.....                  | 96  |
| <b>Gráfico 7:</b> Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho segundo os salários nas obras das UHE de Jirau e Santo Antonio.....       | 97  |
| <b>Gráfico 8:</b> Resposta à questão: “Como avalia as estruturas das obras?”- UHE de Jirau e Santo Antonio.....                                  | 99  |
| <b>Gráfico 9:</b> Resposta à questão: “Como avalia as estruturas das obras?”- UHE de Belo Monte.....   | 99  |
| <b>Gráfico 10:</b> PIB-Brasil (1990-2014) em Bilhões de US\$.....  | 104 |
| <b>Gráfico 11:</b> PIB Argentina, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, México e Rússia (1990-2014) em Bilhões de US\$.....                       | 105 |
| <b>Gráfico 12:</b> Saldo Primário – Brasil (2002-2014).....  | 106 |
| <b>Gráfico 13:</b> Inflação anual pelo IPCA-IBGE – Brasil (1995-2015).....   | 107 |
| <b>Gráfico 14:</b> Porcentagem de aumento do valor do Salário Mínimo – Brasil (1996-2015).....   | 108 |
| <b>Gráfico 15:</b> Saldo de Emprego Formal – Brasil (2003-2015).....   | 109 |
| <b>Gráfico 16:</b> Índice de Desemprego Médio – Brasil (1994-2014).....  | 109 |
| <b>Gráfico 17:</b> Distribuição dos empregos criados a partir da faixa salarial.....   | 110 |
| <b>Gráfico 18:</b> Orçamento Geral da União 2014.....  | 112 |
| <b>Gráfico 19:</b> Orçamento Geral da União 2015.....  | 113 |
| <b>Gráfico 20:</b> Qual a sua avaliação do governo Lula? - Operários de Belo Monte.....  | 114 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Gráfico 21:</b> Qual a sua avaliação do governo Lula? - Operários das UHE Jirau e Santo Antônio.....                            | 115 |
| <b>Gráfico 22:</b> Qual a sua avaliação do governo Lula? – Total.....  | 115 |
| <b>Gráfico 23:</b> Qual a sua avaliação do governo Dilma? - Operários de Belo Monte.....   | 116 |
| <b>Gráfico 24:</b> Qual a sua avaliação do governo Dilma? - Operários das UHE Jirau e Santo Antônio.....                           | 116 |
| <b>Gráfico 25:</b> Qual a sua avaliação do governo Dilma? – Total.....   | 117 |
| <b>Gráfico 26:</b> Greves - Brasil (2004 -2013).....   | 124 |
| <b>Gráfico 27:</b> Trabalhadores x horas paradas no setor da construção - Brasil (2007-2013).....                                  | 134 |
| <b>Gráfico 28:</b> Caráter das Reivindicações das Greves na Construção - Brasil, 2007 a 2012.....                                  | 135 |
| <b>Gráfico 29:</b> Aumento real médio no setor da Construção e na Indústria - Brasil, 2008-2015.....                               | 140 |
| <b>Gráfico 30:</b> Resposta à questão: “Já havia participado de algum outro movimento social?” – UHE de Belo Monte.....            | 144 |
| <b>Gráfico 31:</b> Resposta à questão: “Já havia participado de algum outro movimento social?” – UHE de Jirau e Santo Antonio..... | 145 |
| <b>Gráfico 32:</b> É filiado ao sindicato? - UHE Belo Monte.....   | 156 |
| <b>Gráfico 33:</b> É filiado ao sindicato?-UHE de Jirau e Santo Antonio.....   | 157 |
| <b>Gráfico 34:</b> Avaliação do SINTRAPAV-PA - UHE de Belo Monte.....  | 166 |
| <b>Gráfico 35:</b> Avaliação da atuação do STICCERO - UHE de Jirau e Santo Antonio...  | 167 |
| <b>Gráfico 36:</b> Respostas a pergunta: "Considera certo fazer greve na obra?" - UHE de Jirau e Santo Antonio.....                | 169 |
| <b>Gráfico 37:</b> Resposta a pergunta: "Considera certo fazer greve na obra?" - UHE de Belo Monte.....                            | 170 |
| <b>Gráfico 38:</b> Salário Mensal ACT- UHE Santo Antonio e Jirau.....  | 172 |
| <b>Gráfico 39:</b> Comparação Reajuste Salarial e IPCA – UHE Santo Antonio e Jirau.....  | 173 |
| <b>Gráfico 40:</b> Salário Mensal ACT – UHE Belo Monte.....  | 173 |

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa surge em 2012, quando observamos a eclosão de greves e mobilizações de operários da construção civil por todo o país. Faziam greve os trabalhadores do setor da construção de Fortaleza, Belém, das Usinas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, das obras dos estádios para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, de SUAPE, do COMPERJ. Enfim, o Brasil foi atacado por um “tsunami de peão”<sup>1</sup>, chamando a atenção de todos, a “peãozada” tomava os noticiários de assalto, como poucas vezes havia acontecido no país.

Este fenômeno tinha algumas características que nos chamaram atenção: primeiramente, era impossível desconectar estas mobilizações das obras do PAC, pois em sua maioria as obras afetadas pelas greves faziam parte do programa federal. Segundo, muitas delas aconteceram à revelia da direção sindical oficial, com casos de direções serem contrárias às mobilizações. Por último, por algumas vezes, os operários adotaram táticas violentas, com a destruição de máquinas, incêndios de alojamentos, almoxarifados e outras estruturas dos canteiros.

Somando a isso tínhamos, até então, pouca produção nas ciências sociais acerca das mobilizações da construção. Enquanto outras categorias como metalúrgicos e petroleiros são exaustivamente estudadas na Sociologia e na Ciência Política, as greves dos trabalhadores da construção civil tinham poucos trabalhos; alguns poucos na área remontavam à época da construção de Brasília (RIBEIRO, 2008 e SOUSA, 1983). Com a entrada em cena destes operários esta situação parece ter começado a se reverter, dando origem a trabalhos sobre as mobilizações na construção (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013 e 2014).

Portanto, tínhamos uma oportunidade histórica de pesquisa. Um objeto de pesquisa pouco estudado, com elementos marcantes que suscitam mais interesse e inquietações. Faltava-nos delimitar esse objeto de pesquisa, afinal não teríamos condições de pesquisar todas as mobilizações da construção civil em um período recente no tempo de um mestrado. Assim, buscamos um caso que nos permitisse estabelecer uma relação com o cenário político mais geral, tanto do setor, quanto da conjuntura nacional. Em um primeiro momento, este nos pareceu ser as greves que aconteciam nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mas logo percebemos que seria impossível, e mesmo incorreto, tratar apenas de Belo Monte. Tanto no cenário econômico e político

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos trabalhadores da construção de Fortaleza para tratar de suas mobilizações.



nacional, quanto para as mobilizações, as obras das UHE de Jirau e Santo Antonio estavam intimamente ligadas à obra no Rio Xingu. Assim, a nosso ver, para explicar o que acontecia em Belo Monte, era preciso explicar o que acontecia no Complexo do Rio Madeira<sup>2</sup>, e, mais, para se iniciar um processo de entendimento do que acontecia no setor da construção civil era preciso explicar conjuntamente as greves de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte.

Delimitado o objeto, elaboramos algumas questões que precisavam ser respondidas. Por que estes operários se mobilizavam? Por que o faziam por fora do sindicato? Por que recorriam a repertórios violentos? Qual era a relação destes operários com os governos petistas, de Lula e Dilma? Estas eram algumas das perguntas iniciais da pesquisa.

Contudo, os mesmos elementos que deixavam o objeto de pesquisa interessante nos traziam dificuldades: a escassa literatura sobre o assunto nos dava a impressão de estar sempre “inventando a roda”; aquilo que tornava o objeto fora da ordem, como ser por fora do sindicato, com episódios de violência também nos trazia dificuldades de buscar novas ferramentas e enfoques teóricos para a análise. Além disso, os acontecimentos eram extremamente recentes, ocorrendo inclusive em um período (ao longo do ano de 2013) em que já havíamos iniciado a pesquisa. Por fim, nosso objeto de pesquisa apresentou-se maior do que esperávamos, tendo se registrado nove confrontos nas três obras entre 2009-2013, como explicitaremos a seguir.

### **Objeto**

Esta dissertação trata das greves realizadas pelos operários da construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no estado de Rondônia, e de Belo Monte, no Pará, no período de 2009 a 2013. Estas obras fazem parte do Programa de Aceleração de Crescimento do governo federal, que abordaremos em seguida, assim como também abordaremos o histórico destas obras.

Neste período, contabilizamos nove greves, sendo cinco nas obras da UHE de Belo Monte e quatro nas obras de Jirau e Santo Antonio; dentre as greves no rio Madeira (RO), todas aconteceram simultaneamente em ambas obras, em duas delas a mobilização se iniciou na UHE de Jirau e depois expandiu-se pra Santo Antonio.<sup>3</sup> Em três dessas nove greves houve destruição de estruturas e instalações dos canteiros de obras. Em sua maioria as greves eclodiram por fora da estrutura sindical, sendo que seis

---

<sup>2</sup> Como se chamou por um período as UHE de Jirau e Santo Antonio.

<sup>3</sup> Ver Quadro-resumo na página 151

aconteceram à revelia da direção oficial do sindicato, possuindo direções surgidas no próprio movimento; no caso da greve de Abril de 2013 em Belo Monte, o movimento contou com o apoio e direção externo à obra e à representação oficial, por parte do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Mobiliário de Belém e da CSP-Conlutas.

Desta forma, nas obras de construção da UHE de Belo Monte houve uma greve em novembro de 2011, já em 2012 e 2013 aconteceram duas por ano, a primeira de cada ano em março e abril, e a segunda em dezembro. Já nas obras de Jirau e Santo Antonio a primeira greve, em 2009, aconteceu em setembro, e a partir de 2011 todas se deram nos meses de março e abril de cada ano. É interessante notar que as obras na cidade de Porto Velho se dão no período de data-base<sup>4</sup> da categoria, e em Belo Monte acontecem tanto na data-base da própria categoria, como no período de data-base das obras de Jirau e Santo Antonio; o que sugere uma conexão entre os movimentos grevistas.

Os trabalhadores destas obras são representados sindicalmente através de seus sindicatos constituídos e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O sindicato oficial das obras de Belo Monte é o SINTRAPAV-PA, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada do Estado do Pará, filiado à Força Sindical, que se origina com a mobilização dos trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí durante a década de 80 e início dos anos 1990, mas apenas consolida-se como sindicato oficial da categoria em cidades da região de Tucuruí-PA em Outubro de 1998. Em 2005, ocorre a expansão da base de representação da categoria para todo o estado do Pará. A filiação a uma central diz muito sobre as características políticas e organizativas de um sindicato, desta forma, é preciso lembrar que a FS surgiu no início da década de 1990 com uma perspectiva de oposição ao sindicalismo combativo aplicado pelo CUT até então, adotando um tipo de sindicalismo caracterizado como de parceria, no qual busca uma conciliação nas relações capital-trabalho<sup>5</sup>.

Já os trabalhadores da construção do estado de Rondônia são representados pelo STICCERO, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT é bastante estudada mas, resumidamente, destacamos seu surgimento com o “novo sindicalismo”,

---

<sup>4</sup>No Brasil, data-base é o período do ano em que patrões e empregados se reúnem para repactuar os termos dos seus contratos coletivos de trabalho. As datas-base são consagradas em lei e podem variar conforme a categoria profissional.

<sup>5</sup>Para mais detalhes sobre a formação da Força Sindical e sua caracterização, conferir TRÓPIA (2009).

enfrentando o “peleguismo” que hegemonizava o sindicalismo brasileiro até então, e com a reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo nos anos 1990 e com a chegada do PT no governo federal em 2002, essa central passou a realizar um sindicalismo mais conciliador, menos combativo, o que se chamou de “sindicalismo cidadão”<sup>6</sup>. A origem do STICCERO causa divergência nos sindicalistas e não há literatura sobre o assunto, mas pelo que podemos perceber até 2009 era um “sindicato de gaveta”, somente após sofrer intervenção da Justiça do Trabalho a partir de solicitação de trabalhadores das obras da UHE de Jirau é que ele passou a atuar de fato, aumentando o número de filiados, buscando representar os trabalhadores em negociações e realizando assistências e atividades com os associados.

### **Histórico das obras**

O potencial hídrico da Bacia Amazônica é de notoriedade nacional e boa parte deste potencial é utilizado na geração de energia; assim, os rios que formam essa bacia são cortados por dezenas de hidrelétricas, de todos os tamanhos. Somente no estado Pará, além da UHE de Belo Monte, tem-se a UHE de Tucuruí, no Rio Tocantins, com potencial de produção de 8.370 MW, sendo a maior hidrelétrica concluída completamente brasileira, e a UHE de Curuá-una, em rio homônimo, em Santarém, com produção de 30,3 MW. Em Rondônia, hoje já se tem concluída a UHE de Samuel, no rio Jamari afluente do rio Madeira, e a UHE Rondon II, no Rio Comemoração, com capacidade de geração de 73,5 MW. E no Amazonas na cidade Presidente Figueiredo encontra-se a Usina de Balbina, provavelmente o maior desastre ambiental brasileiro provocado por uma usina<sup>7</sup>, no Rio Uatumã, com capacidade de produção de 275 MW.

Se compararmos com outras regiões do país, como a região do Rio Paraná, pode-se imaginar que a capacidade hídrica da Bacia Amazônica esteja sendo sub-aproveitada, afinal não são muitos os empreendimentos nos afluentes do Rio Amazonas. Isto se deve, principalmente, a dois fatores: primeiro, as usinas na região amazônica possuem maior capacidade geradora que outras, assim que estiverem concluídas as UHE estudadas neste trabalho, quatro das 10 maiores UHE do país estarão na Amazônia. A região da

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre a CUT, conferir GALVÃO (2003 e 2006).

<sup>7</sup> O impacto socioambiental desta UHE se dá por uma conjunção de fatores decorrentes de erros na análise da viabilidade técnica da obra; o Rio Uatumã é um rio pequeno, de baixa vazão, o que faz com que o custo da produção de energia seja elevado, e está em uma região praticamente plana, fazendo com que a área alagada seja desproporcional à produção de energia.

Fonte: <http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/balbina.htm> - Acessada 14/10/2015

Bacia do Rio Amazonas é marcada pelo terreno plano e até então não se havia tecnologia suficiente para fazer empreendimentos viáveis de usinas hidrelétricas, pois exigiriam uma área de alagamento muito grande. Com o desenvolvimento das chamadas turbinas de tipo Bulbo se permitiu ampliar o aproveitamento da capacidade hídrica da região amazônica. Este tipo de turbina aproveita a velocidade natural do rio, possibilitando a geração de energia a “fio d’água”, o que faz com que todo o volume de água que chegue à barragem corra para o outro lado, sem a necessidade de construção de reservatórios. Nas três usinas estudadas aqui se utilizará esse tipo de turbina. Em Belo Monte se usa as turbinas de tipo Francis na casa de força principal, que exige a existência de reservatórios.

Contudo, hoje já existem projetos avançados para aproveitamento hidrelétrico da região, assim, além de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio, já estão projetadas as usinas hidrelétricas de: São Luiz do Tapajós, Jatobá. Cachoeira dos Patos, Marabá, Kamanxim, no Pará; Tabajara em Rondônia; Ferreira Gomes (em execução), Cachoeira Caldeirão no Amapá.

Dada a magnitude das usinas, a realização de um projeto como esses produz impactos socioambientais, por isso, a implementação desses projetos é rodeada por conflitos, controvérsias e oposição. Não é à toa que o existe no Brasil um movimento forte e nacionalmente estruturado de luta de resistências às barragens, como é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Assim, todas as obras acima citadas, como as que estudamos nesta pesquisa, são marcadas pela resistência popular contra a sua implementação, no caso da UHE de Jirau e Santo Antonio, esta resistência é organizada através do MAB, já em Belo Monte, principalmente, pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, além da própria estrutura social das comunidades indígenas. A principal reivindicação desses movimentos é pela não execução das obras, devido aos impactos ambientais e humanos nas comunidades afetadas, havendo críticas ao modelo desenvolvimento implementado e à relação “custo-benefício” das obras, tanto financeiro quanto humano.

Neste sentido, é interessante ressaltar o que nota Ribeiro (1991) ao analisar os grandes projetos: a justificativa dos governos para realização destas obras é, na sua maioria, a necessidade energética para o desenvolvimento industrial do país, além do desenvolvimento regional das áreas afetadas. Contudo, não se discute se este é o único

modelo de desenvolvimento possível ou mesmo se este é o desenvolvimento que se deseja, tanto para o país, quanto para as regiões.

Pensemos em um exemplo fictício de uma cidade com menos de 100 mil habitantes no meio da Amazônia, com baixa industrialização, marcada pela economia de subsistência e ainda com presença de escambo, cercada por comunidades indígenas e ribeirinhas, com traços culturais distintos da capital do estado ou do centro econômico do país e altamente presentes em seus moradores. Portanto, dificilmente poderíamos considerá-la integrada ao modo de vida ocidental capitalista. Contudo, ao se implementar um grande projeto, por exemplo, de uma usina hidrelétrica, toda essa cidade será forçada a “desenvolver-se” nos moldes do desenvolvimento que foi feito no centro do capitalismo brasileiro, com todas suas contradições e mazelas. Sem ao menos se questionar sobre se é aquilo que a população almeja, ou se existem alternativas, meios melhores, ou ao menos diferentes. E ainda, todo esse “desenvolvimento” se dará em nome da produção de energia para regiões distantes e completamente diferentes da realidade local.

#### *UHE de Belo Monte*

Essas considerações nos permitem entender porque toda a história da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é marcada pela resistência à implementação da usina na região. Os primeiros estudos para implementação da usina datam de 1979 quando, a pedido da Ditadura Militar, conclui-se o primeiro Estudo de Inventário do Rio Xingu, que visava estabelecer a viabilidade técnica, econômica e ambiental para realização do Complexo Hidrelétrico do Xingu, conjunto de barragens e usinas por toda a Volta Grande do Xingu que poderia suprir a necessidade energética do país, evitando a temida energia nuclear. Na época, Belo Monte se chamava Kararaô, e iria alagar uma área superior à atual e afetar ainda mais ribeirinhos e indígenas. Contudo, o recém surgido movimento ambientalista une-se às comunidades afetadas, principalmente, indígenas no combate a este projeto, assim, personalidades como Sting e mesmo Lula e o PT, posicionam-se ao lado de índios como Paulinho Paiakã contrariamente aos projetos de barragens no Rio Xingu no fim da década de 1980 e início da década de 1990, fazendo com que houvesse uma mobilização internacional contra Kararaô. Essa resistência e a falta de dinheiro para implementação do projeto fazem com que este seja deixado de lado.

Contudo, a “Crise do Apagão” de energia vivenciada pelo país no fim do mandato de FHC fez com que o projeto de aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu e outros rios fosse recolocado em discussão novamente. Agora, quem fazia esta discussão era exatamente Lula e o PT. Entre os maiores entusiastas da obra estava a então Ministra de Minas e Energia e futura presidente, Dilma Rousseff. Assim, em reunião de Lula com seus ministros, em 2006, para discutir a execução de Belo Monte Dilma se colocou no lado oposto de Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, que liderava os opositoristas ao projeto. Dilma Rousseff e aqueles a favor do empreendimento convenceram Lula, o que deu início ao rompimento de Marina Silva com o governo e o PT.

No projeto inicial, todo o complexo teria capacidade de produção de 20000 MW, ou seja, 50% a mais que a UHE de Itaipu, e teria 18 mil km<sup>2</sup> alagados, atingindo mais de 7 mil índios. Com a reformulação do projeto de Belo Monte concretizada em 2006, se teria apenas 500 km<sup>2</sup> alagados produzindo 11233 MW, contudo, em média se produziria apenas 4418 MW e provocaria a seca de boa parte da Volta Grande durante determinados períodos dos anos.

O Conselho Nacional de Política Energética aprovou a implementação do projeto reformulado da UHE de Belo Monte com a condição de que fosse a única usina no Rio Xingu. Esta foi uma resposta à preocupação das comunidades afetadas por esses empreendimentos de que, dada a baixa viabilidade de Belo Monte nos momentos de baixa vazão do rio, novas obras fossem executadas para compensar os danos e gastos. Ainda não é uma preocupação abandonada por aqueles que se opõem à obra.

**Imagem 1:** Usinas Hidrelétricas do projeto original do Complexo Hidrelétrico do Xingu



Fonte: Norte Energia S.A.: <http://blogbelomonte.com.br/2011/11/25/apresentacao-usina-belo-monte/> -

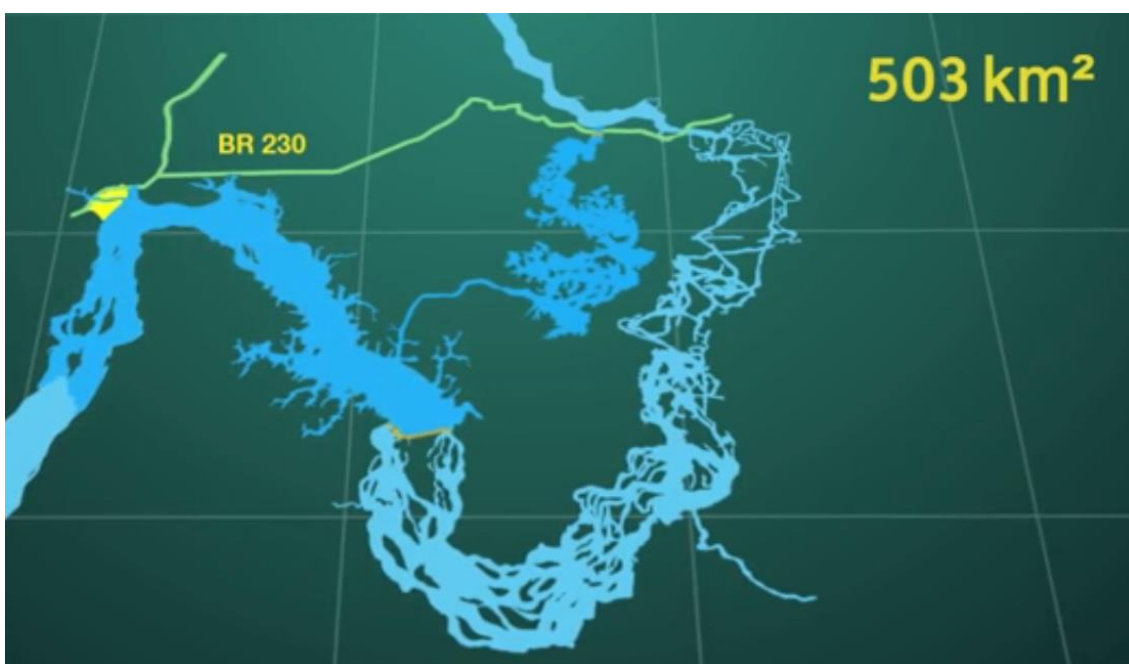
Acessado em 14/01/2016

**Imagem 2:** Área de alagamento original – UHE de Kararaô



Fonte: Norte Energia S.A.: <http://blogbelomonte.com.br/2011/11/25/apresentacao-usina-belo-monte/> - Acessado em 14/01/2016

**Imagem 3:** Área de alagamento total – UHE Belo Monte<sup>8</sup>



Fonte: Norte Energia S.A.: <http://blogbelomonte.com.br/2011/11/25/apresentacao-usina-belo-monte/> - Acessado em 14/01/2016

Assim, inicia-se o processo de estudo e aprovação para iniciação da instalação da usina. Segundo a Resolução do CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986<sup>9</sup>, todo

<sup>8</sup> Deve se notar a área que o rio se tornará mais seco do que no seu percurso originário, na Imagem 3

<sup>9</sup> Esta necessidade se deve principalmente após a percepção dos impactos da construção da Usina de Balbina (AM), já mencionado aqui. Para mais informações, Cf.:

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>

empreendimento com impacto ambiental, como a construção de uma usina hidrelétrica, precisa da realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), os quais devem ser aprovados pelo órgão estadual competente e pelo IBAMA, suplementar e nacionalmente. Este documento, conhecido como EIA-RIMA, deve analisar e concluir sobre a viabilidade social e ambiental do empreendimento. Na maioria das vezes, já se sabendo da grandiosidade dos impactos, ao se elaborar o EIA-RIMA já se prevê um conjunto de condicionantes que tem por objetivo mitigar os danos socioambientais. O EIA-RIMA da UHE de Belo Monte, elaborado pela Eletrobrás, empresa proprietária da obra, foi fonte de grandes conflitos: apresentado em Fevereiro de 2009, só foi aprovado pelo IBAMA um ano depois. A FUNAI, Fundação Nacional do Índio, órgão responsável pelo amparo aos indígenas, em ofício ao IBAMA autorizou a execução da obra, mesmo reconhecendo que o EIA-RIMA não responde suficientemente os impactos nas comunidades indígenas.

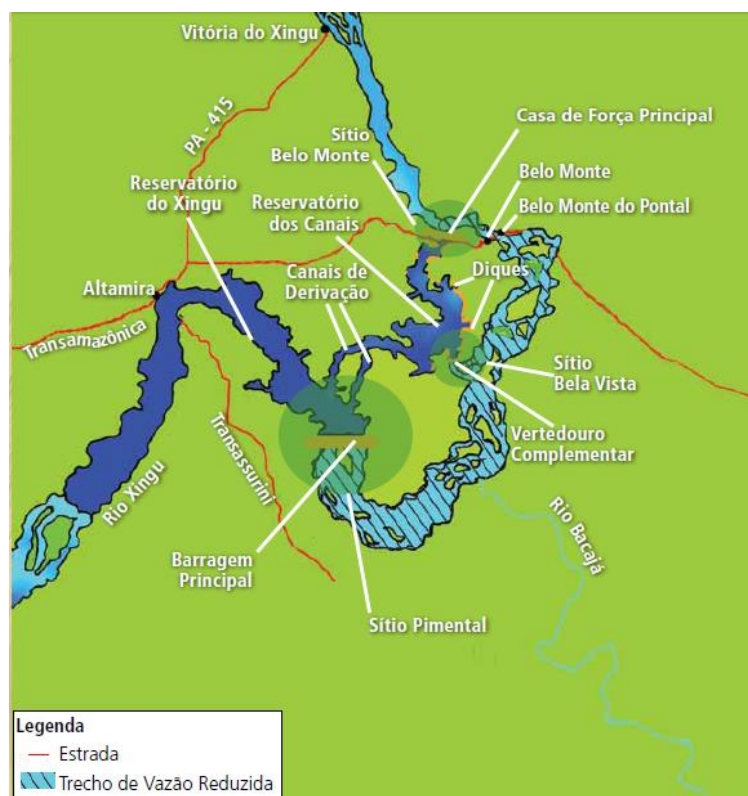
Com a aprovação, abre-se o processo de leilão da concessão de operação da Usina de Belo Monte. Duas construtoras lideram os grupos que disputariam o leilão, de um lado Andrade Gutierrez e, de outro, Odebrecht, que semanas antes do leilão desiste da disputa por considerá-lo inviável, os custos estimados pelo governo encontravam-se em torno de R\$20 bilhões, e a construtora orçava em R\$ 30 bilhões, valor atingido hoje. Assim, através da intervenção do governo, cria-se um novo grupo capitaneado por estatais do grupo Eletrobrás, fundos de pensão e pequenas construtoras, assim chamada, Norte Energia S.A.<sup>10</sup>. Após suspensão pela justiça, o leilão acontece em 20 de Abril de 2010, com vitória da Norte Energia S.A., com deságio de 6%, dois pontos superior ao oferecido pelo grupo liderado pela Andrade Gutierrez

---

<sup>10</sup> A construtora Queiroz Galvão participou do leilão, mas se retirou do grupo semanas depois, por alegar não ter garantia da participação da Eletrobrás no processo.



**Imagem 4:** Estruturas da UHE de Belo Monte



Fonte: EIA-RIMA UHE Belo Monte - <https://www.eletronbras.com/elb/main.asp?View={46763BB8-3B05-432F-A206-C8F93CC3BA90}&BrowserType=IE&LangID=pt-br> – Acessado em 15/01/2016

A partir disso, é liberado a Licença de Instalação (LI) que permite o início das obras para execução do projeto, e a Norte Energia contrata o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) para execução das obras civis e, posteriormente, o Consórcio Montador de Belo Monte (CMBM), para a montagem do maquinário da usina. É importante frisar que a partir desse momento, os movimentos de resistência à obra perdem força, e após o início da obra, alguns passam a reivindicar melhorias nas condicionantes.

Para que o início do represamento do rio seja permitido e que as turbinas prontas comecem a funcionar o IBAMA deve conceder a Licença de Operação. . O início de operação está previsto para março de 2016<sup>11</sup>.

### *UHE de Santo Antonio*

As controvérsias relativas à construção da UHE de Belo Monte são superiores às de Santo Antonio e Jirau. A cobertura dessas obras é menor, o que dificulta nosso

<sup>11</sup> Para maiores informações sobre o histórico da obra da Usina de Belo Monte, acessar: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/index.html> e <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>

acesso ao histórico de sua construção. Contudo, é importante lembrar que a história da cidade de Porto Velho e do Estado de Rondônia é marcada por grandes empreendimentos: a cidade tem origem com a realização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no início do século XX. Além disso, para suprir energeticamente a região foram construídas as UTE Termonorte I e II, e, buscando integrar o oeste brasileiro ao centro econômico do país, foram realizadas as obras da BR-364, a qual liga a cidade de Limeira (SP) à Cruzeiro do Sul (AC). Ademais, boa parte da economia rondoniense, principalmente a partir da criação da BR-364, foi sustentada pela exploração rural e mineral, através do ouro, cassiterita e outras pedras preciosas. Portanto, podemos perceber a forte presença de grandes empreendimentos na região de Porto Velho desde seu surgimento, o que conjuntamente com a baixa densidade demográfica da Amazônia brasileira, fez com que o fluxo migratório fosse constante e recente (TEIXEIRA e FONSECA, 2002). Como percebemos em nossa pesquisa de campo, a cidade de Porto Velho se caracteriza pela confluência de traços culturais de diversas regiões do país e mesmo estrangeiras; o que nos pode fazer supor uma maior aceitação de grandes projetos e do fluxo migratório que os acompanha.

Mesmo assim, há resistência às obras das usinas hidrelétricas no estado de Rondônia desde a UHE de Samuel. Esta resistência é feita, principalmente, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que realizou manifestações nas principais ruas de Porto Velho, ocupações de prédios públicos e das entradas das obras de Jirau e Santo Antonio. Hoje, se organizam através dos acampamentos dos desabrigados e remanejados devido às obras.

A discussão sobre a implementação de usinas hidrelétricas no Rio Madeira se inicia também com a "Crise do Apagão" de 2001. As empresas Furnas e Odebrecht fazem o Estudo de Inventário do Rio Madeira, aprovado pela ANEEL em 2002. Nele se relatava a oportunidade de construção de duas usinas, uma na cachoeira de Santo Antonio, a 12 km de Porto Velho, e outra no distrito de Mutum-Paraná, a de Jirau, a 100 km da cidade. Nos anos seguintes, as mesmas empresas realizam o Estudo de Viabilidade, que deveria mensurar a condições para a realização dos empreendimentos.

Assim, em 2005, o IBAMA e a ANEEL aprovam o EIA-RIMA das duas usinas Hidrelétricas, Jirau e Santo Antonio. Com a Licença Previa (LP) concedida pelo IBAMA em 2007, o leilão de concessão de operação de Santo Antonio ocorre em 10 de dezembro daquele ano, sendo vencido pelo Consórcio Madeira Energia, que depois

passa a se chamar Santo Antonio Energia. Os acionistas desse consórcio são Odebrecht, Andrade Gutierrez, CEMIG, Furnas Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP) - formado pelos bancos Banif e Santander. O deságio oferecido foi de 35% em relação ao preço inicial (R\$122,00 MW/h) fornecido pela ANEEL, oferecendo o preço de R\$ 78,90MW/h.

O projeto de construção da Usina de Hidreletrica de Santo Antonio prevê um investimento total de R\$ 19,5 bilhões de reais, com capacidade geradora de 3568MW, com média de 2424 MW. Seu reservatório será de 421,56 km<sup>2</sup>, sendo que 142 km<sup>2</sup> são da calha natural do Rio Madeira. A UHE contará com 50 turbinas do tipo Bulbo.

Em agosto de 2008 o IBAMA concede a Licença de Instalação e permite que a Santo Antonio Energia S.A. contrate o Consórcio Construtor Santo Antonio (CCSA), liderado pela Odebrecht, além do Consórcio Santo Antonio Civil (Odebrecht e Andrade Gutierrez) e o Grupo Industrial do Complexo do Rio Madeira. A construção da UHE se iniciou em setembro de 2008, recebendo a Licença de Operação três anos depois, com mais de 50% da obra concluída. A operação comercial se inicia em março de 2012, com 9 turbinas já funcionando. A previsão é que a obra esteja concluída em novembro de 2016, totalizando as 50 turbinas.<sup>12</sup>

**Imagem 5:** Sobreposição da estrutura da UHE de Santo Antonio às margens do Rio Madeira



Fonte: Santo Antonio Energia –<http://www.santoantonioenergia.com.br/imprensa> Acessado em 15/01/2016

<sup>12</sup> Para maiores informações <http://www.santoantonioenergia.com.br>

### *UHE de Jirau*

Até o processo de Licença Previa para a instalação das obras, todo o trâmite da obra da UHE de Santo Antonio acontece conjuntamente com a de Jirau. Somente a partir do leilão é que passa a existir diferenciação. Assim, em 19 de maio de 2008, realiza-se o leilão de concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Jirau, vencido pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil, contendo como sócio majoritário o GDF Suez Energy, grupo transnacional francês do ramo de energia, além da Camargo Corrêa, Eletrosul e CHESF<sup>13</sup>, oferecendo um deságio de 22% em relação ao preço inicial, derrotando o grupo formado pela Odebrecht, Andrade Gutierrez, CEMIG e outros<sup>14</sup>.

Jirau terá capacidade geradora instalada de 3750MW e garantia física de 2184,6 MW médios, em um reservatório de 361,6 km<sup>2</sup>. Também serão 50 turbinas de tipo Bulbo.

#### **Imagem 6:** Sobreposição da estrutura da UHE de Jirau as margens do Rio Madeira



Fonte: Energia Sustentável do Brasil – Acessado em 15/01/2016

<http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/imprensa/videos?page=2>

<sup>13</sup> Atualmente o grupo se chama, Engie.

<sup>14</sup> Grupo vencedor em Santo Antonio.

Desta forma, em 2009, o IBAMA concede a Licença de Instalação e pode se iniciar a implantação de Jirau, a ESBR contrata a construtora Camargo Correa para a execução das obras. Começa a se discutir uma mudança no projeto original de Jirau, e em 2011 todos os órgãos competentes aprovam a ampliação de 44 para 50 unidades geradoras de energia (turbinas), passando a capacidade instalada de 3300MW para 3750 MW. Com isso, no ano seguinte se inicia a instalação das Linhas de Transmissão de energia que ligarão Jirau ao Sistema Integrado Nacional. Em outubro de 2012 o IBAMA disponibiliza a Licença de Operação e um ano depois tem início a geração comercial da primeira turbina de Jirau. Atualmente, a UHE de Jirau já a terceira maior geradora de energia do país, atrás apenas de Itaipu e Tucuruí<sup>15,16</sup>.

### **O canteiro de um grande projeto**

Ao analisarmos a eclosões de greves e rebeliões operárias nas obras da construção civil, é preciso considerar as situações e condições as quais os operários são submetidos no canteiro de obras. Principalmente, se pensarmos que em nosso caso tratamos de grandes projetos, ou seja, nos quais os operários realizam vivências distintas daquelas de obras habitacionais. Por isso, é necessário que compreendamos a vida nos canteiros de obra, a estratificação dos trabalhadores, as relações hierárquicas no seu interior e as relações de trabalho às quais os operários são submetidos.

Primeiramente, precisamos tratar da definição de um grande projeto e da organização social e produtiva no canteiro de obra. Para isso, utilizaremos principalmente a elaboração de Gustavo Lins Ribeiro, em *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro* (1991) e as contribuições adjacentes ao assunto de José Lauro Thomé (1999). Ribeiro cunhou este termo em sua dissertação de mestrado sobre a construção de Brasília e o refinou na obra acima citada. A partir deste conceito, Thomé vai analisar execução de um grande projeto na região amazônica através do caso desastroso da Usina de Balbina (AM), o que traz elementos para analisarmos também as obras aqui estudadas como grandes projetos na região amazônica.

---

<sup>15</sup> Fonte: Acessado em 15/01/2016

[http://static.energiasustentaveldobrasil.com.br.s3.amazonaws.com/uploads/document/file/999/UHE\\_JIRAU\\_FOI\\_A\\_TERCEIRA\\_MAIOR\\_GERADORA\\_DE\\_ENERGIA\\_EM\\_2015.pdf](http://static.energiasustentaveldobrasil.com.br.s3.amazonaws.com/uploads/document/file/999/UHE_JIRAU_FOI_A_TERCEIRA_MAIOR_GERADORA_DE_ENERGIA_EM_2015.pdf)

<sup>16</sup> Para maiores informações sobre o histórico da UHE de Jirau, acessar

<http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/> e [https://www.cemig.com.br/pt-br/A\\_Cemig\\_e\\_o\\_Futuro/sustentabilidade/nossos\\_programas/ambientais/Documents/RIMA%202014%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Impacto%20Ambiental.pdf](https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Documents/RIMA%202014%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Impacto%20Ambiental.pdf)

**Tabela 1:** Quadro-resumo de informações das Usinas Hidrelétricas

| Informações                       | UHE de Belo Monte  | UHE de Santo Antonio  | UHE de Jirau  |
|-----------------------------------|--|---|---|
| Localização                       | Volta Grande do Xingu - Vitória do Xingu (PA)  | Cachoeira de Santo Antonio - Porto Velho (RO)                           | Distrito de Nova Mutum Paraná - Porto Velho (RO)          |
| Início das obras                  | Fevereiro de 2011  | Setembro de 2008  | Julho de 2009   |
| Previsão de conclusão             | Janeiro de 2019  | Novembro de 2016  | Setembro de 2016  |
| Início de operação                | Março de 2016  | Março de 2012   | Setembro de 2013  |
| Custo aproximado (R\$)            | R\$ 30 bilhões   | R\$ 19,5 Bilhões  | R\$ 13 Bilhões  |
| Concessionária                    | Norte Energia S.A.   | Santo Antonio Energia S.A.  | Energia Sustentável do Brasil                             |
| Acionistas da Concessionária      | Elektrobras 49,98%; Petros 10%; FUNCEF 10%; Neoenergia 10%; Cemig e Light 9,77%; Vale/CEMIG 9%; Sinobras 1%; J. Malucelli 0,25%                        | FURNAS 39%; CEMIG 10%; Andrade Guierrez 12,4%; ODEBRECHT 18,6%; FIP 20% | SUEZ 50,1%; ELETROSUL 20%; CHESF 20%; Camargo Corrêa 9,9% |
| Construtora                       | Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM)  | Consórcio Construtor de Santo Antonio Civil (CSAC)                      | Camargo Corrêa  |
| Acionistas da Construtora         | Andrade Gutierrez 18%; Odebrecht 16%; Camargo Corrêa 16%; Queiroz Galvão 11,5%; OAS 11,5%; Contern 10%; Galvão; Serveng 3%; J.Maluçelli 2%; Cetenco 2% | Andrade Gutierrez e Odebrecht   | Empresa única   |
| Capacidade Geradora Instalada     | 11233 MW   | 3568MW  | 3750MW  |
| Capacidade Geradora Média         | 4418 MW  | 2424 MW   | 2184,6 MW   |
| Número de turbinas                | 18 turbinas de tipo Francis e 6 turbinas de tipo Bulbo   | 50 turbinas de tipo Bulbo   | 50 turbinas de tipo Bulbo                                 |
| Área de reservatório              | 503 km²  | 421,56 km²  | 361,6 km²   |
| Média de Trabalhadores envolvidos | 24 mil   | 13 mil  | 13 mil  |
| Pico de Trabalhadores envolvidos  | 40 mil   | 20 mil  | 20 mil  |

Sucintamente, um grande projeto é a execução de uma grande obra de construção de estruturas e infraestruturas, como usinas, aeroportos, estradas etc. Trata-se de uma empreitada na qual grandes massas de capital e trabalhadores locomovem-se para o interior do país. Centralmente, existem três características básicas em todo grande projeto, segundo Ribeiro (1991): seu gigantismo, seu isolamento geográfico e sua temporalidade.

Estas três características são percebidas nas obras aqui estudadas e tantas outras do PAC; o gigantismo é percebido através dos números das obras, como o número de empregados envolvidos nos projetos, as áreas inundadas nos reservatórios das usinas, os valores gastos na execução. Por exemplo, para instalação da UHE de Belo Monte foi construída a maior usina de concreto do Brasil com fornecimento exclusivo para a execução da obra. Assim, as empresas envolvidas nesses projetos são aquelas muito grandes e com experiências anteriores em outras obras dessa magnitude, as conhecidas como megaconstrutoras. O gigantismo desse tipo de obra impacta em todos os setores da indústria da construção com demandas específicas, mas também na indústria siderúrgica, com a necessidade da realização das bobinas, e elétrica, com as linhas de transmissão de energia.

O isolamento geográfico também é característico destas obras, ainda que as três usinas fiquem a poucos quilômetros de centros urbanos consolidados, como Altamira e Porto Velho<sup>17</sup>. A sua magnitude e o fato de serem instaladas no meio da floresta amazônica fazem com que o isolamento seja uma característica considerável da obra, principalmente se considerarmos a distância dos grandes centros urbanos que concentram a maioria da classe trabalhadora do país, do capital, e de seus administradores. A principal consequência do isolamento é que a obra torna-se relativamente independente das cidades-sedes, como se vivessem sozinhas no meio da floresta. Portanto, para os trabalhadores o canteiro de obras torna-se local de moradia, alimentação, lazer, descanso e socialização, sendo possível não haver contato com o mundo exterior. Como analisaremos mais para frente, esta situação traz elementos para entender o desencadeamento das greves e rebeliões.

Por fim, é característica dos grandes projetos sua temporalidade, ou seja, estas grandes obras são como lapsos temporais. Ao longo da história são muitos os exemplos de grandes projetos, mas não são constantes nacional e muito menos regionalmente. É

---

<sup>17</sup> UHE Santo Antonio – 12 Km de Porto Velho. UHE Jirau – 100 KM de Porto Velho. Na UHE Belo Monte, a distância dos diversos canteiros varia por volta de 100km de Altamira.

possível percebemos “ondas” de grandes projetos nacionalmente, mas uma mesma região é afetada apenas uma ou pouca vezes por uma obra de grandes magnitudes. Tanto para as empresas construtoras, quanto para os trabalhadores empregados, os grandes projetos são momentos extraordinários. No que se refere às empresas, porque significam seu ingresso no seleto hall das mega-construtoras; no que se refere aos trabalhadores, por ser sua chance de “fazer o pé-de-meia”. Mas também para o Estado os grandes projetos possuem uma relativa temporalidade, afinal estes empreendimentos de tamanha magnitude possuem objetivos explícitos, muitas vezes mais políticos do que econômicos, que servem para justificar sua realização. Assim, constrói-se Brasília porque precisamos de uma capital e porque é necessário integrar o país; constrói-se a Usina de Itaipu, porque o Brasil precisa de energia para crescer; realiza-se o PAC com a justificativa de que precisamos “quebrar” os gargalos econômicos para completar a modernização do país. Segundo Ribeiro (1991), para além de motivações mais políticas do que econômicas, a decisão de se realizar um grande projeto é marcada pela legitimidade sustentada por ideias de desenvolvimento nacional e regional. Geralmente impera uma concepção de que o desenvolvimento industrial é inevitável e o crescimento econômico é um movimento linear.

Os grandes projetos sempre provocam questionamentos sobre a necessidade daqueles gastos e resistências diante dos impactos ambientais e sociais, afinal se altera consideravelmente a geografia do lugar. Há, ainda, especificidades nos grandes projetos aplicados na floresta amazônica. Tomemos, por exemplo, o caso da Usina Hidrelétrica de Balbina no Amazonas, considerado um dos maiores desastres da construção civil brasileira, com elevado impacto ambiental e social, principalmente pela área de alagamento desproporcional à produção energética (Thomé, 1999). As três obras estudadas neste trabalho passaram por polêmicas acerca dos impactos, principalmente ambientais, que poderiam causar; movimentos como o MAB e Xingu Vivo atuaram constantemente contrários às obras, como mencionamos.

#### *Acampamento*

Em sua obra sobre a construção de Brasília, Ribeiro (2008) dedica elevada atenção à análise dos acampamentos, principalmente por entender que este é um mecanismo utilizado pelas construtoras para ampliar a exploração e o controle sobre o trabalhador. Para isso, se utiliza da elaboração de Erving Goffman (1974) sobre instituições totais, aquelas “estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais



adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais” (GOFFMAN, 1974, p. 145). As instituições totais controlam quase a totalidade do tempo do “recluso” e possuem barreiras ao mundo externo, por exemplo, manicômios, conventos, quartéis, e também, os acampamentos de canteiros de grandes projetos.

A partir disso, Ribeiro percebe os acampamentos dos grandes projetos da construção civil como instituição total, afinal, os operários estão ali reclusos devidos à distância de centros urbanos e com o nítido e único objetivo do trabalho na obra. Todas as funções de produção e reprodução da força de trabalho são realizadas no próprio canteiro, desde o descanso, o lazer, a alimentação, e em Belo Monte há até agências bancárias nos canteiros. Desta forma, aparentemente não há necessidade dos trabalhadores saírem do canteiro, além de ser dificultada a saída, afinal são poucos os ônibus que fazem o transporte para a “cidade” e em poucos horários.

Como os grandes projetos requerem milhares de trabalhadores, mas localizam-se em desertos demográficos, os acampamentos se tornam necessários para o acesso da força de trabalho às obras. Contudo, o alojamento de todos os trabalhadores em um mesmo lugar, o controle sobre o período de alimentação e o que se faz no período de descanso, permite à gerência da obra um controle completo sobre a vida dos trabalhadores. Por exemplo, é expressamente proibida a visita de pessoas estranhas aos alojamentos, mesmo de um condomínio para outro é necessária autorização, é proibido o transporte e o consumo de bebidas alcoólicas nos canteiros, ou seja, controla-se completamente o trabalhador fora do trabalho para se assegurar de que no dia seguinte ele estará disponível ao trabalho.

Portanto, a vigilância constante é pré-requisito das instituições totais. Nos relatos de Ribeiro, esta ocorre por segurança patrimonial contratada. Já nas obras do PAC aqui estudadas, além da segurança patrimonial terceirizada, ainda há a vigilância constante dos soldados da Força de Segurança Nacional. Devido à esta constante vigilância, foi recorrente em nossas conversas com os operários os relatos de que o canteiro de obra parecia uma prisão, algo também percebido por Ribeiro (2008). Isto se agrava pela presença constante de soldados armados da FSN, fazendo ronda e interpelando os operários.

A maioria dos trabalhadores envolvidos nas obras mora nos acampamentos, mas há aqueles que não o fazem. Os trabalhadores administrativos, em sua maioria, são

moradores da cidade e lá continuam morando, sendo levados todos os dias para o canteiro. Já os funcionários do alto escalão das empresas moram em vilas construídas com este objetivo e próximas aos canteiros, mas possuem carros particulares cedidos pelas empresas e se locomovem autonomamente para a obra. Para estes é possível a transferência da família para estas vilas, o que não ocorre com o restante.

Além do sentimento de confinamento e constante vigilância, uma das principais reclamações dos operários é sobre a alimentação, sobre a qualidade das refeições, a falta de gosto da comida e até algumas vezes sobre a procedência e a validade dos alimentos. Mesmo que seja impossível comparar uma cozinha industrial com a caseira, isto ocasiona diversas reclamações contra os consórcios.

Se percebermos que o confinamento dos trabalhadores em acampamentos lhes causa sentimentos adversos, como a sensação de vigilância constante, o aumento do controle e da exploração e desgaste, é possível entendermos que, ao se rebelarem de forma violenta, os primeiros e principais alvos são exatamente os locais de produção e reprodução dessas condições. Isto é, alojamentos, refeitórios e almoxarifados. Ou seja, mesmo tomados por um ímpeto coletivo violento há certa racionalidade em seus ataques, sendo uma expressão da situação de opressão e exploração exacerbada à qual são submetidos nos canteiros de obras.

## **O PAC**

As obras que estudamos ao longo desta pesquisa fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, lançado pelo então Presidente Lula em Janeiro de 2007, dias após tomar posse de seu segundo mandato. Mesmo após 8 anos de lançamento, não há consenso na literatura acerca da análise deste programa e das mudanças por ele promovidas. Por exemplo, para a maioria daqueles que defendem a ideia de que viveríamos, ao menos até 2014, um período neodesenvolvimentista<sup>18</sup>, o programa é exatamente o ponto de transformação da ordem neoliberal para outra em que o Estado torna-se o indutor da economia. Porém, há autores como Paulani (2008) que afirmam que, na verdade, o PAC não constitui uma virada substancial na política econômica predominantemente neoliberal que se aplicava até 2007, por permanecer na defesa da “estabilidade macroeconômica” e não conseguir romper com o processo de financeirização da economia.

---

<sup>18</sup> Para maiores informações sobre a tese do “novo desenvolvimentismo”, cf. CASTELO, 2012

Não é nosso objetivo fazer uma análise do PAC e de seu papel na promoção de um novo modelo de desenvolvimento, mas trazer alguns dados que possam nos ajudar a compreender o que foi este programa e como as obras que estudamos nele se inserem. Como já dito, Lula lançou o programa em 28 de janeiro de 2007, quando se previa um investimento total de R\$619 bilhões até 2010<sup>19</sup>. Segundo o governo federal, com a “casa arrumada” no primeiro mandato, a partir de 2007 seria o momento de se retomar os investimentos, públicos e privados, para se “*construir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento do Brasil*”(Comitê Gestor do PAC, 2010, p.3). Portanto, fica claro que para o governo o objetivo principal do PAC seria quebrar os gargalos estruturais que impediriam o desenvolvimento do país, desta forma, deveria se investir em estradas, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas e termoelétricas, no petróleo e em infraestruturas para a população. Devemos perceber que a decisão pela aplicação desse programa ancora-se em um momento externamente mais favorável ao desenvolvimento industrial brasileiro; então até 2008 a economia mundial crescia, principalmente, puxada pela China. Assim, conjuntamente com o período de aplicação do consumo interno pelo incentivo ao crédito, o cenário econômico mundial permitiu o crescimento econômico do país, abrindo espaço para a solução dos “gargalos” históricos ao desenvolvimento industrial.

Conforme o balanço de 4 anos (2007-2010), os recursos do PAC foram distribuídos da seguinte forma: para ações concluídas até dezembro de 2010 na área de logística<sup>20</sup> atingiu-se 65,4 bilhões; já no eixo de Energia até a mesma data foram designados R\$ 148,5 bilhões em petróleo, gás natural, hidrelétricas, outros combustíveis renováveis, além da transmissão de energia. Por fim, no eixo “Social e Urbano”, foram gastos até dezembro de 2010 R\$230,1 bilhões, através dos programas habitacionais, “Luz para todos”, saneamento e transportes. É importante frisar que o PAC encampou obras que não haviam sido concluídas até então e permitiu o aumento de investimentos para sua conclusão, inclusive obras de governos anteriores. Segundo o governo federal no balanço do PAC 1, até 31 de outubro de 2010, considerando o valor de investimento, 48% das ações previstas para 2007-2010 haviam sido concluídas, 49% estavam dentro do ritmo e 3% estavam atrasadas.

Com os mesmos objetivos do primeiro programa, em janeiro de 2011 a presidente Dilma lança o PAC 2, que deveria se encerrar em 2014, mas isso na prática

---

<sup>19</sup> Fonte: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>

<sup>20</sup> Inclui-se estradas, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos.

não ocorreu já que ainda há obras não concluídas. Ou seja, no que se refere à destinação de recursos e ao início de novas obras o programa foi encerrado, mas continuará até o fim das obras em execução. Ainda que o governo federal tivesse a intenção de lançar o PAC 3, como foi anunciado em 2014<sup>21</sup>, com o aprofundamento da crise política e econômica, este não foi lançado e os investimentos que estavam previsto para 2015 sofreram cortes<sup>22</sup>.

O PAC 1 foi lançado anteriormente à eclosão da crise mundial de 2008/2009 e em seu lançamento não tinha como um dos objetivos enfrentar esse período de recessão internacional; contudo, a partir da crise, este se tornou um dos motes do governo federal. Por outro lado, o segundo programa já tem como um dos pilares o enfrentamento da crise econômica, o que levou alguns autores a caracterizar que o governo realizaria uma política econômica heterodoxa ao utilizar-se de medidas anticíclicas.

O PAC 2 é mais robusto que o primeiro programa: até o fim de 2014 investiu R\$1066 trilhão, e mais R\$ 247 bilhões após este ano, totalizando R\$ 1303 trilhão. Este valor posterior a 2014 refere-se a obras do PAC 2 ainda não concluídas, como é o caso de UHE de Belo Monte, COMPERJ e Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. O Eixo “Minha Casa, Minha Vida” contabilizou até o fim de 2014 a conclusão de empreendimentos no valor de R\$ 449,7 bilhões, já o Eixo de energia teve investimento de R\$253,3 bilhões e o eixo de transportes totalizou R\$ 66,9 bilhões investidos em todo o país. Segundo o governo federal, das ações previstas até o Outubro de 2014 96,2% estavam concluídas. Interessante notar que o andamento das três obras que estudamos aqui é considerado adequado segundo o balanço do governo federal (Comitê Gestor do PAC, 2014); contudo, todas as três tiveram seus prazos iniciais de entrega adiados.

Para percebermos a importância do eixo de energia nos dois PAC, trazemos a tabela com as dez principais obras do PAC, segundo o Infográfico produzido pelo governo federal<sup>23</sup>. Estão no eixo de energia 9 das 10 maiores obras do programa, sendo o setor de Petróleo o que obteve maior investimento; se considerarmos apenas estas dez obras 61,68% dos recursos foram destinados ao setor de “Energia-Petróleo”. Estes valores são referentes às estimativas de 2013, provavelmente, a totalidade dos valores deve ter sido corrigida para valores superiores.

---

<sup>21</sup> Como pode se ver na seguinte reportagem: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/governo-executa-r-1143-bilhoes-em-obras-do-pac-no-primeiro-semester.html> - Acessado 27/01/2016

<sup>22</sup> Cf.: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11558> - Acessado 27/01/2016

<sup>23</sup> Fonte: <http://www.pac.gov.br/i/b8> - Acessado 3/4/2014

**Tabela 2:** Dez maiores obras do PAC

|                 | OBRAS                    | Localização    | Setor                | Investimento          |
|-----------------|--------------------------|----------------|----------------------|-----------------------|
| 10 <sup>a</sup> | Ferrovias Norte-Sul      | TO/GO/MG/SP    | Transporte-Ferrovias | R\$ 6.900.000.000,00  |
| 9 <sup>a</sup>  | Refinaria Getúlio Vargas | Paraná         | Energia-Petróleo     | R\$ 8.700.000.000,00  |
| 8 <sup>a</sup>  | UTN Angra 3              | Rio de Janeiro | Energia-Geração      | R\$ 13.000.000.000,00 |
| 7 <sup>a</sup>  | UHE de Jirau             | Rondônia       | Energia-Geração      | R\$ 13.100.000.000,00 |
| 6 <sup>a</sup>  | Campo de Papa Terra      | Rio de Janeiro | Energia-Petróleo     | R\$ 13.500.000.000,00 |
| 5 <sup>a</sup>  | UHE de Santo Antonio     | Rondônia       | Energia-Geração      | R\$ 16.000.000.000,00 |
| 4 <sup>a</sup>  | COMPERJ                  | Rio de Janeiro | Energia-Petróleo     | R\$ 26.500.000.000,00 |
| 3 <sup>a</sup>  | UHE de Belo Monte        | Pará           | Energia-Geração      | R\$ 28.900.000.000,00 |
| 2 <sup>a</sup>  | Refinaria Abreu e Lima   | Pernambuco     | Energia-Petróleo     | R\$ 35.700.000.000,00 |
| 1 <sup>a</sup>  | Refinaria Premium        | Maranhão       | Energia-Petróleo     | R\$ 41.000.000.000,00 |

### **Objetivos e hipóteses**

Neste cenário, nossa pesquisa teve como objetivo responder uma questão: por que os trabalhadores das obras de construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte se mobilizaram por fora do sindicato, de forma espontânea e na maioria dos casos sem uma direção nítida, e algumas das vezes adotando um repertório violento, com destruição de equipamentos, alojamentos e máquinas?

A partir disso, desdobraram-se alguns objetivos paralelos, como: 1) entender se o cenário sindical, com as disputas entre as centrais sindicais, o processo de reorganização e reaquecimento do número de greves, pode influenciar a mobilização dos operários da construção das Usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio; 2) entender se o ascenso das mobilizações dos trabalhadores da construção civil nos últimos anos pode influenciar a mobilização dos trabalhadores das obras aqui estudadas a também se mobilizarem em greves; 3) verificar as consequências organizativas dessas greves espontâneas para a categoria e para a classe trabalhadora como um todo.

Além disso, em um primeiro momento as greves ocorridas nas obras UHE de Jirau, em Março e Abril de 2011, adotaram um repertório violento e obtiveram resultados econômicos positivos, conquistando a maioria do que estava sendo reivindicado. Um ano depois, os operários da construção de Belo Monte também recorreram a esse tipo de repertório, conquistando *a posteriori* suas reivindicações na justiça. Portanto, buscamos entender se a adoção deste repertório violento pelos trabalhadores de Jirau poderia ter influenciado os operários de Belo Monte a realizarem

o mesmo tipo de movimento que havia sido feito em Rondônia, e como esta influencia poderia ter se dado.

Neste sentido, elaboramos três hipóteses ao longo de nossa pesquisa: 1) os trabalhadores das UHE se decidiram pela greve, mesmo sem apoio do sindicato oficial, em um cenário econômico positivo. Através do PAC, o governo federal incentivou a promoção de diversas obras de grande porte pelo país, o que influenciou os trabalhadores da construção civil a realizarem mais greves, afinal, mesmo com elevada probabilidade de demissão dos grevistas, os trabalhadores poderiam se empregar em outras obras; 2) a ausência de apoio das direções sindicais que deveriam representar estes trabalhadores os levou a se rebelar de forma violenta contra as condições de vida e trabalho, por não contarem entre os mobilizados com pessoas com experiências anteriores em outros movimentos sociais e sindicais. 3) as constantes e vitoriosas greves no setor da construção civil brasileira, principalmente a partir do PAC, criaram uma memória política que poderia incentivar os operários a se mobilizar em busca de melhores condições de trabalho, salário e vida nas mais diversas obras do país.

### **Metodologia**

Para compreender o processo que desencadeou estas greves e rebeliões operárias, a pesquisa buscou observar as condições de trabalho e vida no canteiro de obra, mas também escutar as avaliações dos trabalhadores que participaram dessas obras sobre essas e suas interpretações sobre o cenário econômico e político do país, de modo a verificar a conexão entre estes elementos e a eclosão das paralisações. Foram utilizadas duas técnicas principais para essa observação: entrevistas semi-dirigidas e enquete operária realizadas nos meses de junho de 2014 e julho de 2015. As entrevistas foram aplicadas também a operários que não se mobilizaram, mas com foco naqueles que tiveram alguma participação nos conflitos. As entrevistas tiveram por objetivo a captação das contradições e nuances da vida e trabalho destes operários, desta forma, compreender o que os levou a procurar emprego nestas obras, suas trajetórias de vida, suas avaliações sobre o trabalho nas usinas e, para aqueles que participaram, a descrição dos acontecimentos dos confrontos e como cada um os interpretava.

Ao contrário da perspectiva formal-positivista, não assumimos um posicionamento axiologicamente neutro. Na verdade, enquanto marxistas, acreditamos

que a realidade só poder ser compreendida através da utilização do método histórico e dialético, e por consequência, na escolha de um posicionamento de classe.

Portanto, nossa pesquisa e nosso método obedeceram a “escolha” pela perspectiva dos operários e tiveram por objetivo implícito contribuir para o avanço dos trabalhadores enquanto classe, através da produção de conhecimento para alimentar a tomada de decisão, as discussões, a agitação e formação da consciência política operária relacionada com a prática sindical. Desta forma, a escolha pela realização de entrevistas semi-dirigidas e da enquete operária tem exatamente o objetivo de utilizar as técnicas de pesquisa que melhor se adequam as nossas possibilidades e capacidade, aliadas a intenção de captar da melhor forma possível o que pensam os operários das obras de construções das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio.

Afastamos também o empiricismo, isto é, a tentativa de explicar fenômenos observados pelo pesquisador sem a mediação de categorias e/ou de um corpo teórico preexistente; na verdade, ao fazer isso, o pesquisador estaria abrindo espaço para o senso comum e a ideologia burguesa, afinal, sempre haverá uma mediação ideológica. Portanto, antes da realização de nossas pesquisas de campo fizemos uma extensa revisão bibliográfica com o objetivo de encontrarmos o instrumental teórico que melhor poderia nos armar para responder as questões postas de início. Esta revisão bibliográfica encontra-se condensada, principalmente, no primeiro capítulo.

Tomando como base as definições das técnicas de pesquisa segundo Thiollent (1982) entendemos as técnicas aplicadas por nós nesta pesquisa como complementares, afinal estas se diferenciam pela extensividade da enquete e da intensividade das entrevistas. Desta forma, a entrevista semi-dirigida consiste na aplicação de um pequeno número de perguntas abertas a um pequeno número de pessoas, com objetivo de captar as ideias, avaliações e significações sobre determinados temas. Ao contrário das entrevistas dirigidas – as quais são completamente estruturadas, as perguntas das entrevistas semi-dirigidas acontecem mais como instruções do pesquisador ao entrevistado para que esse desenvolva o assunto como melhor lhe convir. Enquanto pesquisadores, ao interpretar, devemos “*por à luz, de fato, a lógica subjacente às associações que, a partir da instrução inicial, irão levar o entrevistado a abordar tal ou qual tema, a voltar atrás ou progredir para outros temas*” (MICHELAT e SIMON, 1977, p. 8, apud THIOLENT, 1982, p. 85). Por exemplo, questionamos os trabalhadores das obras destas UHE com a seguinte pergunta “Você acha que existem

motivos para fazer greve nesta obra?”, assim, está dada a temática que queremos que o trabalhador desenvolva sua resposta, contudo como e o que ele abordará faz parte da sua escolha; assim, é possível que ele aborde questões econômicas, salariais e até mesmo morais para responder a essa questão. Assim, espera-se conseguir captar não aquilo que esperamos, mas sim o que os operários avaliam ser relevantes a nos contar sobre as greves e o trabalho.

Com a utilização da técnica da entrevista semi-dirigida pretendemos evitar o que Thiollent coloca como a imposição da problemática e a categorização antecipada. Isto é, o pesquisador acaba por colocar questões que não podem ser respondidas pelas parcelas mais populares da classe trabalhadora e também recai no risco de responder antecipadamente as questões; estes erros decorrem, principalmente, da divisão entre trabalho manual e intelectual, do monopólio do conhecimento científico e das discrepâncias sociais entre pesquisador e entrevistados. Devemos ressaltar que não é a escolha de uma ou outra técnica de pesquisa que afasta o pesquisador destes erros, mas sim um procedimento que Jacques Maître denomina “estratégia de retardamento de categorização”, segundo a qual o pesquisador vai a campo com atenção flutuante e constante reinterpretação do discurso do entrevistado.

“Na prática da entrevista não-diretiva, o retardamento de categorização corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito de rotulagem dos comportamentos, das opiniões, atitudes e crenças...”(THIOLLENT, 1982, p. 96)

As entrevistas realizadas com os operários que tiveram participação nas mobilizações foram conseguidas através de contatos realizados, principalmente, através do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Belém (STICMB/Pa) e do Sindicato da Construção Civil do Estado de Rondônia (STICCERO). Portanto, tratam-se daquela pequena parcela que continuou em contato com a estrutura sindical, ou mesmo, passou a fazer parte dos sindicatos; esta ressalva faz-se importante pelo fato de que a esmagadora maioria desmobiliza-se por completo e volta para suas cidades de origem ou emprega-se em outras obras após o término de seu contrato. Mesmo com informantes que poderiam fazer a interlocução com os operários, a dificuldade de contatar aqueles que participaram das mobilizações se deve principalmente pelo caráter itinerante do “peão-de-trecho” e pela certeza da demissão daqueles que ousam fazer greve.



Por isso, dentro do grupo de operários entrevistados, totalizando 31 entrevistas<sup>24</sup>, poucos participaram diretamente dos confrontos, o que nos trouxe a dificuldade de uma descrição precisa dos acontecimentos das paralisações, mas não nos impediu de perceber o que leva às mobilizações, nosso real objetivo; afinal os elementos que levam às mobilizações tem um caráter muito mais coletivo do que individual. De maneira geral, através de informantes que possuem elevada nitidez dos acontecimentos e de informações do DIEESE<sup>25</sup> e fontes jornalísticas, foi possível uma descrição satisfatória dos acontecimentos.

Já a enquete operária, parte extensiva de nossa pesquisa, na qual buscamos atingir um grande número de trabalhadores, diferencia-se de outros questionários não pela sua forma, mas sim pelo conteúdo que é questionado. De maneira geral, como coloca Thiollent, o questionário da enquete operária é composto por uma lista de perguntas cuja temática corresponde a uma “tradução” das hipóteses de pesquisa sob a forma interrogativa (THIOLLENT, 1982, p. 32). A estrutura do questionário pode variar conforme a escolha do pesquisador, no nosso caso escolhemos agrupar as perguntas pelas temáticas, nos seguintes grupos: a) de tipo censitário; b) assuntos sindicais; c) avaliações do trabalho e vida no canteiro de obras; e d) avaliações da política nacional.

A enquete operária e o que pretendemos atingir em nosso trabalho tem por objetivo fazer com que o respondente explore as próprias condições de trabalho, salário e vida. Ao invés de ser incitado a manifestar apenas sentimentos, afetos ou as primeiras opiniões que lhe vem à cabeça, o respondente é “*convidado a descrever o que ele conhece a partir da sua própria experiência na vida material*” (THIOLLENT, 1982, p. 105). Aqueles que cobram a neutralidade axiológica do cientista poderiam se espantar com este objetivo, contudo, a enquete operária tem como elemento constitutivo a não-neutralidade do pesquisador e da pesquisa.

Raniero Panzieri definiu a enquete operária como “*instrumento de intervenção adequado para estabelecer o contato com elementos não-organizados da classe operária e avaliar o nível da consciência espontânea.*” (THIOLLENT, 1982, p. 114). Este nos parece um instrumento adequado para atingirmos os objetivos que estabelecemos em nossa pesquisa.

A enquete operária, enquanto técnica de pesquisa majoritariamente quantitativa, pode ser planejada a partir de amostras. Contudo, não utilizamos de técnicas de

---

<sup>24</sup> Sendo 14 com operários das obras de Belo Monte e 17 das obras das UHE de Jirau e Santo Antonio.

<sup>25</sup> Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconomicos

amostragem, pois não possuíamos dados que nos permitissem traçar previamente o perfil social destes operários; na verdade, muito provavelmente os consórcios construtores e as empresas contratantes possuem estes dados, porém, não foi nos feita liberação dos mesmos.

Por isso, com os dados fornecidos nesta pesquisa não pretendemos alcançar uma representatividade de ordem estatística, mas sim de ordem qualitativa, isto é, para nós a importância de certa ideia não se encontra na frequência ou no número de aparições, mas sim na indicação de tendências que podem ser observadas e confirmadas a partir da análise teórica. Sendo assim, não utilizamos de amostras e outros recursos estatísticos e probabilísticos: *“a maioria dos estudiosos de metodologia científica prevê o emprego de amostras não probabilísticas, dependendo dos objetivos de investigação.”* (FONTANELLA, BJB *et al*, 2008, p.18 e 19). Adotamos a amostragem por saturação, *“um processo de validação objetiva em pesquisas que adotam métodos, abordam temas e colhem informações em setores e áreas em que é impossível ou desnecessário o tratamento probabilístico da amostra”* (THIRY-CHERQUES, 2009, p.19). Saturação é entendido como *“o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado.”*(THIRY-CHERQUES, 2009, p.21), isto é, paramos de aplicar os questionários a partir do momento em que as respostas não se alteravam ou pouco o faziam.

Devido à dificuldade de acesso aos trabalhadores, pelas razões já descritas, mas também pela intransigência das empresas em permitir que coletássemos os questionários no interior dos canteiros de obras, selecionamos os operários observados a partir da conveniência, isto é, os sujeitos respondentes são aqueles que podem se acessar e os dados são aqueles possíveis de se obter (THIRY-CHERQUES, 2009, p.22). Desta forma, houve três momentos de aplicação do questionário, com especificidades que respondiam aos percalços ocasionados pela realidade da pesquisa

- 1) Foram aplicados 135 questionários com os operários da obra da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no período de 24/06/2014 e 26/06/2014, na frente dos refeitórios do canteiro do Sitio Belo Monte. Nesta ocasião foi possível aplicar a enquete dentro do canteiro de obras devido à autorização do Centro de Apoio ao Visitante da Norte Energia S.A.
- 2) Já nas obras das UHE's de Jirau e Santo Antonio não houve autorização para o acesso ao canteiro e, dado o momento de conclusão em que as obras se

encontram, não havia grandes concentrações dos operários na cidade de Porto Velho. Por isso, tivemos que improvisar: no período de 07/07/2015 e 10/07/2015, delimitamos quais eram as regiões com maior concentração de residências operárias e assim aplicamos 51 questionários de casa em casa no Bairro Juscelino Kubitschek. Devido a esta forma de captação dos questionários não foi possível a diferenciação da obra em que cada operário trabalhou, deve-se ressaltar que muitos empregaram-se nas duas obras da capital de Rondônia.

- 3) Devido às alterações que julgamos necessárias na enquete, reaplicamos os questionários em 59 operários de Belo Monte no período de 21/07/2015 a 24/07/2015. Desta vez, não contamos com a autorização da Norte Energia e mais uma vez tivemos que inovar: descobrimos dois pontos dos ônibus que fazem o transporte de Altamira para os canteiros das obras com elevada concentração de trabalhadores, e assim aplicamos os questionários nestes locais.

Acreditamos que estas improvisações nos métodos de aplicação da enquete sejam ocasionadas pela dificuldade de acesso àqueles que formam a categoria estudada, contudo não comprometem o rigor teórico e metodológico da pesquisa. Como afirma Souza (1978), a pesquisa por *survey* exige uma demanda de informações confiáveis sobre o número de pessoas da amostragem, o perfil social para traçar a amostragem e os locais onde essas pessoas podem ser achadas; contudo a realidade de um pesquisador não é tão simples e fácil, trazendo diversos elementos que dificultam a aplicação do questionário através de uma amostragem que possa ser estatística e probabilística. Contudo, dentro de uma pesquisa é possível certo grau de flexibilidade e improvisação no trabalho de campo, com métodos complementares de pesquisa (SOUSA, 1978, p.87). Por isso, utilizamos destas técnicas não usuais de aplicação de questionários, adequando-nos à realidade e as possibilidades da aplicação.

O anexo 1 contém o questionário aplicado aos operários da UHE de Belo Monte em 2014 e o anexo 2, o questionário aplicado em 2015 para os operários das três obras. Aproveitamos que iríamos reaplicar o questionário e realizamos alterações com objetivo de corrigir imperfeições encontradas na primeira aplicação. As alterações são: readequação das faixas salariais; inserção da questão sobre as relações de trabalho nos canteiros de obra; e divisão da questão sobre a avaliação dos governos petistas em duas,

uma para cada governo. Estas alterações visaram captar a realidade da melhor forma possível. Por exemplo, quando da aplicação da questão 20 “Qual a sua avaliação dos Governos Lula e Dilma?” aos operários da UHE Belo Monte em 2014 percebemos que muitos deles avaliavam positivamente o governo Lula, já o governo Dilma não tinha a mesma avaliação; desta forma, esta questão não nos permitia perceber algo fundamental que é a diferença de avaliação de um governo para outro. Por isso, decidimos dividir a questão para ter a possibilidade de captar este elemento, e foi exatamente o que aconteceu. Como demonstraremos a seguir, as avaliações dos governos petistas são praticamente opostas pelo vértice.

Já relatamos algumas das dificuldades enfrentadas ao longo da aplicação da entrevista e da enquete, contudo, provavelmente, a principal dificuldade encontrada neste processo é a relação social presente no momento da entrevista. Isto é, no momento da realização da entrevista existem diferenças sociais nítidas entre o entrevistador e o entrevistado. São elas das mais diversas ordens, tanto em atributos visíveis (raça, sexo, origem, etc.), mas também em atributos não visíveis, como grau de instrução, vocabulário e classe. Como afirmam Thiollent (1982) e Sousa (1978), estas diferenças fazem com que aconteça um distanciamento e desconfiança por parte do entrevistado. Os problemas que isto pode ocasionar, segundo Sousa (1978), são inibição do entrevistado, recusa de responder certas questões, o entrevistador pode comunicar suas próprias atitudes ao entrevistado e, o que acontece com muita frequência, reinterpretar uma resposta ambígua em termos de suas próprias ideias.

Parece haver um consenso entre aqueles que se preocupam com a metodologia de pesquisas de campo sobre esse descompasso entre o entrevistador e entrevistado, contudo, parece-nos que essa situação se aprofunda com os operários da construção civil e, em especial, os “peões-de-trecho”. A desconfiança parece ser uma característica constitutiva desta categoria profissional. Se o despotismo<sup>26</sup> persiste no mundo operário e

---

<sup>26</sup> Adotamos aqui a divisão dos tipos de regimes fabris de Michael Burawoy correspondentes às fases do capitalismo. Portanto, em um primeiro momento, no capitalismo competitivo, a burguesia utilizava-se de regimes fabris despóticos, no qual prevalecia a coerção sobre o consentimento no processo de aceitação da dominação pelos trabalhadores, ou seja, as empresas impõe controles autoritários aos trabalhadores. Já o regime hegemônico, típico do capitalismo mais avançado, inverte-se a situação e o consenso predomina, através da coordenação dos interesses econômicos dos trabalhadores e dos capitalistas, afinal os primeiros encontram-se em uma situação de dependência econômica dos capitalistas. O regime hegemônico permite maior equilíbrio e estabilidade política. Após o advento da reestruturação produtiva e aumento da mobilidade do capital, Burawoy reconhece um novo tipo de regime, o despotismo hegemônico, no qual, “os trabalhadores enfrentam a perda de seus postos não como indivíduos, mas como uma consequência das ameaças que incidem sobre a viabilidade econômica

isto provoca uma situação de completa vigilância do patronato sobre os trabalhadores, o que faz com que operários dos mais diversos setores demonstrem cuidado sobre o que e com quem conversar sobre o ambiente e o próprio trabalho. Esta situação se aprofunda na construção civil, onde o processo de trabalho encontra-se em uma situação ainda mais atrasada, isto amplia-se mais se levarmos em conta que nas obras por nós estudadas o clima de perseguição é ainda maior devido a vários fatores como a centralidade da obra para o capital e o governo brasileiro, os confrontos recorrentes, o isolamento das obras e, o que é resultado dessa situação, a presença da Força de Segurança Nacional nos três canteiros.

Por diversas vezes os entrevistados simplesmente pararam de responder à enquete, alguns sem a menor explicação, o que nos leva a abandonar este questionário. Ainda que isto aconteça em uma pequena porcentagem, a maioria demonstrava desconfiança quando fazíamos algumas perguntas, questionavam se éramos dos consórcios ou mesmo dos sindicatos<sup>27</sup>. A recusa a responder a enquete também era constante, principalmente quando estavam em grupos: caso algum trabalhador se recusasse, muito provavelmente todos em seguida também se recusariam; por isso, preferíamos aplicar a enquete de forma individual, o que diminuía o ritmo de aplicação, afinal os operários tendiam a se concentrar em pequenos grupos nos pontos de ônibus.

Os questionários aplicados na cidade Porto Velho provocaram uma menor desconfiança e nenhuma recusa direta. Possivelmente isto se deva ao fato de os trabalhadores encontrarem-se em suas residências, ou seja, em suas zonas de conforto, e pelo método de aplicação se assemelhar em muito com o que compõe o imaginário popular sobre as pesquisas por questionários. Contudo, houve uma pequena taxa de recusa indireta, isto é, a pessoa que atendia ao meu chamado dizia que havia ali um operário e ao retornar dizia que aquele estava ocupado, dormindo ou mesmo que não estava.

Reafirmamos que esta desconfiança é resultado de três fatores igualmente importantes: a situação de realização da pesquisa, mas também das diferenças sociais e

---

*das empresas. É isso que permite às gerências impor o regime hegemônico, apoiando-se em seus procedimentos de coordenação de interesses para comandar o consentimento ao sacrifício. As 'negociações cooperativas' e os programas de melhoria das condições de trabalho são duas faces do mesmo despotismo hegemônico" (Burawoy, 1990, p.33)*

<sup>27</sup> Interessante perceber que o sindicato estava em pé de igualdade com as empresas; se eu fosse do sindicato, o risco e a necessidade de cuidado por parte do trabalhador seria o mesmo.

culturais existentes entre o entrevistador e entrevistado e disso que chamamos de desconfiança inerente à categoria.

Depois de apresentados o objeto, objetivos e os aspectos procedimentais da pesquisa nesta introdução, passemos à apresentação da estrutura da dissertação. O texto conta com três capítulos. No primeiro deles buscamos traçar as bases teóricas sobre as quais nos lançamos nesta pesquisa, assim recorremos a conceitos e abordagens presentes na Teoria do Processo Político, com foco em Sidney Tarrow; contudo, buscamos aproximar estes elementos da elaboração produzida pelo marxismo “clássico” através da discussão sobre de maquinário. Desta forma, abordamos o conceito de “*wildcat strikes*” das ciências sociais norte-americanas e a questão da espontaneidade, conforme desenvolvida por Antunes (1988).

Já no segundo capítulo tentamos trazer o contexto e as condições em que se dão as mobilizações. Primeiro, caracterizamos quem é este trabalhador, o “peão-de-trecho”, o que o distingue dos trabalhadores de outras categorias e da própria categoria da construção civil. Em seguida, abordamos o nosso entendimento sobre as condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores nos canteiros de obras do porte de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte. Assim, partimos para a conjuntura propriamente dita, os governos Lula e Dilma em suas políticas econômicas e sociais, e a avaliação destes governos pelos operários que estudamos. E por fim, o cenário sindical que se apresenta para estes trabalhadores, com foco no reaquecimento das greves no último período, principalmente no setor da indústria de construção.

No terceiro e último capítulo nos ocupamos das greves em si, como aconteceram, como as entendemos, e o que leva estes operários a adotarem o tipo de repertório que acabaram por adotar. Assim, como nos atenta a literatura sobre as “*wildcat strikes*”, esta situação está profundamente interligada com a estrutura sindical que se apresenta aos trabalhadores, por isso, realizamos este debate a partir da análise de Boito (1991) sobre o “sindicalismo de Estado” no Brasil.

Na Conclusão, retomando a elaboração de Tarrow sobre oportunidade e restrições políticas, trazemos os elementos que acreditamos que levaram os trabalhadores a se mobilizarem, e as oportunidades e as restrições que se apresentaram para esta mobilização.



## **Capítulo 1. INSTRUMENTAL TEÓRICO**

A intensificação das lutas sociais em todo o mundo, principalmente após a crise de 2009, com diversos tipos de conflitos acontecendo em todos os continentes, fez ressurgir a necessidade de se buscar entender como se dão esses processos. Isto é, o que leva os atores políticos a decidirem pelo conflito, com esse se dá, quais são suas consequências e seus desdobramentos; estas são algumas questões que voltam a cabeça de todos, principalmente, os cientistas sociais. Isto faz reemergir a necessidade de se refletir sobre os arcabouços e instrumentos teóricos concebidos para interpretar as greves, as lutas por educação, por mais direitos, manifestações multitudinárias e até as revoluções que acontecem no Oriente Médio, África, Américas, etc.

Contudo, falta-nos esta teoria. Hoje, não se pode dizer que exista uma teoria dos movimentos sociais acabada que nos satisfaça, mas sim, contribuições que caminham para essa formulação. Afinal, ao longo dos últimos 50 anos, as ciências humanas foram permeadas por toda uma produção que afirmava que após o Estado de bem-estar social se viveria uma nova era de mobilizações sociais, em uma sociedade pós-industrial. Esta se caracterizaria pelo fim da centralidade das classes enquanto atores políticos, de modo que os agentes transformadores não seriam mais as classes e suas organizações, mas organizações provenientes de grupos de “identidade”, como os movimentos de mulheres, negros, LGBT’s, ecologistas, pacifistas, etc. (ALONSO, 2009).

Esta perspectiva ficou conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais(TNMS) e teve como principais elaboradores André Gorz, Alain Touraine e Alberto Melucci. Contudo, ao retirar a centralidade das classes e do conflito capital e trabalho, esta teoria acaba por abandonar a influência da inserção nas relações de produção nas ações dos indivíduos. Além disso, a TNMS é perpassada por uma ideia de que as lutas atuais concentrar-se-iam na ampliação ou manutenção de direitos, por isso, abandonaria as análises de oposição ao “sistema” e o papel do capitalismo na estruturação dessas lutas, dedicando-se aos estudos de movimentos específicos, sem buscar entender as possibilidades totalizantes desses movimentos. Desta forma, a TNMS acaba por perder a macro-perspectiva, não considerando as influências do todo na parte e tampouco o modo pelo qual as lutas parciais, particulares, repercutem sobre o todo. (BARKER *et al*, 2013)

Por outro lado, o marxismo é uma teoria totalizante, que busca analisar os movimentos de conservação e de mudança social, de reprodução e de conflito, a partir



da relação entre as classes sociais e da importância do trabalho para o desenvolvimento do capitalismo. Contudo, infelizmente, nem Marx, nem o marxismo desenvolveram e consolidaram uma teoria marxista dos movimentos sociais (BARKER *et al*, 2013, p.1). Ainda que se tenha produzido ao longo das últimas décadas muitos estudos marxistas sobre greves, lutas e manifestações, não se pode dizer que exista uma teoria marxista acabada que diga sobre a emergência, caráter e desenvolvimento dos movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, as teses sobre a crise do sindicalismo se alastraram, ajudando a questionar o lugar do trabalho e dos sindicatos nos conflitos sociais. Baseando-se em dados que apontavam a diminuição dos números de greve e dos índices de sindicalização em países como EUA, França e Inglaterra, autores como Offe (1989) e Visser (1989) começam a conjecturar que o sindicalismo viveria uma crise sem precedentes, e que seria impossível a retomada do protagonismo das décadas anteriores. Estes autores baseiam-se, principalmente, no fato da reestruturação produtiva ter alterado de tal maneira as relações de trabalho que não haveria mais condições para os trabalhadores retomarem o poder de pressão de outrora.

A partir da percepção da crise no sindicalismo mundial, a literatura sobre o tema dividiu-se acerca da caracterização da mesma, se era uma crise terminal ou passageira. Aqueles que sustentavam a tese do fim do sindicalismo como instrumento de mobilização e transformação, priorizaram a análise de outros movimentos sociais. Contudo, alguns sindicatos, buscando mobilizar suas bases, realizaram transformações na sua forma de organização e nas estratégias adotadas; ao buscarem se reaproximar das bases e trazer um novo folego às mobilizações, através da “organização dos desorganizados” e da reivindicação por pautas mais gerais do que as puramente econômicas, o sindicalismo passou a reinventar-se no início século XXI (GALVÃO, 2014). Assim, aqueles que percebiam que o sindicalismo passava por um período de recuo, mas não de crise terminal, começaram a reaproximar as análises dos sindicatos à dos movimentos sociais.

Continuamos, porém, com a necessidade de uma teoria que nos ajude a interpretar este novo ascenso das lutas sociais. Não temos pretensões de desenvolver esta teoria, mas, como as greves estudadas por nós não se encaixam nas greves convencionalmente estudadas pelos estudiosos do trabalho e sindicalismo, por se tratarem de greves por fora do sindicato, sem direção aparente e muitas vezes

recorrendo à violência, fomos obrigados a buscar outras ferramentas teóricas com o objetivo de responder a um leque novo de questões. Por isso, fizemos um exercício relativamente difícil de buscar unificar o que tem sido produzido de “novo” através da Teoria do Processo Político (TPP), de Charles Tilly, Douglas McAdam e Sidney Tarrow, e o que o marxismo vem produzindo acerca das greves e das classes sociais ao longo dos últimos 150 anos. A TPP assenta suas análises nos fundamentos políticos e culturais que levam as mobilizações, percebendo-as como fenômenos macropolíticos; assim, ao entender a ação coletiva como processos políticos, que podem ou não evoluir para transformações mais profundas, os autores da TPP relacionam fatores contextuais, como interesse de certos atores em se mobilizar, a identidade coletiva e as oportunidades para que esses confrontos aconteçam. Utilizaremos desta discussão para explicar como eclodem as greves que buscamos estudar nesta pesquisa.

Ao fazermos esta aproximação não estamos sozinhos. Em sua obra conjunta com outros autores que buscam responder exatamente a essa necessidade de uma teoria marxista dos movimentos sociais, Barker, Cox, Krinsky e Nilsen percebem que existe na TPP a retomada de algo fundamental para Marx e os marxismos que é a relação das partes com o todo, entre a política e a economia. Assim, Tilly, McAdam e Tarrow reintegram as greves, as revoluções e outras formas de conflitos que tinham sido “afastados” pela TNMS aos movimentos sociais identitários, e, com isso, percebem que a resistência do “dia-a-dia” está conectada com os processos de transformação profunda e pode, em determinadas condições, se transformar em revoluções.

Nesse sentido, os autores da TPP não descartam a classe social como um elemento de identidade para os atores sociais, mas não dão a ela a mesma centralidade que essa categoria possui para o marxismo. Além disso, sua ênfase nos processos políticos, se por um lado é compatível com uma leitura não economicista do marxismo, difere da importância que o marxismo atribui às condições materiais de existência e descarta a ideia de determinação econômica, ainda que em última instância. Aqui devemos fazer uma importante ressalva: a TPP parte do “individualismo metodológico”, isto é, da percepção de que os aspectos de uma sociedade devem ter como base explicativa o que esta possui de indivisível, o indivíduo. A expressão máxima dessa ideia nas teorias da ação coletiva é a teoria da mobilização de recursos de Marcur Olson, na qual se tenta encontrar a lógica racional das ações coletivas a partir dos interesses de cada membro da sociedade. Contudo, se partirmos do “individualismo metodológico”

não conseguimos perceber que na verdade os indivíduos existem sempre coletiva e socialmente, portanto, é fundamental compreendermos a forma como os agentes sociais se incorporam na sociedade, isto é, a classe social a que pertencem.

Ainda assim, consideramos que as noções de confronto político e de repertório de ação coletiva propostas pela TPP podem ser apropriadas por uma análise como a nossa, que busca trazer questões trabalhadas pelos “clássicos” do marxismo e as classes sociais para o centro da discussão.

Portanto, neste primeiro capítulo, no qual buscaremos explicitar o instrumental teórico que utilizamos ao longo da pesquisa, primeiramente abordaremos alguns conceitos elaborados pela teoria do processo político que serão utilizados ao longo do texto. Em seguida, retomaremos algumas análises sobre greves que se assemelham ao nosso objeto de pesquisa e nossos objetivos, a saber o conceito de *wildcatstrike* da sociologia norte-americana e as análises de Ricardo Antunes sobre as greves de 1978 e 1979 dos metalúrgicos do ABC. Por fim, na percepção de que isto não é suficiente para o que pretendemos, através do debate acerca do luddismo e da quebra de máquinas elaborado por Thompson e Hobsbawm, voltamos a Marx, Engels e Lênin para debater a espontaneidade e a violência.

### **1.1 Dimensões do confronto político**

Ao longo de nosso texto, dada a singularidade dos casos estudados por nós, recorreremos a alguns conceitos desenvolvidos pela TPP, principalmente na obra de Sidney Tarrow *O poder em movimento* (2009). Estes conceitos serão utilizados por nós como instrumentos teóricos a fim de facilitar a compreensão de como as greves que acontecem por fora do sindicato eclodem de modo aparentemente espontâneo e com recurso à violência. Nesse sentido, diferenciam-se das greves e ações sindicais que normalmente são organizadas pela direção do sindicato ou grupo sindical.

Recorremos a dois conceitos presentes na obra de Tarrow: memória política e oportunidades políticas. Para o entendimento destes conceitos precisamos recorrer a outros, como confronto político e repertório, conceitos que também se ligam a nossa pesquisa. A partir desta discussão, somada à breve apresentação dos confrontos feita por nós, poderemos propor a divisão dos acontecimentos estudados em dois grupos: as greves tradicionais e as greves com rebeliões operárias. Esta é nossa tarefa neste momento. Iniciemos, pois, por entender o que é um confronto político para Tarrow.

Confronto político é a ação de mais de um indivíduo agindo coletivamente para exigir dos poderosos alguma demanda própria daquele coletivo. Para a TPP estes coletivos podem ser de trabalhadores, moradores de um bairro, uma minoria oprimida em um país, etc. No polo oposto, os poderosos a quem as reivindicações são dirigidas podem ser os patrões, o Estado, ou mesmo um grupo mais forte política, econômica e militarmente. Portanto, os confrontos políticos representados nos movimentos sociais serão entendidos “*como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades.*”(TARROW, 2009, p.21)

Desta forma, pessoas comuns, na maioria das vezes sem recursos próprios, decidem agir coletivamente quando ocorrem mudanças nas relações de oportunidades e restrições políticas, por pautas de reivindicações pré-existentes ou novas. Sendo assim, os participantes das ações coletivas são desprovidos de qualquer recurso para implementar suas reivindicações, por isso utilizam-se de técnicas conflituosas e até violentas para se fazerem ouvir.

Para a ação coletiva é fundamental a criação de uma identidade que agregue todos aqueles que participem do confronto. Greves, rebeliões e toda a sorte de manifestações momentâneas criam identidades efêmeras através da unidade pela luta do objetivo específico. Portanto, para a TPP trabalhadores de uma fábrica ou obra unificam-se pela necessidade do aumento salarial ou qualquer outra pauta. Caso este confronto se estenda, tornando-se assim um movimento social, é preciso a criação de uma identidade mais duradoura, através da qual os indivíduos se sintam parte de uma coletividade que luta pelos mesmos interesses. Quando isto ocorre, liberam-se “*os mais profundos sentimentos de solidariedade ou identidade*” (TARROW, 2009, p.21).

Por exemplo, segundo as definições de Tarrow e a TPP, os confrontos políticos que estudamos não podem ser considerados movimentos sociais pela sua efemeridade, pois esse sentimento de identidade e união coletiva existe apenas durante as manifestações. Depois disso, o elemento que unifica e impele os operários a se rebelarem torna-se mais fraco, menos presente na cabeça dos indivíduos que participam da contenda. Porém, são sim confrontos políticos, pois constituem a manifestação de um grupo de atores sociais – operários confinados nos canteiros de obras de Usinas Hidrelétricas – com um objetivo em comum – melhores condições de vida e trabalho nos canteiros das obras – reivindicado perante uma autoridade – consórcios

construtores, Ministério do Trabalho, governo federal<sup>28</sup> –, e estes atores sociais são desprovidos de recursos para levar suas reivindicações, afinal se não resta nada aos trabalhadores no sistema capitalista, no caso específico por nós analisado lhes falta até mesmo o próprio sindicato.

Segundo uma visão economicista do marxismo, haveria uma distinção entre confrontos políticos e econômicos, segundo a qual aqueles movimentos que reivindicassem melhores condições de vida e trabalho dentro do sistema capitalista seriam econômicos, já aqueles que tivessem por objetivo o poder de Estado e a transformação radical da sociedade seriam os confrontos políticos. Contudo, a nosso ver, essa é uma maneira estanque de conceber os processos políticos, sem abrir a possibilidade de considerar as repercussões políticas de reivindicações materiais e, mais, impede-nos de perceber que os confrontos econômicos podem desencadear confrontos políticos; isto é o que a teoria do processo político tem de mais interessante e próximo de uma perspectiva marxista. Por isso, classificamos os processos ocorridos nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte como confrontos políticos, mesmo que possuam pautas puramente econômicas, podem participar de um conjunto de confrontos com pretensões maiores que somente salariais e relativas às condições de trabalho.

Até agora definimos apenas a própria ação coletiva, é preciso saber como Tarrow e os demais autores da teoria da participação política entendem como e quando agem os atores sociais. Para isso, recorreremos a dois conceitos: primeiro, o repertório para dizer como agem e, em seguida, oportunidades políticas para dizer quando agem.

### *Repertório e memória política*

Na obra que utilizamos como base, Tarrow parte de Charles Tilly para desenvolver o conceito de repertório. Tilly define o repertório da ação coletiva como as maneiras através das quais as pessoas agem coletivamente em busca de interesses em comum, ou seja, é o meio pelo qual o cientista social busca descrever “*o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha.*” (Tilly apud Tarrow, 2009).

---

<sup>28</sup> Esta multiplicidade de autoridades deve-se principalmente ao caráter das obras que, por sua magnitude e importância do cenário nacional, envolve até assessores da presidência nas negociações. Já o envolvimento do Ministério do Trabalho deve-se às características próprias do sindicalismo brasileiro, altamente atrelado e regulamentado pelo Estado.

Portanto, para Tarrow repertório é o que as pessoas sabem sobre como fazer para se atingir determinado objetivo e que os outros esperam que elas façam, permeado pela influência da estrutura a que se está inserido os agentes sociais e quais reivindicações colocam. Tarrow dá inúmeros exemplos de repertórios utilizados por diversos movimentos sociais europeus, como as barricadas na França de 1848, mas podemos pensar em exemplos brasileiros, como a utilização da ocupação de fazendas por movimentos camponeses de luta pela terra, que desde as Ligas Camponesas tornam-se comuns no campo brasileiro e se intensificam com a criação do MST; mesmo as greves são um repertório internacionalmente recorrente utilizado pelos trabalhadores. No caso brasileiro, o predomínio de greves organizadas por sindicatos faz com que hoje os trabalhadores tenham dificuldades de pensar em repertórios novos e diferentes daqueles que estão inscritos em suas memórias.

Deve-se atentar para o fato de que os repertórios mudam, ou seja, grupos de atores sociais que hoje utilizam determinado repertório, tempos atrás podem ter se utilizado de outro repertório. Estas mudanças se devem principalmente a alterações na dinâmica do movimento, isto é, um movimento social pode abandonar as mobilizações massivas de rua, pois conseguiu abrir canais de diálogos com as instituições do Estado. Ou mesmo movimentos podem recorrer a repertórios de violência em decorrência da descrença de que os meios pacíficos levarão à solução dos problemas. Ou ainda, um movimento pode combinar os meios institucionalizados com as mobilizações massivas e confrontos violentos. Ou seja, no melhor da fraseologia trotskista, o repertório é tático.

No terceiro capítulo abordaremos detalhadamente a discussão acerca do repertório utilizado pelos operários das obras de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio e discutiremos o que leva estes trabalhadores a adotarem este repertório e, principalmente, as consequências desta ação.

Por ora, trataremos do que Tarrow chamará de memória política. Entendemos este conceito como a história particular de um grupo, isto é aquele *background* que os trabalhadores recebem de seus antecessores. Segundo Tarrow (2009),

Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores as fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto parisiense; os camponeses tomam terras portanto símbolos que seus pais e avós usaram no passado. (TARROW, 2009)

Portanto, através do conceito de memória política perceberemos que os atores sociais ao entrarem em confronto contra opositores poderosos e autoridades, recorrerão a repertórios já utilizados por eles mesmos e seus “antepassados”, influenciado pelo

cenário em que se insere o confronto. Deve-se perceber que os repertórios só são resgatados conforme seu grau de aprovação em experiências anteriores, por exemplo, se ao recorrerem às vias pacíficas e institucionais os atores sociais não têm seus interesses atendidos, logo, em nova oportunidade, esta via terá grandes dificuldades de ser adotada novamente.

Através deste conceito de memória política desenvolvido por Tarrow propomos a discussão de que os trabalhadores das obras por nós analisadas utilizam desta memória para se mobilizarem. Deve-se acrescentar que, para os trabalhadores da construção civil, essa memória não se restringe apenas ao local de atuação da categoria, afinal estes trabalhadores são comumente chamados de “peões”, termo que vem exatamente da característica itinerante desses, os quais “rodam” de uma obra para outra, como veremos adiante.

#### *Oportunidades e restrições políticas*

Os cientistas sociais ocupados em entender os confrontos políticos e os movimentos sociais há muito tempo se questionam sobre em quais situações há maior ou menor propensão à mobilização e à realização de greves pelos trabalhadores. Esta questão também tem grande espaço no marxismo. Desde Marx, em o *18 de Brumário* e o *Manifesto Comunista*, o materialismo histórico vem se preocupando com as possibilidades e capacidades de mobilização dos trabalhadores; inclusive, Tarrow recorre ao marxismo citando exaustivamente Lênin e Gramsci.

À primeira vista pode-se rapidamente responder que em momentos de crescimento econômico seria mais fácil aos trabalhadores se confrontarem como o capital, afinal há maior disponibilidade de empregos e um exército de reserva de mão de obra menor, logo haveria menores riscos para quem entrasse em confronto. Contudo, há exemplos de aumento da atividade sindical nos dois tipos de contexto econômico: por exemplo, Tarrow cita o aumento da atividade grevista nos EUA e França durante a depressão dos anos 1930, e recuo na Alemanha e Inglaterra (TARROW, 2009).

Korpi e Shalev (1979) analisam que as taxas de greves tendem a cair em países governados por partidos de origem operária, como a social democracia na Suécia, na qual a participação dos trabalhadores no poder político trouxe vantagens para o movimento operário, embora também tenha sido necessário fazer algumas concessões ao capital. Esta situação leva à obtenção de aumentos salariais sem a necessidade de se

realizar greves; contudo, quando este equilíbrio frágil se desfaz, verifica-se uma onda de greves, com forte presença de greves selvagens.

Portanto, o que leva os agentes sociais a saírem às ruas, arriscarem suas vidas e empregos na luta por melhores condições de vida e trabalho? Sendo que estas necessidades, na maioria das vezes, já pré-existem ao início dos confrontos políticos, sendo resultado das contradições de uma sociedade desigual. A resposta de Tarrow está nas mudanças nas estrutura de oportunidades e restrições políticas à ação coletiva, isto é, a alteração nas condições externas faz com que as pessoas percebam maior possibilidade de apresentar e satisfazer suas reivindicações.

Desta forma, segundo o autor, o desencadeamento de um confronto político “*é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas.*” (TARROW, 2009.p. 99). Tarrow não menospreza os fatores sociais e econômicos, muito pelo contrário, os motivos para a mobilização estão sempre presentes, porém apenas com a mudança nas oportunidades políticas as pessoas podem agir coletivamente. Contudo, também não basta apenas isto, é preciso que os desafiantes utilizem-se de repertórios previamente conhecidos, consigam dialogar dinamicamente e construam estruturas de mobilização unificadoras.

Em contraposição, as restrições políticas dificultam o desafio a autoridades e opositores poderosos, o que faz com que apenas poucos assumam a defesa de uma causa – embora considerada justa – com medo das consequências que poderiam atingi-los. Contudo, há de se perceber que algumas vezes os agentes políticos empreendem confrontos mesmo em condições adversas, ou seja, a relação de oportunidades e restrições políticas apresenta uma limitação.

## **1.2 O conceito de greves selvagens**

Nas Ciências Sociais norte-americanas da segunda metade do século XX surgiu um conceito, *wildcatstrikes*<sup>29</sup>, que busca explicar greves operárias semelhantes aos confrontos políticos por nós aqui estudados, principalmente por estas greves se darem de maneira espontânea e por não apresentarem na direção do movimento membros dos sindicatos que deveriam representar os trabalhadores. Porém, os confrontos políticos ocorridos em Belo Monte, Jirau e Santo Antônio se diferenciam dos estudados por

---

<sup>29</sup> Daqui para frente, utilizaremos o termo “abrasileirado” de *greves selvagens*.



Gouldner e outros pela presença recorrente do uso da violência. E ao mesmo tempo em que o conceito de greve selvagem não explica a utilização da violência pelos trabalhadores, limita-se ao caráter espontâneo dessas greves, sem analisar suas consequências para a organização dos trabalhadores. Apesar disso, consideramos que esse conceito pode nos ajudar a compreender nosso caso. Assim, primeiramente, recorreremos às definições de greves selvagens por alguns autores para depois podermos resumir como pode se entender de maneira geral este conceito.

Antes devemos fazer uma breve retomada histórica. Nos Estados Unidos desde 1932, com o *Norris-La Guardia Act*, os trabalhadores eram proibidos de realizar greves sem a participação do sindicato, e em 1947, através do *Taft-Hartley Act*, ficou proibido também que se realizassem greves durante o período de vigência do acordo coletivo de trabalho. Soma-se a isso o fato de que o processo para deflagração da greve é altamente burocratizado e lento, fazendo com que todo o processo entre a proposição e o acontecimento da greve de fato possa levar meses. Zetka Jr. (1992) descreve todo o processo até a parada do trabalho de fato:

Os sindicatos locais são obrigados a esgotar primeiro o procedimento de queixa, em seguida, obter a autorização oficial da UAW Internationa<sup>30</sup>, ganhar o apoio da maioria em uma eleição de negociação de unidade, apresentar um aviso de greve, e permitir que os representantes da UAW Internacional sejam indicados para monitorar e mediar a disputa. O tempo entre a queixa inicial até a greve pode variar de alguns meses a anos. Até a convocação da greve, os trabalhadores são obrigados a tolerar as condições de trabalho existentes. (ZETKA Jr, 1992)<sup>31</sup>

Caso os trabalhadores não obedeçam as regras para deflagração da greve, esta é considerada ilegal e as empresas podem demitir e reprimir essas manifestações. Mesmo com a dificuldade de mobilização e parada da produção, como demonstram os autores analisados, os operários norte-americanos realizaram muitas greves que, por não obedecerem à legislação, se tornaram conhecidas com greves selvagens.

Por exemplo, Brett e Goldberg (1979) afirmam que, no período entre 1971 e 1974, nos EUA, ocorreram em média 1500 greves selvagens por ano em minas de carvão mineral betuminoso e no período seguinte (1975-1977), o número dobrou para mais de 3000 greves selvagens no setor. Já Byrne e King (1986) afirmam que entre

---

<sup>30</sup>“United Automobile, Aerospace and Agricultural Implement Workers of America (Sindicato dos trabalhadores da indústria de automóveis, aeroespacial e de instrumentos da agricultura), representa mais de 390 mil trabalhadores nos EUA, Porto Rico e Canadá, foi fundado em 1935. Participa da AFL-CIO, “American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations” central e federação sindical dos trabalhadores da indústria norte-americana.

<sup>31</sup> Salvo indicação em contrário, todas as traduções são nossas.

1960 e 1977 aconteceram 39475 greves na indústria norte-americana, destas 8470 (21,5%), aconteceram durante o período de vigência do contrato coletivo. Portanto, é perceptível que as greves selvagens são uma realidade no movimento operário norte-americano e os autores analisados por nós afirmam que isso decorre de dois fatores: as dificuldades impostas pela legislação sindical e as péssimas relações de trabalho. Passemos às definições de greves selvagens para estes autores.

Dennis M. Byrne e Randall H. King (1986) realizam um estudo no qual buscam entender a incidência de greves selvagens na indústria norte-americana no período de 1960 até 1977 através da análise de dados do *Bureau of Labor Statistics: Historical File*. Para isso utilizam uma definição bem genérica para determinar quais greves são selvagens no montante de greves ocorridas nos EUA. São duas as condições para que as greves sejam consideradas desta forma por eles: as greves não são autorizadas pelos sindicatos nacionais ou internacionais e, como já adiantamos acima, ocorrem durante o período de vigência do acordo coletivo de trabalho.

Como estes autores realizaram um trabalho fortemente quantitativo, pouco podem ajudar-nos a entender as nossas greves, as quais buscamos analisar de forma qualitativa, a partir de suas características e conseqüências. Contudo, quando buscam determinar as variáveis que influenciam a ocorrência desse tipo de greve, eles nos dão pistas interessantes para entendermos os fatores que levam os trabalhadores a se organizarem e pararem a produção mesmo sem a anuência do sindicato.

Segundo os autores, são fatores que podem influenciar no aumento da incidência de greves selvagens: o número de acidentes do trabalho na empresa, a qualidade da relação trabalhista, o aumento da demanda pelo produto, a taxa de emprego na região, a porcentagem de trabalhadores sindicalizados, o número de demissões no período, entre outros. Portanto, concluem que as greves selvagens aparentam ser a manifestação do desgaste da relação entre os trabalhadores e a gerência das empresas, pelo fato destes não darem atenção às reclamações dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, e também pelo aumento da subordinação dos trabalhadores pelas empresas.

Os autores tratados a seguir não discordam da definição genérica dada por Byrne e King (1986), contudo acrescentaram elementos importantes para o entendimento desse processo. Por exemplo, Zetka (1992), se baseando nos estudos de Fantasia (1988), entende as greves selvagens como momentos nos quais os trabalhadores param a produção por iniciativa própria para forçar a resolução de problemas que interferem

diretamente no chão de fábrica, sem a iniciativa ou mediação da direção do sindicato. Os relatos contidos em Fantasia (1988) e Gouldner (1954) parecem contribuir com esta ideia: após sucessivas reclamações à administração das empresas, sem que haja qualquer resposta por parte destas ou intervenção dos sindicatos para resolver os problemas que geram insatisfação entre os trabalhadores, estes decidem parar a produção por conta própria, como afirma Fantasia:

A greve selvagem representa uma crítica pela ação ao contrato social do pós-guerra, esporadicamente empregado, mas, no entanto, afirma claramente, a oposição dos trabalhadores ao sindicalismo controlado pelo acordo coletivo de seus líderes e empregadores. (FANTASIA, 1988, p.63)

Ou seja, para estes autores, a manifestação dos trabalhadores através desse tipo de greve é uma tentativa de superar os entraves criados pela legislação e aceitos pelas direções sindicais que, por estarem presas à legalidade de suas ações, acabam atuando de maneira a coibir as manifestações dos trabalhadores. Desta forma, Fantasia percebe que a ausência de liderança sindical nestas greves acontece devido à não representatividade da direção, isto é, seu não reconhecimento pela base dos trabalhadores. Por exemplo, em um dos seus relatos de greves selvagens os trabalhadores se recusam a ouvir o presidente do sindicato, considerando-o um “homem da empresa”, “vendido”, ou seja, como não pertencendo ao mesmo grupo que eles.

Nesse sentido, Scott e Homans (1947) possuem uma importante contribuição para o entendimento das paralisações da produção de forma “selvagem”, a manifestação dos operários ocorre devido à percepção do baixo interesse das autoridades, seja patronal, seja sindical, em atender suas reivindicações, principalmente aquelas que tem a ver com o dia-a-dia do trabalho. Portanto, seria uma maneira encontrada pelos trabalhadores de se fazerem ouvir, já que cotidianamente são ignorados, e terem suas necessidades atendidas. Desta forma, as greves selvagens seriam uma nova “linguagem de comunicação” dos trabalhadores para com os seus patrões afinal, se o caminho normal para essa comunicação acontecer está barrado pela legislação e pela própria atuação dos sindicatos, os trabalhadores criaram uma nova forma de fazê-lo. Esta nova forma é caracterizada pela espontaneidade e pela ausência de um planejamento prévio, mas não por ausência de lideranças, como demonstraremos a seguir com Gouldner (1954).

Para Gouldner, todas as greves possuem alguma espécie de liderança, contudo, segundo ele, estas lideranças se dividem entre formais e informais, ou seja, entre aquelas que são dirigentes dos sindicatos ou que surgem da base dos trabalhadores.

Contudo, o autor não se questiona se estes trabalhadores que se tornam liderança já possuíam experiência anterior, seja em outras greves ou em movimentos sociais. Ao longo do livro o autor relata sobre duas greves selvagens ocorridas em um curto espaço de tempo na fábrica, General Gypsum Company<sup>32</sup>, mas apenas no relato da segunda greve ele aponta que os trabalhadores que participaram da primeira se tornaram os mais comprometidos com a causa e lideraram a greve.

Tanto Gouldner (1954), quanto Fantasia (1988) referem-se ao caráter espontâneo das manifestações e à imprevisibilidade da eclosão das greves. Por exemplo, o que deflagrou o início da primeira greve descrita por Gouldner foi a defesa de um trabalhador que havia sido demitido por estar alcoolizado no posto de trabalho. Os trabalhadores ficaram sabendo da demissão no período manhã e já iniciaram os comentários sobre paralisar a produção; após o almoço, o setor no qual estaria o trabalhador demitido iniciou a paralisação e foi seguido por todo o resto da planta. Ou seja, sem planejamento algum, sem análise das condições colocadas a eles, sem enumeração de reivindicações, ou determinações das táticas a serem escolhidas, os trabalhadores simplesmente pararam a produção e depois iniciaram a negociação com a gerência da fábrica.

Portanto, as greves selvagens são, para Gouldner, aquelas em que as lideranças formais dos sindicatos perderam o controle, a greve é liderada por indivíduos sem posição formal na estrutura sindical, e não há planejamento prévio. Podemos perceber que para ele não há ligação entre a legislação sindical que burocratiza e controla a atuação dos sindicatos, ao contrário dos autores anteriormente citados, que tornam a questão do acordo coletivo de trabalho central na análise da eclosão de greves selvagens.

Quais as possibilidades de utilização do conceito de greve selvagem em nossa análise das greves de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte? Como já adiantamos anteriormente, este conceito não é suficiente para nossos estudos. Contudo, a principal contribuição que podemos retirar da análise desses autores sobre as greves selvagens é o papel de uma estrutura sindical altamente burocratizada como elemento de restrição à atuação política dos trabalhadores. Ainda que os elementos que nos levam a caracterizar a estrutura sindical brasileira como burocratizada sejam diferentes do caso americano e muito embora a conjuntura sindical, política e econômica apresentada aos trabalhadores

---

<sup>32</sup> Nome fictício de fábrica de gesso em Lakeport, Califórnia.

das obras de construção das usinas hidrelétricas difira da conjuntura que deu origem àquelas análises, é possível perceber que em ambas situações a condição dos sindicatos acaba atuando mais como freio do que como incentivo à atuação reivindicativa dos trabalhadores.

Mas a própria existência das greves selvagens nos mostra que mesmo sob situações adversas ocorrerá mobilizações dos trabalhadores em seus locais de trabalho, e neste ponto reside outra contribuição dos estudos das greves selvagens que é entender o que leva estes trabalhadores a se manifestar mesmo em situações adversas. Segundo os estudos, principalmente, de Byrne e King (1986) e Gouldner (1954), as paralisações da produção de forma espontânea e em situação de adversidade sindical ocorrem exatamente quando as relações entre trabalhadores e gerência estão altamente desgastadas; principalmente devido a situações de baixo salários, precariedade<sup>33</sup> no trabalho e elevado nível de exploração. Como abordaremos a seguir, a situação do trabalho nos casos analisados por nós nesta dissertação desempenha também um importante papel na deflagração das greves.

Tratando-se dos limites do conceito de greve selvagem para a nossa abordagem temos dois elementos centrais que fazem com que seja necessário irmos em busca de outras ferramentas teóricas. O primeiro consiste na diferenciação existente entre as greves selvagens estudadas por estes autores e os confrontos políticos estudados por nós. Ao contrário das greves de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, no repertório das greves selvagens não há a utilização da violência como uma tática por parte dos trabalhadores, inclusive há casos em que se evita danos ao patrimônio das empresas, como demonstra o relato a seguir de Fantasia (1988):

Grevistas perguntaram a um operador de forno por que ele estava "ficando para trás", perto de seu departamento. Ele respondeu que tinha uma mistura quente e não podia abandonar totalmente a sua estação de trabalho, que ele teria ficar de olho nos medidores e terminar o "calor", antes de se juntar plenamente aos outros. Um trabalhador jovem e bastante inexperiente começou a ficar chateado e, essencialmente, o acusou de furar a greve. Neste momento, alguns trabalhadores mais velhos e experientes explicaram-lhe que, se uma mistura quente esfria antes que estivesse pronta, seria arruinada e o sindicato se tornaria o responsável pela perda, porque tinha sido resultado de uma ação de trabalho ilegal (uma quantidade de dezenas de milhares de dólares). Tal responsabilidade poderia ter praticamente destruído os poucos recursos do sindicato. Estes trabalhadores, bem

---

<sup>33</sup>Precariedade no sentido aqui empregado consiste exatamente numa situação de insalubridade, com altos níveis de acidente de trabalho, mas também de falta de materiais e estruturas para a execução do serviço, e mesmo, das condições do serviço, como em uma mina de carvão; ou a obra de construção de uma usina hidrelétrica na Amazônia brasileira.

como outros que estavam nas proximidades, entenderam isso e concordaram que não havia necessidade de sabotar a mistura para vencer a greve. Eles tratariam este trabalhador como uma exceção. (Fantasia, 1988, p. 90)

Não só os trabalhadores não se utilizam da destruição como a evitam, por fazerem cálculos de que aquilo seria mais prejudicial para eles do que para o patrão. Contudo, há neste relato algo interessante que passa despercebido pelo autor, o trabalhador que acusa o operador de forno como “fura greve” é jovem e inexperiente, segundo o próprio relato de Fantasia, e aquele que o convence de que não haveria problema naquela exceção é mais velho e experiente. A questão que fica é: qual é o papel da experiência na utilização da destruição? Se não houvesse trabalhadores experimentados, a decisão seria a mesma? Acreditamos que esta questão é interessante para entendermos a utilização do repertório violento pelos operários da construção das UHE, mas os estudiosos das greves selvagens não fazem isso, sendo o segundo motivo para não adotamos o conceito de greves selvagens. Assim, através do debate que se segue, buscaremos iniciar a compreensão da explosão dos trabalhadores altamente explorados em greves espontâneas. Por isso, a seguir realizamos o debate com a obra de Ricardo Antunes, *A Rebelião do Trabalho* (1988).

### **1.3 A espontaneidade nas greves metalúrgicas de 1978 no ABC**

Dedicaremos um espaço separado para o debate com a análise de Ricardo Antunes por se tratar do estudo que mais se aproxima dos nossos objetivos, mesmo se tratando de momentos históricos e categorias profissionais altamente distintas. Na obra em questão, *A Rebelião do Trabalho* (1988), Antunes tem por objetivo entender o significado do ciclo grevista do triênio 78/80, no qual o operariado voltou à cena política e econômica do país através dos metalúrgicos das indústrias automobilísticas do ABC paulista. O autor busca apreender as “*causalidades e componentes teleológicos, significados e desdobramentos*” das greves (ANTUNES, 1988. p.7), dando importância central aos níveis de consciência de classe daqueles operários.

Para responder a seu objetivo, Antunes inicia com a descrição das greves, apontando exatamente o caráter espontâneo da greve de 12 de maio de 1978 na Scania. A espontaneidade da greve aparece nitidamente no depoimento de Gilson Menezes, operário da Saab-Scania e delegado de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo: “*A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno dia entrou e não*

*ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar”* (ANTUNES, 1988, p.20). Ou seja, esta greve possuiu um repertório de ação distinto daquelas que se estava acostumado a ver, com piquetes, lideranças da diretoria do sindicato, carros de som, etc. Nesta greve, a paralisação se iniciou dentro da fábrica, o que causou inclusive a demora do entendimento pela patronal sobre o que estava acontecendo, não havia uma pauta definida do que se reivindicava, e o sindicato não sabia do ocorrido.

Antunes entende que esta forma de se manifestar é uma resposta à ausência de alternativas para solucionar os problemas gerados pela intransigência patronal, aliado a isso a situação de superexploração do trabalho, causada pela opressão e despotismo fabril, que desgastava ainda mais a relação dos trabalhadores com a gerência das fábricas. Portanto, conclui:

Em sua efetividade, as greves de maio tiveram um claro caráter espontâneo: sua lógica foi ditada pela dura realidade do cotidiano operário, não contando com uma direção consciente. Os depoimentos que transcrevemos mostraram como a paralisação foi a única alternativa encontrada pela espontaneidade operária, depois de inúmeras tentativas pelas vias burocrático-legais de obtenção de melhores condições de trabalho e salário. Tudo isso realizou-se sem ideiação prévia e consciente, encontrando sua viabilidade pura e simplesmente na realidade concreta e cotidiana do mundo fabril, marcada pela intensidade da exploração do trabalho, bem como pela repulsa e rebeldia dos operários a esta situação. (ANTUNES, 1988. p.37)

Dando um salto na obra, percebemos que em suas conclusões Antunes fará um esforço para definir vários conceitos que perpassam as discussões sobre a ação sindical grevista. Dois deles dizem respeito diretamente ao estudado por nós: primeiro, a retomada da definição de Gramsci acerca de movimentos espontâneos e, em seguida, a diferenciação entre greves espontâneas e não-espontâneas. Conforme Gramsci, movimentos espontâneos são aqueles que:

Não são devidos a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, senão formados através da experiência cotidiana iluminada pelo senso comum, ou seja pela concepção tradicional popular do mundo, coisa que muito vulgarmente se chama ‘instinto’ e que não é senão também uma aquisição histórica, só que primitiva e elementar. (GRAMSCI, A. 1977 *apud* ANTUNES, 1988. p.194)

Para Antunes, os movimentos espontâneos são aqueles que não possuem uma direção consciente, e, por isso, são resultado da expressão instintiva da revolta da classe trabalhadora. A partir disso, conclui-se que uma greve espontânea é aquela na qual não há elemento consciente prévio e detonador da ação; desta forma, torna-se decorrência da intuição das massas.

Sendo assim, uma greve espontânea se diferencia da não-espontânea exatamente pela ausência de uma concepção prévia, planejamento e uma direção política, elementos que devem ser respondidos por uma direção consciente que não existe na greve espontânea. É importante ressaltar que Antunes considera ser possível haver uma greve não-espontânea reformista e outra revolucionária. A greve reformista se limita a conquistas que não ferem essencialmente o capitalismo, já a greve revolucionária, através da direção consciente, opera uma fusão entre as causas imediatas e os valores mais gerais, anticapitalistas e radicais. Como trataremos a seguir, este primeiro tipo de greve não-espontânea ainda remete à consciência espontânea conforme definida por Lênin, enquanto a greve revolucionária exprimiria a presença daquilo que esse autor denominou consciência social-democrata.

Ao tratar da espontaneidade destas greves, Antunes afirma que os metalúrgicos buscaram na sua experiência uma maneira de alterar a situação a seu favor, e esta experiência havia lhes indicado que a melhor forma seria a paralisação da produção: “*Sem vislumbrar outra alternativa para a obtenção de suas reivindicações, os metalúrgicos buscaram, através da sua experiência, a opção que poderia reverter a negativa e a intransigência patronal.*”(ANTUNES, 1988, p.32). Ao invés de experiência, acreditamos que o conceito de *memória política*, desenvolvido por nós anteriormente a partir de Tarrow, seja mais adequado para analisar o caso por nós estudado, já que além de explicar a greve como repertório de confronto e como recurso espontâneo destes operários, também pode explicar a utilização do repertório violento desenvolvido pelos operários das obras do PAC. Voltaremos a isto na conclusão deste capítulo.

Antunes se questiona sobre o que havia de particular nos operários metalúrgicos da indústria automobilística no final da década de 1970, que pôde fazer com que a classe trabalhadora voltasse a se manifestar e pudesse reiniciar seu processo de reorganização, o que posteriormente se deu através da fundação do PT e da CUT. Sua resposta será que aqueles trabalhadores do ABC encontravam-se no núcleo dinâmico da industrialização brasileira, tornando-se expressão do pólo avançado da classe operária, onde o avanço e o retrocesso se manifestam de forma mais acentuada (ANTUNES, 1988, p.159). Com isso, o autor nos ajuda a entender porque hoje a construção civil, principalmente, os trabalhadores das obras de grande porte, pode ser entendida também como um dos pólos mais dinâmicos da luta de classe.



Contudo, a pergunta de Antunes poderia ser acrescida de outra: o que havia de objetivo e subjetivo nos metalúrgicos do ABC que lhes permitiu criar alternativas organizativas para a classe trabalhadora, tanto no campo sindical quanto no partidário? E no nosso caso, por que os grevistas das UHE não conseguiram construir estas alternativas? Acreditamos que a resposta é a presença, nas greves do ABC do triênio 78/80, de elementos conscientes que puderam construir estas alternativas e ausência destes elementos nas greves de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, por motivos que explicaremos ao decorrer do texto, como o afastamento geográfico, sindicatos altamente burocratizados e violentos, complacência das autoridades para com as irregularidades das obras, entre outros elementos. Já no ABC havia indivíduos que poderiam ser considerados como elementos conscientes. Por exemplo, Lula já era presidente do Sindicato em 1978. Mesmo que ele e outros não possuíssem uma consciência social-democrata, nos termos de Lênin, parece-nos que possuíam uma consciência de classe mais avançada que a maioria dos trabalhadores.

É exatamente neste ponto que a obra de Antunes não nos ajuda a interpretar nosso objeto de pesquisa. O objetivo do autor não é refletir sobre a questão da organização dos trabalhadores, ou seja, como se deu esse processo de reconstrução do movimento sindical a partir das greves estudadas por ele e que resultaram na formação da CUT. Contudo, este é um dos objetivos dos nossos estudos, entender as consequências organizativas dessas greves espontâneas para a categoria e para a classe trabalhadora como um todo. Podemos perceber que uma das consequências é exatamente a ausência de novas alternativas organizacionais a estes trabalhadores, como a formação de oposições sindicais, de disputas nas eleições sindicais, ou até mesmo a participação no processo de reorganização sindical que se verifica nos últimos anos no plano das centrais. Deve-se salientar que estas ações não são necessariamente imediatas. A ausência de desdobramentos organizacionais em um curto período de tempo não impede a produção de memórias para mobilizações futuras. Ou seja, estas alternativas podem estar em formas tão embrionárias que não podemos percebê-las ainda, ou mesmo os participantes destes confrontos podem ter se organizado em outros lugares e movimentos a partir das experiências vividas nas obras.

Por fim, Antunes demonstra que, ao se analisar uma greve, deve-se ter em mente a necessidade de se avaliar se há “avanços qualitativos na consciência operária” (ANTUNES, 1988, p.176), isto é, deve se avaliar quanto os operários conseguiram

avançar no entendimento que os objetivos imediatos da greve estão inseridos em uma luta mais geral contra a ordem social capitalista. Neste momento, o autor aborda a questão da presença da dicotomia entre consciência espontânea e consciência social democrata, conforme desenvolvida por Lênin no *Que fazer?*. Abordaremos essa discussão a seguir, exatamente por entender a importância do entendimento da consciência operária, ainda que não pretendamos estabelecer moldes ou critérios para distinguir a "verdadeira" da "falsa" consciência. Nosso objetivo é demonstrar como se dá a relação entre o repertório empregado pelas agentes políticas e o caráter de um confronto político, o que pode ser percebido através das elaborações organizativas e das pautas reivindicadas aos seus opositores.

#### **1.4 Movimentos quebradista**

Em sua principal obra, *A formação da classe operária inglesa*, E. P. Thompson dedica boa parte do terceiro volume aos movimentos operários de destruição de máquinas, deflagrados nos séculos XVIII e XIX na Inglaterra. Definirá essas ações diretas violentas como “*A destruição de materiais, teares, debulhadoras, o inundamento de minas ou estragos na boca de minas, o saque ou o ateamento de fogo à casa ou aos bens de patrões impopulares*” (THOMPSON, 1987, p. 124). Deve-se ressaltar que Thompson faz uma diferenciação entre o movimento de destruição de máquinas propriamente dito e o luddismo. Segundo ele, há uma diferença entre estes dois movimentos tendo em vista que o segundo possuía elevado grau de organização e politicamente havia uma feição insurrecional.

Neste momento, Thompson parece estar em um diálogo com Marx, Engels e Lênin, pois é notório que este grupo de autores compartilhava a ideia de que o movimento luddista foi um momento anterior à tomada de consciência da classe operária acerca de seu antagonismo irreconciliável com a burguesia (ENGELS, 1986, p.243 e MARX, 2013, p.501). Enquanto Thompson afirma que o luddismo beirava objetivos revolucionários ulteriores, mesmo que não fosse ainda totalmente consciente, “*tinha uma tendência a se transformar num movimento desses, e é esta tendência que é subestimada com excessiva freqüência.*” (THOMPSON, 1987, p.125). Contudo, em nenhum momento o autor inglês abre um debate específico citando textos ou posicionamentos de Marx e Engels sobre o movimento luddista e quebradista de maneira geral.

O que nos interessa é discutir o caráter desses confrontos políticos. Por utilizarem a violência, estes trabalhadores seriam mais radicais ou teriam maior propensão insurrecional do que aqueles que se organizam e manifestam por meios pacíficos? Por que estes trabalhadores escolhem este repertório para expressar o conflito? Seriam estas formas mais eficientes do que as ditas “normais”? Para tanto, retomamos o debate entre os fundadores do materialismo histórico e dialético, Marx e Engels, e Lênin no *Que fazer?* (1978) e introduziremos a abordagem de Hobsbawm em *The Machine Breakers*(1952).

Como Thompson descreve, baseado em vários relatos históricos dos acontecimentos nos séculos XVIII e XIX, de modo geral os confrontos luddistas aconteciam quando pequenos grupos de trabalhadores se organizavam para ameaçar ou destruir fábricas, minas de carvão e tecelagens, para que não houvesse a implementação de máquinas que acabassem por diminuir a necessidade de trabalhadores. Ocorreram também alguns ataques para exigir aumentos salariais embasados no crescimento da produção<sup>34</sup>.

Marx e Engels entendiam que se tratava de movimentos isolados, limitados geograficamente e que não percebiam a origem e o alcance do problema. Segundo eles, enquanto os operários deveriam se organizar para a tomada do poder, em movimentos massivos nos quais os trabalhadores pudessem perceber que lutam contra todo um sistema, o movimento luddista estava fazendo exatamente ao contrário: dedicava toda sua força para a destruição de uma fábrica ou apenas para evitar que máquinas fossem instaladas. Este trecho sintetiza todo o posicionamento de Marx e Engels sobre o luddismo e outros movimentos quebradistas na Inglaterra e em toda Europa:

Esta forma de oposição, também ela, não existia senão isolada, limitada a certas localidades e não visava senão um só aspecto do regime atual. (...) Era preciso encontrar uma nova forma de oposição. (ENGELS, 1986, p.243)

---

<sup>34</sup> Thompson realiza um vivo relato sobre um desses ataques para exemplificar como eles aconteciam: “O ataque a Rawfolds se tornou lendário. Participaram talvez 150 luddistas (disse-se que aguardavam mais e que os contingentes de Leeds ou Halifax não conseguiram chegar em tempo). Conduzidos por George Mellor, um jovem aparador de tecido de uma pequena oficina de acabamento na Longroyd Bridge, perto de Huddersfield, os luddistas trocaram um vivo tiroteio, por vinte minutos, com as defesas fortificadas. Sob a proteção desse fogo, um pequeno grupo de malhadores e homens com machadinhas tentaram repetidamente derrubar as pesadas portas da fábrica. Esse grupo sofreu grandes baixas, sendo que pelo menos cinco foram feridos, dois dos quais – mortalmente atingidos – ficaram para trás quando os luddistas se retiraram abruptamente. Disse-se que seu comandante, Mellor, foi o último a ser deixado em campo, e que não conseguiu ajudar os feridos, visto que estava ajudando a pôr a salvo um outro (seu primo). Pelo terreno em torno “da fábrica, espalhavam-se desordenadamente mosquetes, machados, lanças e ferramentas de metal.” (THOMPSON, 1987, p.133)

Ainda que o repertório apresentado por estes trabalhadores fosse radicalizado pela violência, suas pautas eram tão imediatas e econômicas como a maioria das greves que precederam ou se seguiram a esse movimento. Contudo, os luddistas expressavam seu descontentamento nas máquinas e instalações fabris e, como percebe Marx ao abordar este tema:

Foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista, e com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio. (MARX, 2013, p.501)

A partir disso podemos perceber que o caráter de um conflito político não se dá apenas pelo repertório utilizado pelos seus agentes políticos, mas sim pelos objetivos, ou seja, por aquilo que se pretende com o movimento. Desta forma, se utilizamos a distinção leninista entre consciência espontânea<sup>35</sup> e consciência social-democrata trabalhada em *Que fazer?*, poderíamos dizer que o movimento quebradista, como relatado por ele, pertence à consciência espontânea, e por isso, forma anterior e ainda embrionária de consciência da classe operária. E é isto que Lênin faz ao abordar as greves operárias da década de 1870 e 1880 na Rússia. Chamando-as de tumultos, o autor descreve que houve “*destruição ‘espontânea’ de máquinas*” e acrescenta em seguida:

Os tumultos primitivos já traduziam certo despertar da consciência: os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva, e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de luta. (LÊNIN, 1978, p.24)

Lênin identifica dois estágios da consciência de classe do proletariado, a espontânea e a social-democrata. Para ele o sindicalismo está preso ao espontâneo, pois limita-se ao econômico<sup>36</sup>; é uma forma embrionária da luta de classes, que se organiza numa perspectiva *tradeunionista*. Neste estágio, a classe trabalhadora percebe que deve lutar pela sua própria sobrevivência contra os patrões e o Estado, isto é, contra demissões, por aumentos salariais e por melhores condições de trabalho e vida. Contudo, quando percebe que seus interesses são irreconciliáveis com os interesses da

<sup>35</sup> Não confundir consciência espontânea com o caráter espontâneo das greves; ainda que possam estar relacionadas, neste momento, são coisas distintas.

<sup>36</sup> Para Lênin, o economicista é aquele que prega “*a luta econômica como o meio mais amplamente aplicável para integrar as massas ao movimento político, realizam um trabalho profundamente prejudicial e reacionário em seus resultados práticos.*” (LÊNIN, 1978, p.55).

burguesia e que sua emancipação é a libertação de toda a sociedade, o proletariado atinge a consciência social-democrata<sup>37</sup>.

Devemos perceber que para Lênin tanto os “tumultos” das décadas de 1870 e 1880, nos quais houve destruição de máquinas, quanto as greves operárias de 1890 da Rússia, são ainda expressões da consciência espontânea da classe trabalhadora, isto é, a percepção da sua exploração e opressão, o que nos demonstra que o caráter de um conflito político se dá exatamente pelo que se almeja, isto é, pelos seus objetivos. Contudo, os “tumultos” eram mais “*uma manifestação de desespero e de vingança que de luta*” (LÊNIN, 1978, p.24). Os movimentos quebradistas, inclusive o luddismo, podem ser compreendidos dessa forma, ao contrário do que sugere Thompson, que atribui a esses movimentos uma feição insurrecional. Assim, percebemos que são explosões de fúria destes trabalhadores contra as condições de vida e trabalho que lhes são impostas pelos patrões e pelo Estado.

As greves de 1890 são para Lênin ainda greves meramente sindicais, sem consciência social-democrata. Contudo, se aqui retomamos a dicotomia marxiana de classe em si e classe para si, poderíamos dizer que estas greves seriam expressão da consciência da classe em si, isto é, já se percebe a necessidade da sua unidade para lutar por suas necessidades. Isto ocorre devido ao fato de que nessas greves “*formulavam-se reivindicações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-se certos casos e exemplos de outras localidades etc.*” (LÊNIN, 1978, p.24).

Portanto, é necessário neste momento entender o caráter que esses confrontos políticos possuíram, para que assim possamos compreender se são capazes de promover o rompimento com a ordem. Ainda que possuam um repertório de confronto altamente radicalizado, com a utilização da violência como meio de tensionar a seu favor<sup>38</sup>, estes acontecimentos, na perspectiva de Lênin, devem ser considerados como espontâneos e iniciais. Ao longo deste trabalho dividiremos as greves nas obras do PAC em dois grupos, entendendo o primeiro como greves com rebeliões operárias e o segundo como greves tradicionais, consideramos que o primeiro grupo promove explosões súbitas contra situações que escancaram a situação de subsunção na qual vivem aqueles trabalhadores; desta forma as greves com rebeliões seriam comparáveis aos tumultos de 1870 e 1880 na Rússia ou aos movimentos quebradistas na Inglaterra do século XVIII e

---

<sup>37</sup> Os conceitos de “consciência espontânea” e “consciência social-democrata” são complementares às categorias marxianas de “classe em si” e “classe para si” trabalhadas n’*A miséria da filosofia* por Marx.

<sup>38</sup> A seguir abordaremos o debate sobre os motivos e eficiência da utilização desse tipo de repertório.

XIX. Esta divisão tem por objetivo ajudar-nos a compreender nosso objeto de pesquisa, e trata-se de um conceito diferente de “greves selvagens”, afinal este é um conceito utilizado pelas ciências sociais norte-americanas pra entender acontecimentos específicos e com características distintas dos confrontos políticos que estudamos nesta dissertação.

### **1.5 Questões sobre o repertório**

Neste subitem utilizaremos o debate realizado pelos principais líderes do Partido Bolchevique e da Revolução de 1917, Lênin e Trotsky, acerca da relação existente entre a espontaneidade que prevalece na consciência dos trabalhadores com a utilização de um repertório violento, para demonstrar como o recurso à violência individual e isolada é expressão desta consciência espontânea. Contudo, esta constatação não é suficiente para explicar o porquê dos trabalhadores estudados por nós recorrem, hoje, à quebra de máquinas e das mais diversas estruturas das obras das UHE de Jirau e Belo Monte.

Tanto Lênin no *Que fazer?*, por exemplo no item *O que há de comum entre o “economicismo” e o terrorismo*, quanto Trotsky em textos sobre as táticas de uso da violência individual e isolada, chamam as quebras de máquinas de terrorismo. Para definir o termo *terrorismo* citaremos o texto *Por que os Marxistas se Opõem ao Terrorismo Individual*, de Trotsky, já deixando explícito que, para esses autores, os marxistas devem se opor ao terrorismo:

No entanto, devemos assinalar que quando nos jogam na cara o terrorismo, tratam, ainda que nem sempre de forma consciente, de dar-lhe a esta palavra um sentido mais estrito, menos indireto. Por exemplo, a destruição das máquinas por parte dos trabalhadores é terrorismo neste sentido estrito do termo. A morte de um patrão, a ameaça de incendiar uma fábrica ou matar o seu dono, o atentado a mão armada contra um ministro: todos estes são atos terroristas no sentido estrito do termo. Não obstante, qualquer um que conheça a verdadeira natureza da socialdemocracia internacional deve saber que ela tem se colocado em oposição da maneira mais irreconciliável a esta classe de terrorismo. (TROTSKY, L. *Por que os Marxistas se Opõem ao Terrorismo Individual*)<sup>39</sup>

O que nos importa agora fundamentalmente é a ligação entre o culto da espontaneidade, que Lênin identificará nos economicistas, com o terrorismo, como definido por Trotsky acima. Primeiro, devemos perceber que Lênin está travando neste momento uma polêmica acerca da necessidade do elemento externo consciente para o crescimento da ideologia socialista no meio da classe operária, e que esta não é a nossa

---

<sup>39</sup> Acessado em 26/3/2015 <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1911/11/terrorismo.htm>

preocupação no momento, mas sim exatamente entender a relação entre espontaneidade e violência no movimento operário.

Dito isso, passemos à questão de *culto da espontaneidade*, que seria a ideia defendida pelos membros do periódico *Rabótchaa Mysl*, segundo a qual o movimento deveria ser puramente operário e os operários deveriam lutar através e por suas vontades primárias. Lênin resume o que faziam esses intelectuais, para os quais através das lutas sindicais e meramente econômicas, a classe operária automaticamente se construiria como classe dirigente para o socialismo: “*diziam aos operários que a luta exclusivamente sindical é uma luta por eles próprios e por seus filhos, e não por remotas gerações futuras com vistas a um incerto socialismo futuro.*” (LÊNIN, 1978, p.24). Não é preciso dizer o quanto Lênin se opunha a esta posição, apenas deve-se notar que ele afirma que esta forma de pensar é uma forma de sucumbir à ideologia burguesa.

Para Lênin, a conexão entre a espontaneidade e o terrorismo reside exatamente no fato de que a primeira fará com que os trabalhadores façam exatamente aquilo que tem de mais instintivo: desde lutar pelo o que é imediato e próximo, ou seja, as pautas econômicas, até expressar essa luta através da explosão de fúria e vingança na figura da máquina ou mesmo na pessoa do patrão. Portanto, nesta perspectiva o recurso ao repertório violento será expressão do caráter espontâneo desses confrontos, afinal, não há elementos “conscientes” capazes de perceber que aquela não é a melhor tática a ser utilizada pelos trabalhadores.

Quando afirmarmos que não há elementos conscientes fazemos referência à ausência de indivíduos que possam ser chamados de liderança do movimento. Isto é, pessoas com experiência nos movimentos sociais que consigam fazer análises sobre a conjuntura que se apresenta, procurar determinar o melhor momento para a deflagração da greve, saber escolher as melhores táticas para se atingir os objetivos, isso tudo a partir de exemplos anteriores. Deve-se perceber que estes líderes do movimento “experimentados” em outros processos podem tanto conduzir os trabalhadores à vitória quanto à derrota. Numa situação em que não há elementos voltados à elaboração política para o conjunto dos trabalhadores, quando as condições de exploração e opressão chegam a níveis absurdos ocorrem explosões de fúria que resultam em greves com rebeliões.

Até aqui utilizamos os conceitos desenvolvidos por Lênin de consciência espontânea e consciência socialdemocrata como meio de compreender as origens sociais e de classe do repertório utilizado por estes trabalhadores ao se manifestarem contra as condições de salário, trabalho e vida que são expostos nestas obras do PAC. Contudo, não acreditamos que essa dualidade da consciência desenvolvida por Lênin seja suficiente para explicar a totalidade das ações dos trabalhadores, por isso, recorreremos ao conceito de Tarrow de memória política com o objetivo de dizer os motivos destes trabalhadores recorrerem à violência como meio de manifestação das suas reivindicações.

Como elaboramos anteriormente, o conceito de *memória política* pode nos ajudar a explicar a recorrência a elementos de violência por estes trabalhadores da construção das UHE. Se entendermos a memória política como um conjunto de métodos e meios inscritos no consciente coletivo de uma categoria profissional, parcela da população, classe social e até mesmo nações, perceberemos que existe uma recorrente presença do repertório violento nas ações empreendidas pelos trabalhadores da construção civil brasileira.

Isto é, existe nos operários de obras por todo o país um *background* que retoma a utilização da violência. Dizemos isso a partir dos estudos, por exemplo, de Souza (1983), Ribeiro (2008) e Valladares (1983), que relatam a destruição de máquinas e estruturas das obras, como refeitórios e alojamentos, como forma de protestos dos trabalhadores da construção nas obras de construção de Brasília e do metrô do Rio de Janeiro. Além dos milhares de casos da utilização da destruição na construção civil que não são relatados em artigos e livros das ciências sociais, ficando restrito aos noticiários e também à memória destes trabalhadores.

Portanto, acreditamos que uma forte explicação para a recorrência de um repertório violento nestes confrontos políticos se deve exatamente à existência desta memória política na categoria dos operários da construção civil. Ou seja, estes operários recorrem a este tipo de repertório exatamente porque seus “antepassados” assim fizeram e obtiveram sucesso. Ou eles mesmos, pois, devido à característica migratória desta categoria, é possível que estes trabalhadores tenham participado de algum confronto político com a utilização do “quebra-quebra” e também considerado o saldo da ação positivo.



A seguir realizaremos a discussão acerca dos motivos que levam os trabalhadores das UHE a se comportarem dessa forma, depois debateremos a eficiência desse repertório, seja em um momento mais imediato, seja pensando em termos de longo prazo na organização da classe trabalhadora. Por isso, é necessário retomarmos os dois tipos de “*machinebreakers*” trabalhados por Hobsbawm (1952, p. 58), afinal, se partirmos do entendimento de cada tipo de movimento, podemos compreender suas motivações e eficiência.

O primeiro tipo de movimento quebradista não possuía necessariamente hostilidade com as máquinas, seria uma forma de aumentar seu poder de barganha perante os patrões e se prevenir contra fura-greves. Portanto, seriam ataques contra máquinas, sejam velhas ou novas, para coagir os empregadores a cederem as suas reivindicações. Hobsbawm afirma que esse “*tipo de destruição era parte tradicional e estabelecida do conflito industrial no período do sistema de produção doméstico e manufatureiro, e nos estágios iniciais das fábricas e minas*”(HOBSBAWM, 1952, p.58). Ou seja, a destruição de máquinas era uma tática utilizada pelo movimento operário durante os períodos iniciais da Revolução Industrial, quando a própria organização dos operários ainda era incipiente ou inexistente.

Já o segundo tipo de destruidores de máquinas é formado, segundo Hobsbawm, por aqueles movimentos que seriam a expressão da hostilidade da classe trabalhadora com a introdução de máquinas provocadas pela Revolução Industrial. Para Hobsbawm não era uma hostilidade abstrata em relação ao progresso técnico, mas sim às transformações práticas que essas inovações provocavam na vida do trabalhador, principalmente contra as demissões provocadas pela diminuição da necessidade de trabalho. Segundo ele, ocorreram fatores não monetários como liberdade e dignidade, mas também a luta pela manutenção ou aumento dos salários<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup>Faz-se necessário ressaltar que Thompson, em alguns momentos, diverge desse posicionamento de Hobsbawm, ao afirmar que o movimento luddista de malharistas se mobilizava com argumentos em torno da qualidade dos tecidos. Ou seja, a aristocracia operária, aqui representada pelos malharistas, sentia que seu orgulho de artífice estava ferido quando se fazia peças de baixa qualidade e também devido ao emprego de mão-de-obra inexperiente. Portanto, seria hostilidade contra a máquina em si, pois esta tornaria o trabalho indigno e o produto de má qualidade. Como exemplifica a citação do periódico *NottinghamReview* de 6 de dezembro de 1811: “As máquinas ou armações(...) são quebradas não por serem invenções novas(...) mas devido a artigos tecidos nelas que são de baixa qualidade, enganosos aos olhos, desonrosos para o ofício e, portanto, prenes das sementes de sua destruição. (THOMPSON, E.P. 1987, p.101).

Neste ponto, todos os autores já citados, de Marx a Hobsbawm, incluso Lênin, parecem concordar com os motivos dos trabalhadores se utilizarem da destruição de máquinas como repertório nestas greves com rebeliões operárias, apontando que são movimentos primitivos de resistência em um processo de industrialização também inicial. Como resume Hobsbawm: *“Destruição era simplesmente uma técnica do sindicalismo em um período anterior, e durante as fases iniciais da Revolução Industrial”*(HOBSBAWM, 1952, p.59).

Nossa hipótese é que os movimentos da construção civil aqui estudados se encaixam no primeiro tipo de destruidores, isto é, aqueles que o fazem como forma de pressão nas negociações para fazer valer suas demandas, mas também como único e, ao mesmo tempo, último recurso possível.

## **1.6 Conclusão**

Na ausência de uma teoria dos movimentos sociais que consideramos acabada, no sentido de poder nos fornecer o aporte teórico e metodológico para análise dos conflitos que estudamos, mas também devido à dificuldade de entendimento de greves que aconteceram por fora do sindicato, à revelia da direção sindical e muitas vezes utilizando de um repertório violento, buscamos nos valer de um conjunto de aportes teóricos e ferramentas conceituais que pudessem nos ajudar a responder as questões que nos colocamos no início da pesquisa.

Por isso, tentamos estabelecer uma aproximação entre a teoria do processo político, desenvolvida por Tilly, McAdam e Tarrow em décadas de trabalho, com o que o marxismo tem de fundacional. Assim, utilizamos conceitos elaborados por Tarrow, autor que sofre muitas influências do próprio marxismo, para estudar as greves operárias nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, mas retomamos discussões fundamentais para a análise da sociedade capitalista a partir do materialismo histórico, com destaque para as classes sociais e a questão da consciência.

Ao mesmo tempo, não podíamos nos afastar das análises que em certa medida dialogavam com a nossa proposta de pesquisa, por isso, recuperamos conceito de “greves selvagens” desenvolvido, principalmente, nas ciências sociais estadunidenses, por autores como Richard Fantasia (1988) e A.W. Gouldner (1954). Ainda que este conceito possua limitações para interpretar as greves aqui estudadas, principalmente por não abordar a utilização da violência e as consequências advindas da espontaneidade

que desencadeia essas greves, o debate realizado em torno do conceito das greves selvagens lança luz sobre duas questões importantes: o papel da estrutura sindical na ação sindical, que abordaremos no terceiro capítulo, e a influência das condições de trabalho nessas explosões operárias.

Já no Brasil, Ricardo Antunes realizou importante estudo sobre greves que iniciaram aparentemente “do nada”, quando pouco se esperava, que são as greves dos metalúrgicos do ABC de 1978 e 1979, com foco nos operários da Scania. Ainda que não tenha como objetivo a compreensão das consequências organizativas e estas sejam uma das nossas principais preocupações, o estudo da obra *A rebeldia do trabalho* (1988) nos permite perceber o papel da consciência dos operários na expressão do seu descontentamento e, desta forma, entender como consciências mais espontâneas podem influenciar o repertório adotado pelos agentes políticos.

Para responder a isto, recorreremos ao debate marxista de consciência espontânea e consciência socialdemocrata a partir do que foi produzido por Lênin no *Que fazer?* Assim, percebemos que o luddismo, os “tumultos” operários na Rússia de 1870 e 1880 e os conflitos que estudamos aqui são expressões da consciência mais espontânea da classe trabalhadora, aquela na qual os operários expressam seu descontentamento com as suas condições de trabalho e vida, sem ainda perceber profundamente a oposição irreconciliável entre as classes burguesas e o proletariado. Desta forma, também é expressão desta consciência espontânea a utilização de um repertório violento, assim a destruição de máquinas, equipamentos e estruturas são apenas explosões de fúria, vingança e ódio contra aquilo que parece lhes fazer sofrer, sem perceber que na verdade quem lhes faz sofrer é seu antagonista, o patrão.

Neste sentido, retomamos a divisão estabelecida por Hobsbawm entre dois tipos de “quebradores de máquinas”: aqueles que quebram as máquinas, pois acreditam que assim estarão aumentando seu poder de pressão contra os patrões, em uma luta para vender a um preço melhor sua força de trabalho; e aqueles que acreditam que as máquinas são a causa de seu sofrimento, como a redução dos salários, desemprego, acidentes do trabalho, etc. Esta diferenciação nos levou a questionar qual era a intenção dos operários de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte ao destruírem as máquinas, e temos como hipótese que neste caso se trate do primeiro tipo de “quebradores”, por não haver hostilidade com a maquinaria e as instalações dos canteiros de obras.

Ao longo de nosso texto retomaremos as discussões e os conceitos abordados neste capítulo, como é o caso do repertório, memória política e as oportunidades e restrições políticas, à medida que as informações e dados referentes a nosso estudo de caso forem sendo apresentados.

## **Capítulo 2 - AS CONDIÇÕES PARA AS MOBILIZAÇÕES NAS USINAS HIDRELÉTRICAS DE JIRAU, SANTO ANTONIO E BELO MONTE.**

Para compreender os conflitos políticos que aconteceram nas obras de construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte entre 2011 e 2013, é preciso considerar as características do trabalho e dos trabalhadores dessas obras. O trabalhador não se encaixa no imaginário do operariado clássico fabril brasileiro, mas também apresenta nuances e especificidades em relação ao operário da construção civil brasileiro. É o que chamamos do “peão-de-trecho”, trabalhador caracterizado pela participação em grandes projetos da construção civil, como usinas, estradas, estádios, portos e aeroportos, entre outros. Esta categoria profissional se distingue pelo caráter migratório que adota ao acompanhar as obras de norte a sul do país, em busca de melhores salários e direitos que não teriam acesso se ficassem em seus locais de origem “parados”.

Por isso, neste capítulo temos por objetivo traçar o perfil do “peão-de-trecho” através das informações colhidas em nossa pesquisa de campo com os trabalhadores e da literatura existente sobre o assunto. Buscamos entender como essas especificidades do “peão-de-trecho” podem influenciar na mobilização e na deflagração ou não das greves, ou seja, como elementos da trajetória pessoal podem fazer com que estes trabalhadores estejam mais ou menos dispostos a se manifestar.

Também buscamos debater outros elementos que podem funcionar como oportunidades ou restrições que condicionam a mobilização aos trabalhadores. Assim, analisamos as relações e condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores nos canteiros de obras de um grande projeto, recorrendo ao debate realizado por Burawoy sobre o regime fabril. Além disso, realizamos um extenso debate acerca do nosso entendimento sobre a conjuntura econômica do país na última década, principalmente, a caracterização dos governos petistas de Lula e Dilma, aliando-o à discussão sobre a avaliação desses governos pelos “peões-de-trecho”. Por fim, apresentamos elementos sobre o cenário sindical brasileiro nas últimas décadas, com foco principal na discussão acerca dos processos de reorganização e nas greves registradas no período.

## **2.1 Quem é o “peão-de-trecho”?**

Como se pode perceber à menor observação nos canteiros de obras e nos diálogos travados com os operários, assim como também por meio da pequena literatura existente sobre a temática, o trabalhador da construção civil possui um perfil diferenciado do operariado clássico brasileiro, principalmente por seu caráter itinerante. Contudo, existe ainda uma subcategoria neste perfil que é o trabalhador de grandes projetos, ou seja, aqueles operários que são responsáveis pela execução de grandes obras, como usinas, aeroportos, portos e estradas, entre outros. A literatura não cunhou um termo definitivo, tampouco os próprios trabalhadores o fizeram; há aqueles que os chamam de “barrageiros” e outros que utilizam-se do termo “peão-de-trecho”. O primeiro nome designa especificamente aqueles operários que se ocupam na construção de barragens e usinas hidrelétricas, com foco principal no norte do Brasil; já o segundo termo vem daqueles que se ocupam na construção de “trechos” de estradas. Ambos designam setores existentes nas obras estudadas por nós, porém, a partir da pesquisa de campo, percebemos que há maior presença de operários “de-trecho” e, além disso, o termo “peão-de-trecho” nos pareceu mais abrangente, englobando maiores setores da categoria.

Traçar o perfil desta subcategoria de operários, isto é, quem são estes trabalhadores que giram as obras pelo país – no último período especificamente do PAC –, quais são suas trajetórias de vida, o que os levou a participar daquele empreendimento, quais são suas condições de trabalho e expectativas, é fundamental para observar se este perfil influencia positivamente ou se restringe a mobilização desta categoria. Para isso, utilizaremos os dados coletados através dos questionários aplicados aos operários das três obras e informações mais qualitativas obtidas através de depoimentos coletados com os operários.

Primeiramente devemos perceber que o “peão-de-trecho” possui um perfil geral masculino, jovem e escolaridade na média dos padrões educacionais brasileiros. Cerca de 70,20% dos entrevistados possuem idade inferior a 35 anos e com presença descendente a partir desta marca. Esta constatação é de se esperar em um tipo de trabalho extremamente desgastante e que exige afastamento da família e, na maioria das vezes, dos locais de origem.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Utilizamos as siglas a seguir para simplificar a apresentação da tabela: BM14 significa a enquete aplicada aos operários das obras da UHE de Belo Monte entre 19 e 26 de Junho de 2014, já BM 15 corresponde à enquete aplicada entre os dias 21 e 23 de Julho de 2015, também em Belo Monte.

**Tabela 3:** Distribuição dos trabalhadores por idade nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio

| IDADE        | Nº(BM14)   | %(BM14) | Nº(PVH15) | %(PHV15) | Nº(BM15)  | %(BM15) | TOTAL      | % Total |
|--------------|------------|---------|-----------|----------|-----------|---------|------------|---------|
| 18-25 anos   | 33         | 24,44%  | 7         | 13,73%   | 10        | 16,95%  | 50         | 20,41%  |
| 26-30 anos   | 32         | 23,70%  | 13        | 25,49%   | 18        | 30,51%  | 63         | 25,71%  |
| 31-35 anos   | 32         | 23,70%  | 13        | 25,49%   | 14        | 23,73%  | 59         | 24,08%  |
| 36-40 anos   | 16         | 11,85%  | 5         | 9,80%    | 5         | 8,47%   | 26         | 10,61%  |
| 41-45 anos   | 8          | 5,93%   | 4         | 7,84%    | 3         | 5,08%   | 15         | 6,12%   |
| 46-50 anos   | 5          | 3,70%   | 1         | 1,96%    | 3         | 5,08%   | 9          | 3,67%   |
| 51-55 anos   | 6          | 4,44%   | 4         | 7,84%    | 4         | 6,78%   | 14         | 5,71%   |
| 56-60 anos   | 2          | 1,48%   | 4         | 7,84%    | 2         | 3,39%   | 8          | 3,27%   |
| >60 anos     | 1          | 0,74%   | 0         | 0,00%    | 0         | 0,00%   | 1          | 0,41%   |
| <b>Total</b> | <b>135</b> |         | <b>51</b> |          | <b>59</b> |         | <b>245</b> |         |

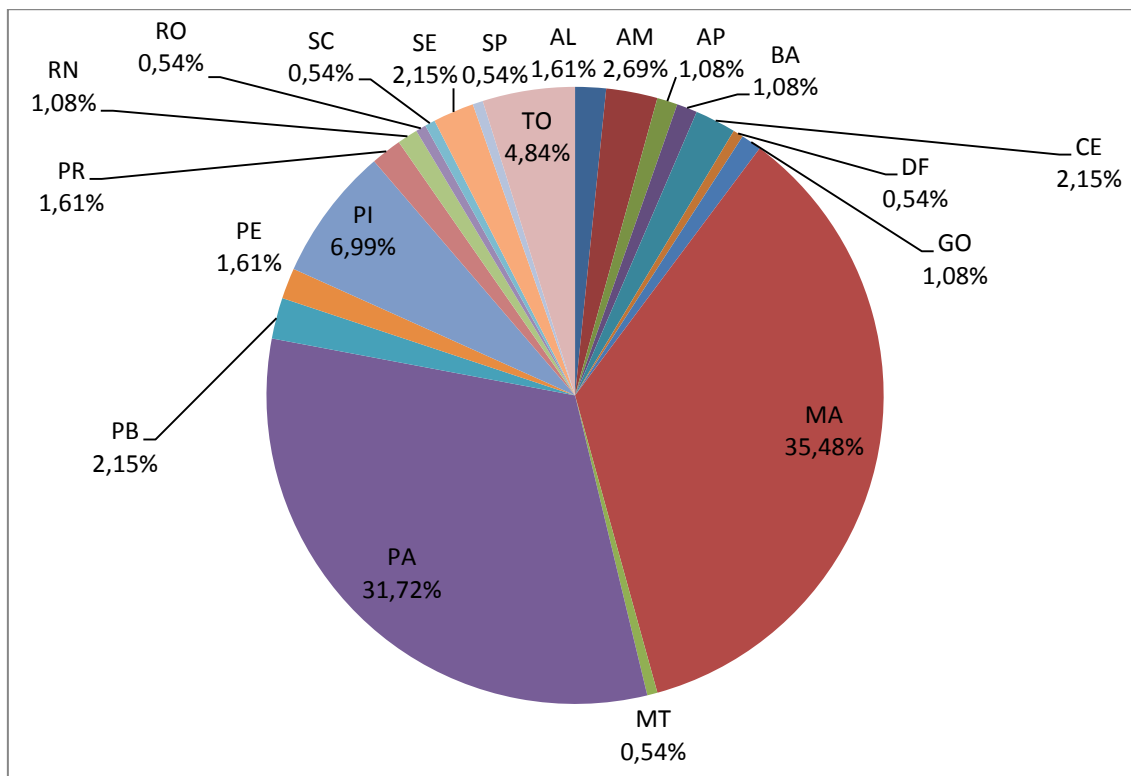
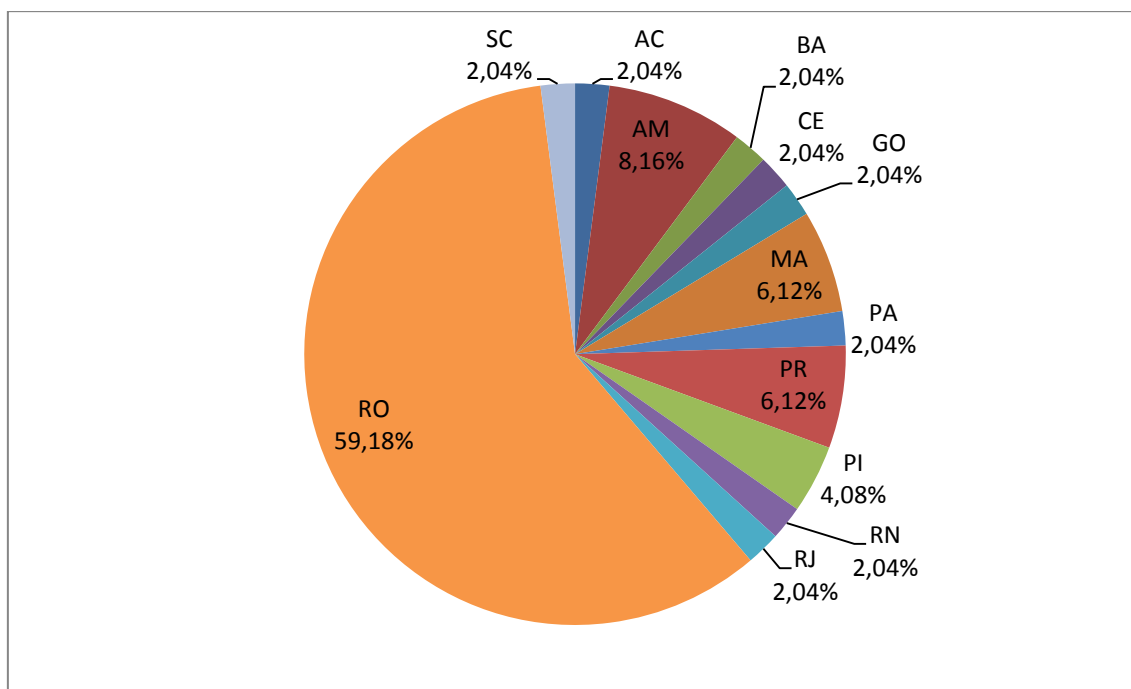
Não questionamos sobre o gênero dos operários por ser visivelmente notória a prevalência do gênero masculino neste tipo de obra e por não entender que este seria um indicativo significativo sobre a maior predisposição à movimentação reivindicatória. Mas podemos afirmar que havia poucas mulheres entre os entrevistados, e mesmo no conjunto da categoria estudada. Por isso, reafirmamos o perfil masculino da categoria.

Outro elemento de conhecimento comum sobre a categoria dos trabalhadores da construção civil é o seu caráter migratório e os dados coletados em nossa enquête corroboram essa ideia. Os operários entrevistados na obra de UHE Belo Monte foram escolhidos de forma completamente aleatória e isso se manifesta na diversidade de estados presentes nas respostas dos operários. Os 186 operários de Belo Monte são oriundos de 20 estados brasileiros diferentes, sendo que a maior presença é do Maranhão (35,48%), inclusive superior ao Pará, estado de realização da obra.

No caso das obras de Jirau e Santo Antonio, ainda que haja forte presença de operários de outros estados, a maioria dos entrevistados é do próprio estado de Rondônia, inclusive da capital e cidade das obras, Porto Velho. Acreditamos que isso também se deva à forma de coleta dos dados imposta pela realidade das obras, afinal tivemos que entrevistar os operários em suas residências e não nas obras como em Belo Monte. Portanto, pode-se estimar que há uma hiper-representação dos operários locais, não nos possibilitando captar a migração para as obras, mesmo assim houve respostas de 13 estados diferentes de todas as regiões do Brasil.

---

PVH15 é a enquête aplicada aos trabalhadores das obras de construção das usinas da cidade de Porto Velho (PVH), UHE de Santo Antonio e UHE de Jirau, no período de 7 a 10 de julho de 2015.

**Gráfico 1:** Estados de origem dos operários da UHE de Belo Monte**Gráfico 2:** Estados de origem dos operários das UHE de Jirau e Santo Antonio

Em Belo Monte, a maioria dos operários que não são da cidade de Altamira ou cidades próximas migraram especificamente para trabalharem na obra; já para os operários de Porto Velho, a migração é anterior à obra. Percebemos isso através da questão sobre a última residência, na qual a maioria dos operários de Jirau e Santo



Antonio (mesmo aqueles que não eram nascidos em Rondônia) já moravam na cidade, e para aqueles que haviam migrado para Belo Monte, havia uma variação extensa de últimas residências. Isto confirma que a migração pelo país é inerente a essa parcela da população.

Deve-se ressaltar a forte presença de operários do Maranhão, sendo o estado de maior presença em Belo Monte e o segundo em Jirau e Santo Antonio. Talvez seja possível formular algumas hipóteses sobre os fatores que levam estes operários a migrar: um estado pobre, atacado pela corrupção estatal, sob controle de coronéis há décadas e com baixa industrialização, empurra a juventude e a classe trabalhadora a procurar por oportunidades de melhorar a vida em outros estados<sup>42</sup>.

Nos relatos obtidos em nossa pesquisa de campo, os operários constantemente retomam que são obrigados a migrar porque em suas cidades de origem não possuem condições de se empregar e conseguir progredir economicamente. A maioria dos operários justifica a migração pela ausência de opções na cidade de nascimento, como afirma Ricardo<sup>43</sup>, carpinteiro da obra da UHE de Belo Monte, o qual podemos classificar como um peão-de-trecho por definição: nascido em Tucuruí-PA, trabalhou na obra da Usina Hidrelétrica daquela cidade; já trabalhou em Jirau e obras de estrada pelo Pará, e estava ali em Altamira apenas pelo trabalho na obra.

“Se tivesse serviço na minha cidade, eu estava aqui nada. O cara deixa família pra trás, os amigos, deixa tudo pra trás pra tá nessa vida. O cara sai porque precisa mesmo, a opção é essa mesmo”<sup>44</sup>

Portanto, por ausência de opções de se empregar com algum nível de estabilidade e segurança no trabalho, estes operários migram por todo o território. Ademais, Ricardo mostra que não faz isso com satisfação, que se possível se manteria na sua própria cidade, ou seja, só migra por não conseguir as condições de vida desejadas. Além disso, boa parte dos operários reclamam da discrepância entre o que foi prometido com o salário pago efetivamente na obra, como relata Viola, ferreiro de Belo Monte.

Porque quando a gente foi contratado por aqui, pela capital aqui em Belém, eles prometeram uma coisa e quando chegamos lá, vimos que

<sup>42</sup> Segundo o Censo de 2010 do IBGE, a população maranhense fora do estado era de 1,5 milhão de pessoas, sendo que a população do estado era de 6,5 milhão, com forte migração para os estados do Pará, São Paulo e Rio de Janeiro. Na maioria dos casos, estes migrantes são jovens, de origem rural e baixa renda, isto é, pessoas buscando acumular recursos.

<sup>43</sup> Todos os operários entrevistados citados nesta dissertação são tratados por nomes fictícios, com exceção dos dirigentes sindicais envolvidos.

<sup>44</sup> Entrevista realizada em 21/7/2015.

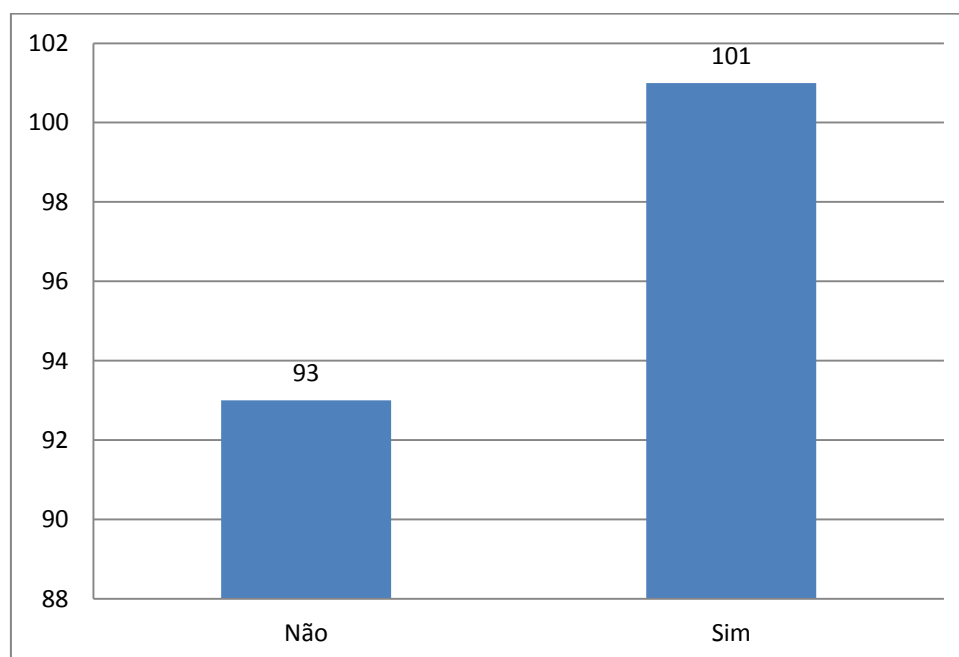
não era o que eles tinham prometido. (...) Conclusão, quando chegemos lá, a equipe daqui que foi contratada, vimos que não era exatamente o que eles tinham prometido. Chegemo lá e a obra tava no começo, vimos um regime de total escravidão, operários fora das suas funções.

O “peão-de-trecho” é caracterizado pela constante mudança de localização no emprego, isto é, se hoje é empregado em Belo Monte, já se empregou na obra de Tucuruí, amanhã pode estar em Jirau, ou na COMPERJ, enfim, “girar” pelo país é algo inerente a esta categoria. Este é o caso do carpinteiro Ricardo, como vimos acima e de tantos outros operários, quando este deixa claro que sua intenção nas diversas obras é tentar acumular alguns bens, o que considera que não seria possível se ficasse em casa e no emprego que lá conseguisse:

“Eu sou pai de família, eu não tinha uma casa pra morar. Hoje eu já tenho. Através de que? Hoje eu estou aqui, pego uma ‘indenizaçõzinha’, passo um pouquinho, vai pra outra obra, passa um tempo, pega outro pouquinho e vai construindo. Hoje eu posso dizer que tenho uma casa pra morar e botar meus filhos debaixo. Hoje se eu morrer, eu morro satisfeito. Peão de trecho é isso aí, né? Hoje ele tá aqui, amanhã ali, sempre em busca de algum objetivo”.

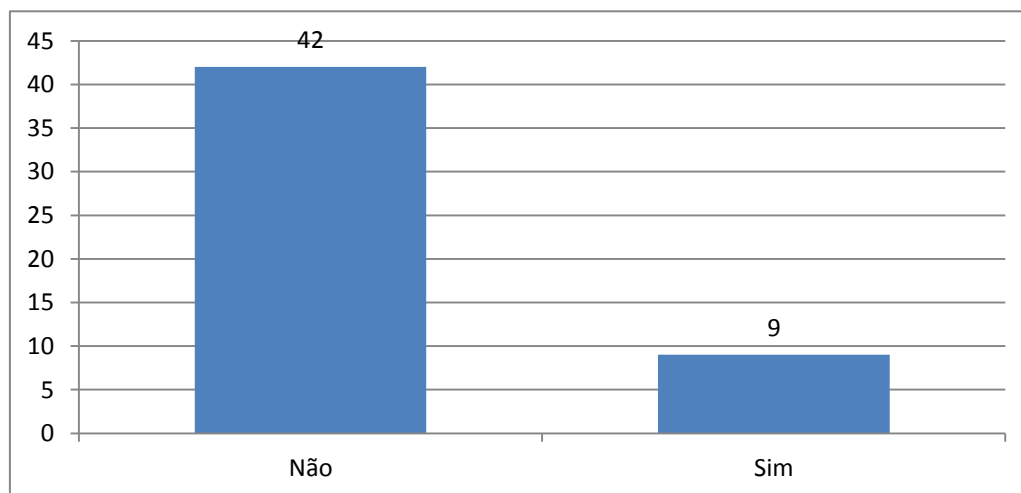
Além dos diversos casos de trabalhadores que já haviam trabalhado em obras de grande porte – dos operários entrevistados na obra de Belo Monte 52% haviam trabalhado em obras de usinas, estradas, porto, aeroportos, refinarias, etc há alguns casos que saltam aos olhos por destacar a característica itinerante do “peão-de-trecho”.

**Gráfico 3:** Respostas a questão "Já havia trabalhado em obras de grande porte?" - UHE Belo Monte – Em números absolutos



Apesar de esta frequência ser bem menor nos operários de Jirau e Santo Antônio, principalmente devido a nosso método de pesquisa hiper-representar os operários locais, como já explicamos, naquelas obras também se verifica a presença de trabalhadores com experiência anterior em obras de grande porte.

**Gráfico 4:** Respostas a questão "Já havia trabalhado em obras de grande porte?" - UHE de Jirau e Santo Antonio – Em números absolutos



Esse é o caso de Carlos, pintor industrial das obras de Jirau e Santo Antonio, filho de “peão-de-trecho” e que continuava com essa mesma perspectiva. Ao ser questionado sobre sua origem e como havia chegado até Porto Velho, relatou ter nascido no Rio Grande do Norte, se criado na Bahia e já adulto migrou com a família para Angra dos Reis-RJ. Todas estas mudanças aconteceram devido à participação de seu pai em obras de estradas e usinas; em Angra, ele e o pai trabalharam na obra da construção da Usina Nuclear de Angra. Após isto, deixou a família para migrar para Rondônia e trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Samuel, lá se estabelecendo, e mais recentemente trabalhando nas obras de Jirau e Santo Antonio.

Também em Porto Velho, ao questionarmos um morador se ele havia trabalhado em algumas das obras, além de responder positivamente ainda afirmou que dois de seus filhos também haviam trabalhado lá. O pai da família, Sócrates, nascido em Bacabal-RN, migrou para o estado do Amazonas para trabalhar na obra de construção da Usina de Balbina, se estabelecendo em Manaus, sendo que já havia trabalhado nas obras das UHE's de Ibitinga-SP e Tucuruí-PA. Com idade mais avançada, Sócrates, decidiu migrar com toda a família de Manaus para Porto Velho; depois de estabelecido na obra, conseguiu emprego para os dois filhos. Enquanto o pai trabalhou apenas em Santo

Antônio, um dos filhos, Valter, carpinteiro, trabalhou também em Jirau, e relata como considera a experiência positiva:

“Na cidade você não ganha o que ganha na obra... qualquer cidade, Manaus, São Paulo, qualquer cidade não ganha o que ganha na obra... Ai eu estou juntando né? Graças a Deus, eu já comprei essa motinha, tirei minha habilitação e já troquei pra “D”. Estou pagando a faculdade da minha mulher, esse é o último ano, graças a Deus... tudo da obra, não tenho o que reclamar não”<sup>45</sup>.

Estes relatos demonstram como este modo de vida e a busca por atingir objetivos de consumo não fazem parte de uma escolha individual. Esta parcela significativa da população se vê obrigada a girar o país em busca de melhores condições de vida, com empregos mais estáveis e rentáveis do que em suas cidades de origem.

Normalmente acredita-se que as pessoas que partem para trabalhar em obras em outros estados, aceitando ficar distantes das famílias, se submetendo a um trabalho extenuante, seriam aqueles com menor qualificação profissional, escolaridade e menores opções de melhores salários e condições de vida. Contudo, quase 50% de operários entrevistados têm nível de escolaridade a partir do ensino médio incompleto. Este valor enquadra-se nos índices de anos de estudo obtidos pela PNAD em 2013, na qual 55% da população maior de 25 anos possui 8 anos ou mais de escolaridade, ou seja, o tempo mínimo requerido para se atingir o ensino médio<sup>46</sup>. Desta forma, este dado coletado em nossa enquete adequa-se à realidade nacional, porém não corrobora com o imaginário que se criou sobre os operários da construção civil, associando-os a trabalhadores de baixo nível educacional e qualificação. Podemos relativizar esse dado se considerarmos que a nossa pesquisa não teve intenção amostral e probabilística, tendo sido realizada a partir da disponibilidade do trabalhador em responder. Permitimo-nos supor que pessoas com maior escolaridade possuem maior disponibilidade de serem questionadas e menor desconfiança quanto às intenções do pesquisador.

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada em 14/7/2015.

<sup>46</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2013. <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html>

**TABELA 4:** Distribuição dos trabalhadores dos trabalhadores por escolaridade nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio

| Escolaridade          | Nº(BM14)   | %(BM14) | Nº(PVH15) | %(PHV15) | Nº(BM15)  | %(BM15) | TOTAL      | % Total |
|-----------------------|------------|---------|-----------|----------|-----------|---------|------------|---------|
| Nunca estudou         | 1          | 0,74%   | 0         | 0,00%    | 0         | 0,00%   | 1          | 0,41%   |
| Ensino Fundamental I  | 25         | 18,52%  | 5         | 9,80%    | 13        | 22,03%  | 43         | 17,55%  |
| Ensino Fundamental II | 47         | 34,81%  | 16        | 31,37%   | 16        | 27,12%  | 79         | 32,24%  |
| Ensino médio          | 60         | 44,44%  | 29        | 56,86%   | 30        | 50,85%  | 119        | 48,57%  |
| Ensino Superior       | 2          | 1,48%   | 1         | 1,96%    | 0         | 0,00%   | 3          | 1,22%   |
| <b>TOTAL</b>          | <b>135</b> |         | <b>51</b> |          | <b>59</b> |         | <b>245</b> |         |

Porém, em nossas entrevistas encontramos um caso que pode ser exemplar do fato de que, para algumas parcelas da classe trabalhadora, se sujeitar ao emprego na construção de grandes projetos pode ser uma alternativa não só viável, como provável. É o caso de Danilo, aos 27 anos, originário de Imperatriz no Maranhão – cidade com mais operários entrevistados – e com passagem pelo estado de Tocantins. Danilo possui nível médio (é técnico em enfermagem) e escolheu trabalhar como “peão-de-trecho” por ser a única forma de “dar uma vida digna aos seus filhos”, em suas palavras. Ao ser entrevistado, morava com toda a família em Altamira e trabalhava nas obras de Belo Monte, como vibradorista, uma das funções com salários mais baixos da obra, mas já havia passado pela UHE de Santo Antonio, pela UHE de Estreito (SP) e pela barragem de Erechim (RS).

O caso mais extremo de “peões-de-trecho” provavelmente sejam os encarregados e mestres-de-obras. Como abordaremos a seguir, os cargos de encarregados e mestres-de-obras são os mais elevados na hierarquia da área de produção de uma obra, sendo subordinados apenas ao setor de engenharia. Esta situação coloca esses operários em uma condição salarial superior à de outros cargos da obra, além de uma relação mais próxima com as empresas, o que leva esses trabalhadores a permanecerem na mesma empresa ao longo de várias obras. Isto repercute em uma maior estabilidade e qualidade de vida, ao mesmo tempo em que faz com que estes “girem” por diversas obras por todo o país com suas famílias, vivendo poucos anos em cada localidade.

Os poucos encarregados que conseguimos encontrar e entrevistar nos relatam experiência em diversas obras, chegando a perder as contas de quantas obras e em quais localidades trabalharam. Aqueles com carreira mais longa acreditam já ter passado por mais de dez obras, por diversas regiões e estados do país. Inclusive com a expansão das empresas da construção civil brasileira na última década para países da África, América

Latina e Ásia, há trabalhadores que relatam ter trabalhado em países como Venezuela, Angola e Moçambique. Portanto, devido à situação de maior estabilidade e relação de proximidade com as empresas, os encarregados e mestres-de-obras são aqueles que dedicam toda a vida ao “trecho”. Atentemos para o fato de, que com raras exceções, os encarregados e mestres-de-obras são aqueles que percorreram todos os níveis da profissão e ascenderam ao posto hierarquicamente mais alto após anos de trabalho<sup>47</sup>.

Esta situação nos coloca uma pergunta: por que estes operários giram por todo o país atrás de obras de grande porte? Como demonstraremos ao longo do texto, as condições de trabalho, a situação de moradia, o confinamento nos alojamentos, a elevada rotatividade, o tipo de trabalho, a distância dos grandes centros urbanos, as constantes greves e paralisações por questões ambientais e devido à luta dos indígenas não são atrativos para quem pensa em trabalhar nestas obras. Mesmo assim, ao longo de mais de 5 anos, milhares, talvez mesmo milhões, de operários do Brasil inteiro se encaminharam para as obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, além de tantas outras pelo país. Desse modo, um setor considerável da classe trabalhadora acostumou-se, ao longo da vida, a trabalhar nestas condições em diversas regiões do país em troca de rendimentos melhores.

André Singer, ao debater o PAC no cenário dos governos petistas em *Os sentidos do Lulismo*, talvez deixe entrever uma possível chave explicativa para essa questão. Para o autor, as obras do PAC estariam libertando do “inferno do desemprego” massas de trabalhadores que até então eram completamente excluídos do mercado formal de trabalho, sendo reservados a eles a precariedade, a instabilidade e a insegurança. Contudo, esta entrada no mercado formal de trabalho seria uma “precariedade com carteira assinada”, ou seja, ainda se mantêm a situação de precariedade, instabilidade e insegurança vivida anteriormente, porém com carteira assinada, a qual garante alguns direitos mínimos aos trabalhadores que podem lhes possibilitar melhores condições de vida, como seguro-desemprego, indenização, hora-extra remunerada, etc.

Elementos colhidos em nossa observação e através da revisão bibliográfica levam-nos a entender que esta é uma boa explicação para justificar o caráter itinerante do “peão-de-trecho”. Isto é, setores mais precarizados da classe trabalhadora, com pouco acesso a direitos mínimos, como a carteira assinada, veem nos grandes projetos a

---

<sup>47</sup> Ribeiro (1991) aborda esta questão mais detalhadamente em sua obra.

possibilidade de conquistar melhores condições de vida, o que não seria viável se ficassem em suas cidades de origem. São trabalhadores que, em suas cidades de origem, estariam vivendo a partir de bicos, trabalhos informais e instáveis, em dupla jornada, na área rural, ou seja, toda uma gama de trabalhos com baixa ou nenhuma estabilidade e restrito acesso a direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo do último século. Elementos considerados básicos para o operariado industrial urbano, como 13º, seguro-desemprego, férias remuneradas, indenização, e outros, tornam-se atrativos a essa parcela da população para se inserir nessas obras.

Mas além do acesso a direitos, não podemos afastar a hipótese de que alguns setores dos trabalhadores buscam trabalhar em grandes obras com o objetivo de receber mais do que em trabalhos “na cidade”. Além de alguns relatos já citados acima, que demonstram a busca pelo acúmulo de bens, “fazer o pé-de-meia”, atingir o sonho da casa própria, enfim tudo aquilo que faz acreditar que os “peões-de-trecho” assim são por receberem mais nas grandes obras do que em empregos na sua cidade de origem. Como é o caso de Marta, ferramenteira da obra de UHE Santo Antonio contratada como auxiliar de cozinha, que faz as contas demonstrando o porquê se ganha mais na obra do que “na cidade” e por isso compensa se sujeitar a toda a realidade da obra, inclusive a situação de desvio de função :

“é um lugar onde o trabalho é puxado, mas o lugar onde você ganha melhor é dentro de obra. Ganha mais lá do que na cidade, porque na cidade você vai desenvolver um trabalho de cozinha, vai ganhar 600 reais das 7h da manhã as 17h da tarde. Dentro da obra você vai ter suas horas, por que eu era horista lá, minha hora era R\$ 3,59, eu tirava R\$ 1790,00, era 44 horas por semana, então com minhas horas eu tirava R\$ 1790,00. Aonde na cidade que eu vou tirar R\$ 1700,00?”<sup>48</sup>

Portanto, o assim chamado “peão-de-trecho”, trabalhador dos grandes projetos da construção civil do país são marcados pelo seu caráter migratório. Isto é, estes trabalhadores deslocam-se de suas cidades de origem para trabalhar nestas grandes obras diversas vezes ao longo da vida, mas também migram para além das obras, saindo dos rincões do Brasil em busca de melhores condições de vida. É também um trabalhador marcadamente jovem, principalmente, devido à exigência que o tipo de trabalho coloca. Contrariando, o esperado pelo senso-comum, segundo nossa enquete, estes trabalhadores possuem escolaridade conforme a média nacional, com exceções pontuais de analfabetismo ou baixa escolaridade.

---

<sup>48</sup> Entrevista realizada em 15/7/2015.

Mas o que é mais importante para nós é compreender o porquê estes trabalhadores “giram” o país atrás de grandes obras, abandonando família e cidades de origem para se submeterem a trabalhos extenuantes em lugares distantes dos grandes centros urbanos brasileiros. Ao que nos parece, os grandes projetos podem oferecer para esses trabalhadores condições salariais e direitos básicos que não teriam acesso se ficassem em suas localidades de origem, assim ao migrarem os “peões-de-trecho” busca melhores rendimentos e acesso à carteira assinada, que repercute em, por exemplo, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego e outras conquistas da classe trabalhadora que esses trabalhadores não conseguem acessar em suas cidades, trabalhando na informalidade ou em subempregos. Além disso, o “peão-de-trecho” almeja fazer o “pé-de-meia”, assim acredita que trabalhando nas grandes obras irá conseguir acumular dinheiro para conquistar bens, como a casa própria, e podendo oferecer melhores condições de vida para suas famílias, mesmo que isso signifique ficar longe delas.

## **2.2 Trabalho: a volta do despotismo fabril**

Como nos aponta a literatura arrolada no debate teórico que realizamos no capítulo anterior, o regime de trabalho ao qual estão submetidos os trabalhadores pode ser um fator central para a explosão dos operários em greves por fora do sindicato, com rebelião e recurso a táticas violentas. Por isso, para compreender a eclosão das greves nas obras das usinas do PAC é necessário considerar o regime de trabalho ao qual os trabalhadores estão submetidos.

Com o objetivo de analisar as relações de trabalho e a mobilização operária no capitalismo do século XX, Michael Burawoy (1979 e 1985) empreende uma análise das relações *de* produção, mas também das relações *na* produção, ou seja, aborda um conjunto de elementos que interferem na produção capitalista (ESTANQUE, 2005). Para isso, retoma a elaboração de Marx acerca da produção e reprodução dos meios necessários à vida, segundo a qual através do ato de produção os trabalhadores produzem coisas úteis, mas também as bases para sua existência (salário) e do capital, através da extração da mais-valia. Marx se questiona sobre as razões que levam os trabalhadores a fazer isso e responde, primeiramente, pela coerção econômica.

Burawoy partirá de um elemento-chave para entender as relações na produção, “*a dependência dos trabalhadores em relação à venda de sua força de trabalho*”, mas percebe que o regime descrito por Marx (despotismo de mercado) é uma exceção ao



longo da história, havendo, portanto, alterações nos regimes fabris. Marx já havia percebido que o capitalismo competitivo não iria persistir, e a história confirma isto, contudo, seu desaparecimento não leva ao advento do socialismo, mas sim, segundo Burawoy, do capitalismo monopolista, o qual colocará as relações nas fábricas em outro patamar.

Isto abrirá toda uma discussão na sociologia do século XX acerca da análise do mundo fabril. O autor do *Capital* acredita que a coerção do mercado é suficiente para garantir a subsunção da força de trabalho ao capital, deixando em segundo plano os aparelhos políticos que buscam garantir isto. Burawoy, diferentemente, examina a intervenção do Estado sobre a relação da unidade e separação entre a reprodução da força de trabalho e a atividade produtiva no trabalho, ou seja, os elementos estatais que influenciam no grau de dependência dos operários em relação ao trabalho. Desta forma, o autor identifica a presença de três períodos de predominância de regimes fabris diferentes: o despotismo fabril, o hegemônico e o despotismo hegemônico. Burawoy faz toda uma análise a partir de elementos empíricos captados através da observação participante em diferentes fábricas pelo mundo. Não é nossa intenção reconstituir essa análise, mas, a partir de alguns de seus elementos, caracterizar o regime de trabalho dos operários das obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio. Por isso, utilizaremos de breves definições dadas por Burawoy, mas antes é necessário reafirmar que em nenhum momento o autor buscou estabelecer tipos ideais, por isso, obviamente, em nossa caracterização, há elementos intercambiáveis.

O primeiro período é denominado por Burawoy como despotismo fabril, no qual os operários eram coagidos a vender a sua força de trabalho sob as condições designadas pela burguesia, havendo pouco consentimento, ou seja, havia maior vigilância e autoritarismo do capital sobre o trabalho, intensificação da extração da mais-valia absoluta e, principalmente, a unidade entre a reprodução da força de trabalho e processo de produção.

Contudo, a intensificação da exploração gera dois problemas ao capitalismo: os baixos salários e as péssimas condições de reprodução da vida da classe trabalhadora levam ao subconsumo, e somando-se a isso a péssima situação de trabalho à qual eram submetidos, provoca-se uma situação de constante resistência operária. Por isso, a burguesia busca, através da intervenção coletiva, isto é, do Estado, estabilizar a produção, alterando a relação coerção/consentimento. Assim, o Estado passa a garantir

alguns níveis de estabilidade social aos trabalhadores, como salário mínimo e previdência, assegurando-lhes também condições para a organização e representação coletiva. Através disto, a sujeição da força de trabalho ao capital se dá mais pelo consentimento do que pela coerção. A classe trabalhadora continua em situação de vulnerabilidade, devido à mobilidade de capital entre regiões e países, mas agora ela deixa de ser individual e passa a ser coletiva.

No último período, Burawoy considera que há uma nova alteração no quadro coerção/consentimento, passando novamente a prevalecer a coerção, mas está não se dá individual, física ou economicamente, mas através da *“tirania “racional” da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo”*(BURAWOY, 1979). Ou seja, encerra-se o consentimento, pela prevalência do medo do fechamento das fábricas, de plantas, da fuga de capitais. A partir disso, Burawoy especula que a classe trabalhadora nos países avançados passará por um período de desmobilização e da percepção do caráter irreconciliável de seus interesses com o desenvolvimento capitalista. Se, em um primeiro momento, isto pode levar a uma letargia do movimento operário, Burawoy acredita que por outro lado pode lembrar os trabalhadores que seus interesses só podem ser atingidos em uma sociedade para além do capital.

Desta forma, acreditamos que a relações *de e na* produção em um grande projeto, como as obras de usinas hidrelétricas do PAC, ainda podem ser caracterizadas como um regime fabril despótico. Afinal, presencia-se dois elementos centrais a partir da classificação de Burawoy: o trabalhador é levado a trabalhar mais pela coerção do que pelo consentimento e existe uma forte unidade entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção. Acreditamos que alguns elementos podem comprovar isso.

Antes de mais nada, é necessário considerar que nos canteiros de obras existe uma estrutura hierárquica consideravelmente rígida e muito bem estabelecida. Através da literatura na área, principalmente Coutinho (1980), e da observação em campo podemos perceber que o trabalho no canteiro de grandes projetos, como Belo Monte, Jirau e Santo Antonio é dividido em equipes que variam entre 8 e 10 pessoas, podendo ser equipes por ofícios ou equipes que mesclam diferentes ofícios. No primeiro caso, pode-se ter, por exemplo, uma equipe somente com a função de fazer as armações de ferro; já no segundo, em uma mesma equipe se tem carpinteiros, ferreiros, pedreiros e

auxiliares de produção. Todas as equipes possuem um líder, o qual é subordinado a um ou mais encarregados.

Dentro das obras aqui estudadas podemos observar a seguinte divisão hierárquica: encarregado geral, encarregado de setor, líder, oficial e auxiliar de produção. O encarregado geral é o responsável por toda a obra ou por alguma área da obra, por exemplo, instalação de máquinas, diques, etc; este responde ao engenheiro responsável pela obra ou ao engenheiro da mesma área da qual é encarregado. Já o encarregado de setor é o responsável pelos setores como concretagem, armação e outros, e responde imediatamente ao encarregado geral. Abaixo deste hierarquicamente está o líder de equipe, o qual é responsável pelo gerenciamento cotidiano da ocupação dada a sua equipe. A equipe será formada por oficiais e auxiliares de produção (antigo servente), os oficiais são aqueles especializados em determinado ofício, como ferreiro, pedreiro, carpinteiro, armador. Os auxiliares de produção são aqueles com menor experiência no ramo e ainda não possuem especialização – há também auxiliares que estão em treinamento para assumir como oficiais. Sua função na obra é auxiliar os oficiais principalmente nos serviços mais pesados e desgastantes, que exigem a força bruta.

Dentre as funções de auxiliar de produção, oficiais, líderes e encarregados há uma nítida divisão de poder e respeito, mas também de remuneração. Desta forma, em 2014 um auxiliar de produção normalmente ganhou um salário pouco acima do mínimo, enquanto o salário base dos oficiais se situou entre R\$1517,93 em Jirau e Santo Antonio, e R\$1630,20 em Belo Monte. Toda a ascensão nesta estrutura hierárquica ocorre através dos anos de experiência e da boa relação com os superiores – são estes que concedem a elevação de nível, não se deve esquecer que uma boa relação com os superiores significa também uma boa relação com a empresa contratante. Além desta divisão estabelecida, dentro dos oficiais existem níveis, em média de 1 a 4, segundo o tempo de trabalho, o que repercute em remuneração; no dia-a-dia não existe diferença no tipo de trabalho que se realiza entre os níveis.

Em um canteiro de um grande projeto, como são os casos das usinas, existem algumas especificidades. Primeiro, devido ao tamanho das obras, que chegam a ter 40 mil operários empregados simultaneamente, existe um setor vasto de logística e administração. São os funcionários do “escritório” – ao contrário das obras habitacionais, estes também ficam nos canteiros devido à distância dos centros urbanos

–, do restaurante e os que exercem funções de segurança, almoxarife e apontador. Estas funções possuem completa antítese com os operários, mesmo que estes tenham salários mais altos do que os funcionários de segurança, almoxarife e apontamento, são vistos pelos operários como “eles”, opostos e até inimigos, e também possuem uma relação muito mais próxima e de subordinação à empresa<sup>49</sup>.

Além destes, nos grandes projetos existem os operadores de máquinas, sejam caminhões, retroescavadeiras, betoneiras, basculantes, tratores, ônibus e outros, principalmente no setor de escavação e terraplanagem. Estes são considerados oficiais, mas possuem remuneração muito superior ao operário padrão, chegando a receber até R\$6 mil reais mensais.

O primeiro elemento que nos leva a identificar um regime despótico fabril é a busca e a execução de horas-extras no trabalho na construção civil, como percebem Sousa (1983) e Ribeiro (2008). O trabalho além da jornada regulamentada pela CLT é algo comum e esperado pelos dois lados da relação de trabalho na construção civil. Ainda mais por se tratar de um grande projeto, no qual sua temporalidade faz com que os trabalhadores busquem “fazer a vida” naquela obra (RIBEIRO, 2008).

Segundo Souza (1983) existem basicamente duas formas de contrato dos trabalhadores, por hora trabalhada e por tarefa. Na execução dos grandes projetos prevalece a contratação por hora trabalhada. No caso aqui estudado, essa é a regra de contratação, apenas para alguns serviços específicos e curtos contrata-se por tarefa. Portanto, os operários são contratados para trabalhar X horas semanais e recebem por essas horas, caso realizem horas-extras devem receber por elas também.

Enquanto a CLT regulamenta a jornada de trabalho de 8 horas diárias, o normal do trabalho na construção civil é de 10 horas diárias. Afinal, a CLT permite duas horas “normais” de horas-extras diárias e duas excepcionais mediante justificativa prévia, porém, no setor da construção a jornada básica é de 10 horas e a estendida de 12 horas diárias. Além desse tempo de trabalho regulamentado, é comum no setor a realização de algumas ilegalidades para aumentar a jornada de trabalho, são eles o “serão”<sup>50</sup> e as “viradas”<sup>51</sup>. A partir das entrevistas realizadas com os operários e da observação efetivada, é possível afirmar que, no caso das obras de Jirau, Santo Antonio e Belo

---

<sup>49</sup> Com exceção dos funcionários dos restaurantes e da limpeza.

<sup>50</sup> “Serão” é a hora-extra além da 12 horas já trabalhadas, e compreende duas ou três horas entre as 18:00 e 22:00h (SOUZA, 1983).

<sup>51</sup> “Normalmente implica trabalho durante 24 horas ou mais. Entrecortadas apenas por períodos dedicados à alimentação, frequentemente realizada na própria obra” (RIBEIRO, 2008, p. 165).

Monte, não é comum a utilização destas ilegalidades para ampliação da jornada de trabalho, mas se utiliza frequentemente das horas-extras, principalmente aos sábados e domingos.

O “peão-de-trecho” aparenta ser acostumado com o ritmo intenso de trabalho destas obras e pela vontade de conseguir o maior rendimento possível. Isto é, através das ampliações das jornadas de trabalho como as descritas aqui, estes operários buscam “fazer a vida” em uma grande obra. Como demonstra Ribeiro:

Assim, a grande obra, também pela sua temporariedade, é um período de trabalho em que a sujeição aos mecanismos de exploração que extrapolam a jornada legal é desejada pelos trabalhadores que podem, até mesmo, imaginar recompor suas forças após o término da obra, quando saíam do “ritmo Brasília” que, paradoxalmente, lhes matava e fazia viver. (RIBEIRO, 2008, p. 184)

Desta forma, muitos trabalhadores nos relatam que um dos motivos de irem trabalhar nas obras é exatamente a possibilidade de fazer muitas horas-extras, afinal, pela magnitude das obras sempre haverá trabalho necessário. Além de que muitos reclamam do não pagamento das horas corretamente ou mesmo de não se acrescentar 100% nas horas-extras de domingo. Como, por exemplo, Viola nos relata:

Quando tinha feriado que era pra trabalhar, eles trocavam o feriado pelo sábado. Ou seja, eles trocavam um dia 100% por um dia normal, eles davam folga num dia de feriado, que era um dia pra ganhar 100%, pra ganhar uma extra, por um sábado que era nosso dia de folga. Por que quando a gente foi contratado por aqui, pela capital aqui em Belém, eles prometeram uma coisa e quando chegamos lá, vimos que não era o que eles tinha prometido. Falaram que ia ter muita hora, que os funcionários iam trabalhar em cima de hora, que ia dar pra tirar um bom dinheiro.<sup>52</sup>

Este mesmo operário nos faz perceber como uma das características dos “peões-de-trecho” é exatamente ter como objetivo fazer muitas horas-extras para complementar o salário e assim, fazer compensar o deslocamento para as obras. Por isso, não conseguir realizar essas horas-extras é um dos elementos de descontentamento dos operários com as obras e pode gerar um ímpeto de mobilização.

Devido aos baixos salários pagos, os capitalistas da construção civil garantem maiores taxas de mais-valia da sua forma mais direta, e forçam estes operários a trabalharem sob essas condições, buscando fazer horas-extras exatamente para ter os rendimentos necessários para a reprodução da sua força de trabalho.

---

<sup>52</sup> Entrevista realizada em 13/6/2014.

Além do aumento da jornada de trabalho através das horas-extras, as grandes empreiteiras ampliam a extração de mais-valia através da intensificação do ritmo de trabalho. Como buscamos demonstrar em Campos (2015), no processo de produção da construção civil não há grandes revoluções na produção, como foi o fordismo ou o toyotismo, que realizam grandes saltos na produtividade por meio de novas tecnologias e mudanças organizacionais. Assim, não há incrementos tecnológicos ou análises científicas da produção que aumentem a produtividade, mas sim a exigência de ritmos mais acelerados e mais horas de trabalho.

Esta intensificação do ritmo de trabalho pode ser percebida pelo elevado número de acidentes do trabalho presentes nas obras. Não conseguimos ter acesso ao número de acidentes e/ou mortes no trabalho nas três obras aqui estudadas, contudo alguns acidentes conquistaram notoriedade nacional<sup>53</sup>. Além disso, o consórcio construção de Santo Antonio (CSAC) foi condenado a ter uma política mais extensiva de segurança do trabalho e prevenção de acidentes devido às constantes reclamações dos trabalhadores ao Ministério Público e à continuidade excessiva de acidentes. Por exemplo, em nossas entrevistas encontramos Gustavo, pedreiro da obra de Santo Antonio, afastado após um acidente no canteiro. Ele descreve o acidente e relata-nos sobre as condições de trabalho e assistência após a acidente oferecido pelo CSAC:

Eu to trabalhando lá ainda, to afastado... tive um acidente do trabalho. Foi na central de massas<sup>54</sup>, numa pedra maceta. Agora depois do meu acidente, mandaram asfaltar tudo lá, num aconteceu só comigo, não, aconteceu com mais dois. A pedra fez “plac” e o carrinho fez “plac”, ai meu pé virou, meu tornozelo virou e ficou inchado. A minha coluna foi pro pau também. Ai asfaltaram por que ficaram com medo né? Tanto acidente lá. A gente já vinha reclamando de muito tempo, “olha acontece acidente”, uma vez um rapaz se rasgou todinho. Ai duas semanas depois do acidente que tive, outro rapaz também, a mesma coisa, aquelas pedras que tem lá, você sabe como é que é... Ai o cara tem que passar no meio delas, pisava em falso com um carrinho de mão que pesa quase 120 Kg, que a gente carregava, qualquer coisinha, fio...(...)Vou fazer a terceira cirurgia já e qualquer coisinha meu joelho sai e continua doendo, doendo mesmo,

<sup>53</sup> Em uma busca rápida na internet contendo as palavras “Acidentes” “jirau”, “Santo Antônio” e “Belo Monte”, no dia 8/11/2014 encontramos 16 noticiais de sete órgãos de imprensa diferentes, relatando 13 mortes, sendo 6 em Jirau, 2 em Santo Antonio e 5 em Belo Monte. Além destes, foram contabilizados seis trabalhadores acidentados na UHE Santo Antonio. Ao ler as reportagens é nítido que a maioria dos acidentes acontecem com funcionários de empresas terceirizadas. As noticiais datam entre 16/7/10 e 16/7/14.

<sup>54</sup> Presentes em grandes obras, é o local onde se produz todo tipo de massas utilizadas nas obras, como concreto, cimento, argamassas, etc.

não é brincadeira não, e a coluna dói mais que tudo. Por andar torto e peso, lesionou a L4, L5, L6, L7... eles querem operar mais eu to com medo, né? (...)Meu acidente do trabalho, todo mundo sabe, perdi 50% do movimento na primeira operação, eles me deram a CAT e agora não querem me dar mais a CAT. Já fui no ministério publico, o ministério publico mandou eles darem minha CAT, eles não deram, me mandaram no INSS, estão me fazendo de palhaço.(...)eu trabalhava na central de massas, entendeu... você olhava assim, pensava que não tinha perigo não, mas tinha bem um monte, a gente mexia com forno, pipocava que nem carvão, já bateu... tenho uma cicatriz bem aqui... A gente usava óculos e mascara, elas picavam assim irmão, a temperatura chegava a quase 300<sup>o</sup>C, muitas vezes a gente bebia água e volta, e nunca um técnico da segurança do trabalho chegava ali... Eu tive uma convulsão lá de tão quente que tava, né? Por ai vai, eles não tão nem ai, passa mal e vai, faz que nada aconteceu”<sup>55</sup>

Outra característica recorrente no trabalho da construção civil, segundo nossa pesquisa de campo, é o desvio de função. Parece-nos que é algo tão corriqueiro que não causa grande importância para os operários, mas, mesmo assim, vários trabalhadores nos relataram ser contratados para exercer determinado cargo e na verdade executar outro. E ao relatarem isto é constante a percepção de que aqueles operários que não realizam as funções que não lhe são legalmente atribuídas são considerados preguiçosos e podem ser demitidos, principalmente por ameaça de superiores. Como o carpinteiro Valter e o vibradorista José Ferreira relatam:

Tinha época que o encarregado não tinha o que fazer e procura coisa pra gente fazer, até limpeza... É bom que tava gerando emprego né? Por que se não tiver o que fazer, o superior maior vai dizer ‘A gente vai reduzir aquela equipe lá que não ta fazendo muita coisa...’<sup>56</sup>. VALTER

As vezes o cara que ligava o concreto não ia, ai ele destacava um ajudante pra fazer a função do cara, ai era quem ficava lá com o cara da betoneira. Ai a gente não podia bater o pé, né? De dizer “não, eu não vou, que sou ajudante, esse cara é contratado ai”, não podia falar isso, por que o encarregado já ia chiar:”porra, não quer trabalhar não, é?” Então o que o cara pedia pra fazer, a gente fazia.”<sup>57</sup> JOSÉ FERREIRA

O processo de produção da construção, com oscilações na demanda por mão-de-obra, e a própria limitação temporal da obra fazem com que o setor da construção civil

<sup>55</sup> Entrevista realizada em 8/7/2015.

<sup>56</sup> Entrevista realizada em 7/7/2014.

<sup>57</sup> Entrevista realizada em 9/7/2015.

seja marcado pela elevada rotatividade<sup>58</sup> da mão-de-obra. Assim, conforme o DIEESE (2014) a partir dos dados da RAIS<sup>59</sup>, a Construção é o setor com taxa de rotatividade mais alta no Brasil atualmente, com taxa de 115% em 2013 e taxa descontada de 88,1%<sup>60</sup>. Muito superior a setores como, por exemplo, a Indústria de transformação que encontra-se em 6º lugar no país, com taxa de 52,4% e taxa descontada de 35,4%.

As taxas de rotatividade elevadas significam para o trabalhador uma situação de instabilidade muito grande em seu emprego. Para o trabalhador, gera-se uma insegurança quanto à manutenção do posto de trabalho e o rebaixamento dos salários. Inclusive, como demonstram os índices do DIEESE (2014), como estas demissões não possuem justificativa, pode-se imaginar que a maioria das demissões ocorra no período de experiência, no qual com a rescisão o trabalhador possui muito menos direitos, e, no caso, das obras que estudamos, perde, por exemplo, o direito a baixada<sup>61</sup>.

Segundo o DIEESE (2014), o tempo de emprego no Brasil se caracteriza pela curta duração, que não atinge 12 meses de trabalho. Também observamos o alto índice de rotatividade nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, assim como a baixa duração dos contratos. Segundo a enquete que aplicamos, a maioria dos trabalhadores questionados possuía menos de 12 meses de trabalho, e isto se amplia se observamos pelo recorte salarial. No gráfico 5, observamos a distribuição porcentual dos trabalhadores de Belo Monte e Jirau e Santo Antonio, respectivamente, segundo o tempo que haviam trabalhado nas obras. Já no gráfico 6 e 7, percebemos essa distribuição a partir do recorte salarial, assim, aqueles que recebiam menos de R\$ 1500,00<sup>62</sup> reais e aqueles que recebiam valor superior a esse.

---

<sup>58</sup> Segundo o DIEESE (2014), a rotatividade é “considerada como a comparação da movimentação anual em relação ao estoque médio de empregos de cada ano”, isto é, a relação do valor mínimo entre o total de admissões e desligamentos anuais com o estoque de empregos.

<sup>59</sup> Relação Anual de Informações Sociais

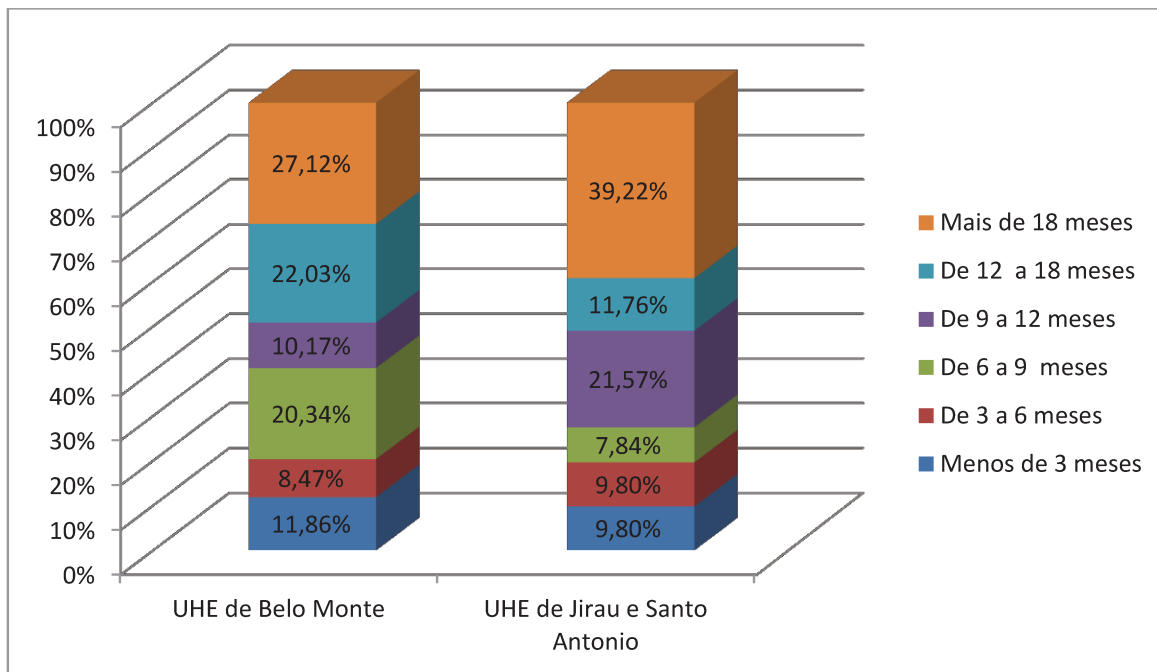
<sup>60</sup> A taxa de rotatividade envolve todos os desligamentos no período, independente do motivo. Na taxa de rotatividade descontada exclui-se aqueles desligamentos por escolha do trabalhador, como observa o DIEESE(2014), deve se relativizar esta taxa descontada, pois algumas vezes o trabalhador pode ser levado a se demitir pelo empregador, com situações de assédios, pelas condições de trabalho, baixos salários e etc.

<sup>61</sup> Em grandes projetos é costumeiro que os trabalhadores tenham direito a visitar a família a cada certo período, durante alguns alguns dias, às custas das empresas. Isto se deve principalmente ao fato de que a maioria deles encontram-se confinados nos alojamentos.

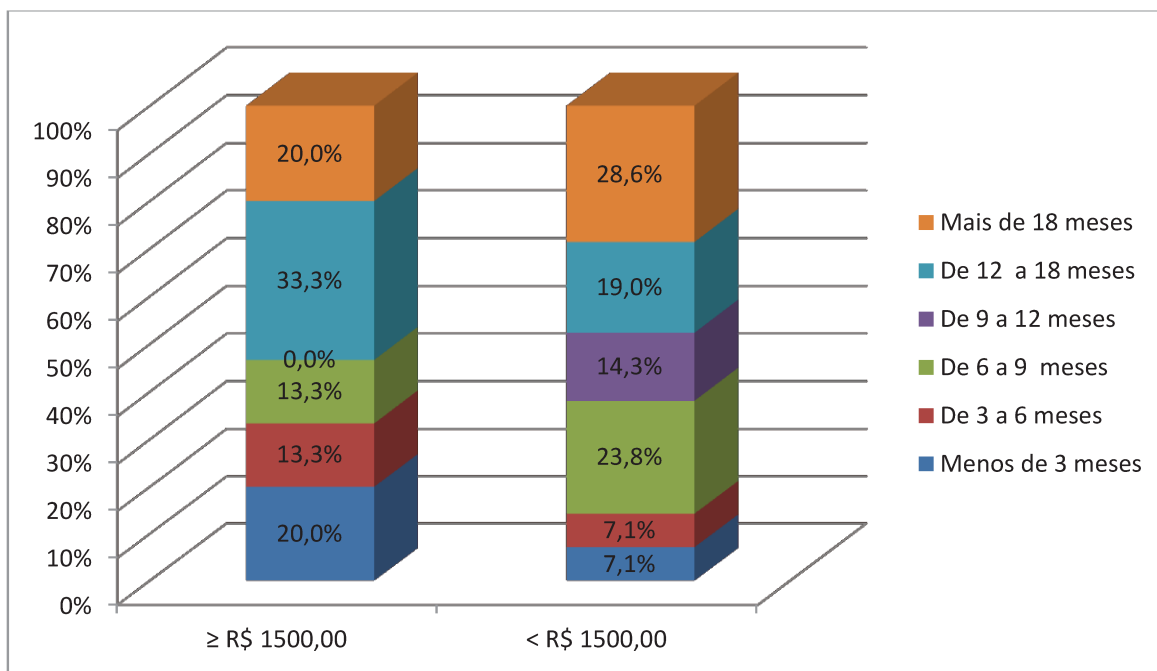
<sup>62</sup> Escolhemos a marca daqueles que declararam receber menos de R\$ 1500,00, apesar de ser inferior a dois salários mínimos, pois é o valor que divide os trabalhadores em dois grupos de forma mais proporcional.



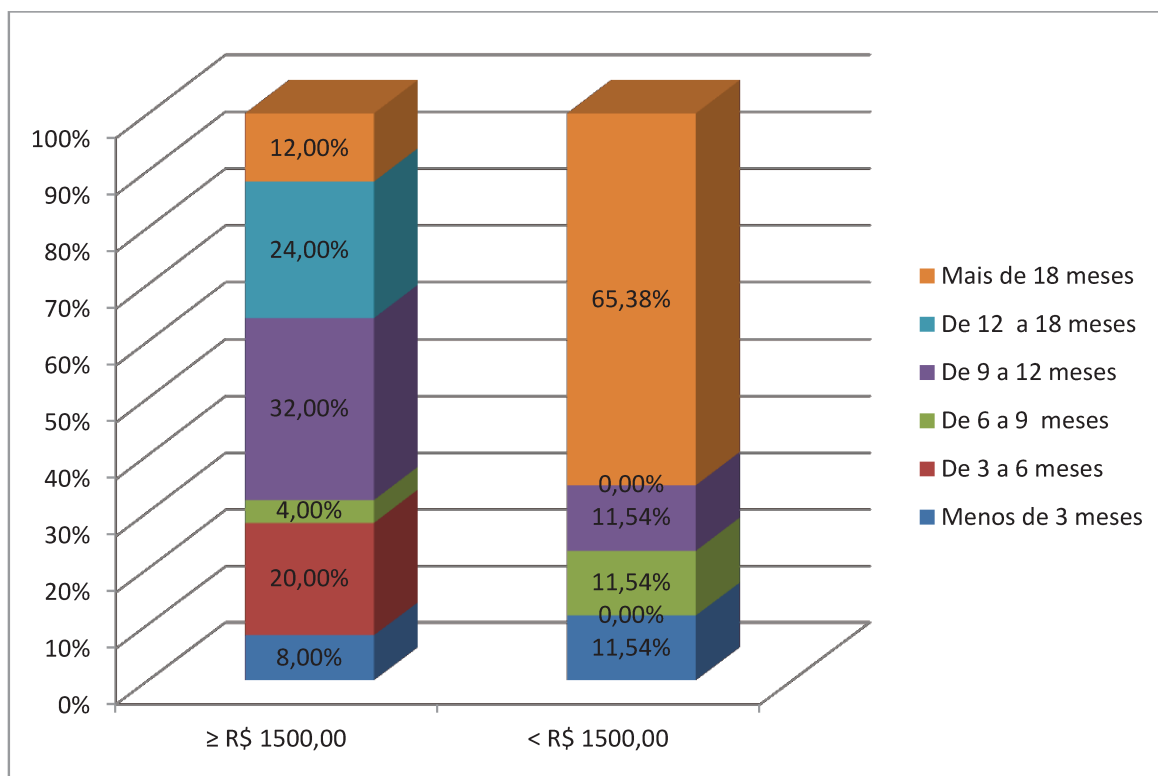
**Gráfico 5:** Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho nas obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio.



**Gráfico 6:** Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho segundo os salários nas obras das UHE de Belo Monte



**Gráfico 7:** Distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho segundo os salários nas obras das UHE de Jirau e Santo Antonio



Assim, podemos perceber comparativamente que os trabalhadores das obras do Rio Madeira ficavam empregados nas obras por mais tempo do que em Belo Monte, e essa diferença em favor de Jirau e Santo Antonio, se dá, principalmente, pelos trabalhadores que recebiam acima de R\$ 1500,00. Além disso, podemos perceber que aqueles trabalhadores que ficam mais tempo nas obras são aqueles que recebem salários mais elevados; isso não significa que os salários daqueles que ficam aumentem, mas que permanecem nas obras aqueles que recebem salários mais altos. Este é um indicador importante da situação a que estão submetidos estes trabalhadores, afinal a rotatividade permite que se pague salários mais baixos e que o trabalhadores estejam pressionados pelo perigo constante do desligamento.

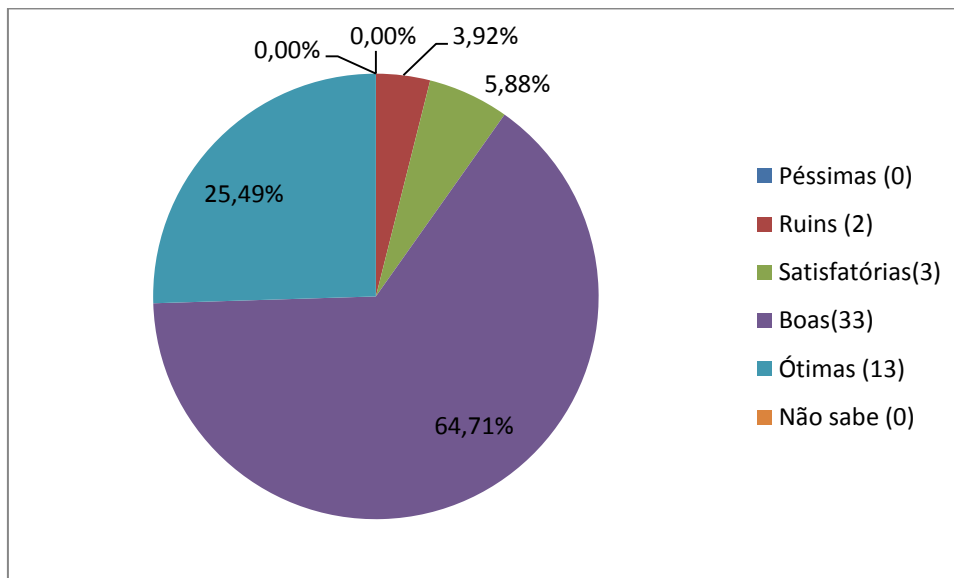
Ou seja, a partir destes quatro elementos, demanda por horas-extras, intensificação do ritmo de trabalho, desvio de funções e elevada rotatividade no emprego, que prejudicam a vida do trabalhador e aumentam a extração de mais-valia pelas empresas, percebemos que há coerção para que a força de trabalho torne-se trabalho realizado. E esta coerção se dá por dois motivos: há uma rígida estrutura hierárquica do processo de produção de uma obra, que faz com que os operários dependam diretamente da aprovação de seus superiores, mas também pela coerção física

através da presença de força repressivas nos canteiros, como a Força de Segurança Nacional.

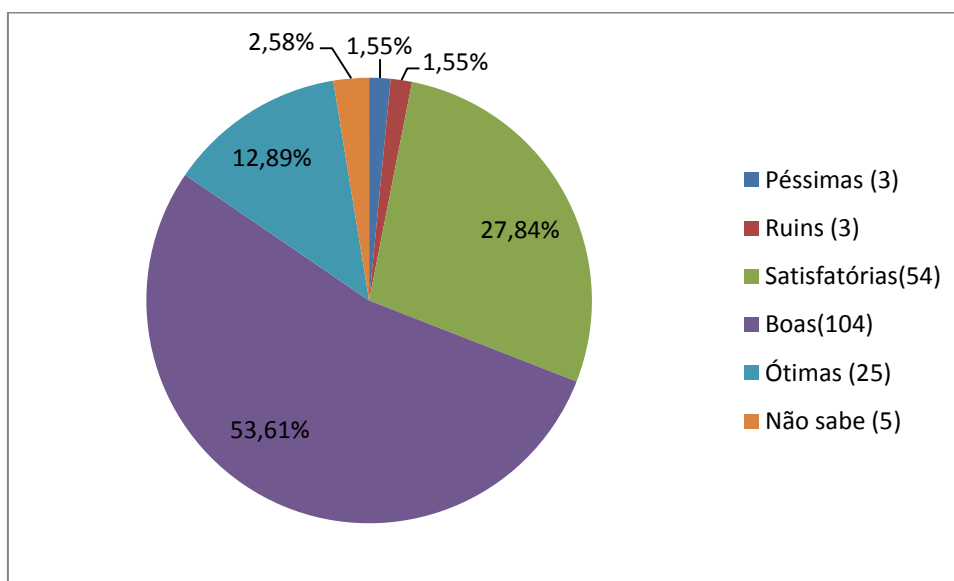
Além disso, como demonstramos acima, os “peões-de-trecho” parecem migrar de uma região do país para outra em busca de grandes projetos exatamente por serem parcelas da classe trabalhadora desprovidas de direitos assegurados pelo Estado. Portanto, para esta subcategoria profissional a reprodução da força de trabalho depende centralmente da atividade produtiva. Isto é, a única forma do trabalhador garantir a continuidade da sua capacidade de trabalho encontra-se no próprio salário. Afinal, anteriormente à alocação da sua força de trabalho nas grandes obras, não possuíam acesso aos direitos trabalhistas, como carteira assinada, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego, que lhes garantisse condições mínimas de vida.

No capítulo acerca os fundamentos teóricos de nossa pesquisa, a partir dos tipos de “*machinebreakers*” desenvolvido por Hobsbawm, adiantamos que os confrontos aqui estudados correspondem ao primeiro tipo, isto é, àquele que não manifesta hostilidade às máquinas e às estruturas dos canteiros de obras. Isto se deve porque, quanto às estruturas, os trabalhadores as consideram na sua maioria satisfatórias, como demonstra o gráfico 8 a seguir. Já as máquinas não geram um alto nível de hostilidade por partes dos trabalhadores exatamente pelo tipo de processo de produção da construção civil. Como abordamos em CAMPOS (2015), a construção civil possui um processo de produção específico, não podendo ser comparado com nenhum hegemônico no capitalismo. Isto se deve principalmente ao fato de que, embora a construção civil não se caracterize como uma produção artesanal, já que há uma rígida separação entre o planejamento e a execução da obra, ao mesmo tempo o controle da produção não se dá pelo tempo da máquina, afinal a produção ainda é muito dependente da destreza e habilidade do trabalhador; não há a diminuição da necessidade de trabalho devido à introdução de máquinas.

**Gráfico 8:** Resposta à questão: “Como avalia as estruturas das obras?”- UHE de Jirau e Santo Antonio



**Gráfico 9:** Resposta à questão: “Como avalia as estruturas das obras?”- UHE de Belo Monte



A segunda frente de argumentos se concentra nos motivos sindicais. A maioria dos trabalhadores de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte não se considera representados por suas direções sindicais e muito menos atribui aos sindicatos um meio de luta para conquistar melhorias nas suas condições de vida, trabalho e salário. Trataremos dessa questão ao final deste capítulo. Antes disso, veremos como os trabalhadores avaliam os governos petistas.

### **2.3 O cenário econômico nos governos petistas**

Poucas vezes ao longo da história do Brasil um governo causou tanta dificuldade de interpretação quanto os governos do PT. Analistas políticos e econômicos das mais diversas matizes teórico-ideológicas produziram diferentes interpretações para caracterizar as políticas econômicas e sociais de Lula (2003-2010) e Dilma (2011 até hoje). Esta dificuldade se deve, principalmente, por estes governos combinarem medidas regressivas, de ataques à classe trabalhadora, com alguns benefícios aos mais pobres, ao mesmo tempo em que garantiram o crescimento da economia do país e lucros históricos de banqueiros, industriários e latifundiários.

Esta dificuldade de interpretação se manifesta nos diversos posicionamentos encontrados em campos teóricos e ideológicos próximos. Dentre aqueles que compartilham da “tese neodesenvolvimentista”<sup>63</sup>, identificamos aqueles que participam do governo, como Aloíso Mercadante (OLIVA, 2010) e Nelson Barbosa (BARBOSA; SOUZA, 2010), até opositores, que acreditam que a “frente neodesenvolvimentista” já nasce morta, como Lúcio Flávio de Almeida (2012) e outros que procuram entender a heterogeneidade dos interesses contemplados pela frente neodesenvolvimentista (BOITO, 2012). Mesmo dentre aqueles que não compartilham dessa tese e fazem oposição ao governo, também há grandes divergências; se partem de uma perspectiva marxista, o fazem através de óticas completamente distintas.

Por isso, compartilhamos a metáfora apresentada por Ruy Braga na introdução do livro *“Hegemonia às avessas”*(OLIVEIRA *et al*, 2010): a dificuldade de caracterização política e econômica dos governos Lula seria como o enigma da Esfinge que, enquanto não solucionamos, somos cotidianamente devorados. Principalmente para aqueles que se encontram à esquerda do governo, essa dificuldade analítica resulta em um letargia política impressionante, demonstrada na incapacidade de se criar, à esquerda, uma alternativa à (falsa)polarização PTxPSDB.

Contudo, não pretendemos resolver esse enigma nesta dissertação, afinal não é um dos nossos objetivos e não temos a ferramentas teóricas para tal empreitada. Mas é um de nossos objetivos entender como este cenário afeta as mobilizações dos “peões-de-trecho”, por isso, agora recorreremos a alguns elementos da realidade econômica e social brasileira nas últimas décadas.

---

<sup>63</sup> Tese desenvolvida por diversos autores das ciências sociais e econômicas brasileiras, segundo a qual, principalmente a partir do segundo mandato de Lula (2007) o Brasil passaria por um novo período desenvolvimentista, no qual o Estado voltaria a ser indutor da economia e o país atingiria índices maiores de crescimento e industrialização. Para saber mais sobre, cf. CASTELO, 2012.

Primeiro, devemos ter nítido em que momento histórico o PT chega ao governo federal. Como relembra Virginia Fontes (2013), a América Latina viveu no fim da década de 1990 um período de ebulição social: crises econômicas descambaram para confrontos sociais na Bolívia, Argentina, Venezuela. No Brasil, a situação não era diferente, o último governo FHC (1999-2002) foi marcado por greves, ocupações de terra pelo MST e outros confrontos. Esta situação indicava os primeiros sinais dos limites do neoliberalismo, tanto que em países como Brasil, Venezuela, Equador e Bolívia se elegeram presidentes que prometiam combater os ajustes pró-mercado.

Assim, quando Lula chega ao poder a imagem que se tem é de um país em profunda crise e altamente instável, com o preço do dólar norte-americano, a cotação do C-Bond e o risco-país em níveis considerados indesejados; o que faria com que o comandante-em-chefe fosse obrigado a aplicar medidas impopulares e liberalizantes para recuperar a “saúde” econômica do país aos olhos do capital financeiro. Contudo, segundo a análise de Paulani (2008) o Brasil viveria um estado de emergência praticamente contínuo desde a década de 1980, o qual obrigaria os governos a aplicar medidas austeras. Desta forma, a partir de 2002, este estado de emergência serviu como justificativa para o primeiro mandato de Lula implementar uma política econômica amarga e restritiva ao desenvolvimento industrial e à maioria da população.

Pelo menos até 2006, a maioria dos analistas compreende que o PT seguiu aplicando as diretrizes neoliberais para o país. Inclusive, é consenso entre aqueles que participaram do primeiro mandato de Lula que aquele foi um período de “arrumar a casa”, sendo esse inclusive o termo utilizado na apresentação do Balanço do primeiro PAC em 2010 (Comitê Gestor do PAC, 2010, p.3). Ou seja, na lógica do governo, seria um período de medidas difíceis para posterior crescimento.

As divergências sobre a análise da política econômica dos governos Lula iniciam-se a partir de então; provavelmente, o principal elemento que altera a percepção dos analistas seja exatamente o PAC. A partir disso, muitos autores deixam de entender o governo Lula como neoliberal e lançam novas interpretações.

O PAC compreende um conjunto de medidas econômicas, fiscais e institucionais que buscavam “quebrar os gargalos” ao desenvolvimento do país e permitir a industrialização. Seus dois pilares principais foram, de um lado, medidas institucionais que buscavam facilitar as licitações e outros trâmites burocráticos para o início das obras e também cortavam impostos para os setores envolvidos com o programa, e de

outro, medidas que facilitaram o crédito a empresas privadas pelo BNDES e Caixa Econômica Federal para que essas empresas pudessem realizar as obras necessárias.

As obras do PAC são realizadas através de dois mecanismos: as concessões e as parcerias público-privadas (PPP). Estes se assemelham na medida em que atribuem a terceiros a realização de serviços designados pelo Estado, contudo, se diferenciam quanto à forma de remuneração: nas concessões, a prestadora do serviço é paga completamente pelo usuário e nas PPP a remuneração vem, parcial ou integralmente, do Estado. No caso do PAC, as concessões foram utilizadas principalmente para as obras de logística e as PPP para o eixo de energia, pois a lei que as regulamenta (Lei 11.079/2004) estabelece que o contrato não pode ter valor inferior a R\$ 20 milhões. Estes são os casos das obras que estudamos aqui, por exemplo, a Norte Energia S.A. (empresa de capital privado e de estatais) foi vencedora do leilão para operação da UHE Belo Monte, para isso é liberado recurso para a obra pelo Estado, e a empresa “ganha” o direito de vender energia à população brasileira com preços e cotas determinados no contrato. Assim, não existe risco algum de ser um empreendimento que dê errado, afinal, no contrato está determinado a demanda de energia a ser consumida, e conseqüentemente, o faturamento da Norte Energia, caso essa demanda não seja atingida (por exemplo, por uma economia nacional de energia), o Estado é obrigado a cobrir a diferença.

Podemos perceber o PAC como uma política econômica anticíclica, isto é, medidas que busquem ir contra as perspectivas que se colocam no cenário macroeconômico, assim, se vivemos uma crise deve-se aplicar medidas que favoreçam o crescimento, e vice-versa; isto faz parte do receituário econômico keynesiano, mas segundo Gonçalves (2012), não é o oposto ao neoliberalismo. Conforme este autor, faz parte do Consenso de Washington a reorientação dos gastos públicos para o investimento em infraestrutura, afinal se o Estado utiliza-se de seus recursos para solucionar estes problemas estruturais do país, o capital privado não precisa gastar os seus recursos com isso, o que cumpre com uma necessidade básica do neoliberalismo, aumentar as taxas de lucro do capital.

Ademais, para além de não romper com ordem neoliberal, o PAC, enquanto programa de governo, reafirma o Brasil como exportador de *commodities*. Assim, ao analisarmos os gargalos para o desenvolvimento que o programa busca superar percebemos que estes favorecem a exportação de produtos primários e não produtos

com alto valor agregado; portanto, são ferrovias e rodovias conectando os produtores de cana-de-açúcar e soja com portos para transportar estes produtos para o exterior. E no que se refere ao desenvolvimento industrial de fato, no qual se gera mais emprego, com melhores remunerações, o incentivo ainda é tímido. Prova disto é que com a estagnação do consumo interno devido ao endividamento pessoal e a queda da exportação para a China, a crise econômica se aprofunda no país a partir de 2014.

Assim como já alertava Paulani em 2008, o PAC não possuía a capacidade de minorar os entraves estruturais ao desenvolvimento. A autora considerava o programa tímido demais para conseguir superar os problemas que decorreriam, principalmente, da atual configuração de poder e de uma estabilidade macroeconômica sustentada nas diretrizes do Consenso de Washington (PAULANI, 2008).

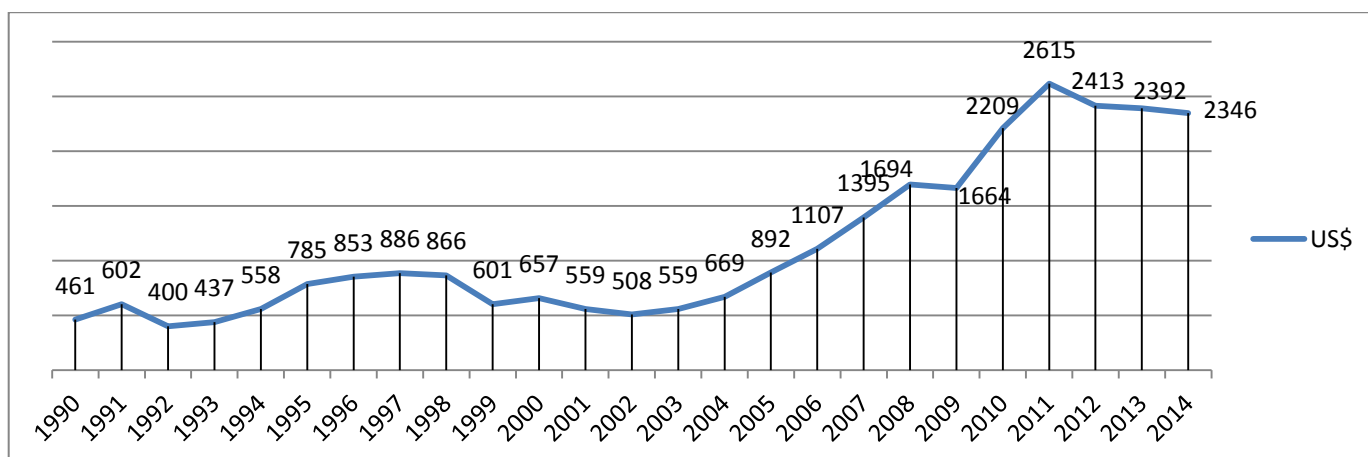
Há outros elementos que fomentam as divergências acerca do entendimento sobre os governos petistas, como o entendimento sobre a política de salário mínimo, do combate à pobreza, e outras políticas sociais, como PROUNI. Passemos à análise de alguns indicadores da economia brasileira nos últimos anos e ao debate sobre os programas sociais.

Um índice importante para se medir o crescimento e o desenvolvimento do país é o próprio PIB. Observa-se no Brasil nos últimos anos um crescimento do PIB, baixo, mas constante. Após um crescimento tímido no meio da década de 1990, no primeiro mandato de FHC, o país vivencia um forte recuo do PIB a partir de 1998, patamares que só foram recuperados em 2005. A partir deste ano, apesar de leve recuo em 2009, o país teve seu período recente de maior crescimento, batendo a casa dos US\$ 2,5 Trilhões em 2011. Contudo, a partir desse ano, o PIB do Brasil vem recuando gradativamente, mesmo que ainda mantenha valores superiores aos de 2010<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Devemos frisar que este índice não considera a inflação, portanto, um PIB superior não necessariamente representa maior capital.



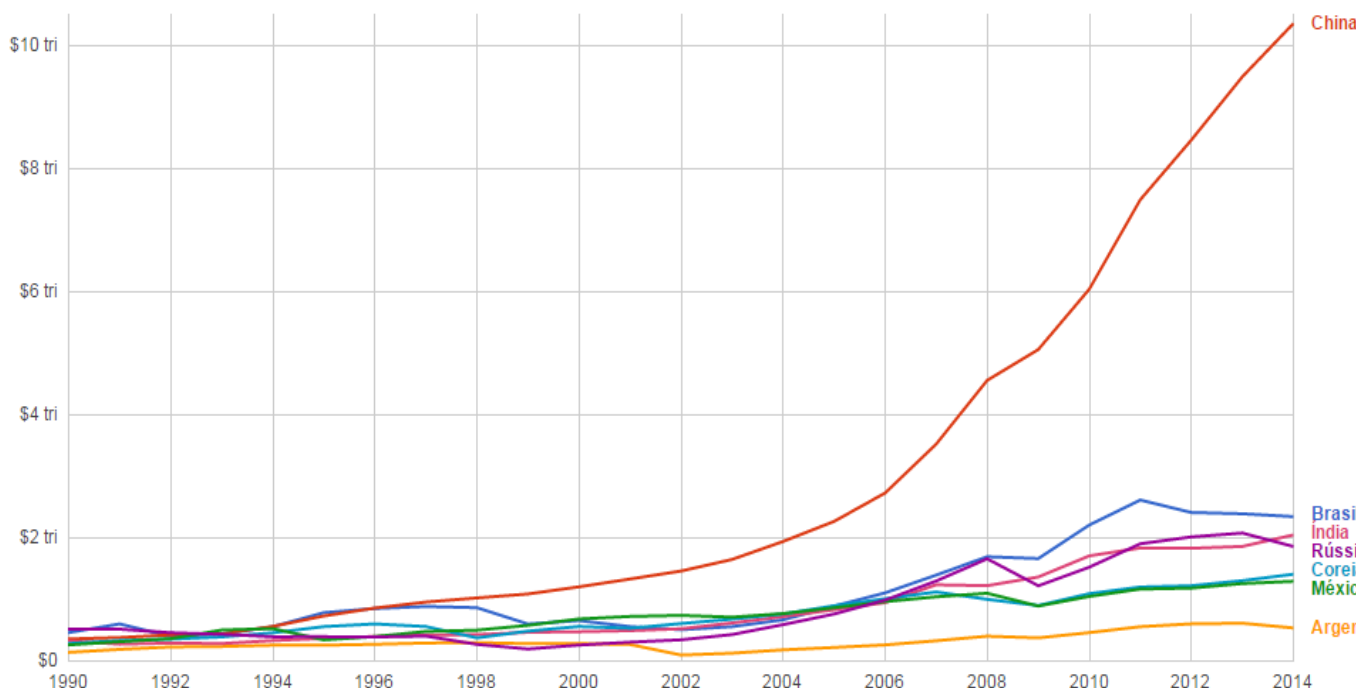
**Gráfico 10:** PIB-Brasil (1990-2014) em Bilhões de US\$

Fonte: Banco Mundial. Os valores estão na cotação atual do dólar americano do dia 12/1/2016. Não ajustado pela inflação.

Para efeito de comparação no gráfico 11 abaixo, trazemos o crescimento do PIB de países que partiram de patamares semelhantes ao Brasil na década de 1990: são eles China, Rússia, Índia, Coreia do Sul, México e Argentina. A partir dessa comparação podemos perceber que com a exceção da Argentina<sup>65</sup>, todos os países obtiveram crescimento do PIB nas últimas décadas. Ao passo, que a China realizou um verdadeiro salto, saindo do 3º lugar entre estes países, com PIB de US\$ 358 Bilhões em 1990 e ultrapassando os US\$10 Trilhões 24 anos depois. Nessa comparação, o Brasil inicia em 2º lugar, atrás apenas da Rússia, terminando também nessa posição, agora atrás da China. Alternando alguns períodos em primeiro lugar, como em 1991 e 1995. A partir de 1998, marca uma forte queda, chegando a ficar a frente apenas da Argentina em 2002, só volta a recuperar a partir de 2005.

<sup>65</sup> O PIB argentino passa de US\$ 141 Bilhões em 1990, para US\$ 537 Bilhões em 2014, sem contar a inflação do período.

**Gráfico 11:** PIB Argentina, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, México e Rússia (1990-2014) em Bilhões de US\$



Fonte: Banco Mundial. Os valores estão na cotação atual do dólar americano do dia 12/1/2016. Não ajustado pela inflação.

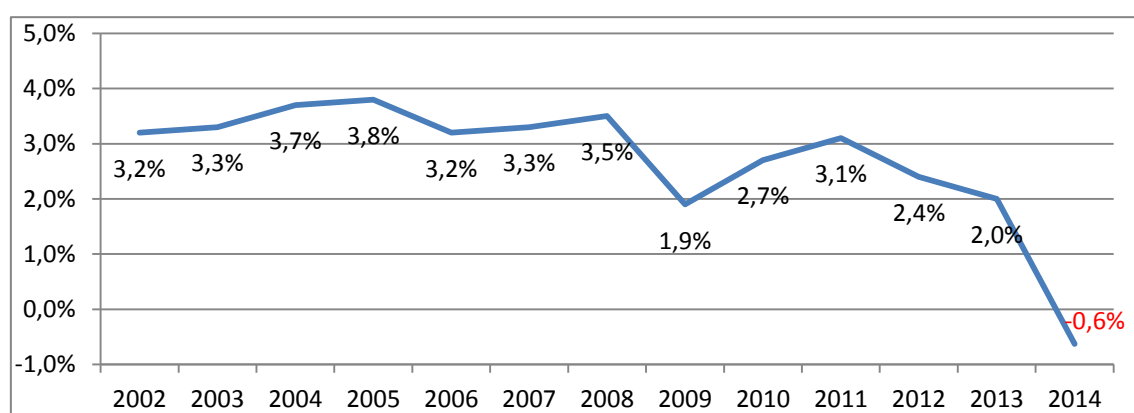
Assim, com estes dois gráficos podemos perceber que o Produto Interno Bruto brasileiro vem crescendo ao longo dos anos, principalmente a partir do segundo mandato de Lula. Ainda que não possua o mesmo ritmo da China, cresce mais que outros países, como os outros membros do BRIC<sup>66</sup>, comparável apenas com a Índia que assume a 3ª nos últimos cinco anos.

É um princípio do modelo neoliberal a garantia de uma “boa saúde” das finanças públicas para que se consiga honrar o pagamento dos títulos da dívida pública. Afinal, quando Estado consegue economizar seus gastos, ele sinaliza ao mercado financeiro internacional que conseguirá honrar com as suas dívidas, isto é o que se chama de superávit primário. Para se medir esta situação utiliza-se o “Saldo Primário”, que é a diferença entre as receitas não financeiras, isto é, excluindo as provenientes dos juros, e as despesas não financeiras. Esse valor comparado ao PIB será o quanto o país “salvou” para o pagamento da dívida, assim nos ajuda a entender a prioridade que os governos dão ao capital financeiro e às avaliações dos credores e agencias de avaliação de risco internacionais.

<sup>66</sup>Sigla para os países em desenvolvimento que se destacam na economia mundial Brasil, Rússia, Índia e China.

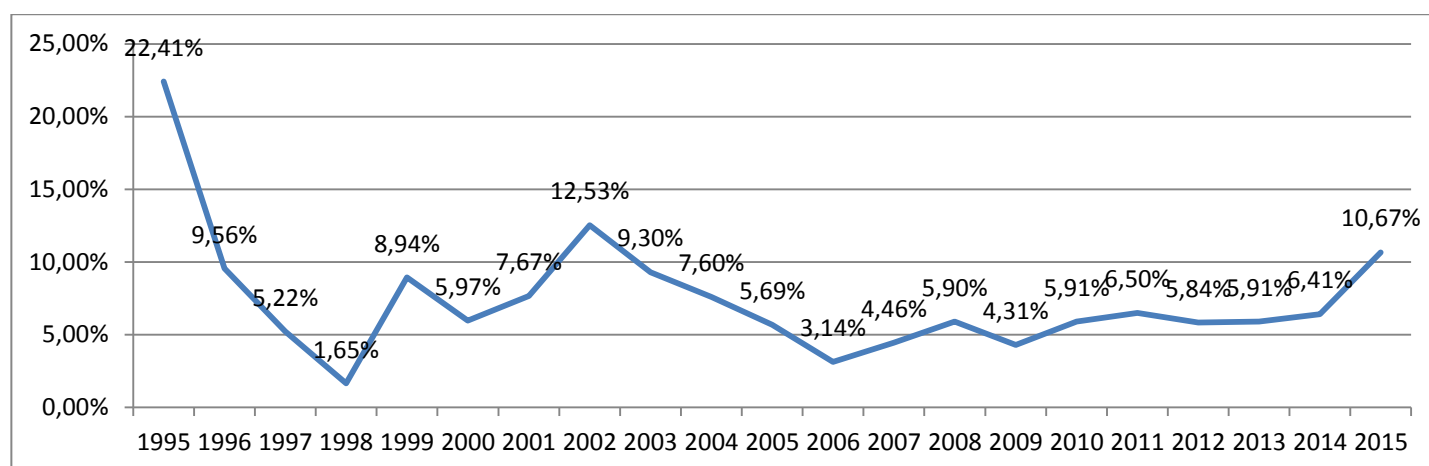
O saldo primário brasileiro vinha sendo superavitário, assim o governo continuamente vinha conseguindo garantir a “saúde” da economia brasileira aos olhos dos credores internacionais, ou seja, continuava pagando a dívida pública. Ao contrário do que se propagou nos últimos anos, a dívida continua e segue crescendo, pois como divulgou o Tesouro Nacional em 2012 a dívida pública federal atingiu R\$2295 Bilhões. A exceção é exatamente o último ano medido, 2014, no qual houve um déficit primário de 0,63% em relação, isto significa que apesar dos cortes realizados nos gastos públicos, principalmente nas chamadas áreas sociais, o governo não conseguiu economizar para o pagamento dos juros da dívida.

**Gráfico 12:** Saldo Primário – Brasil (2002-2014)



Fonte: [http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/upload/201303%20-%20julho/ed16\\_imgs/ed16\\_p25\\_info.jpg](http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/upload/201303%20-%20julho/ed16_imgs/ed16_p25_info.jpg) Site do Senado Federal baseado em dados do Banco Central, acessado em 26/11/2015

Ao longo da história recente do Brasil, o salário da classe trabalhadora foi constantemente atacado por taxas astronômicas de inflação, principalmente na década de 1980, o país atingia mais de três dígitos no índice de inflação. Os modelos de gestão econômica do neoliberalismo defendem a redução das taxas de inflação através do aumento das taxas de juros, o que prejudica o crescimento da indústria do país, mas com isso favorece duplamente o capital financeiro. Assim, os índices de inflação medidos pelo IPCA-IBGE ao longo dos governos petistas se mantiveram estáveis em torno de 5%. Inclusive mais estáveis que os governos FHC, que praticavam taxas de juros maiores que os petistas e a maior dano a indústria nacional. A exceção desse quadro é 2015, ano de aprofundamento da crise econômica, quando o país registrou, pela primeira vez em 13 anos, índice superior a 10%.

**Gráfico 13:** Inflação anual pelo IPCA-IBGE – Brasil (1995-2015)

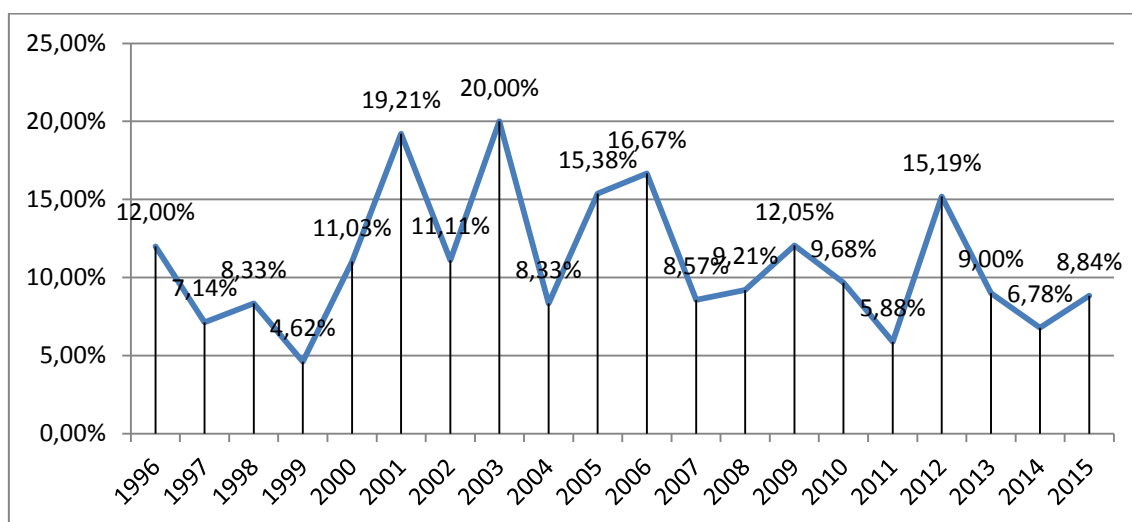
Fonte: IPCA-IBGE – Elaboração própria.

Neste cenário, os governos federais de Lula e Dilma promoveram uma política de valorização do salário mínimo, como podemos perceber a partir da tabela e gráficos a seguir: o salário mínimo parte de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 788,00 em 2015. Contudo, se observamos as porcentagens de aumento relativo aos anos anteriores, percebermos que os governos petistas não realizaram aumentos significativamente superiores aos praticados nos governos FHC. Principalmente se levarmos em consideração o contexto econômico pelo qual o país passava em cada período, e percebermos o aumento real, descontada a inflação. Comparando o valor praticado no início do governo com o valor do último ano de cada governo, temos que Lula realizou um aumento acumulado de 52,9%, enquanto FHC foi ligeiramente abaixo com valor acumulado de 50% e de 2011 a 2015, o Salário Mínimo se valorizou 31,5%. Nos governos FHC o aumento do salário mínimo não foi superior ao índice de Inflação medido pelo IPCA-IBGE no ano anterior somente em 1996 e 1997, o que também aconteceu no governo Lula em 2001 e Dilma em 2011.

**Tabela 5:** Valor do Salário Mínimo e Porcentagem de Aumento – Brasil (1995-2015)

| Ano  | Valor Salário Mínimo | % de Aumento | Inflação - IPCA |
|------|----------------------|--------------|-----------------|
| 1995 | R\$ 100,00           |              | 22,41%          |
| 1996 | R\$112,00            | 12,00%       | 9,56%           |
| 1997 | R\$120,00            | 7,14%        | 5,22%           |
| 1998 | R\$130,00            | 8,33%        | 1,65%           |
| 1999 | R\$136,00            | 4,62%        | 8,94%           |
| 2000 | R\$151,00            | 11,03%       | 5,97%           |
| 2001 | R\$180,00            | 19,21%       | 7,67%           |
| 2002 | R\$200,00            | 11,11%       | 12,53%          |
| 2003 | R\$240,00            | 20,00%       | 9,30%           |
| 2004 | R\$260,00            | 8,33%        | 7,60%           |
| 2005 | R\$300,00            | 15,38%       | 5,69%           |
| 2006 | R\$350,00            | 16,67%       | 3,14%           |
| 2007 | R\$380,00            | 8,57%        | 4,46%           |
| 2008 | R\$415,00            | 9,21%        | 5,90%           |
| 2009 | R\$465,00            | 12,05%       | 4,31%           |
| 2010 | R\$510,00            | 9,68%        | 5,91%           |
| 2011 | R\$ 540,00           | 5,88%        | 6,50%           |
| 2012 | R\$622,00            | 15,19%       | 5,84%           |
| 2013 | R\$ 678,00           | 9,00%        | 5,91%           |
| 2014 | R\$724,00            | 6,78%        | 6,41%           |
| 2015 | R\$788,00            | 8,84%        | 10,67%          |

Fonte: DIEESE - <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> - Acessado 01/02/2016

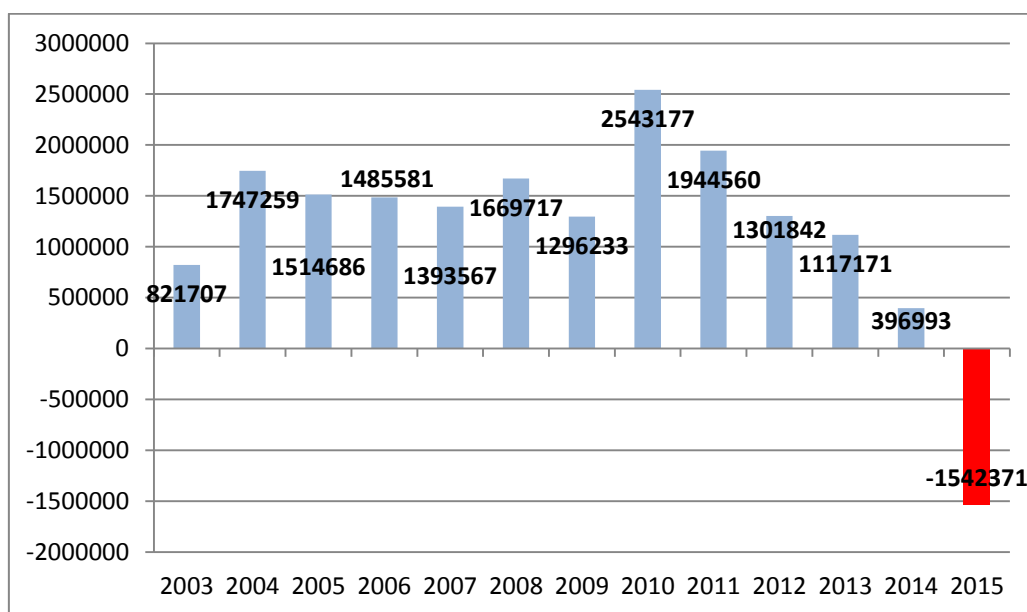
**Gráfico 14:** Porcentagem de aumento do valor do Salário Mínimo – Brasil (1996-2015)

Fonte: DIEESE - <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> - Acessado 01/02/2016

No discurso do governo sobre a distribuição de renda ao lado do argumento sobre a valorização do salário mínimo, que como vimos não é tão distinta do governo anterior, soma-se a criação de emprego com carteira assinada. Como vemos nas tabelas

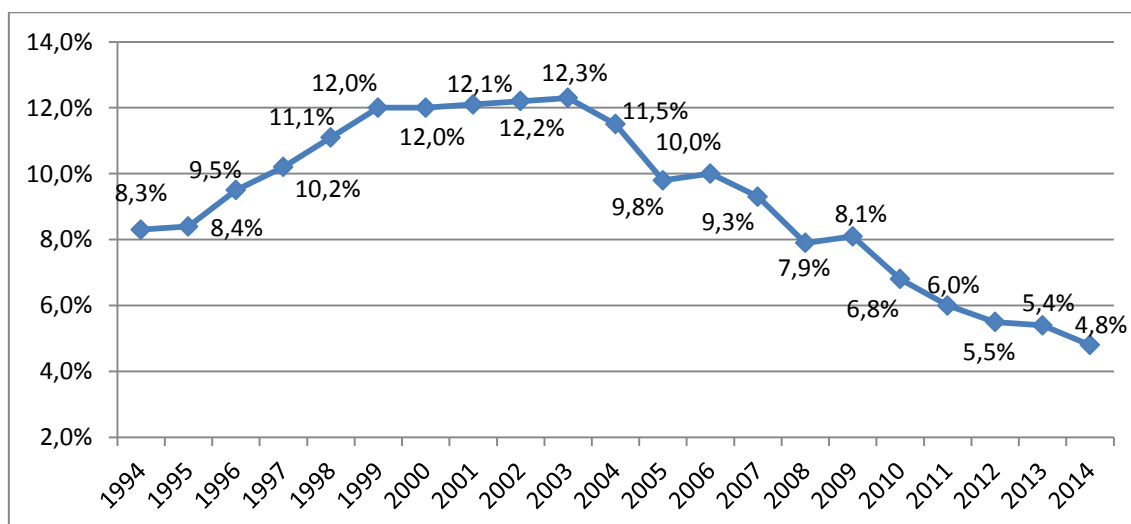
a seguir, , ao longo dos governo Lula e Dilma vem se criando emprego e a taxa de desemprego diminuindo, ao contrário do que aconteceu ao longo do governo FHC. Contudo, o saldo de empregos está diminuindo a cada ano desde 2010 e em 2015 torna-se negativo, ou seja, houve fechamento de postos de trabalho; segundo o CAGED, fechou-se 1.542.371 postos de trabalho no último ano, o que praticamente anula o saldo positivo dos dois últimos. Para 2015, o índice de desemprego médio ainda não foi fechado, até o fim de terceiro trimestre deste ano o valor era 7,9%.

**Gráfico 15:** Saldo de Emprego Formal – Brasil (2003-2015)



Fonte: CAGED – Acessado 3/2/2016

**Gráfico 16:** Índice de Desemprego Médio – Brasil (1994-2014)

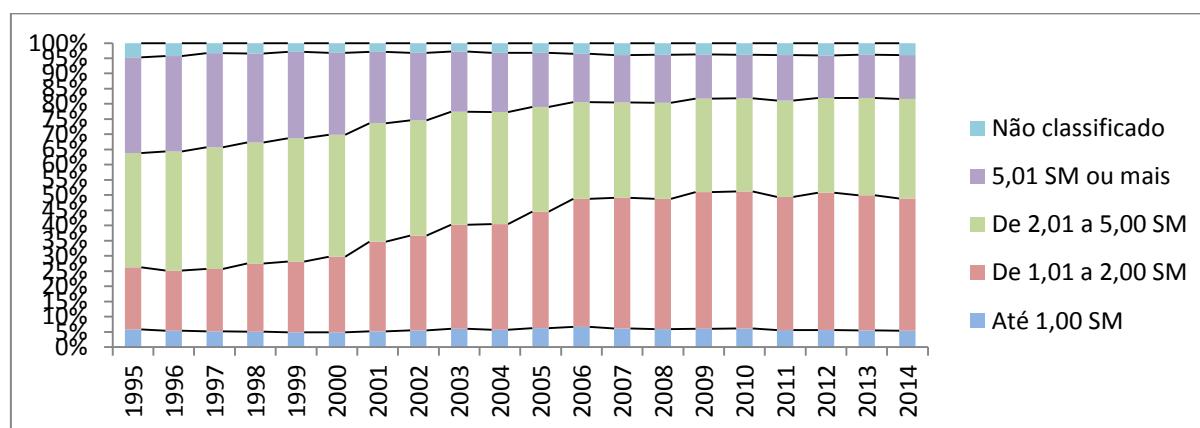


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego - Acessado 3/2/2016

Como podemos perceber pelo gráfico a seguir, ao longo dos anos de governo do PT, gradativamente, aumenta-se a proporção de empregos de baixa remuneração, ou

seja, inferior a dois salários mínimos. Assim, entre 1995 e 2014 percebemos um contínuo aumento dos empregos que pagam de 1,01 a 2 Salários Mínimos: eram por volta de 20% dos empregos em 1995 e atingem mais que o dobro em 2014, 43,41%. Em contrapartida, a faixa seguinte, de 2,01 a 5 Salários Mínimos, mantém-se equilibrada entre 35 e 40% até 2006, quando passa a se situar por volta de 31%. Os empregos que pagam mais de 5 salários mínimos decaem continuamente desde o início da série, passando de 31,53% em 1995 e estabilizando em por volta de 14% a partir de 2009. Este índice nos demonstra que a grande maioria dos empregos criados era de baixa remuneração, ou seja, aqueles empregos que pagavam mais fecham postos de trabalhos e reabrem com salários inferiores.

**Gráfico 17:** Distribuição dos empregos criados a partir da faixa salarial



Fonte: CAGED/MTE – Elaboração própria

Com percebe Braga (2015), essa criação de emprego de menor remuneração ao longo dos governos Lula e Dilma tem forte presença dos “peões-de-trecho” que estudamos neste trabalho. Afinal, a construção civil, com todas as suas contradições em termos de condições de trabalho e salário, foi um dos setores que mais contratou principalmente a partir do PAC.

Poderíamos relativizar estes dados afirmando que isto se deve à valorização do Salário Mínimo, contudo, como afirmamos anteriormente, esta valorização não é significativamente superior à registrada nos anos anteriores e mesmo aquele que ocorre não é suficiente para aproximar o SM nominal do salário mínimo necessário. Segundo o DIEESE o Salário Mínimo necessário para Dezembro de 2015 era de R\$ 3.518,51 e no mesmo mês de 1995 foi de R\$ 763,09. Ou seja, a diferença entre o necessário e o nominal continua abissal.

Assim como Braga (2015), Singer (2012), percebe que ao longo do “lulismo” os empregos que foram criados libertaram uma massa considerável de trabalhadores do “inferno do desemprego”, até então, excluídos do mercado de trabalho formal, contudo, esta inserção no trabalho formal seria carregada de contradições, o que ele chama de “precariedade com carteira assinada”<sup>67</sup>. Também chegando a citar as obras das UHE Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, como expressão dessa situação, e os confrontos políticos que lá acontecem como expressão do descontentamento da classe trabalhadora com essa situação.

O governo federal considera que os programas sociais que implementou, como o “Bolsa-Família”, “Minha Casa, Minha Vida”, PROUNI, aliados à política de valorização do Salário Mínimo e à criação de empregos, favorecem a distribuição de renda. Estes três programas abordam questões diferentes: enquanto o primeiro assemelha-se a uma política de renda mínima para aqueles considerados nas faixas de miséria e pobreza extrema, atingindo por volta de 50 milhões de pessoas; o segundo caracteriza-se como um programa habitacional, no qual parcelas da população recebem financiamentos e subsídios do banco estatal Caixa Econômica Federal para comprarem suas residências, e, por fim, o PROUNI é um programa de acesso à universidade particular através de concessão de bolsas e financiamentos.

Não entraremos no debate relativo ao mérito da distribuição de renda. O que nos importa é considerar o caráter da política social global realizada pelos governos de Lula e Dilma. Como afirmam diversos autores, como Druck (2007), trata-se de uma política focalizada, ou seja, que redireciona os recursos para os mais pobres por meio de instrumentos que os selecionam como beneficiários diretos. Este tipo de política social está intimamente ligado às políticas liberais de gestão do Estado, afinal, assim, diminuiu-se o número de atendidos e por consequência os valores gastos, garantindo os índices de superávit primário.

Uma política social que, pela sua própria origem e natureza, busca se implementar e se tornar hegemônica a partir da negação dos direitos e das políticas sociais universais, através de um discurso que ataca diretamente a seguridade e a assistência social públicas – aposentadorias, pensões, seguro desemprego, etc. – bem como a universidade pública e as políticas de subsídios ao consumo de bens básicos, como no caso da energia elétrica. (DRUCK, 2007, p.26)

---

<sup>67</sup> Esta precariedade pode ser percebida de várias formas, como a questão salarial que abordamos, a elevada taxa de rotatividade que perdura no Brasil, como demonstra DIEESE (2014), os índices de acidente do trabalho que vem aumentando ano a ano, segundo os dados do Tribunal Superior do Trabalho e do Ministério da Previdência Social.



Assim como percebem Druck e Filgueiras (2007), esse tipo de política social executada por, à época, Lula e podemos estender para Dilma, reduz a participação de gastos sociais que possuem maior capacidade de combater as desigualdades sociais, em nome de programas de assistencial social. Além disso, os principais programas sociais dos governos petistas promovem a inserção de parcelas antes marginalizadas no mercado de consumo. As políticas sociais universais voltadas a áreas como saúde, educação e transporte público são deixadas em segundo plano, privilegiando-se uma lógica de consumo e endividamento, muitas vezes sustentada pelas políticas de incentivo ao crédito.

Se observamos o Orçamento da União percebemos que não há redução de gastos com o pagamento dos juros da dívida para aumentar os “gastos sociais”. Assim, trazemos os “Orçamento Geral da União” dos anos de 2014 e 2015 e como demonstra o gráfico 19 referente ao último ano, prevê o gasto de 47,4% dos recursos do Estado em pagamento dos Juros e da Amortização da dívida, valor próximo dos aproximadamente 50% presentes nos últimos anos do governo FHC , ao passo que todas as áreas ditas sociais somam 34,1%, se excluimos a Previdência Social (18,5%) do cálculo, apenas 15,6% do Orçamento Geral nacional é destinado a áreas como saúde, transporte, habitação .

**Gráfico 18:** Orçamento Geral da União 2014

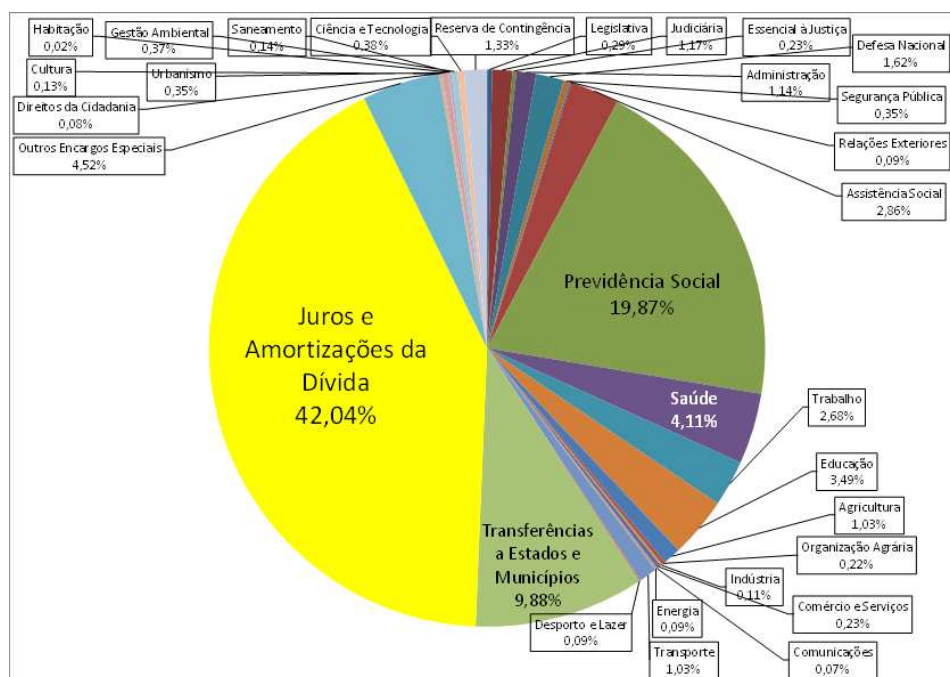
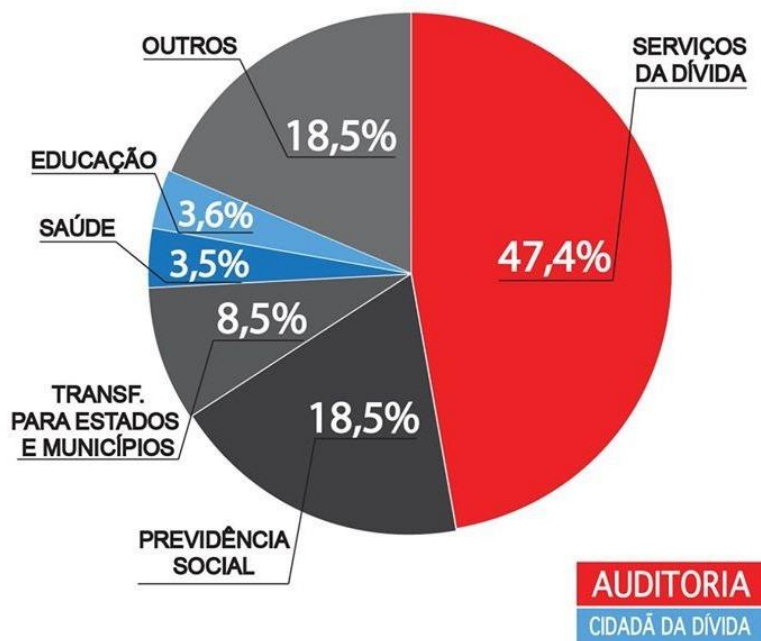


Gráfico 19:

## ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PLOA 2015



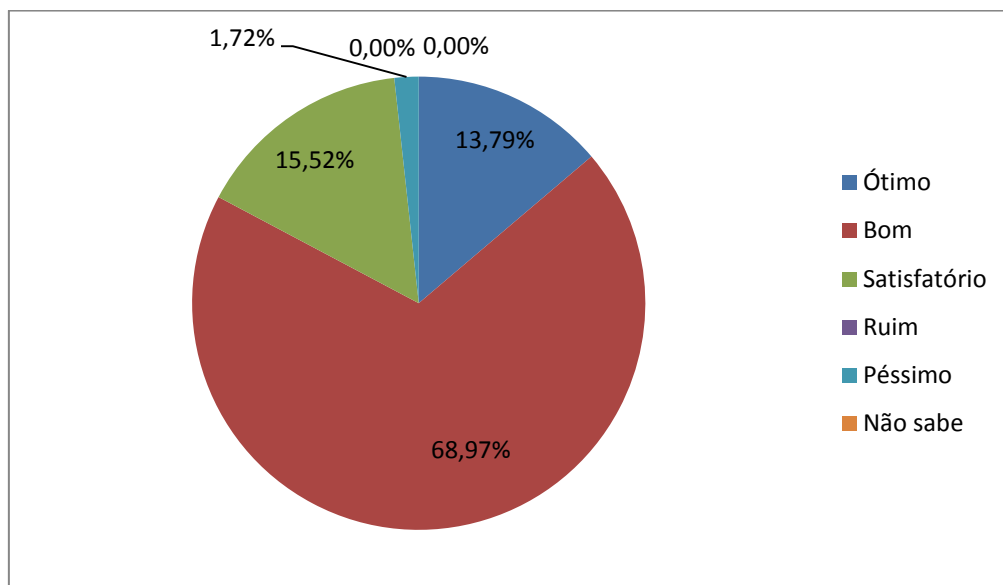
Buscando conectar os indicadores da economia brasileira no último período ao debate sobre as políticas sociais, Magalhães (2010) percebe que se os governos petistas tivessem aplicado uma política menos ortodoxa e presa aos preceitos do neoliberalismo, poderia atingir taxas de crescimento superiores às conquistadas nos últimos anos e com isso, as políticas sociais poderiam ser potencializadas, afinal, o aumento do PIB proporciona maiores recursos ao Estado para promover e ampliar as medidas de cunho social, além de gerar mais empregos, mesmo sem aumentar as parcelas destinadas a estes programas. Com isso, para o autor, a qualidade de vida da população teria aumentado mais rapidamente do que aconteceu de fato.

Para compreender os efeitos das políticas econômicas e sociais dos governos sobre os “peões-de-trecho”, é interessante considerar as avaliações que estes fazem acerca dos mandatos de Lula e Dilma. Assim, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, e mesmo desde a elaboração do projeto, perguntamo-nos sobre qual seria a avaliação dos operários que construíam as principais obras do PAC sobre os governos federais. Considerando a importância dessas obras para a política governamental, será que as sucessivas greves realizadas por esses operários expressariam um rompimento com o governo maior do que o vivido na época pelo conjunto da classe trabalhadora?

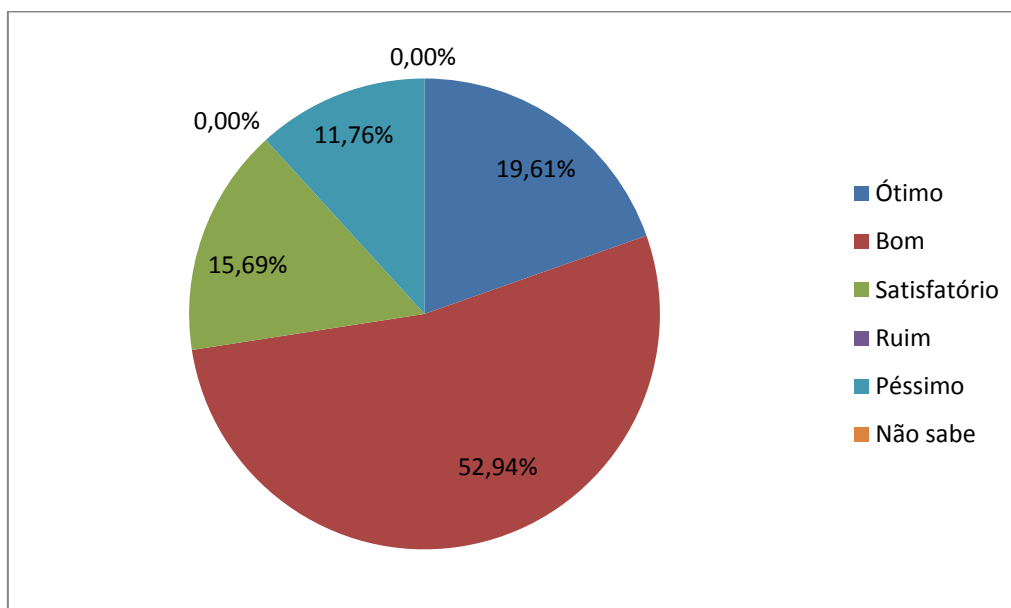
Por isso, na nossa primeira visita às obras da UHE de Belo Monte em 2014 questionamos os operários acerca de sua avaliação sobre os governos Lula e Dilma. A pergunta, feita de forma conjunta, se deu por um equívoco nosso de acreditar que os trabalhadores percebiam a continuidade entre estes dois governos, mas quando da aplicação percebemos que os operários diziam avaliar positivamente o governo Lula e negativamente o de Dilma. Diante disso, readequamos o questionário aplicado aos dois grupos de trabalhadores em 2015, desta feita fazendo duas perguntas distintas.

Assim, os 109 trabalhadores, 51 das obras de Porto Velho e 58 da obra da UHE de Belo Monte, que responderam nossa enquete em 2015 foram perguntados “Qual a sua avaliação do governo Lula?” e “Qual a sua avaliação do governo Dilma?”. Os dados, apresentados nos gráficos que seguem, sinalizam contrastes interessantes: conforme o gráfico 22 93,58% dos trabalhadores entrevistados avaliaram o governo Lula positivamente, ou seja, “Ótimo”, “Bom” ou “Satisfatório”, isto é, de um total de 109 entrevistados apenas 7 consideraram o governo “Péssimo”. Enquanto isso, segundo o gráfico 25 64,55% dos operários avaliaram negativamente (“Ruim” e “Péssimo”) o governo Dilma, e nenhum o avaliou como “Ótimo”. Salta-nos aos olhos a avaliação da administração de Dilma Rousseff pelos operários de Jirau e Santo Antonio entrevistados (gráfico 24), dos quais 74,51% avaliam como “Ruim” ou “Péssimo”, isto é, quase  $\frac{3}{4}$  dos operários questionados provenientes daquelas UHE não avaliam positivamente os governos Dilma.

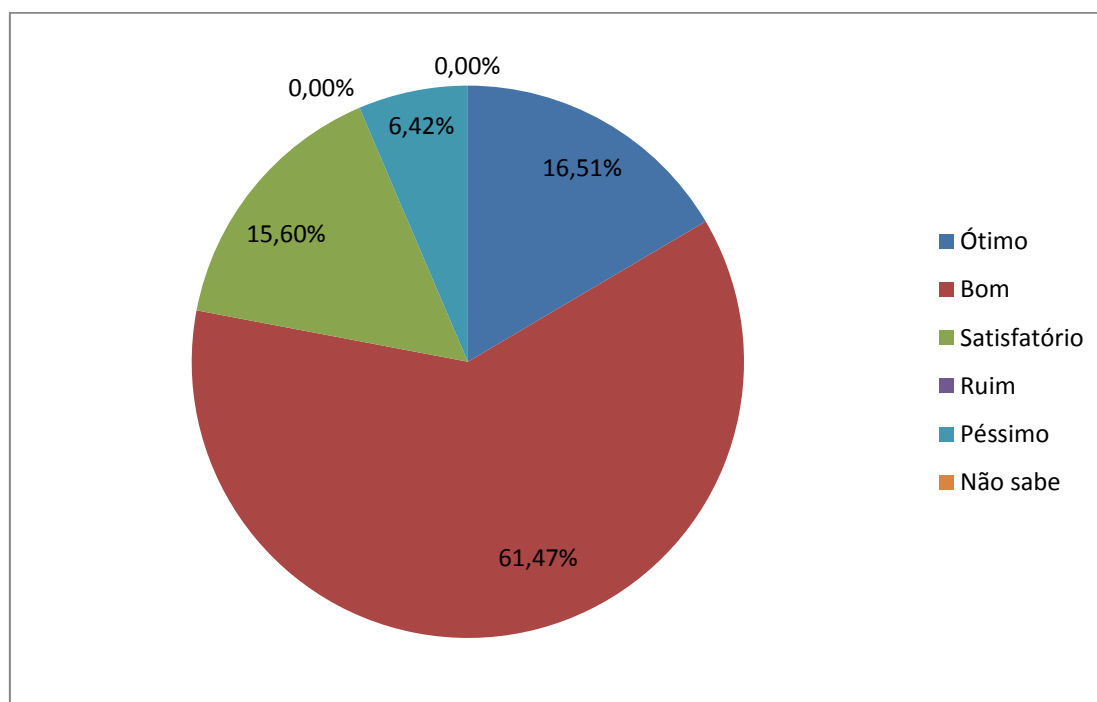
**Gráfico 20:** Qual a sua avaliação do governo Lula? - Operários de Belo Monte

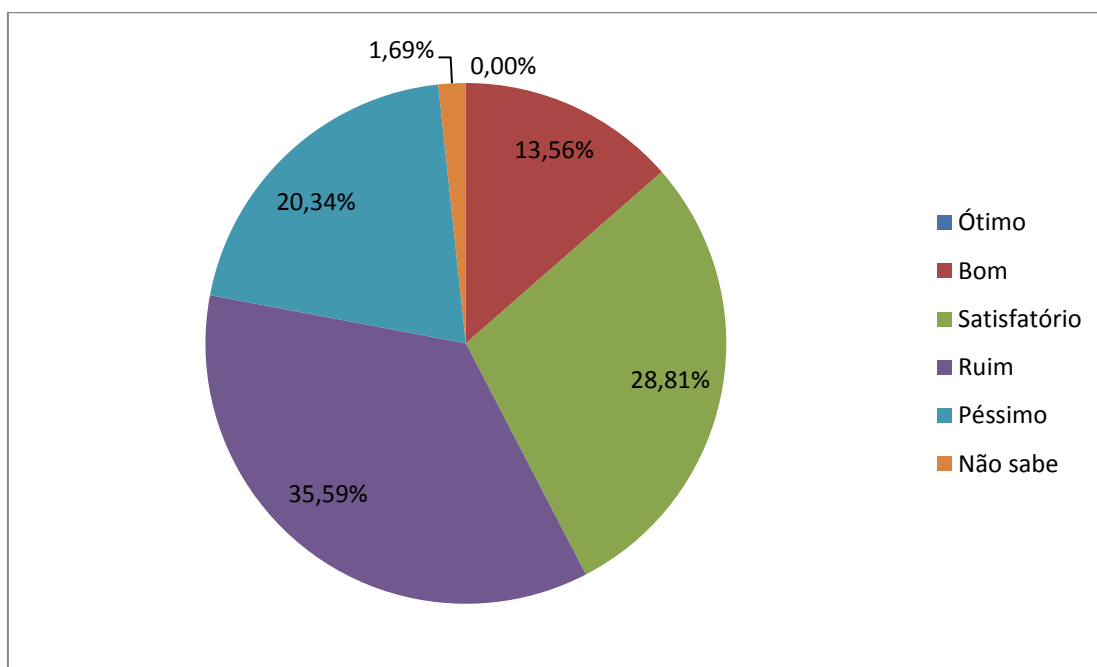
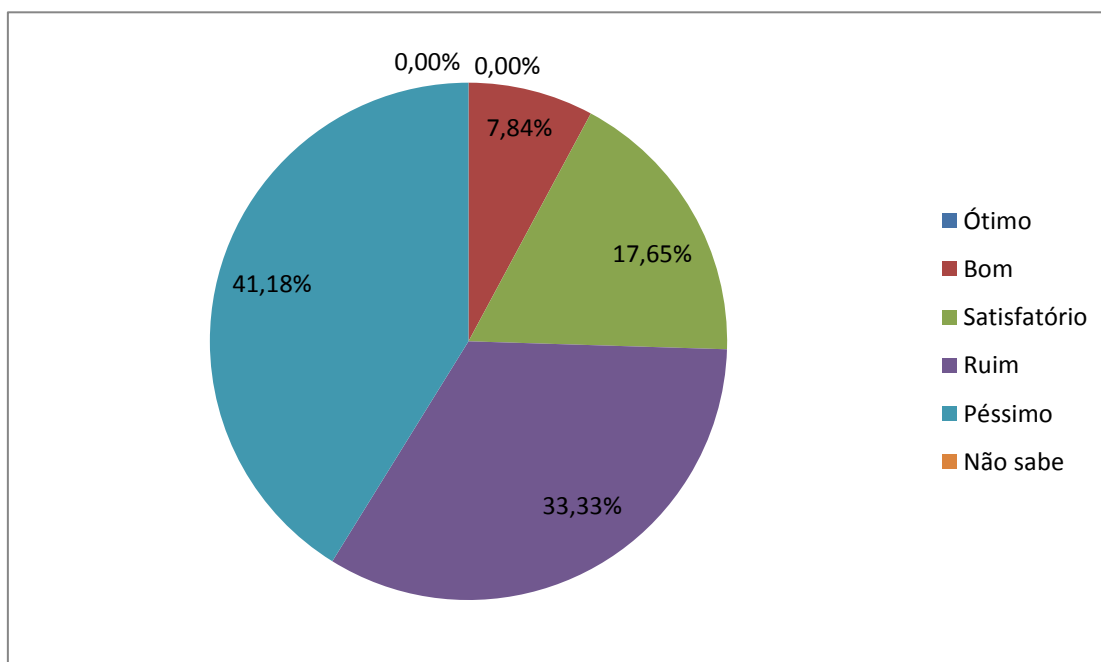


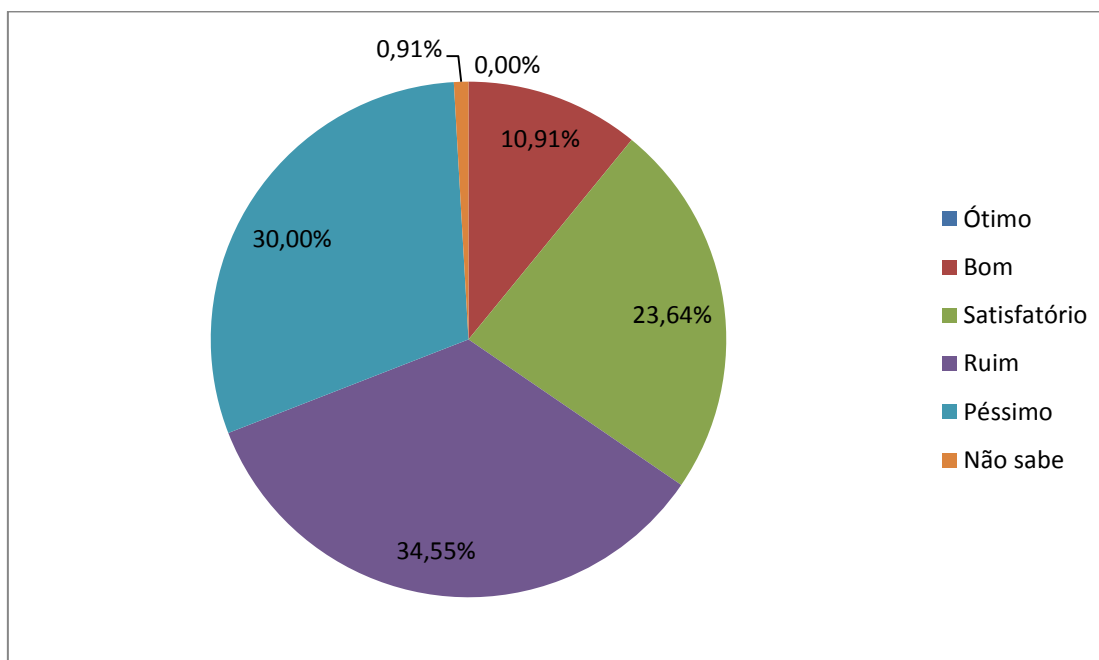
**Gráfico 21:** Qual a sua avaliação do governo Lula? - Operários das UHE Jirau e Santo Antônio



**Gráfico 22:** Qual a sua avaliação do governo Lula? - Total



**Gráfico 23:** Qual a sua avaliação do governo Dilma? - Operários de Belo Monte**Gráfico 24:** Qual a sua avaliação do governo Dilma? - Operários das UHE Jirau e Santo Antônio

**Gráfico 25:** Qual a sua avaliação do governo Dilma? - Total

Constata-se, portanto, uma elevada discrepância na avaliação dos governos petistas pelos operários de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte: de um lado, taxas elevadíssimas de aprovação sobre o governo Lula e de outro, o descontentamento gigantesco com o governo Dilma. Como podemos explicar o fato de que os mesmos operários avaliem de formas tão distintas governos de um mesmo partido e que aplicam a mesma linha política e econômica? A contradição se amplia se percebermos que estes operários fazem parte do setor da classe operária que provavelmente foi o mais favorecido com a política econômica de Lula e Dilma, exemplificada no PAC I e II, ou seja, operários que tiveram facilidade em se empregar nas mais diversas obras do governo federal no último período e hoje dizem que este governo não os satisfaz.

É necessário perceber que ao serem questionados sobre o por quê destas avaliações, muitos dos operários afirmavam que o governo Lula havia promovido melhorias nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, com conquistas de direitos e aumento de renda. Já o governo Dilma é tão mal avaliado pelos cortes promovidos na sua gestão, principalmente em 2015, muitos citam as mudanças no seguro-desemprego, cortes no FIES, a PL 4330 que legaliza a terceirização para todas as atividades, e o Programa de Proteção ao Emprego que Dilma, com apoio de centrais sindicais, como CUT e Força Sindical, aprovou e permite a redução da jornada de trabalho com redução dos salários em até 30%. Também são citadas as denúncias de

corrupção reveladas pela Operação Lava-Jato devido ao efeito que estas provocam na construção civil, com diminuição dos investimentos e demissões no setor.

Não podemos estabelecer uma relação entre o fato de os trabalhadores estarem descontentes com as condições de trabalho e salário das obras e um possível rompimento destes com o governo. Porque, apesar do descontentamento generalizado destes operários com o governo Dilma, o governo que deu início às obras foi o de Lula, ou seja, a realidade do regime e das condições de trabalho vividas nas obras é decorrência do que foi estabelecido nesse governo, através do processo de concessão das usinas, e não no de Dilma. Mesmo assim, considerando que o governo Lula é bem avaliado e o de Dilma tem uma péssima avaliação, nos parece que a avaliação destes trabalhadores sobre os governos está mais relacionada à conjuntura nacional do que às próprias obras.

Após analisar alguns indicadores econômicos ao longo dos governos Lula e Dilma, podemos tecer algumas conclusões. Ao menos até 2014, o governo federal conseguiu equilibrar uma difícil equação de conciliação entre os antagonistas sociais. Assim, com contradições e percalços, a grande burguesia nacional, o capital financeiro e as classes trabalhadoras consentiam em diferentes medidas com a administração petista.

No campo dos trabalhadores esse consentimento se deve principalmente a alguns fatores. O crescimento da economia permitiu a criação de postos de trabalho e a consecutiva diminuição das taxas de desemprego, ainda que com salários mais baixos. Além disso, os governos petistas promoveram políticas sociais focalizadas, associadas ao incentivo ao crédito pessoal, o que levou muitos trabalhadores a acessarem pela primeira vez bens de consumo duráveis. Ainda que passível de críticas, estas políticas trouxeram muito apoio popular a estes governos, o que permitiu a reeleição de Lula e a eleição e reeleição de Dilma.

No que se refere especificamente ao PAC, este programa conquistou tanto apoio popular, devido aos empregos criados, principalmente no setor da construção, e à percepção de que o país poderia se desenvolver, quanto apoio de setores da burguesia, como as grandes empresas da construção civil.

Desta forma, como percebe Braga (2015), até 2014 o país vivenciou uma discreta desconcentração de renda, o que em um país de desigualdades tão profundas como é o caso do Brasil, é suficiente para se conquistar o apoio popular e se formular a

tese de que o neoliberalismo havia ficado para trás. Contudo, disso decorre um aumento das expectativas populares, tanto de acesso a bens de consumo, quanto de ascensão social, o que pode ter alimentado um desejo por melhores condições de vida dos trabalhadores, principalmente aqueles jovens e das grandes cidades, sendo uma das explicações das “Jornadas de Junho”. Afinal, políticas como o PROUNI aumentam o número de jovens com nível superior demandando empregos com salários superiores a dois Salários Mínimos; contudo não se criam empregos para essa demanda.

Durante esse período de crescimento econômico e melhorias gerais no mercado de trabalho, acumularam-se contradições. Se por um lado verifica-se o aumento da oferta de emprego, por outro este emprego continuava precário e com salários situados nas faixas inferiores de remuneração; além disso, não houve melhorias nas condições de trabalho, aumentando o número de acidentes de trabalho e as situações cada vez mais extenuantes, principalmente devido à criação de empregos se dar nos setores de serviços e da construção civil. Estas contradições podem explicar o aumento das greves em 2012 e a explosão no ano seguinte, passando de 2000 greves, segundo o DIEESE;

Apesar de resistir nos primeiros anos da crise de 2008/2009, a economia brasileira começa dar sinais de fragilidade no fim do primeiro mandato de Dilma, o que se profunde em 2015. Esta crise é sentida principalmente a partir da diminuição de investimento dos setores industriais, o que gera desemprego e reajustes salariais mais baixos; os cortes no orçamento de vários setores pelo governo federal, principalmente, em áreas sociais, como educação e saúde, o assim chamado “ajuste fiscal”; a inflação que volta a taxas superiores às previstas pelo governo; e no que toca diretamente nossa pesquisa, o corte de investimento no PAC e em obras da construção, sendo um dos setores que mais demitem no Brasil de 2015. Ou seja, o período de crescimento econômico tímido com discreta desconcentração de renda, que resultou em apoio popular e das classes dominantes, encerra-se com o aprofundamento da crise econômica.

Portanto, em um primeiro momento, o cenário econômico de crescimento e aumento do número de empregos, atrelado a todas as contradições que relatamos aqui, funcionou com um impulsionador das mobilizações operárias nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte. Os “peões-de-trecho” possuíam várias oportunidades de emprego pelo país, mas ao se empregarem percebiam as condições de trabalho e salários diferentes do esperado. Porém, com o aprofundamento da crise econômica, esses



trabalhadores passam a sair de cena, a nosso ver, principalmente, devido ao fato de que as empresas da construção estão contratando muito menos que no período anterior a 2013, o que leva a uma inflexão no número de greves.

#### **2.4 O cenário sindical brasileiro**

Ao analisarmos os elementos que influenciam positiva ou negativamente a mobilização dos operários em um contexto fabril ou em um canteiro de obras, não podemos afastar a ideia de que o cenário do sindicalismo como um todo também atue interferindo na disposição à ação coletiva. Ou seja, a maneira como os operários percebem o momento da ação sindical e a correlação de forças na disputa com os governos e o patronato pode incentivar ou não a decisão de se deflagrar uma greve ou qualquer outro movimento. Do mesmo modo, a percepção de que a classe trabalhadora nacionalmente, ou um setor ou categoria está realizando mais greves e se mobilizando mais do que em períodos anteriores, pode influenciar os operários de outros setores a se decidirem também pela mobilização.

Desta forma, com o objetivo de ajudar a traçar o perfil do “peão-de-trecho”, e sob quais condições ele trabalha e se mobiliza contra as condições de trabalho, vida e melhores salários, neste momento, buscaremos entender o cenário do sindicalismo brasileiro nos governos petistas (2003-2015), passando por discussões acerca das perspectivas para a ação sindical, sobre a reorganização e as greves realizadas na última década.

#### *Crise e recuperação do sindicalismo*

A partir da década de 1970, os países centrais de capitalismo avançado, principalmente Europa Ocidental e EUA, passaram por períodos de desmobilização sindical. Se nas décadas anteriores o conflito capital e trabalho havia animado o cenário político social, a ascensão dos partidos socialdemocratas ao poder e a forte ligação destes com os sindicatos operários fez com que o movimento sindical começasse a dar os primeiros sinais de fragilidade.

Contudo, na contramão deste cenário, o Brasil vive na década de 1970 e 1980 o surgimento do “novo sindicalismo”<sup>68</sup>, período de grande mobilização sindical, com

---

<sup>68</sup>Não assumimos o termo “novo sindicalismo” em seu significado literal, de que tudo seria novo a partir dali. Assim como Santana (1999), percebemos esse novo momento no sindicalismo brasileiro como um ressurgimento da ação sindical na cena política pública nacional, com direções mais dispostas às

crescimento dos números de greves até o final da década de 80, destituição das antigas direções pelegas dos sindicatos, e tendo como ápice a criação da CUT e do PT, até então instrumentos importantes da classe trabalhadora na luta contra a burguesia. Ou seja, enquanto se falava e vivia a crise do sindicalismo nos países centrais, aqui no Brasil o cenário era completamente diferente, o movimento sindical atingia o protagonismo no cenário político do país.

Porém, este período de protagonismo e alta mobilização do sindicalismo brasileiro teve vida curta, e com a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva implementada no Brasil na década de 1990 o sindicalismo brasileiro foi atingido por essa crise que se espalhava internacionalmente. Desta forma, nos anos 90 os sindicatos brasileiros vivenciaram a queda dos índices de greve, das taxas de sindicalização e a perda de capacidade reivindicatória comparada às décadas anteriores, assim como havia acontecido com os países centrais de capitalismo avançado.

Esta situação gera uma grande discussão acerca da caracterização da crise e de sua amplitude, tanto no caso brasileiro, quanto mundialmente. Aparentemente, há uma consonância na literatura da área sobre a percepção da crise, ou seja, a maioria dos autores concorda que há recuo nas taxas de greves, no número de sindicalizados e no poder de barganha pelos sindicatos. Mas não há acordo sobre a profundidade desta crise ou mesmo suas motivações, basicamente, os autores se dividem entre aqueles que percebem que seria uma crise irreversível, um movimento de declínio ou decadência do sindicalismo, e outros que defendem ser uma crise passageira, que pode ser revertida a partir de transformações na conjuntura<sup>69</sup>.

Na literatura brasileira na área sindical, Leôncio Martins Rodrigues foi quem realizou a elaboração mais bem acabada da tese da decadência do sindicalismo, em seu livro *Destino do Sindicalismo* (1999). Nesta obra, o autor busca perceber as tendências para a instituição sindical, principalmente a partir das análises das taxas de sindicalização e dos índices de greve – ambos indicadores em queda àquela época. Para o autor, existem duas ordens de causas para o recuo do sindicalismo. A primeira é de natureza político-institucional, como as estratégias anti-sindicais das empresas, a

---

mobilizações e mais conectadas com as bases, o que em certa medida supera o antigo peleguismo e imobilismo dos sindicatos até então. Mas com um conjunto de permanências da prática e da cultura sindical anterior.

<sup>69</sup> Seria uma crise final, sem perspectivas de retorno ou um refluxo momentâneo? Para melhor compreensão dessa discussão Cf. BOITO (2001). Na literatura brasileira sobre o assunto pode se ver ainda: Boito, 1994 e 1999; Antunes, 1997; Cruz, 200; Tumolo, 2002; Rodrigues, 1997 e 1999; Santana, 2002; Cardoso, 2003; Bridi, 2005; Oliveira, 2011; e Ferraz, 2013.

burocratização e incompetência das direções sindicais, ou governos e leis hostis à ação sindical. Esta ordem seria reversível. Já a segunda ordem de causas estaria relacionada com alterações mais globais na economia, na tecnologia e no mercado de trabalho, as quais não seria possível reverter e, por isso, as perspectivas dos sindicatos tenderiam a ser mais negativas<sup>70</sup>:

o que parecia, na década de 70, ser uma crise que atingia o sindicalismo de alguns países, e não de outros, foi adquirindo, na década dos 80, o caráter de um declínio, à medida que o tempo corria e o sindicalismo, num número crescente de países, não encontrava respostas satisfatórias para pôr fim à persistente redução de seus filiados e dos espaços que havia conquistado após a Segunda Guerra Mundial. (RODRIGUES, 1999, p. 21).

É importante frisar que para o autor, mesmo que a instituição sindical continue a existir, caso abandone sua face oposicionista e reivindicatória e se metamorfoseie em cooperativas, sociedades de auxílio mútuo, *company unions* ou toda uma sorte de instituições que representem uma mudança estratégica, de modo a abandonar a oposição à quem tem controle sobre o emprego, não poderá mais se falar em sindicalismo<sup>71</sup>. Desta forma, através da percepção de que um setor considerável do sindicalismo assumiu um papel pouco opositor ao patronato e assumiu formas distintas, como o sindicalismo cidadão<sup>72</sup>, realmente poderíamos aventar a possibilidade da decadência do sindicalismo.

Mas esta visão de declínio final do sindicalismo é criticada por atores como Armando Boito, para o qual a crise que afetava o sindicalismo brasileiro da década de 1990 era na verdade um refluxo e mesmo o cenário internacional não apontava para uma crise final. Para o autor, nos países capitalistas centrais, os sindicatos passavam por perdas de filiados, diminuição de atividades reivindicativas e perda de influência política; semelhante ao que se passava na América Latina, onde as taxas de sindicalização, a frequência de greves e a importância política nos países mais

<sup>70</sup> Não podemos deixar de perceber que essa tese de declínio irreversível do sindicalismo internacionalmente flerta com ideia as teses do fim da história, como as defendidas por Fukuyama e outros autores liberais, segundo os quais os processos históricos estariam encerrados após a queda do muro de Berlim e a suposta vitória do capitalismo e da democracia burguesa.

<sup>71</sup> Assim: “Na hipótese de que os atuais sindicatos assumam predominantemente funções que hoje são preenchidas por entidades que organizam segmentos populacionais não assalariados, como ordens de profissionais autônomos (médicos, advogados e outras profissões liberais), cooperativas, movimentos sociais policlassistas, sociedades de amigos de bairro, ONGs de defesa ecológica ou de outra natureza, sociedades de auxílio mútuo, o próprio fundamento da representação sindical estaria transformado.”(RODRIGUES, 1999, p. 294.)

<sup>72</sup> Este termo vem de lideranças sindicais. Segundo Galvão (2006), refere-se ao momento no qual os sindicatos passam a prestar serviços de assistência à classe trabalhadora em áreas renegadas pelo Estado. São serviço como qualificação profissional e agência de empregos, seguros de vida, planos de saúde, cartões de crédito e linhas de empréstimos financeiros.

industrializados do subcontinente se reduziam. Contudo, esta não é uma tendência generalizada para todo o globo. Segundo Boito (2003), duas regiões do mundo viviam a ascensão do sindicalismo: na Europa oriental, com a volta da liberdade de organização sindical, e os países asiáticos de industrialização recente, nos quais os trabalhadores iniciam a própria organização em sindicatos. Ou seja, enquanto os países centrais vivenciam momentos de refluxo na ação, importantes países iniciam ou reiniciam a mobilização operária. Só isso já basta para percebermos que não há declínio final do sindicalismo, mas sim alguns países que passavam por períodos de refluxo da luta sindical. Desta forma, Boito conclui sobre o balanço da ação sindical nas décadas de 80 e 90 do século XX:

Apenas devido a esse quadro geral criado por tais tendências opostas — o sindicalismo cai onde era muito forte, e cresce onde ainda está fraco — é que é legítimo afirmar que o refluxo é a característica dominante da situação atual do movimento sindical em escala internacional. É certo, então, que o recuo do sindicalismo é a tendência dominante, mas o fenômeno, em escala internacional, é desigual e contraditório. (BOITO, 2003, p.324).

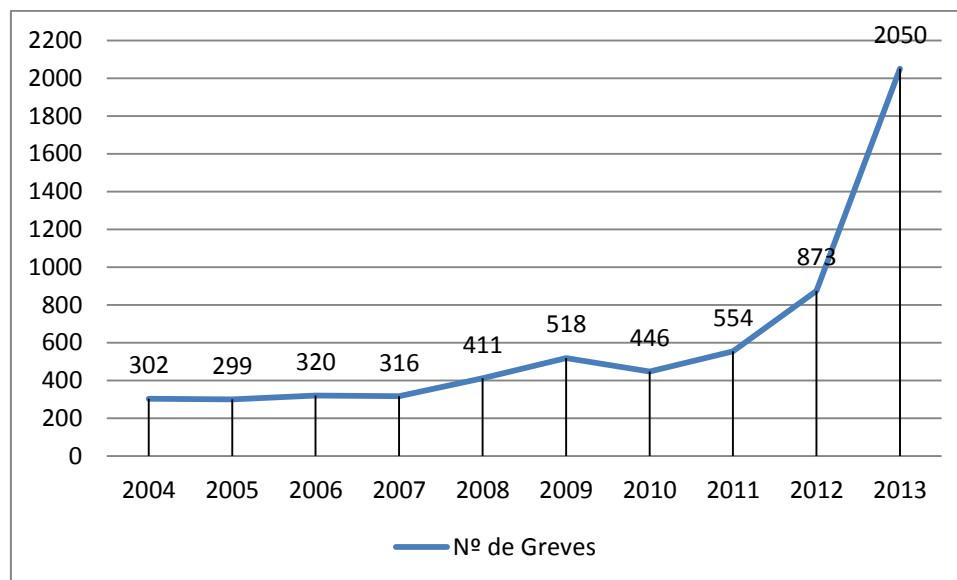
Boito argumenta ainda que há um refluxo nos setores econômicos de maior tradição na ação sindical, categorias como metalúrgicos, mineiros, portuários e ferroviários viram décadas de organização e luta sindical serem desfeitas. Por outro lado, aqueles setores nos quais hoje se gera mais empregos e o capital tem mais se concentrado, como o setor de serviços, os trabalhadores ainda não conseguiram se organizar sindicalmente como fazia o operariado clássico. Isto não é de se estranhar, afinal não foi fácil para essas categorias conquistarem tamanha organização e protagonismo, assim como também não será do dia para noite que setores de recente sindicalização criarão suas formas organizativas.

O autor conclui com uma reflexão que nos ajuda a compreender a dinâmica e a dialética dos movimentos operários, e por isso, favorece a compreensão acerca do ascenso da construção civil no Brasil dos últimos anos: “*A história do movimento sindical está repleta de setores aparentemente pouco propensos à sindicalização que, dadas determinadas condições históricas, passaram massivamente à luta sindical.*” (BOITO, 2003, p.327).

Corroborando com a tese defendida por Boito, o sindicalismo brasileiro passa a viver na década de 2000 a saída desse período de refluxo, com um novo ascenso grevista a partir de 2004 que avançagradativamente, como demonstram os dados a seguir, até chegar a 2050 greves em 2013. Além disso, desde 2004 surgiram cinco novas

centrais sindicais, ou seja, existe uma acirrada disputa política<sup>73</sup> na cúpula do sindicalismo brasileiro, e segundo Marcelino e Boito (2010), este pode ser um indicativo da vitalidade do movimento sindical.

**Gráfico 26:** Greves - Brasil (2004 -2013)



Fonte: SAG-DIEESE, elaboração própria.

Desta forma, é perceptível que ao longo da última década a classe trabalhadora brasileira retomou os índices de greves anuais das décadas de 1970 e 80, com uma nítida ascensão dos operários da construção civil, os quais exerceram um protagonismo até então inédito no cenário sindical, como veremos adiante. Ainda que este índice, se tomado de forma isolada, não seja determinante, constitui um importante elemento para mostrar que há uma tendência mobilizadora e reivindicatória na classe operária brasileira, isto é, os trabalhadores estão hoje mais dispostos a fazer greve do que na década anterior. Da mesma maneira, estão os peões-de-trecho que fazem greves em vários grandes projetos pelo país, principalmente nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte.

Os dados produzidos pelo DIEESE abrangem até o ano de 2013, período que compreende os conflitos aqui estudados, mas a partir do acompanhamento dos noticiários e da imprensa sindical podemos perceber que em 2014 e 2015 os índices de greve continuam elevados ou mesmo crescendo. Inclusive, o ano de 2013 é importante

<sup>73</sup> Em 2004 surge a Conlutas, atual CSP-Conlutas; em 2006, a Intersindical, hoje dividida em dois grupos distintos; tanto a CSP-Conlutas, quanto a Intersindical-Central fazem oposição aos governos petistas. Em 2007, partindo da avaliação da possibilidade da aprovação da Lei das Centrais Sindicais, a Corrente Sindical Classista percebe que pode ser uma central independente da CUT e reconhecida pelo Estado, forma-se assim a CTB. Além disso, CGT, CAT e SDS juntam-se e transformam-se em UGT em 2007. E por fim, NCST formaliza-se como central sindical em 2005. Para maiores informações, Cf. Galvão *et al*, 2015.

para compreendermos o cenário social em que se encontra o Brasil desde então. Apesar do crescimento constante dos números de greves pelo país, se tinha uma ideia de que passávamos por um período de calma social, desta forma, os governos, principalmente o federal, possuíam elevada aprovação, os indicadores econômicos eram positivos, a classe trabalhadora sentia que suas condições de vida estavam melhorando.

Mas a partir da mobilização juvenil contra o aumento da passagem do transporte público em São Paulo, esta situação se altera. Esse processo foi chamado de “Jornadas de Junho”, no qual milhões de jovens e trabalhadores saíram às ruas de cidades de todo país com uma gama grande de reivindicações, desde a questão do transporte público até lutas contra a presidência de Marcos Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos e Minorias do Congresso Nacional. Mas estas reivindicações se conectavam principalmente no avanço ou defesa de direitos básicos. A partir desse momento, as aprovações dos governos despencaram, a insatisfação popular só vem aumentando e a caracterização de uma crise social, política e econômica vem se agravando no país.

Apesar da dificuldade inicial de entrada em cena dos trabalhadores organizados nos sindicatos, ainda em 2013 aconteceram dois dias nacionais de paralisações convocados pelas centrais sindicais, em 11 de Julho e 30 de Agosto. E como demonstram os números de greves em 2013, a classe trabalhadora passou a fazer muito mais greves do que nos anos anteriores. Um elemento fundamental desse novo cenário é o fato de que muitas dessas greves aconteceram por fora do sindicato ou à revelia da direção sindical, assim como as mobilizações aqui estudadas. Contraditoriamente, porém, as mobilizações operárias que estudamos refluíram a partir de 2013, então se no momento anterior (2011-2012), as UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte tomavam os noticiários pelas greves de seus operários, a partir de 2013 o mesmo não acontece. Abordaremos mais adiante as hipóteses que levantamos para este fato.

Como dissemos anteriormente, o sindicalismo brasileiro no fim da década de 70 e ao longo da de 1980 passou por uma fase de forte mobilização e (re)organização, a qual se convencionou a se chamar de “novo sindicalismo”, levando à criação da CUT (1983) e PT(1980). Desde sua criação, várias correntes sindicais passaram a compor a central, que em poucos anos se tornou a maior central sindical brasileira.

A história da CUT e suas transformações ao longo desses 30 anos já são amplamente debatidas por boa parte da literatura sobre o sindicalismo brasileiro<sup>74</sup>, de

---

<sup>74</sup> Cf. Antunes, 1997; Jácome Rodrigues, 1997; Veras, 2002; Cardoso, 2003.

modo que não desenvolveremos esse debate, por não ser nosso foco. Daremos atenção à conjuntura política e sindical nos governos petistas e às consequências para as organizações sindicais, principalmente, as de cúpula, como as centrais.

### *A reorganização sindical*

O debate sobre a reorganização sindical inicia-se a partir de um rearranjo das organizações de cúpulas acontecido a partir da ascensão do PT ao governo federal e as unificações e separações de correntes sindicais em centrais nesse período. Com a chegada de Lula à presidência, o sindicalismo brasileiro viu-se diante do dilema de apoiar ou criticar as políticas do governo, o que levou à aproximação de antigos adversários, como a Força Sindical da CUT, e à separação de antigos aliados.

Na verdade, a maioria das correntes sindicais, de CUT e CTB à Força Sindical e NCST decidiu, com alguns percalços e contradições, apoiar os governos petistas durante a maior parte de seus mandatos. Apenas duas centrais sindicais minoritárias posicionaram-se como oposições de esquerda aos governos Lula e Dilma, a Intersindical e a CSP-Conlutas, e estas possuem exatamente como característica o rompimento com a CUT após a chegada de Lula ao governo. E são peças centrais no debate sobre a reorganização sindical no Brasil do século XXI.

O entendimento específico destas duas centrais de oposição à esquerda do PT é importante porque, apesar de sua criação recente e seu tamanho reduzido, não atingindo a representação exigida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, elas têm ocupado um espaço político-ideológico importante, além de dinamizar o sindicalismo brasileiro revigorando um posicionamento crítico ao neoliberalismo (GALVÃO, TRÓPIA, 2014). Além do que, para nós, temos como hipótese que essas centrais podem incentivar e mesmo apoiar as ações grevistas nas obras das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, mesmo à revelia dos sindicatos e centrais sindicais com a representação legal.

Após a saída da central de correntes que compõem CSP-Conlutas, Intersindical e CTB, a CUT ainda possui 28,65% dos sindicatos filiados as centrais sindicais, bem à frente da segunda colocada e principal concorrente, Força Sindical com 20%. Mas a CUT vem perdendo espaço junto aos trabalhadores filiados a sindicatos, pois a taxa de representatividade da central passa de 38,2% em 2010 para 36,7% em 2012, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

A configuração sindical atual pode ser vista na tabela abaixo:

**Tabela 6:** Centrais sindicais por Entidades Sindicais filiadas (%)

| CENTRAIS SINDICAIS  | Cadastro Nacional de Entidades Sindicais | % de sindicatos filiados |
|---|--|--------------------------|
| CBDT NACIONAL   | 95                                       | 1,17%                    |
| CSB   | 580                                      | 7,14%                    |
| CSP-CONLUTAS  | 105                                      | 1,29%                    |
| CENTRAL UNIFICADA DOS PROFISSIONAIS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL | 3  | 0,04%                    |
| CGTB  | 219                                      | 2,70%                    |
| CTB   | 746                                      | 9,19%                    |
| CUT   | 2326                                     | 28,65%                   |
| FORÇA SINDICAL  | 1627                                     | 20,04%                   |
| INTERSINDICAL   | 1  | 0,01%                    |
| NCST  | 1138                                     | 14,02%                   |
| PUBLICA - CENTRAL DO SERVIDOR                                     | 6  | 0,07%                    |
| UGT   | 1266                                     | 15,59%                   |
| UST   | 6  | 0,07%                    |
| <b>TOTAL</b>  | <b>8118</b>                              | <b>100,00%</b>           |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Elaboração própria. Acessado:15/12/2015  
<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp#>

Desta forma, o processo de reorganização sindical é marcado pelo surgimento de várias centrais sindicais entre 2004 e 2007. O processo de criação dessas centrais é distinto, mas é afetado por dois fatores. O primeiro deles é a Reforma da Previdência implementada no primeiro mandato de Lula/PT e a aprovação do reconhecimento das centrais sindicais pelo Ministério do Trabalho e Emprego a partir da Lei 11.639/2008. A partir do posicionamento frente a estas situações, as correntes sindicais tomaram caminhos distintos.

#### A Reforma da Previdência

No início do seu primeiro mandato, Lula buscou implementar algumas reformas (previdência, tributária, sindical e trabalhistas) que deveriam ser discutidas em mesas e fóruns, como o CDES e o FNT. A participação da CUT nestes espaços já foi motivo de um primeiro tensionamento entre a direção majoritária dessa central com as correntes de esquerda ainda em seu seio.



Mas quando é implementada a Reforma da Previdência<sup>75</sup> pelo governo petista e a CUT não se posiciona contrariamente a essa medida, as bases dessa central, até então com forte representação de servidores públicos, ficam estremecidas e iniciam-se os primeiros movimentos de cisão da central. Assim, aliando-se a outras críticas que setores importantes da CUT possuíam ao posicionamento da direção majoritária da central e à percepção de que esta não poderia mais ser uma ferramenta de organização e luta da classe trabalhadora, setores ligados a organizações de esquerda iniciaram os processos de separação da central. Este processo resultou na criação da então Conlutas (atual CSP-Conlutas) e da Intersindical, centrais sindicais que possuem na maioria da sua base social servidores públicos (GALVÃO *et al*, 2012).

Desde então, o movimento sindical de esquerda e oposição aos governos petistas se viu dividido em três grupos: a *Intersindical* – instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, ligada principalmente à Alternativa Sindical Social (ASS) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); a *Intersindical* – instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central, composta por correntes majoritárias do PSOL, como Ação Popular e Socialista (APS), Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), que passa a se constituir como central em 2014; a *CSP-Conlutas*, com setores do PSOL (MES, LSR, e outros), PSTU, outras correntes político e sindicais, além de movimentos populares.

#### A Lei das Centrais Sindicais – 11.639/2008

Outro elemento da conjuntura política nacional que influenciou na reorganização sindical foi a aprovação da Lei 11.639/2008, que reconhece oficialmente as centrais sindicais.<sup>76</sup>

As centrais reconhecidas podem elaborar e coordenar políticas gerais de ação das entidades sindicais, atuar em nome da generalidade dos trabalhadores e obter representação proporcional nos espaços tripartites dos governos. Além disso, as centrais sindicais reconhecidas podem receber 10% da Contribuição Sindical recolhida dos trabalhadores.

---

<sup>75</sup> Esta reforma da previdência atacou direta e centralmente os funcionários públicos, alterando o tempo de trabalho necessário para a aposentadoria, a partir da necessidade da combinação do tempo de contribuição e idade mínima, além da taxação dos inativos, o fim da aposentadoria integral da paridade entre inativos e ativos. Conjuntamente, foi estabelecida a criação de fundos de pensão para funcionários públicos.

<sup>76</sup> Aqueles que passarem pelo critério de representação de no mínimo 100 sindicatos e a representação de 5% (posteriormente 7%) dos trabalhadores sindicalizados do país (GALVÃO, 2009).

A partir desta mudança no cenário sindical, é possível percebermos movimentações nas organizações de cúpula. Primeiramente temos a criação da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a partir da cisão da CSC da CUT em 2006. Segundo Wagner Gomes, presidente da CTB, em 2005 a CSC representava 20% da CUT e muitos de seus integrantes já pensavam em criar uma central (LEMOS, 2014). Com a lei de reconhecimento das centrais, a CTB teria acesso aos 10% da Contribuição Sindical de suas bases, sem precisar dividir esse recurso com outras correntes.

Se esta foi uma mudança pela cisão, o surgimento da UGT se dá pela aglutinação de antigas organizações sindicais brasileiras, principalmente, CAT, SDS e CGT, organizações cujas concepções e modo de atuar eram próximas à Força Sindical, adepta do sindicalismo de resultados, de negociação e conciliação, e pouco combativo (TRÓPIA, 2009). A aproximação entre a CUT e a Força Sindical acontecido ao longo dos mandatos de Lula pode ter incomodado essas organizações, que decidiram por reorganizar-se em uma entidade em seus próprios moldes e posições. Mas, além disso, diante dos critérios mínimos estabelecidos para o reconhecimento das centrais sindicais, estas organizações minoritárias no movimento não atingiriam o mínimo necessário segundo o MTE para recebimento dos 10% da Contribuição Sindical. Assim, essas centrais estabeleceram estratégias para responder a este novo panorama no sindicalismo.

Portanto, como podemos perceber ao longo da última década houve elementos no cenário político brasileiro que provocaram transformações na forma como a classe trabalhadora se organiza nas suas estruturas de cúpula, neste caso, as centrais sindicais. Este processo de reorganização provoca mudanças nas relações entre as correntes sindicais, tanto de convergência quanto de divergência dos posicionamentos; o que não pode deixar de alterar a relação de consideráveis setores da classe trabalhadora com o governo federal, principalmente, quando o representante máximo deste governo é um ex-sindicalista.

Contudo, esta reorganização nas organizações de cúpula repercute de modo tímido no sindicalismo de base. De um lado, porque as centrais que mais crescem são aquelas ideologicamente próximas às anteriormente existentes, como a CUT e a Força Sindical. As centrais de oposição e com forte militância ativa, como CSP-Conlutas e Intersindical, ainda não atingem 5% dos trabalhadores sindicalizados brasileiros.

Mas não podemos descartar a hipótese de que a reorganização interfira na percepção dos trabalhadores sobre a possibilidade de mobilização nas mais diversas categorias, principalmente, em categorias nas quais a direção do sindicato oficial é contra a mobilização, seja por meio de greves ou outras formas, de modo que oposições ou agrupamentos sindicais ligados a outras centrais ajudam a organizar estes trabalhadores de forma direta ou indireta. Inclusive, os conflitos estudados neste trabalho são exemplos desta possível influência de organizações na mobilização operária.

Em um primeiro momento, correntes ligadas à Intersindical e CSP-Conlutas buscaram interferir nos processos de mobilizações nas obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, apesar da óbvia e nítida resistência das direções sindicais locais e legalmente constituídas. Esta resistência pode tanto diminuir a influência e a conformação de oposições sindicais, quanto desestimular a mobilização destes trabalhadores contra as condições de trabalho e vida nos canteiros de obras. Podemos ressaltar dois exemplos desta influência.

Quando das mobilizações operárias nas obras de Belo Monte, em novembro de 2012, cinco trabalhadores foram presos após encerrados os confrontos e ficaram presos por 66 dias a partir da acusação de incêndio, formação de quadrilha e dano a patrimônio particular. Enquanto a direção do sindicato, SINTRAPAV-Pa, filiado à Força Sindical, nada fez com o objetivo de defender os trabalhadores e se posicionou frontalmente contra as manifestações que tinham acontecido entre os dias 10 e 12/11/2012<sup>77</sup>, a CSP-Conlutas e políticos do PSOL e PSTU participaram ativamente da defesa dos trabalhadores, principalmente daqueles que estavam presos<sup>78</sup>. Inclusive, a advogada que ainda defende os operários é cedida pela CSP-Conlutas.

Além disso, como trataremos no próximo capítulo, os operários que se mobilizaram na greve de abril de 2013 na UHE de Belo Monte solicitaram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Construção Civil e Mobiliário de Altamira (SINTICMA), sem filiação a nenhuma central sindical, e da CSP-Conlutas, por

---

<sup>77</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/funcionarios-voltam-ao-trabalho-na-usina-de-belo-monte-no-para/2244881/> e <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/11/13/10/>  
Acessados em 19/12/2015.

<sup>78</sup> Fonte: <http://cspconlutas.org.br/2013/01/csp-conlutas-consegue-libertacao-dos-presos-de-belo-monte-alvara-de-soltura-esta-sendo-expedido-neste-momento/> ; <http://www.edmilsonbritorodrigues.com.br/em-altamira-edmilson-pede-liberdade-imediata-a-presos-politicos/> ; <http://cleberrabelovereador.blogspot.com.br/2013/01/vitoria-justica-manifesta-parecer.html> Acessados em 19/12/2015.

possuírem contatos anteriores com essas entidades. O fato de que o principal sindicato da construção civil do Pará, STICMB, é filiado a CSP-Conlutas deu a esta central uma posição privilegiada para poder intervir em Belo Monte, mais do que nas obras de Porto Velho. Ademais, muitos dos operários são originários de Belém, inclusive, alguns com experiências de mobilizações anteriores no STICMB. Assim, ao contrário do posicionamento do sindicato que detinha a representação legal dos operários (SINTRAPAV-Pa) e da Força Sindical, a CSP-Conlutas demonstrou apoio ativo aos operários mobilizados.

Podemos supor que várias organizações políticas, com maior ou menor expressão no cenário nacional, buscam intervir nestas obras por perceberem se tratar de um grande espaço de atuação política. Contudo, essa intervenção é difícil de ser captada. Na maioria dos casos, ela se dá através da inserção de trabalhadores nos canteiros, mas, por questões relativas à segurança, dado o histórico de violência da FSN e PM nestas obras, percebemos que essa intervenção não é assumida publicamente ou mesmo tratada ao questionarmos os trabalhadores.

De qualquer modo, a reorganização sindical e a retomada das greves provocaram um debate sobre a abrangência da recuperação do sindicalismo brasileiro. Seria possível traçar um paralelo com o debate acerca da revitalização do sindicalismo promovido pela literatura internacional?

Ao resenhar essa literatura, Galvão (2014) aponta que a revitalização diz respeito tanto a novas formas de organização quanto de mobilização, que compreendem não só os trabalhadores tradicionalmente organizados, mas também aqueles mais precarizados, com salários mais baixos e menor tradição de organização social, e alianças entre sindicatos e movimentos sociais.

Para a autora, a reorganização do sindicalismo brasileiro promovida ao longo dos governos petistas permite identificar um segmento majoritário, de parceria, o “*que supõe a negociação, a disposição ao diálogo, ao compromisso, à ideia de que é possível obter consenso e, portanto, celebrar um pacto com o Estado e o patronato*” (GALVÃO, 2014, p. 109), identificado com a CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, NCST e CSB e um setor minoritário, que tem o classismo e o socialismo como ideologia, representado pelas centrais sindicais ainda não reconhecidas, CSP-Conlutas e Intersindical, além da Intersindical – instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. Este setor poderia ser identificado como um sindicalismo radical devido a

seu caráter altamente militante e politizado, pela forte oposição aos empregadores e aos governos.

A autora considera que esse sindicalismo radical poderia estar dinamizando o cenário sindical brasileiro. Primeiro, por sustentar a ação direta, greves e por entender o caráter irreconciliável da relação capital e trabalho, mas também por poder incentivar que grupos sindicais tomem a decisão de se mobilizar para além das direções sindicais. Desse modo, as centrais mais dispostas à conciliação podem ser levadas a também se mobilizar, por temer perderem os sindicatos a elas filiados para as centrais mais combativas (GALVÃO, 2014). É fato que as greves ocorrem tanto em bases filiadas as centrais minoritárias quanto às majoritárias.

Esses elementos de dinamização do sindicalismo, porém, não são suficientes para sustentar um processo de revitalização da organização sindical brasileira. Embora os indicadores de greves aumentem e os sindicatos obtenham resultados econômicos positivos, no plano político-ideológico e mesmo organizativo os resultados ainda são modestos. Isto é, mantém-se a estrutura sindical corporativa, o imposto sindical mantém-se e as centrais sindicais se tornam dependente deles, e o sindicalismo de parceria corrobora para a dependência do sindicalismo perante o Estado. Em contrapartida, o sindicalismo radical tem pouca inserção nos locais de trabalho, é minoritário e muitas vezes se vê isolado pelo seu posicionamento político.

## **2.5 O sindicalismo no setor da construção em tempos de PAC**

A ação sindical dos trabalhadores da construção, civil ou pesada, tem sido secundarizada tanto na literatura sindical, quanto pelo próprio sindicalismo. Afinal, ao contrário de setores historicamente organizados e mobilizados, como metalúrgicos, petroleiros e outros, o sindicalismo na construção carece de estudos, assim como também apresentou baixos índices de mobilização nas últimas décadas. Contudo, este cenário parece ter se alterado, pois os trabalhadores da construção civil estão se tornando um dos setores da economia que mais realizam greves e outros tipos de mobilizações, o que deu origem a estudos recentes sobre as mobilizações sindicais no setor (CORRÊA; OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA, 2014 e 2013). Além disso, principalmente com as mobilizações nas obras do PAC, o sindicalismo da construção civil assumiu um protagonismo no noticiário brasileiro, principalmente nos anos de

2011 e 2012, poucas vezes vistos anteriormente. Não podemos afastar as obras do PAC como um elemento importante deste cenário.

Assim, e diante da digressão que fizemos sobre o contexto sindical no Brasil do século XXI, podemos nos perguntar: como se inserem os trabalhadores da construção neste processo de ascenso sindical? Há novas formas de organização e participação sindical? Por fim, há um processo de reorganização local ou os trabalhadores do setor participam de um processo de reorganização nacionalmente? Estas seriam algumas das questões que buscamos responder neste momento. Iniciemos pela análise dos dados das greves da construção civil.

Como já afirmamos acima, o sindicalismo brasileiro no início do século XXI é marcado pelo crescimento dos indicadores de greve, marcadamente, a partir de 2010, os números de greve no país estão em elevado crescimento. O que já nos demonstra que a classe trabalhadora está mais disposta à mobilização do em períodos anteriores. Além disso, percebemos também o crescimento das greves no setor da construção civil, mais acentuadamente a partir de 2011, ano das primeiras greves com rebelião em Jirau, Santo Antonio e Belo Monte. Percebemos também que houve um elevado crescimento do número de greves em todos os setores econômicos do país no período, mas este é maior na construção civil: enquanto este setor cresceu mais de nove vezes em 7 anos, o setor da indústria cresceu quase três vezes, e o número total de greves no Brasil cresceu cinco vezes. Portanto, é possível concluir que nos anos de vigência do PAC (2007-2014), os trabalhadores da construção civil ganharam um maior protagonismo no cenário sindical brasileiro, principalmente a partir do início das três obras aqui debatidas e que são as principais do programa.

**Tabela 7:** Total de greves no setor industrial e no setor da construção Brasil (2007-2013)

|                   | 2007         | 2008         | 2009         | 2010         | 2011         | 2012         | 2013         |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Construção</b> | 12 (3,80%)   | 10 (2,43%)   | 20 (3,86%)   | 13 (2,92%)   | 52 (9,39%)   | 62 (7,10%)   | 128 (6,24%)  |
| <b>Indústria</b>  | 149 (47,15%) | 224 (54,20%) | 266 (51,35%) | 176 (39,55%) | 227 (40,97%) | 461 (52,81%) | 553 (26,98%) |
| <b>Total</b>      | 316          | 411          | 518          | 445          | 554          | 873          | 2050         |

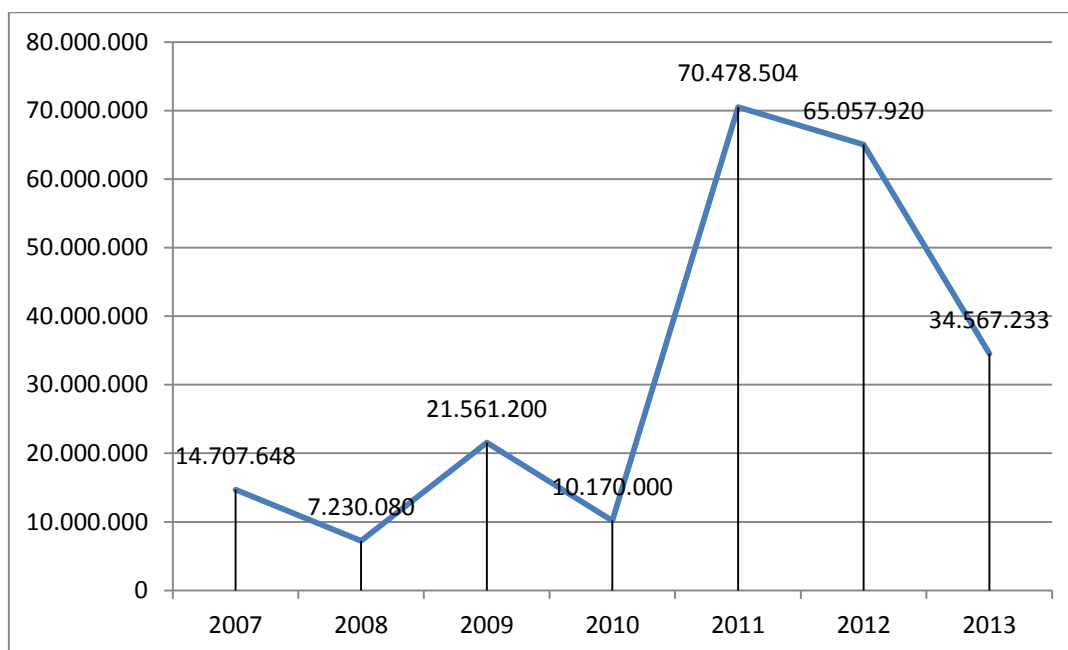
Fonte: SAG-DIEESE, elaboração própria.

Desta forma, se nesse contexto a classe trabalhadora está mais disposta à mobilização (BOITO; MARCELINO, 2010), o setor da construção civil está muito mais disposto ainda. É impossível desvincular este crescimento das greves nos canteiros pelo país da aplicação do PAC, afinal, este programa tinha como um dos objetivos a construção de infraestruturas que pudessem quebrar os gargalos do desenvolvimento industrial brasileiro. Ou seja, no período, em que o país destinou mais recursos, privado

e estatal, à construção de grandes projetos, também foi o período no qual os trabalhadores da construção civil fizeram mais greves e assumiram um protagonismo político no país.

Outro indicador interessante para observarmos a atividade sindical do setor da construção é a densidade, isto é, o número de trabalhadores paralisados multiplicado pelas horas de trabalho paradas. Este indicador nos mostra um elevado salto em 2011 e 2012, como relação aos anos anteriores, como observamos no gráfico 27. Podemos imaginar que isto se deve exatamente às mobilizações nos grandes projetos do PAC, que envolveram milhares de operários. Além de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, outras obras paralisadas também corroboram para estes índices, como SUAPE, COMPERJ e os diversos estádios para a Copa do Mundo de 2014, entre outras. Após uma pequena queda em 2012, no ano seguinte este índice demonstra forte queda, este resultado pode nos indicar uma relativa saída de cena dos operários das obras do PAC, afinal estas obras são marcadas pela grande quantidade de trabalhadores envolvidos.

**Gráfico 27:** Trabalhadores x horas paradas no setor da construção - Brasil (2007-2013)

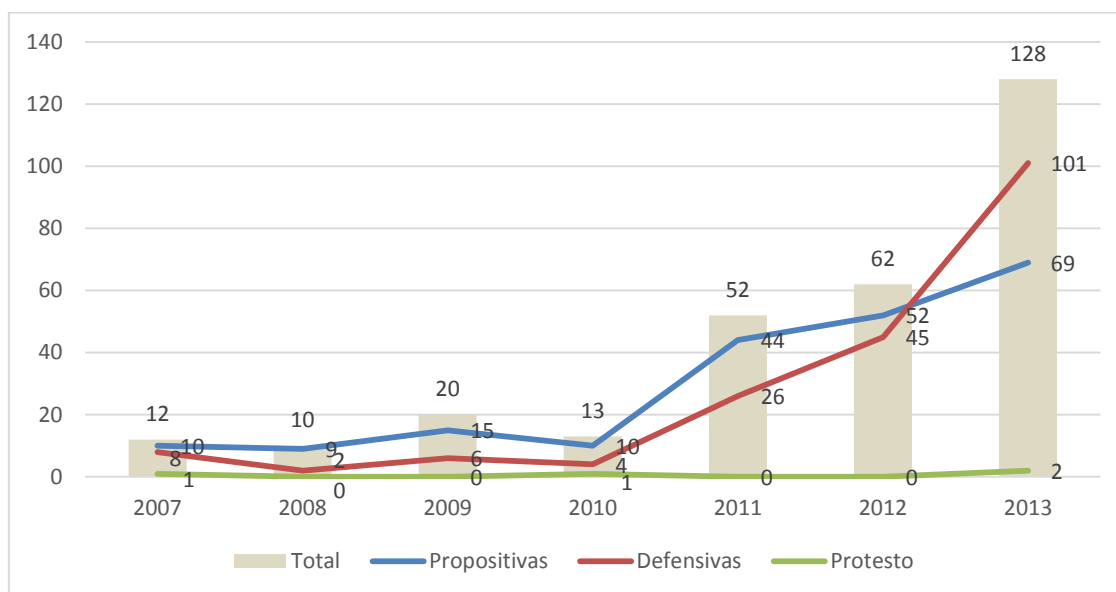


Fonte: SAG-DIEESE, elaboração própria.

Ao analisarmos os dados referentes ao caráter das reivindicações das greves ocorridas na construção civil no período de 2007-2013, no gráfico 28, percebemos um relativo equilíbrio na proporção de greves classificadas pelo Dieese como propositivas e

defensivas<sup>79</sup>, sendo a exceção 2013. Mantém-se relativamente a mesma proporção de greves propositivas e defensivas de 2007 a 2012. Em relação ao número de greves, nota-se um salto significativo em 2011, com greves principalmente propositivas, e um novo salto em 2013. Contudo, em 2013, as greves na construção civil possuíram caráter muito mais defensivo, ou seja, os trabalhadores reivindicaram contra demissões, pela manutenção de direitos e outras pautas de caráter defensivo.

**Gráfico 28:** Caráter das Reivindicações das Greves na Construção - Brasil, 2007 a 2012



Fonte: SAG-DIEESE, elaboração própria.

É preciso ressaltar que a soma desses valores é superior ao total de greves ocorridas no setor no mesmo período, afinal uma greve pode ter ao mesmo tempo um caráter defensivo e propositivo. Portanto, este índice permite-nos perceber que os trabalhadores estabeleceram reivindicações que visam maior acesso a direitos e salários até 2012, tendo que se defender menos de ataques promovidos pelo patronato, o que se altera em 2013.

Na tabela 8 estão elencados os cinco principais motivos<sup>80</sup> que levaram os operários da construção a iniciarem as greves. Do mesmo modo como, na maioria das vezes, uma greve tem vários motivos, a soma é superior ao total de greves naquele ano.

<sup>79</sup> Segundo o Manual do Sistema de Acompanhamento de Greve (SAG-DIEESE), as greves propositivas buscam novos avanços e conquistas nas condições de trabalho; já as defensivas são aquelas que lutam pela manutenção das condições de trabalho vigentes, ou contra o descumprimento das leis trabalhistas pelos patrões, além das greves contrárias ao descumprimento de acordos anteriores ou decisões judiciais. Existem também as greves de protesto, que são aquelas cujas reivindicações extrapolam as relações de trabalho; e as greves de solidariedade, que são as greves nas quais os trabalhadores paralisam os trabalhos em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores, sem possuir interesse imediato nas reivindicações do movimento o qual apoiam.

<sup>80</sup> "Reivindicações específicas reunidas em cada grupo e tema" (SAG-DIEESE)



Marcadamente, os principais grupos de motivos são econômicos, isto é, reajuste salarial, auxílios, salários indiretos e outros. Mas o que nos chama a atenção é a presença da luta por maior segurança do trabalho e pelo cumprimento da jornada de trabalho entre os cinco principais motivos de paralisação das obras pelo país (tabela 8). Esse dado é muito superior ao encontrado quando se considera o total de greves realizada no país no mesmo período: representa praticamente o dobro em termos percentuais. Como demonstrado na tabela 9, as reivindicações por melhores condições de segurança e medicina do trabalho aparecem em 6º lugar e pelo cumprimento da jornada de trabalho apenas 9º dentre todas as greves. Devemos perceber que no ano de 2013 há um significativo aumento da presença de greves por jornada de trabalho na Tabela 9, atingindo 41% de todas as greves do país, sendo que em anos anteriores gira em torno de 13%.

**Tabela 8:** Greves na Construção por Grupos de Motivos - Brasil, de 2007 a 2013

|                                  | 2007      |              | 2008      |              | 2009      |              | 2010      |              | 2011      |              | 2012      |              | 2013       |              |
|----------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|------------|--------------|
|                                  | n°        | %            | n°        | %            | n°        | %            | n°        | %            | n°        | %            | n°        | %            | n°         | %            |
| salários indiretos e auxílios    | 11        | 91,7         | 5         | 50,0         | 8         | 40,0         | 9         | 69,2         | 39        | 75,0         | 48        | 77,4         | 96         | 75,0         |
| reajuste/correção salarial       | 5         | 41,7         | 8         | 80,0         | 12        | 60,0         | 6         | 46,2         | 30        | 57,7         | 36        | 58,1         | 48         | 37,5         |
| adicionais e gratificações       | 8         | 66,7         | 4         | 40,0         | 11        | 55,0         | 8         | 61,5         | 20        | 38,5         | 33        | 53,2         | 54         | 42,2         |
| segurança e medicina do trabalho | 4         | 33,3         | 1         | 10,0         | 8         | 40,0         | 4         | 30,8         | 31        | 59,6         | 23        | 37,1         | 66         | 51,6         |
| jornada de trabalho              | 4         | 33,3         | 1         | 10,0         | 3         | 15,0         | 6         | 46,2         | 17        | 32,7         | 25        | 40,3         | 31         | 24,2         |
| <b>Total</b>                     | <b>12</b> | <b>100,0</b> | <b>10</b> | <b>100,0</b> | <b>20</b> | <b>100,0</b> | <b>13</b> | <b>100,0</b> | <b>52</b> | <b>100,0</b> | <b>62</b> | <b>100,0</b> | <b>128</b> | <b>100,0</b> |

**Tabela 9:** Greves por Grupos de Motivos - Brasil, de 2007 a 2013

|                                  | 2007       |            | 2008       |            | 2009       |            | 2010       |            | 2011       |            | 2012       |            | 2013        |            |
|----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|
|                                  | n°         | %          | n°         | %          | n°         | %          | n°         | %          | n°         | %          | n°         | %          | n°          | %          |
| reajuste/correção salarial       | 162        | 51,3       | 198        | 48,2       | 281        | 54,2       | 223        | 50,1       | 312        | 56,3       | 381        | 43,6       | 781         | 38,1       |
| salários indiretos e auxílios    | 77         | 24,4       | 101        | 24,6       | 131        | 25,3       | 132        | 29,7       | 194        | 35         | 315        | 36,1       | 696         | 34,0       |
| adicionais e gratificações       | 79         | 25         | 107        | 26         | 123        | 23,7       | 114        | 25,6       | 132        | 23,8       | 290        | 33,2       | 536         | 26,1       |
| situação funcional               | 93         | 29,4       | 99         | 24,1       | 107        | 20,7       | 137        | 30,8       | 167        | 30,1       | 227        | 26         | 506         | 24,7       |
| contrato de trabalho             | 97         | 30,7       | 90         | 21,9       | 139        | 26,8       | 69         | 15,5       | 138        | 24,9       | 200        | 22,9       | 438         | 21,4       |
| segurança e medicina do trabalho | 52         | 16,5       | 76         | 18,5       | 78         | 15,1       | 68         | 15,3       | 126        | 22,7       | 150        | 17,2       | 514         | 25,1       |
| pagamento de salários            | 56         | 17,7       | 61         | 14,8       | 78         | 15,1       | 64         | 14,4       | 82         | 14,8       | 207        | 23,7       | 468         | 22,8       |
| condições de trabalho            | 37         | 11,7       | 61         | 14,8       | 86         | 16,6       | 83         | 18,7       | 122        | 22         | 133        | 15,2       | 952         | 46,4       |
| jornada de trabalho              | 44         | 13,9       | 74         | 18         | 69         | 13,3       | 61         | 13,7       | 92         | 16,6       | 129        | 14,8       | 840         | 41,0       |
| <b>Total</b>                     | <b>316</b> | <b>100</b> | <b>411</b> | <b>100</b> | <b>518</b> | <b>100</b> | <b>445</b> | <b>100</b> | <b>554</b> | <b>100</b> | <b>873</b> | <b>100</b> | <b>2050</b> | <b>100</b> |

Fonte: SAG-DIEESE, elaboração própria.

Ou seja, os operários da construção avaliam suas condições de trabalho referente a acidentes de trabalho mais negativamente do que o conjunto dos trabalhadores em greve no mesmo período; e paralisam os trabalhos para reivindicar o cumprimento da jornada de trabalho adequadamente. Portanto, dois direitos tão básicos, conquistados na

CLT e relativamente consolidados para as outras categorias, ainda são motivo de conflito para os trabalhadores da construção.

A partir do entendimento dos motivos que levaram os trabalhadores a paralisarem, é necessário analisarmos quais são os resultados dessas greves, portanto, se as reivindicações foram atendidas, parcial ou integralmente, ou não foram atendidas e seguiram em negociação. Este elemento é um forte indicativo da correlação de forças entre o capital e o trabalho, isto é, se as greves levam os trabalhadores a conquistar suas reivindicações ou se são derrotadas. Sendo assim, podemos perceber que os trabalhadores nacionalmente têm conquistado suas reivindicações entre 2007 e 2012, ainda que de forma parcial (tabela 10). Também percebemos que, no que se refere ao atendimento parcial das demandas, o setor da construção tem atingindo índices um pouco acima da média nacional ao longo destes anos, mas inferiores quando se considera o atendimento integral (tabela 11).

**Tabela 10:** Resultados das greves - Brasil, de 2007 a 2013

|                                       | 2007       |            | 2008       |            | 2009       |            | 2010       |             | 2011       |            | 2012       |            | 2013       |             |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
|                                       | n°         | %          | n°         | %          | n°         | %          | n°         | %           | n°         | %          | n°         | %          | n°         | %           |
| <b>Atendimento das reivindicações</b> | <b>89</b>  | <b>61</b>  | <b>140</b> | <b>73</b>  | <b>165</b> | <b>71</b>  | <b>159</b> | <b>64,4</b> | <b>253</b> | <b>69</b>  | <b>401</b> | <b>75</b>  | <b>779</b> | <b>80,1</b> |
| Integral                              | 22         | 15         | 46         | 24         | 40         | 17         | 51         | 20,6        | 53         | 15         | 133        | 25         | 294        | 30,2        |
| Parcial                               | 67         | 46         | 94         | 49         | 125        | 54         | 108        | 43,7        | 200        | 55         | 268        | 50         | 485        | 49,8        |
| <b>Rejeição das reivindicações</b>    | <b>8</b>   | <b>5,5</b> | <b>7</b>   | <b>3,6</b> | <b>14</b>  | <b>6</b>   | <b>25</b>  | <b>10,1</b> | <b>38</b>  | <b>10</b>  | <b>31</b>  | <b>5,8</b> | <b>49</b>  | <b>5</b>    |
| <b>Prosseguimento das negociações</b> | <b>66</b>  | <b>46</b>  | <b>71</b>  | <b>37</b>  | <b>69</b>  | <b>30</b>  | <b>68</b>  | <b>27,5</b> | <b>106</b> | <b>29</b>  | <b>183</b> | <b>34</b>  | <b>277</b> | <b>28,5</b> |
| <b>Total</b>                          | <b>145</b> | <b>100</b> | <b>193</b> | <b>100</b> | <b>233</b> | <b>100</b> | <b>247</b> | <b>100</b>  | <b>365</b> | <b>100</b> | <b>536</b> | <b>100</b> | <b>973</b> | <b>100</b>  |

**Tabela 11:** Resultados das greves na construção civil - Brasil - 2007 - 2013

| Resultado                             | 2007     |             | 2008     |            | 2009      |             | 2010     |             | 2011      |             | 2012      |             | 2013      |             |
|---------------------------------------|----------|-------------|----------|------------|-----------|-------------|----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
|                                       | n°       | %           | n°       | %          | n°        | %           | n°       | %           | n°        | %           | n°        | %           | n°        | %           |
| <b>Atendimento das reivindicações</b> | <b>5</b> | <b>62,5</b> | <b>4</b> | <b>100</b> | <b>8</b>  | <b>72,7</b> | <b>6</b> | <b>85,7</b> | <b>35</b> | <b>74,5</b> | <b>39</b> | <b>69,6</b> | <b>70</b> | <b>92,1</b> |
| Integral                              | 0        | 0           | 1        | 25         | 1         | 9,1         | 1        | 14,3        | 5         | 10,6        | 6         | 10,7        | 26        | 34,2        |
| Parcial                               | 5        | 62,5        | 3        | 75         | 7         | 63,6        | 5        | 71,4        | 30        | 63,8        | 33        | 58,9        | 44        | 57,9        |
| <b>Rejeição das reivindicações</b>    | <b>1</b> | <b>12,5</b> | <b>0</b> | <b>0</b>   | <b>0</b>  | <b>0,0</b>  | <b>0</b> | <b>0,0</b>  | <b>1</b>  | <b>2,1</b>  | <b>2</b>  | <b>3,6</b>  | <b>3</b>  | <b>3,9</b>  |
| <b>Prosseguimento das negociações</b> | <b>2</b> | <b>25</b>   | <b>0</b> | <b>0</b>   | <b>3</b>  | <b>27,3</b> | <b>1</b> | <b>14,3</b> | <b>11</b> | <b>23,4</b> | <b>15</b> | <b>26,8</b> | <b>3</b>  | <b>3,9</b>  |
| <b>Total</b>                          | <b>8</b> | <b>100</b>  | <b>4</b> | <b>100</b> | <b>11</b> | <b>100</b>  | <b>7</b> | <b>100</b>  | <b>47</b> | <b>100</b>  | <b>56</b> | <b>100</b>  | <b>76</b> | <b>100</b>  |

Analizamos também os dados referentes aos reajustes salariais no setor da Construção e Mobiliário no período 2008-2012 em comparação com o total do Brasil no mesmo período, produzidos pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS) do

DIEESE. Este dado independe das categorias terem realizado greves ou qualquer tipo de mobilização, mas pode demonstrar a capacidade de pressão dos trabalhadores perante o patronato para conquistar maiores reajustes salariais. Desta forma, os trabalhadores conquistaram em média aproximadamente 11% de aumento real dos salários no período de 2008 a 2012, como demonstra o gráfico 29, e as tabelas 12 e 13 demonstram que os índices de reajuste da construção no mesmo período foram superiores à média de todos os setores da indústria. Portanto, podemos perceber que a classe trabalhadora conquistou reajustes reais dos salários de 2008 a 2012, e ainda assim os trabalhadores do setor da construção obtiveram aumentos superiores à média nacional, demonstrando que havia um período favorável para os trabalhadores na disputa por melhores salários, principalmente, para os trabalhadores da construção.

Contudo, como podemos perceber esta situação não se mantém a partir de 2013 até 2015, quando os índices para todas as atividades econômicas do Brasil, inclusive para a construção, entram em queda (tabela 13 e gráfico 29). O gráfico 29 revela que os trabalhadores do setor de Construção e Mobiliário obtiveram aumentos médios reais sempre superiores ao setor industrial entre 2008 e 2014, sendo que entre 2008 e 2015 a soma desses valores alcançou 9,91% para a indústria e 14,74% para a Construção. Contudo, há queda desses indicadores a partir de 2013 e, sobretudo, em 2015

Este pode ser um importante indicativo para explicar-nos o motivo da estagnação das greves nas obras de construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, isto é, os trabalhadores podem ter avaliado que o momento não se encontra favorável para a conquista de melhorias salariais e nas condições de trabalho e vida no canteiro de obras, e, por isso, deixaram de fazer greves e mobilizações. A deterioração do cenário econômico pode também ter levado à fuga de capital da construção, sendo necessário se fazer uma análise mais detalhada sobre as razões que levam as greves no setor a declinar, enquanto o total de greves de modo geral se mantém elevado.

De qualquer modo, essa redução pode estar relacionada com as mudanças nas condições de trabalho e vida nos canteiros de obras, por ter havido uma mudança significativa nas estruturas das obras e também ao menos maior atenção à segurança do trabalho. Tanto é assim que, segundo os dados coletados em nossas entrevistas, a avaliação dos operários sobre as estruturas dos canteiros é positiva. Esta mudança se deve a nosso ver a dois motivos: o primeiro é que todas as obras estudadas a partir de

2013 estão 50% concluídas; inclusive a obra mais recente, que é Belo Monte, ainda registra greves em 2013, e é notório que no começo de implementação dos canteiros de obras é quando se apresentam as maiores dificuldades de vida. O segundo motivo é que após as greves de 2011 o governo federal realizou uma mesa tripartite para debater o trabalho na construção civil que deu origem a um “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção”<sup>81</sup>, assinado pela Secretária Geral da Presidência, representantes dos trabalhadores ligados às centrais sindicais reconhecidas e pelo sindicato patronal da construção civil<sup>82</sup>. Por exemplo, é consequência desse compromisso a preocupação percebida na obra da UHE de Santo Antonio para se evitar acidentes do trabalho, após várias denúncias. Apesar das limitações desse tipo de pacto, imaginamos que ele deve ter levado a uma maior vigilância destes assuntos pelos órgãos estatais e pelo consórcios construtores.

**Tabela 12: Distribuição dos reajustes salariais no setor da Construção e Mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE – Brasil, 2008-2014**

| Varição                    | 2008        | 2009        | 2010        | 2011       | 2012       | 2013       | 2014        |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|-------------|
|                            | %           | %           | %           | %          | %          | %          | %           |
| <b>Acima do INPC-IBGE</b>  | <b>97,4</b> | <b>93,4</b> | <b>97,4</b> | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>98</b>  | <b>94,1</b> |
| Mais de 5% acima           | 0           | 0           | 9,2         | 3,9        | 15,7       | 0          | 2           |
| De 4,01% a 5% acima        | 2,6         | 1,3         | 13,2        | 5,9        | 15,7       | 0          | 2           |
| De 3,01% a 4% acima        | 6,6         | 6,6         | 9,2         | 25,5       | 13,7       | 13,7       | 19,6        |
| De 2,01% a 3% acima        | 18,4        | 25          | 23,7        | 21,6       | 41,2       | 21,6       | 25,5        |
| De 1,01% a 2% acima        | 40,8        | 19,7        | 30,3        | 33,3       | 11,8       | 49         | 37,3        |
| De 0,01% a 1% acima        | 28,9        | 40,8        | 11,8        | 9,8        | 2          | 13,7       | 7,8         |
| <b>Igual ao INPC-IBGE</b>  | <b>0</b>    | <b>2,6</b>  | <b>2,6</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>2</b>   | <b>3,9</b>  |
| De 0,01% a 1% abaixo       | 2,6         | 3,9         | 0           | 0          | 0          | 0          | 2           |
| De 1,01% a 2% abaixo       | 0           | 0           | 0           | 0          | 0          | 0          | 0           |
| De 2,01% a 3% abaixo       | 0           | 0           | 0           | 0          | 0          | 0          | 0           |
| De 3,01% a 4% abaixo       | 0           | 0           | 0           | 0          | 0          | 0          | 0           |
| De 4,01% a 5% abaixo       | 0           | 0           | 0           | 0          | 0          | 0          | 0           |
| Mais de 5% abaixo          | 0           | 0           | 0           | 0          | 0          | 0          | 0           |
| <b>Abaixo do INPC-IBGE</b> | <b>2,6</b>  | <b>3,9</b>  | <b>0</b>    | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>2</b>    |
| <b>Total</b>               | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b>  | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>100</b>  |

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados somente os reajustes salariais das unidades de negociação com registro em todos os anos da série

<sup>81</sup> Fonte: <http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/construcao> - Acessado em 27/12/2015

<sup>82</sup> A CSP-Conlutas foi convidada a participar, mesmo não atingindo o índice de representatividade do Ministério do Trabalho e Emprego, através da participação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Mobiliário de Belém e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza, ambos filiados à central. Mas não assinou o documento final.

**TABELA 13:** Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE  
Brasil, 2008-2015

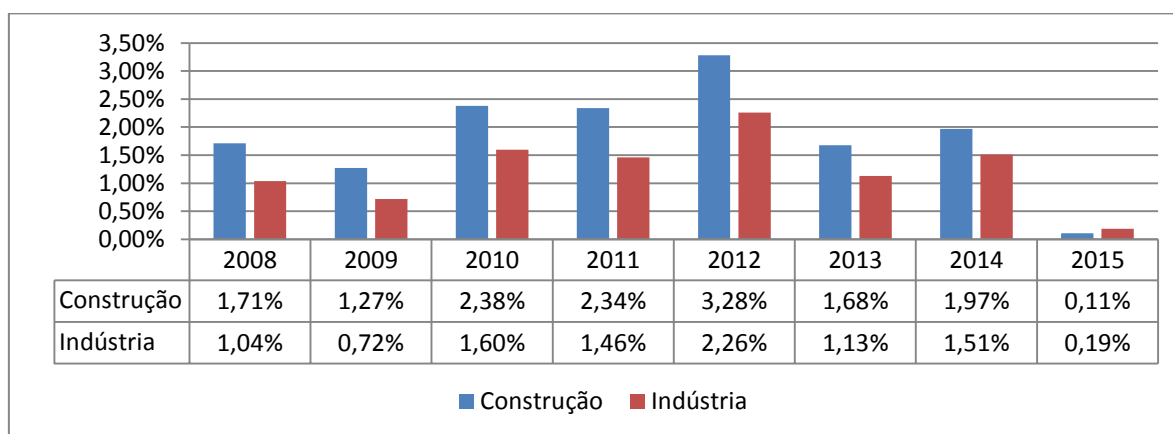
| Varição                   | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   | 2015*  |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Acima do INPC-IBGE        | 76,6%  | 79,6%  | 87,7%  | 86,9%  | 93,8   | 86,2%  | 91,5%  | 68,5%  |
| Mais de 5% acima          | 0,5%   | 1,5%   | 4,1%   | 1,0%   | 4,0%   | 0,3%   | 0,1%   | 1,0%   |
| De 4,01% a 5% acima       | 0,7%   | 1,2%   | 3,4%   | 1,2%   | 3,8%   | 0,3%   | 1,1%   | 0,0%   |
| De 3,01% a 4% acima       | 3,1%   | 2,8%   | 8,2%   | 6,0%   | 4,1%   | 4,4%   | 4,6%   | 2,3%   |
| De 2,01% a 3% acima       | 9,2%   | 11,3%  | 17,3%  | 14,3%  | 26,3%  | 15,0%  | 15,6%  | 3,3%   |
| De 1,01% a 2% acima       | 27,7%  | 26,3%  | 27,5%  | 36,3%  | 34,6%  | 33,4%  | 44,8%  | 17,9%  |
| De 0,01% a 1% acima       | 35,4%  | 36,5%  | 27,2%  | 27,7%  | 21,0%  | 32,9%  | 25,1%  | 44,0%  |
| Igual ao INPC-IBGE        | 11,8%  | 11,7%  | 7,8%   | 7,1%   | 4,8%   | 7,5%   | 6,1%   | 16,9%  |
| De 0,01% a 1% abaixo      | 9,4%   | 5,7%   | 4,0%   | 5,1%   | 1,3%   | 5,9%   | 2,4%   | 7,9%   |
| De 1,01% a 2% abaixo      | 1,1%   | 0,7%   | 0,1%   | 0,4%   | 0,1%   | 0,1%   | 0,0%   | 5,0%   |
| De 2,01% a 3% abaixo      | 0,4%   | 0,5%   | 0,1%   | 0,4%   | 0,0%   | 0,3%   | 0,0%   | 1,7%   |
| De 3,01% a 4% abaixo      | 0,1%   | 0,1%   | 0,1%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   |
| De 4,01% a 5% abaixo      | 0,1%   | 0,4%   | 0,1%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   |
| Mais de 5% abaixo         | 0,5%   | 1,4%   | 0,0%   | 0,1%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   |
| Abaixo do INPC-IBGE       | 11,6%  | 8,7%   | 4,5%   | 6,0%   | 1,4%   | 6,3%   | 2,4%   | 14,6%  |
| Total                     | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Nºde reajustes analisados | 819    | 814    | 804    | 804    | 797    | 778    | 716    | 302    |

\*Valor referente ao 1ºSemestre de 2015

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Salários – DIEESE

**Gráfico 29:** Aumento real médio no setor da Construção e na Indústria - Brasil, 2008-

2015



Fonte: Sistema de Acompanhamento de Salários – DIEESE

Nota:1)Considera apenas a variação real, descontando o percentual do INPC-IBGE, acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação.2)Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano.

## **2.6 CONCLUSÃO**

Neste capítulo buscamos traçar o perfil do trabalhador dos grandes projetos que são as obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, além de debater elementos da realidade que possam interferir na propensão à mobilização dos “peões-de-trecho”. Assim, recorreremos à discussão acerca de seu regime de trabalho e dos contextos político, econômico e sindical. Desta maneira, através do recurso aos conceitos de oportunidade e restrição política elaborados por Tarrow, buscamos entender como estes elementos se relacionam com a mobilização dos operários.

Primeiramente, no próprio perfil do “peão-de-trecho” acreditamos ter um fator que pode favorecer a mobilização; como buscamos demonstrar, estes trabalhadores deslocam-se para esse tipo de obra, principalmente, almejando melhores rendimentos e acessos a direitos básicos a que não teriam acesso em suas cidades de origem. Portanto, perceber o contraste entre os valores astronômicos dos grandes projetos e a quantidade de recursos neles envolvidos, com os salários que lhes são pagos, pode ser um elemento de forte descontentamento. Além disso, é constante a reclamação dos trabalhadores referente a descontos indevidos e ao não pagamento correto das horas trabalhadas, sejam extras ou não. Portanto, ao se encaminharem para esse tipo de obras, os “peões” compartilham de uma ideologia de acúmulo de bens e ascensão social, contudo mediante essa realidade há um rompimento – mesmo que temporal – com essa ideologia e os trabalhadores tornam-se mais propensos a mobilização. A temporalidade desse tipo de obra e o ímpeto de “fazer a vida” que domina nestes trabalhadores pode fazer com que eles busquem mais arduamente melhores condições salariais.

O tipo e o regime de trabalho impostos nos canteiros de obras também podem favorecer a mobilização. Desta forma, os trabalhadores são expostos a tarefas altamente desgastantes, com alto índice de acidentes de trabalho, em locais perigosos e com clima extremo. Além de haver uma retomada do despotismo fabril, como colocado por Burawoy, nos canteiros de obras, principalmente devido à coerção exercida pela estrutura hierárquica da construção civil e pela presença constante de forças repressoras estatais, como a Polícia Militar e a Força Nacional de Segurança. Mas se por um lado estes fatores podem aumentar o ímpeto conflituoso destes trabalhadores, pelo descontentamento com as situações que são obrigados a passar nos canteiros; por outro lado, a presença de forças repressoras nos canteiros funciona como uma restrição à

mobilização destes trabalhadores, por saberem que facilmente podem ser reprimidos com violência.

Já o cenário econômico no Brasil, principalmente, até 2013 com o PAC e uma política de incentivo às grandes obras no país, abre espaço à mobilização para os “peões-de-trecho”. Afinal, até este período existiam mais obras nas quais estes trabalhadores podiam se empregar e, também pelos incentivos governamentais e o direcionamento de capital para o setor da construção, pode se perceber aumentos salariais superiores à média nacional.

Por fim, ainda que o processo de reorganização ainda se dê mais na cúpula do sindicalismo brasileiro, com a criação de novas centrais sindicais e o reconhecimento estatal destas, abre-se um espaço de disputa das centrais pela representação dos trabalhadores. Assim, grandes centrais como CUT e Força Sindical disputam a representação dos operários da construção de Porto Velho, e também as novas centrais sindicais, surgidas em oposição ao governo, como a CSP-Conlutas, passam a atuar nessas obras com o intuito de ocupar maior espaço no cenário sindical. Ao realizarem estas disputas os sindicalistas acabam por abrir oportunidades à mobilização dos operários em conflitos contra os consórcios construtores.

Podemos perceber que há uma retomada da ação sindical no Brasil, principalmente a partir de 2007, e com bastante peso nos trabalhadores da construção civil. Este processo se dá através do crescimento dos indicadores de greves e das conquistas econômicas dos trabalhadores no último período, contudo não é acompanhado de reoxigenação da ação sindical com novas táticas, repertórios e formas organizativas, as experiências de mudanças no sindicalismo ainda ficam restritas às correntes sindicais minoritárias e relativamente isoladas, mesmo que tenham adquirido uma importância política interessante. Essa recuperação do sindicalismo brasileiro influencia positivamente os trabalhadores a realizarem greves e mesmo as greves com rebeliões operárias, afinal, os “peões-de-trecho” percebem que seus companheiros estão realizando greve e sendo vitoriosos em todo o país, ou até eles mesmos vivenciaram experiências anteriores de greves, e assim ficam mais dispostos à mobilização.

### **Capítulo 3 - AS GREVES E SEU REPERTÓRIO**

Neste capítulo temos por objetivo compreender os elementos e o processo que fazem com que os “peões-de-trecho” explodam em confrontos muitas vezes marcados pela violência e pelo abandono do aparato sindical. Para isso, retomamos a questão da estrutura sindical brasileira conforme a caracterização de Armando Boito (1991), para quem no Brasil teríamos um sindicalismo de Estado, devido ao nível de atrelamento e dependência dos sindicatos perante o Estado. Esta estrutura sindical faz com que os trabalhadores sejam repelidos pelo sindicato, afinal a direção sindical pouco ou nada depende destes e de sua aprovação para continuar se mantendo no aparato sindical, e é exatamente esta relação que percebemos entre os sindicatos oficiais e os trabalhadores das obras das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte. Assim, a partir do descontentamento gerado devido à situação de trabalho e vida a que estão submetidos estes trabalhadores, e à inexistência de uma entidade que possa organizá-los para se defender e lutar por melhorias, os trabalhadores buscam, ao que parece, a única e última alternativa que lhes resta: rebelar-se contra essa situação através de greves espontâneas, sem direções claras e às vezes valendo-se de um repertório violento.

Antes de prosseguirmos faz-se necessário uma discussão mais detalhada sobre os processos analisados. Para facilitar o entendimento, propomos a divisão dos confrontos políticos entre dois grupos: o primeiro, das greves operárias tradicionais e o segundo, as greves com rebeliões operárias.

#### **3.1 Greves e greves com rebelião**

Na definição corrente<sup>83</sup>, por exemplo, na utilizada pelo Sistema de Acompanhamento de Greve do DIEESE<sup>84</sup>, todos os confrontos políticos abordados neste trabalho constituem greves, afinal são trabalhadores paralisando coletivamente a produção por alguma pauta reivindicada, porém, esta definição ampla e genérica pouco nos ajuda no cumprimento dos objetivos postos por nós nessa pesquisa; portanto, ao separarmos estas greves em dois tipos, buscamos maior precisão e exatidão no relato. Estes confrontos se diferenciam dos demais pelo fato de as lideranças não pertencerem à direção do sindicato responsável pela representação dos trabalhadores. Assim, a

---

<sup>83</sup> Conforme recomendação da 14ª Conferência de Estatísticas do Trabalho da OIT – Organização Internacional do Trabalho – realizada em 1987, “entende-se por greve uma interrupção temporal do trabalho, efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa”.

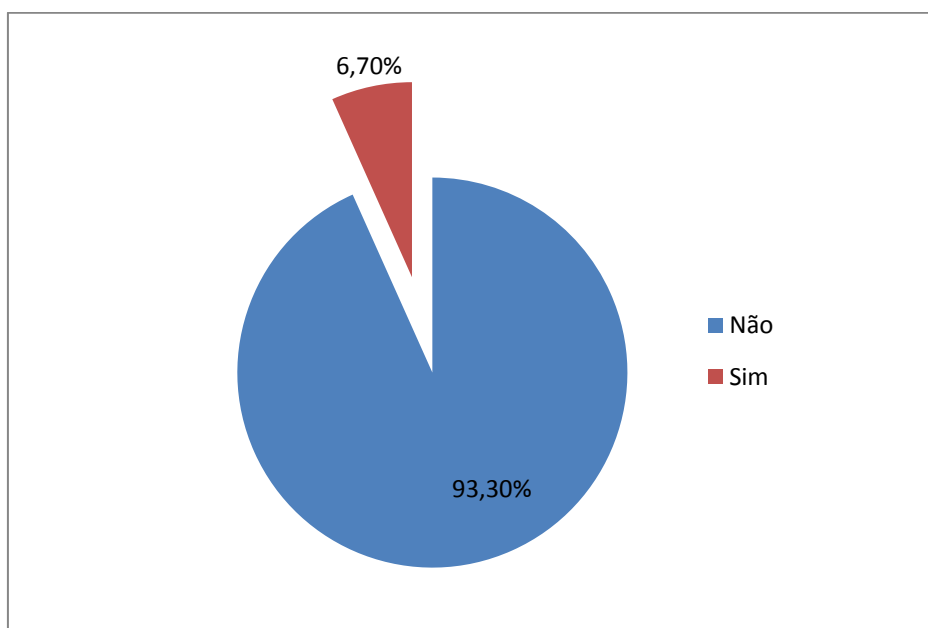
<sup>84</sup> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.



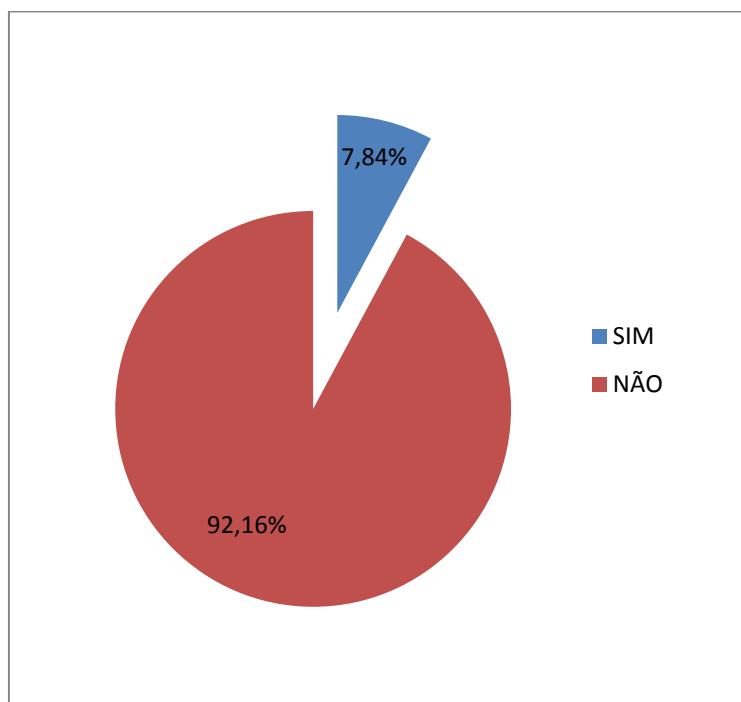
diferenciação entre as greves tradicionais e as greves com rebeliões se dá exatamente por quem assume a liderança política e organizativa do movimento de confrontação. Enquanto as greves tradicionais são lideradas por indivíduos com experiência em outros movimentos sindicais e sociais, as greves com rebelião são resultado da explosão em fúria dos trabalhadores a partir de momentos de profundo desgaste com as relações de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras. Estas explosões são canalizadas por lideranças surgidas do próprio movimento quase que automaticamente em resposta a uma necessidade imediata e possuem baixa ou nenhuma experiência de organização sindical e política.

Em nossa enquete buscamos observar se os operários possuíam alguma experiência anterior em movimentos, que pudesse explicar as mobilizações ocorridas e mesmo as táticas que utilizavam. Mesmo que nossa enquete não tenha sido aplicada exclusivamente aos trabalhadores que participaram dessas greves, esta questão poderia demonstrar algum grau de experiência anterior. Conforme os dados obtidos, a maioria dos nossos entrevistados não havia participado de movimentos sociais, mesmo em sindicatos, antes de participarem das greves. Nas três obras, há mais de 90% dos operários sem experiências anteriores. Aqueles poucos que declararam experiência anterior, 4 em Jirau e Santo Antonio, e 13 em Belo Monte, tiveram suas experiências em ordem decrescente de frequência: movimento sindical, associação de bairros, igrejas e um com participação no PT.

**Gráfico 30:** Resposta à questão: “Já havia participado de algum outro movimento social?” – UHE de Belo Monte



**GRÁFICO 31:** Resposta à questão: “Já havia participado de algum outro movimento social?” – UHE de Jirau e Santo Antonio



Desta forma, a seguir descrevemos os confrontos políticos a partir da cronologia dos fatos para, em seguida, elaborarmos quais confrontos se encaixam em cada um dos grupos propostos acima. Para formamos a descrição dos acontecimentos utilizamos de informações fornecidas pelo Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE, que são colhidas em jornais de circulação nacional, além de informações obtidas através de trabalhadores que participaram dos confrontos, ou informantes privilegiados que os acompanharam.

#### *UHE Belo Monte*

As obras de construção da usina se iniciaram em 2011, com os preparativos na cidade de Altamira-PA para o recebimento de uma obra desse porte. Logo após o início das obras aconteceu a primeira greve com rebelião de trabalhadores em novembro de 2011, data-base da categoria. Essa rebelião é chamada “dos Maranhenses” por ter sido protagonizada por trabalhadores oriundos desse estado. O SINTRAPAV-PA havia feito um acordo com o CCBM, considerado insatisfatório pelos trabalhadores da obra. Com isso, os trabalhadores se rebelaram e paralisaram as obras, reivindicando aumentos salariais, pagamento de horas-extras aos sábados, supressão das faltas indevidas contabilizadas aos trabalhadores, redução da baixada e aumento do vale alimentação.

Segundo relatos da mídia que cobriu o acontecimento, a demissão de quatro trabalhadores no dia 11/11/11, por se recusarem a aceitar desvio de função, gerou um clima de revolta no canteiro e os trabalhadores ameaçaram a incendiar as instalações das obras. A partir disso, foi formada uma comissão para negociar com o consórcio, sendo elaborada uma pauta com as reivindicações dos trabalhadores. O SINTRAPAV-PA participou da reunião de negociação. Após quatro dias, 141 trabalhadores foram demitidos sumariamente sem qualquer justificativa das empresas, foram retirados do canteiro pela ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas) e enviados para suas cidades de origem, na maioria no Maranhão. Nos dias seguintes, quatro operários da comissão também foram demitidos. No dia 28/11, os trabalhadores realizaram uma manifestação interditando a Rodovia Transamazônica no KM 55. As obras continuaram paralisadas até que mais 80 trabalhadores foram demitidos pelo CCBM. Devido ao acordo do sindicato com a patronal, a greve foi sumariamente reprimida e derrotada, e todos os maranhenses que trabalhavam na obra foram demitidos<sup>85</sup>.

Em abril e maio de 2012 ocorreu uma greve fora da data-base, por isso, imediatamente considerada ilegal pela justiça. Segundo relatos colhidos na pesquisa de campo, essas foram as manifestações mais politizadas, nas quais os trabalhadores chamavam palavras de ordem contra o sindicato, o consórcio e o governo federal, na percepção de que suas condições de trabalho e salário eram discrepantes quando comparadas aos altos investimentos do governo e aos altos lucros do patrão. O confronto se iniciou após um trabalhador ser morto em um acidente de trabalho envolvido uma motosserra no dia 28/3. Após dois dias, a Polícia Militar ocupou pontos estratégicos do canteiro, o que levou os trabalhadores a montarem piquetes no dia seguinte para impedir o acesso aos canteiros. A ação da polícia resultou na prisão de um trabalhador e dois foram para o hospital, não havendo informações sobre o desenrolar dos acontecimentos com estes trabalhadores. Já no dia 4/4, após reunião frustrada entre representantes dos trabalhadores, do sindicato e das empresas, os operários bloquearam a rodovia Transamazônica em frente à obra, diante do que PM, Tropa de Choque e FSN retiraram esses trabalhadores.

---

<sup>85</sup> Aqui poderíamos perceber que haveria demissões sem justa causa e, por isso, a patronal se valeria da ausência de uma lei que proíba as demissões injustificadas na legislação trabalhista brasileira. Contudo, estes operários são demitidos na sua maioria por dano ao patrimônio da empresa, vandalismo e outras coisas ligadas a própria mobilização grevista.

As reivindicações eram na mesma linha da primeira, porém a greve também foi derrotada, com os trabalhadores sendo obrigados a voltar a trabalhar pela justiça. No entanto, o caso foi para a Justiça do Trabalho, e levando em conta que as reivindicações eram praticamente as mesmas dos trabalhadores de Jirau – que, como veremos, haviam ganho suas reivindicações – os juízes que julgaram o caso de Belo Monte obrigaram o CCBM a atender retroativamente todas as reivindicações dos trabalhadores.

A proximidade da data-base de novembro de 2012 desencadeou algumas manifestações por melhoria salarial. Novamente, o sindicato não atendeu às necessidades dos trabalhadores, e sem convocar nenhuma assembleia ou reunião com os trabalhadores, negociou e acatou a primeira proposta da patronal. O anúncio do acordo para os trabalhadores foi feito pelo SINTRAPAV-PA nos canteiros de obras, em assembleias convocadas nas entradas dos canteiros. Já imaginando que poderia haver uma represália por parte dos trabalhadores, o sindicato se preparou para fugir e foi exatamente isto o que ocorreu. Ao receberem as propostas, os trabalhadores descontentes atacaram os diretores do sindicato e começaram a destruir as instalações da obra, como alojamento, refeitório, almoxarifado. Isto ocorreu no sábado de manhã, no mesmo dia à noite começaram os incêndios e a destruição de máquinas, que duraram até o domingo à noite. Após estes acontecimentos, cinco trabalhadores foram presos sob a acusação de incêndio, formação de quadrilha e dano a patrimônio particular. Ficaram presos por 66 dias e estão respondendo a processo. A partir dessa greve, o governo federal ordenou que 40 homens da Força Nacional de Segurança ficassem instalados em Altamira para acompanhar a obra, e o governo estadual designou 25 homens da Tropa de Choque da PM.

No começo do ano de 2013, ocorreram mudanças nas pautas dos trabalhadores. Além da questão salarial e das condições de trabalho, acrescenta-se o conflito pela questão da hora *in itinere* e o CCBM busca obrigar todos os trabalhadores a morarem no alojamento do canteiro de obras, mesmo aqueles que residem em Altamira. Em um primeiro momento os trabalhadores buscaram agir contra essa proposta do consórcio, porém, em fevereiro, 700 trabalhadores foram demitidos por estarem organizando uma paralisação, segundo os próprios trabalhadores ouvidos durante a pesquisa de campo.

Como dissemos acima, havia na obra um clima de paralisação em decorrência dos ataques promovidos pelo CCBM. Esta situação se agravou quando um operário desapareceu do canteiro de obras na sexta-feira (5/4/13), o que levou um grupo de

operários a paralisarem as obras. Através de contatos com trabalhadores envolvidos nessa paralisação, a CSP-Conlutas foi solicitada a intervir como direção do movimento, o que resultou que o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Mobiliário de Belém (STICMB), Zé Gotinha, foi colocado na obra e defendido como liderança pelos próprios operários. Ao assumir esse papel, Zé, negociou com a Polícia Militar – que foi chamada ao canteiro de obras para por fim ao movimento –, com o CCBM e com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Os operários tinham 35 reivindicações a serem atendidas, as principais eram: cumprimento dos 40% do adicional de confinamento, baixada de três meses para todos, desfiliação geral do SINTRAPAV-Pa, fim da escala de trabalho de 5 por 1, fim do desvio de função. Percebendo a liderança do diretor do STICMB, a PM buscou negociar a retirada dele do canteiro de obras com o objetivo de fragilizar o movimento. Tendo sido defendido pelos próprios operários mobilizados, Zé Gotinha conseguiu ficar na obra até a segunda-feira, quando se entregou à polícia para evitar confrontos. A partir disso a greve foi perdendo força. Na sexta-feira (12/4/13) da semana seguinte, cerca de cem operários que continuavam mobilizados saíram da obra com a ajuda do MPT e da CSP-Conlutas e foram primeiro para a cidade de Altamira e depois para Belém, onde alguns operários se organizaram no STICMB. Deve-se ressaltar que não houve destruição de nenhuma estrutura da obra, muito pelo contrário, os operários entrevistados relataram ter tomado cuidado para que isso não acontecesse. O diretor do SINTRAPAV-Pa, Weubio Cesar, disse que o sindicato repudiava o movimento<sup>86</sup>.

Em 26/11/13, durante a data-base de 2013, houve uma greve iniciada, dirigida e negociada através da direção do SINTRAPAV-PA, na qual se exigia aumento salarial de 15%, além de reajustes na cesta básica e PLR. O CCBM ofereceu aumento de 11%, reajuste na PLR de 12% e 30% na cesta básica, o que foi aceito pelo sindicato na sexta-feira, dia 29/11/2013. Enquanto o sindicato afirma que a totalidade dos 26 mil operários paralisaram a produção, os trabalhadores que entrevistamos nos canteiros de obras relataram que não houve assembleia e que muitos não participaram da paralisação dos trabalhos.

---

<sup>86</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1260973-greve-continua-em-jirau-e-santo-antonio-belo-monte-tem-briga-entre-sindicatos.shtml>. Acessado 30/11/2014

*UHE Jirau e Santo Antônio*

A primeira greve nas obras de Jirau e Santo Antonio ocorreu em 2009, de uma maneira inusitada: o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Rondônia (STICCERO) passava por intervenção da Justiça do Trabalho e era dirigido por um administrador designado pela própria justiça, Anderson Machado. Abordaremos esta situação mais detalhadamente adiante, contudo, cabe salientar que esta intervenção ocorreu devido à reivindicação por parte dos trabalhadores de que haveria irregularidades na antiga direção do sindicato, o qual seria um “sindicato de gaveta”. Até a intervenção o sindicato era filiado à Força Sindical; após isto e a eleição da nova direção no final de 2009 passou a ser filiado à CUT. A principal reclamação dos trabalhadores era que o acordo coletivo não era condizente com a realidade da obra e da categoria no Estado. Portanto, Anderson Machado, conjuntamente com os operários que fizeram o movimento pela intervenção na justiça, iniciou um processo de negociação para que as empresas reavaliassem os acordos. Contudo, como o acordo estava em vigência, estas negaram-se a negociar. No dia 8/9/2009 iniciou-se o movimento grevista que durou dois dias, quando a greve foi suspensa para a continuidade das negociações. Após nova intervenção da Justiça do Trabalho, as reivindicações, principalmente as econômicas, foram atendidas.

Em 2010, não ocorreu nenhuma greve em Jirau e Santo Antônio. A greve voltou a acontecer no ano seguinte. As manifestações em Jirau ocorreram entre 15 de março e 11 de abril de 2011 e iniciaram-se de forma espontânea, após acidentes na obra envolvendo trabalhadores da empresa Camargo Correa e terceirizados, somando mais de 22 mil trabalhadores paralisados. Já em Santo Antônio, entre os dias 21 de março e 4 de abril, mais de 16 mil trabalhadores paralisaram o trabalho. As greves aconteceram de forma associada, tanto que após os conflitos em Jirau, o Consórcio Construtor da Usina de Santo Antônio decidiu paralisar a obra. As causas das greves foram basicamente as condições de trabalho e o descumprimento de acordos anteriores; os trabalhadores reclamavam da alimentação e do alojamento fornecidos para aqueles que se mantinham na obra, e demandavam aumento salarial de 30%, adicional de periculosidade, baixada a cada 90 dias.

A partir disso ocorreram algumas manifestações mais radicalizadas, com destruição e incêndio de estruturas da obra. Imediatamente a Justiça do Trabalho

determinou a ilegalidade da greve e a desocupação das obras pelos trabalhadores, e impôs multa de R\$ 50 mil para o STICERO.

As negociações entre os trabalhadores, centrais sindicais, governo federal e a Camargo Correa foram conturbadas. A Polícia Militar e a Força de Segurança Nacional (FSN) reprimiram os trabalhadores. Há relatos de trabalhadores torturados, presos e desaparecidos. Após confrontos com a FSN e a PM e negociações com o consórcio e o governo federal, foram conquistados pelos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio reajuste salarial de 11%, direito à baixada, melhorias nas condições de moradia e trabalho, apoio médico, psicológico e uma ouvidoria no local de trabalho para receber as reclamações sobre as condições de trabalho. Além disso, os dois grupos de trabalhadores questionavam legalmente a representação sindical.

Já em 2012, os conflitos começaram em Jirau no dia 8 de março e em Santo Antônio tiveram início no dia 21 do mesmo mês. As demandas se concentravam nos 30% de reajuste salarial, baixada de 5 dias a cada 70 trabalhados, além da melhoria das condições de moradia e alimentação nos alojamentos. Ao contrário de 2011, não ocorreu destruição de instalações e maquinário, porém, mesmo assim a Justiça do Trabalho declarou a greve ilegal e impôs uma multa de R\$ 100 mil reais por dia paralisado para cada obra. As greves mantiveram-se até 3 de abril, quando os trabalhadores aceitaram a proposta de pagamento de 70% de horas extras entre segunda e sábado – aos domingos é 100% – a mudança da baixada, e um aumento de 11% nos salários.

Em 2013 a greve assume um caráter diferente das anteriores e mesmo daquele presente nas greves da UHE de Belo Monte. Os trabalhadores se organizaram através do sindicato, passando por assembleias e todas as manifestações aconteceram de forma pacífica, sem qualquer forma de confronto. A paralisação das atividades começou dia 02 de Abril e continuou até dia 12 do mesmo mês. O acordo dos trabalhadores com a Camargo Corrêa e com o Consórcio Construtor Santo Antônio resultou em aumento de 11% no salário e reajuste da cesta básica de R\$ 270,00 para R\$ 350,00.

Desta forma, podemos perceber que existem dois grupos distintos de confrontos políticos presentes nestas obras: as greves tradicionais e as greves com rebeliões operárias. Consideramos como greves tradicionais confrontos acontecidos em 2009 e 2013 nas obras das UHE de Jirau e Santo Antônio e os dois de 2013 na UHE de Belo Monte. Já as greves de 2011 e 2012 ocorridas nas três obras consideramos como greves

com rebeliões operárias. Estes dois grupos de confrontos diferenciam-se principalmente pela própria processualidade dos acontecimentos, isto é, desde o surgimento e o desenrolar das mobilizações. Ao dividir as mobilizações em dois grupos diferentes de greves não pretendemos fazer uma tipologia, apenas evidenciar suas características para realizar um melhor entendimento de cada grupo de greves.

Portanto, enquanto as greves tradicionais são lideradas por indivíduos conscientes e com experiência no movimento, nas greves com rebeliões os confrontos se dão por explosão e as lideranças surgem no decorrer dos acontecimentos. Podemos perceber que o posicionamento político de quem lidera as greves não é determinante dessa diferença, afinal as greves de 2009 e 2013 em Jirau e Santo Antônio são lideradas pela direção cutista do sindicato, já a greve de abril de 2013 em Belo Monte foi liderada por um elemento externo à categoria através da participação do STICMB e da CSP-Conlutas, e a de novembro de 2013 pela direção da Força Sindical. Contudo, as greves com rebeliões caracterizam-se por não haver liderança de trabalhadores com experiências em outros movimentos, por isso, a espontaneidade se faz mais presente na consciência dos trabalhadores envolvidos. Outras diferenças decorrem disso: durante as greves tradicionais é mais difícil ver a destruição de estruturas dos canteiros de obras, há pautas elaboradas, nítidas e postas em negociação com os consórcios; já nas greves com rebeliões os operários tendem a utilizar com mais frequência de um repertório violento, surgem como que por brotamento; as demandas não são colocadas de forma explícita pelos trabalhadores em greve e são mais expressão do desgaste das relações de trabalho, principalmente em decorrência da elevada exploração, opressão e precariedade nos canteiros de construção destas usinas hidrelétricas.

### **3.2 A estrutura sindical como elemento desorganizador da classe trabalhadora**

A nosso ver, o fato de a maioria das greves acontecerem por fora do aparato sindical, muitas vezes à contragosto da direção do sindicato e com a destruição de equipamentos e estruturas das obras está fortemente relacionado às características da estrutura sindical brasileira. Por isso, para entendermos por que estes operários decidiram se mobilizar desta maneira é preciso compreendermos como o sindicato se constituiu no Brasil e como se relaciona com os trabalhadores, o patronato e o Estado.



## Quadro-resumo de confrontos acontecidos na UHE de Belo Monte – 2011-2013

|                             | Novembro e Dezembro de 2011<br>"Greve dos Maranhenses"                  | Abril e Maio de 2012  | Novembro de 2012                                      | Abril de 2013   | Novembro de 2013  |
|-----------------------------|---|---|---|---|---|
| Duração                     | 12 de Novembro - 10 de Dezembro   | 28 de Março - 5 de Abril  | 12 - 15 de Novembro                                   | 5-12 de Abril   | 26-29 de Novembro   |
| Como caracterizamos         | Greve com rebelião  | Greve com rebelião  | Greve com rebelião                                    | Greve tradicional   | Greve tradicional   |
| Direção do movimento        | Surgida no movimento  | Surgida no movimento  | Surgida no movimento, apoio posterior da CSP-Conlutas | Surgida no movimento, apoio da CSP-Conlutas e STICMB                        | Sindicato   |
| Posição da direção sindical | Intervenção e negociação após iniciados os conflitos; contrário a greve | Intervenção e negociação após iniciados os conflitos; contrário a greve   | Contrário a greve                                     | Contrário a greve   | Dirigiu todo o processo   |
| Repertório                  | Interdição da Rodovia Transamazônica; manifestações nos canteiros       | Piquetes; bloqueio da Rodovia Transamazônica  | Incendios e destruição de instalações dos canteiros   | Assembleias e manifestações   | Assembleias   |
| Resultados conquistados     | Sem conquistas  | Reajuste salarial de 11%; aumento da cesta básica de R\$110,00 para R\$132,00; baixada de 5 dias a cada três meses de trabalho, com passagens aéreas; | Sem conquistas  | Grupo de 100 trabalhadores passaram a se organizar no STICMB e CSP-Conlutas | Reajuste Salarial médio de 11%; reajuste na PLR de 12%; reajuste de 30% na cesta básica |

## Quadro-resumo de confrontos acontecidos na UHE de Jirau e Santo Antonio – 2009-2013

|                             | Setembro de 2009   | Março e Abril de 2011  | Março e Abril de 2012   | Abril de 2013   |
|-----------------------------|--|--|---|---|
| Duração                     | 8-11 de Setembro   | Jirau: 15 de Março - 11 de Abril<br>Santo Antonio: 21 de março - 4 de Abril  | Jirau: 8 de Março - 3 de Abril<br>Santo Antonio: 21 de Março - 3 de Abril   | 02-12 de Abril  |
| Como caracterizamos         | Greve tradicional  | Greve com rebelião   | Greve com rebelião  | Greve tradicional   |
| Direção do movimento        | Administrador designado pelo PRT e grupo da base da categoria          | Surgida no movimento   | Surgida no movimento  | Sindicato   |
| Posição da direção sindical | Estava sob intervenção da Justiça do Trabalho                          | Intervenção e negociação após iniciados os conflitos   | Intervenção e negociação após iniciados os conflitos; contrário a greve   | Dirigiu todo o processo   |
| Repertório                  | Manifestações por vias das cidade de Porto Velho, na frente do SINICON | Incendios e destruição de instalações das obras da UHE de Jirau; manifestações nos dois canteiros  | Manifestações nos canteiros e destruição de ônibus das empresas   | Assembleias e manifestações   |
| Resultados conquistados     |  | Reajuste salarial de 11%; aumento da cesta básica de R\$110,00 para R\$132,00; antecipação salarial de 5%; baixada de 5 dias a cada três meses de trabalho, com passagens aéreas; início de negociação de uma Mesa Nacional da Construção Civil para obras do PAC; | 7% de reajuste salarial para trabalhadores com salário inferior a R\$ 1500,00 e 5% para aqueles que recebem acima desse valor; não desconto dos dias paralisados. | 11% de reajuste salarial médio; reajuste da cesta básica de R\$270,00 para R\$ 350,00 |

A ação sindical é mais uma forma de expressão dos conflitos capital-trabalho e, portanto, se manifestará de forma distinta conforme se altere a correlação de forças entre as classes antagônicas do capitalismo; as diferenças na conjuntura política e econômica podem repercutir em ações sindicais também diferentes. Portanto, a estrutura sindical é também uma manifestação da luta de classes, como ela se organiza e reflete para os trabalhadores pode influenciar também a ação reivindicativa destes trabalhadores. Assim, uma estrutura sindical mais rígida, menos aberta à participação dos trabalhadores e mais limitadora das possibilidades destes é representação de que a correlação das forças das classes está conjuntamente mais favorável à burguesia, mas também dificultará com que os trabalhadores ajam em plenitude e conforme suas possibilidades.

A estrutura sindical brasileira é um todo de relações, algumas regulamentadas pela lei, que envolvem burocratas do Estado, sindicalistas e trabalhadores, e se materializam em aparelhos, tais como os sindicatos oficiais, as federações, confederações e centrais sindicais, além das entidades que formam a Justiça do Trabalho. A forma como se organiza esse aparelho sindical, através da unicidade, investidura sindical e imposto sindical, faz com que o sindicato oficial, enquanto ramo subalterno do aparelho de Estado, esteja subordinado à cúpula da burocracia estatal. Isto é o que Boito (1991) chama de sindicalismo de Estado.

Todo sindicato, para constituir-se como tal, precisa de representatividade perante os trabalhadores e capacidade de negociar com os patrões. Ao longo da história e nos mais diversos países registram-se várias formas de se conquistar isto; no caso brasileiro, quem concede estas duas funções a um sindicato é o Estado, através de três elementos essenciais : 1) a investidura sindical, 2) a unicidade sindical e 3) as contribuições sindicais obrigatórias (BOITO, 1991).

A investidura sindical é a concessão do poder de representação dos trabalhadores ao sindicato oficial pelo Estado. Se em países onde vigora o pluralismo sindical este poder de representação é conquistado politicamente através da aceitação dos trabalhadores, já no caso brasileiro é outorgado pelo Estado através da “Carta Sindical”. (BOITO, 1991). Através desta carta está estabelecido que pode haver apenas um sindicato por categoria em uma mesma base territorial, assim não há disputa entre sindicatos pela representação dos trabalhadores de uma mesma categoria profissional mas sim a unicidade sindical, isto é, o “monopólio legal da representação sindical

concedido, pelo Estado, ao sindicato oficial” (BOITO, 1991, p. 28). A partir da concessão deste monopólio, é permitido que o sindicato oficial cobre contribuições sindicais obrigatórias de todos os trabalhadores, independente de serem associados ao sindicato. Essas contribuições são divididas entre o imposto sindical cobrado anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego e repassado aos sindicatos oficiais, federações, confederações e centrais sindicais, a partir da lei 11.639 de 2008; as taxas assistenciais, que são valores repassados diretamente aos sindicatos por sua participação em convenções coletivas, e a contribuição confederativa.

Esses três elementos levam o sindicato a depender mais do Estado do que dos trabalhadores que deveriam ser representados, pois permitem que os dirigentes sindicais, mesmo os não pelegos, não dependam política e financeiramente dos trabalhadores que representam, mas sim do Estado, que é a instituição que pode garantir a sua existência como sindicato, concedendo-lhe tanto capacidade de representação quando recursos materiais (BOITO, 1991). Esses elementos influenciam o comportamento dos trabalhadores brasileiros ao decidirem por uma greve ou não, ou por outras táticas a serem utilizadas, assim como também influenciam as relações trabalhistas nas obras estudadas neste trabalho.

Se o sindicato depende mais do Estado do que dos trabalhadores, tornando um ramo subalterno do aparelho de Estado, e este Estado tem por objetivo permitir que a burguesia continue e amplie a exploração sobre os trabalhadores, no limite, para Boito (1991), a função prioritária do sindicalismo de Estado é a desorganização dos trabalhadores, já que favorece *"o peleguismo, a ausência de organização sindical nos locais de trabalho, o assistencialismo e a organização fragmentada por categorias profissionais"*(BOITO, 1991, p.39).

Obviamente, houve transformações na estrutura sindical brasileira desde que Armando Boito formulou sua tese acerca do sindicalismo de Estado, principalmente no campo político; contudo, a essência do sindicalismo brasileiro se mantém, através da investidura, unicidade e contribuição obrigatória sindical. Inclusive, a principal transformação no campo legal desde então, que é a Lei das Centrais Sindicais, ao invés de acabar ou ao menos diminuir a dependência dos sindicatos perante o Estado, na verdade, atrela ainda mais o sindicalismo ao Estado, fazendo com que até mesmo as centrais sindicais busquem o reconhecimento estatal e sejam financeiramente dependentes do Imposto Sindical. Também percebemos que os dirigentes sindicais

brasileiros, mais ou menos pelegos, mais ou menos combativos, possuem grande responsabilidade nesse atrelamento, exatamente por não procurarem novas e diferentes formas de organização sindical, mantendo o sindicalismo de Estado como única ou considerando-a melhor forma de organização dos trabalhadores. Sem a conivência das mais diversas correntes sindicais ao longo de quase um século de sindicalismo de Estado esta estrutura não teria se mantido. Da mesma forma que os comunistas pré-1964 e o “novo sindicalismo” das décadas de 1970 e 80, os dirigentes mais dinâmicos do sindicalismo brasileiro no século XXI permanecem presos aos sindicatos oficiais e às regulamentações do Estado burguês, não promovendo de modo consequente táticas que permitissem superar a dependência em relação ao Estado, como sindicatos paralelos, o não reconhecimento pelo MTE das centrais sindicais, o combate à unicidade e ao Imposto Sindical, etc.

Abordaremos três exemplos de conflitos existentes na ação sindical dos operários das obras das UHE de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, os quais demonstram para nós o peso da estrutura sindical sobre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que permitem perceber que mesmo aqueles que aparentemente buscam avançar na mobilização e acabar com o “velho peleguismo”, no que toca à estrutura sindical acabam por reproduzir a mesma dependência frente ao Estado.

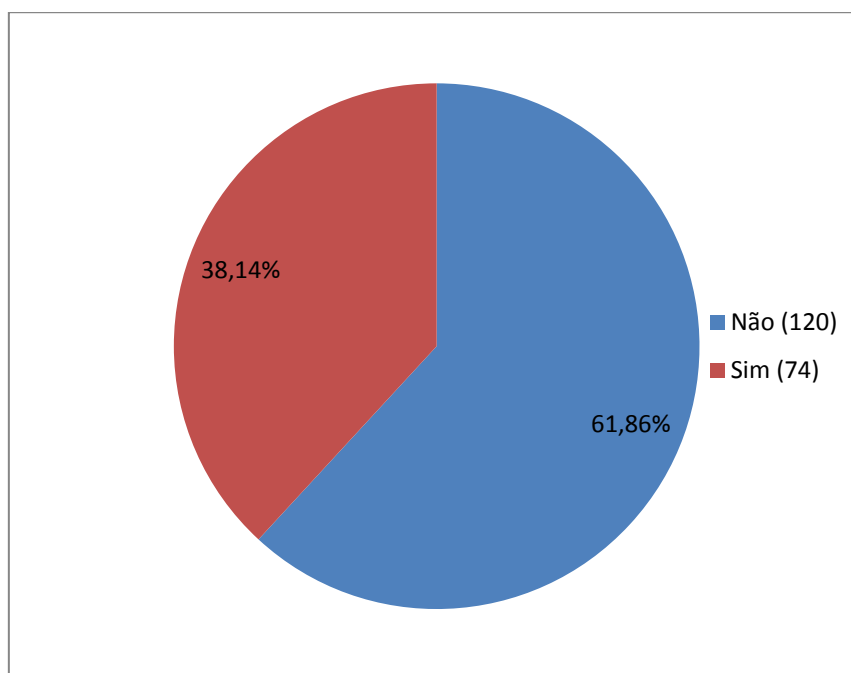
A partir de denúncias de trabalhadores ao Ministério Público do Trabalho da 8ª região - Pará e Amapá, a Procuradoria Regional do Trabalho daquela região instaurou inquérito com o objetivo de investigar o pagamento compulsório da mensalidade sindical por todos os trabalhadores do CCBM e de empresas terceirizadas das obras da UHE de Belo Monte, independentemente de filiação do trabalhador ao sindicato em questão, o SINTRAPAV-Pa. Além disso, os trabalhadores denunciantes alegavam excessiva dificuldade para colocar fim ao pagamento da taxa, sendo exigida a presença dos trabalhadores nas sedes do sindicato - a sub-sede de Altamira fica a noventa minutos de ônibus dos canteiros de obras, alguns trabalhadores relatam a exigência de se comparecer à sede de Tucuruí, a mais de cinco horas de Altamira, além da necessidade de se realizar uma carta de próprio punho justificando a desfiliação.

Em 14 de agosto de 2013, considerando as informações apresentadas, o PRT-8ª região abriu um Ação Civil Pública contra o SINTRAPAV-Pa, o CCBM e mais de 20 empresas terceirizadas, prestadoras de serviços nos canteiros de obras, com objetivo de cessar o pagamento compulsório da taxa de filiação sindical e regularizar a situação

sindical dos trabalhadores das obras da UHE Belo Monte. As principais irregularidades denunciadas pelo PRT foram o desconto de todos os trabalhadores, sem a presença da ficha de filiação ou anuência com a contribuição por parte destes trabalhadores; o início do pagamento das taxas se dava a partir da assinatura do contrato de trabalho, mesmo sem a presença do sindicato no momento da contratação. Isso foi detectado pelo Ministério Público do Trabalho e por Auditores Fiscais do Trabalho que se dirigiram, na data de 09 de agosto de 2013 às 13h30, ao Núcleo de Recursos Humanos do CCBM, para acompanhar todo o processo de contratação, desde a entrega da documentação solicitada até a assinatura do contrato de trabalho. Além disso, o Ministério Público através das denúncias percebeu a grande dificuldade de oposição à filiação, exigindo que fosse feita no prazo de 15 dias após o primeiro desconto, o que infringe a liberdade de associação sindical.

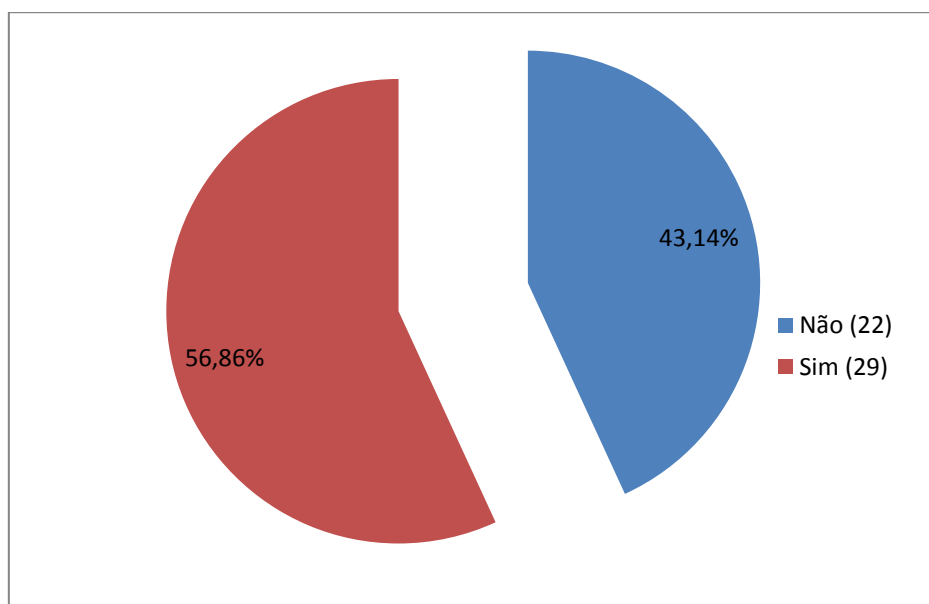
Na pesquisa de campo preliminar, já havíamos percebido o descontentamento com o desconto dessa mensalidade de forma compulsória e por isso buscamos observar em nossa enquete qual era a relação dos trabalhadores com esta situação, e perguntamos sobre a filiação sindical, para observarmos o grau de percepção sobre o fato de todos serem filiados ao sindicato.

Assim, conforme o gráfico 32, 61,86% dos 194 trabalhadores da obra da UHE de Belo Monte declarou não ser filiados ao sindicato, o que mostra que 2/3 dos trabalhadores questionados desconheciam serem filiados ao sindicato. Também questionamos o motivo para a filiação dos 74 trabalhadores que declararam serem filiados. Dentre esses, 11 acreditam que a filiação é obrigatória e 31 não sabiam o motivo, ou seja, podemos perceber que não se trata de uma ação politicamente consciente. Além disso, 29 declararam ser filiados por motivos assistenciais, como planos de saúde, cartão de créditos e outras assistências oferecidas pelo sindicato, e apenas três afirmaram serem filiados por motivos que classificamos como defesa dos interesses dos trabalhadores (ver tabela 14).

**Gráfico 32:** É filiado ao sindicato? - UHE Belo Monte**Tabela 15**

| Motivo da filiação - UHE de Belo Monte |    |
|--|----|
| Não sabe                               | 31 |
| Assistência                            | 29 |
| Obrigatório                            | 11 |
| Defesa dos trabalhadores               | 3  |

A título de comparação demonstramos também os índices referentes aos trabalhadores das obras das UHE de Jirau e Santo Antonio.

**Gráfico 33:** É filiado ao sindicato? - UHE de Jirau e Santo Antonio

O PRT considerou essa situação agravada pelo montante arrecadado pelo sindicato. Segundo os dados presentes na Ação Civil Pública, com a mensalidade sindical de 2% do salário de cada trabalhador, limitado a R\$30,00, o SINTRAPAV-Pa arrecadaria apenas com os trabalhadores envolvidos na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, aproximadamente, 900 mil reais por mês, totalizando mais de 10 milhões de reais por ano, ao longo de uma década de obras. A este valor ainda se soma 60% do Imposto Sindical de toda a categoria repassado ao sindicato pelo MTE. Não podemos dizer se impera a mesma prática de cobrança compulsória da mensalidade a todos os trabalhadores da construção pesada do Estado do Pará. Apenas com os fatos relatados através de nossa pesquisa e das informações colhidas pelo PRT 8ª região, podemos perceber a existência de uma cumplicidade entre o sindicato que deveria representar os trabalhadores, o SINTRAPAV-PA, e o Consórcio Construtor de Belo Monte, afinal, sem nenhum processo de convencimento o trabalhador era “sindicalizado” no momento de contratação pelo próprio RH da empresa. Se em outras empresas pelo país, muitos trabalhadores são demitidos ou perseguidos simplesmente por se filiarem ao sindicato, na obra da UHE de Belo Monte não só os trabalhadores são todos sindicalizados pela própria empresa, como os trabalhadores relatam ameaças de demissão caso busquem a desfiliação do SINTRAPAV-Pa, como denunciado por trabalhador ao PRT 8ª região. Não possuímos elementos para determinar quem é o agente principal deste ato, mas é possível perceber que a direção sindical e o Consórcio são altamente favorecidos com esta situação: de um lado, o sindicato possui renda

superior a R\$10 milhões anuais e a empresa, ao deter o controle sobre o repasse da mensalidade, garante a passividade do sindicato.

Com a Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, a Vara do Trabalho de Altamira acatou a liminar suspendendo a cobrança da mensalidade pelo SINTRAPAV-Pa nas empresas envolvidas na construção da UHE de Belo Monte. Contudo, com a continuidade do processo a Justiça determinou que o sindicato poderia cobrar a taxa assistencial, com o valor de 1% do salário dos trabalhadores, não devendo exceder R\$15,00, para todos os trabalhadores, independentemente da filiação ou não ao SINTRAPAV-Pa. Isto deveria valer até 31/10/2014, quando se encerraria o Acordo Coletivo e se deveria estabelecer um novo. Na assembleia realizada nos 4 canteiros de obras de Belo Monte nos turnos diurno e noturno do dia 25/10/2014, foi firmado um novo Acordo Coletivo. Este previa o pagamento de uma taxa assistencial de 1% (máximo de R\$15,00) para todos os trabalhadores e 2% (máximo de R\$30,00) para aqueles trabalhadores que concordassem individualmente com a contribuição. Segundo a ata da referida assembleia, devido à suposta dificuldade de recolhimento das assinaturas com a anuência dos trabalhadores, o registro e o consentimento seriam realizados no momento em que os trabalhadores passassem os crachás pelas catracas de entrada no canteiro de obras, ou seja, no local de trabalho do trabalhador. Segundo a ata, mas de 20 mil trabalhadores compareceram à assembleia.

Na Ação Civil Pública, os procuradores do trabalho atentaram para o fato de que muitos sindicatos pelo país inserem em seus acordos e convenções coletivas cláusulas que colocam taxas a serem cobradas a todos os trabalhadores, independentemente de filiação ao sindicato, por aprovação de assembleia, espaço máximo de deliberação de uma categoria; e que isto seria ilegal segundo a CLT e a Constituição Federal<sup>87</sup>. Contudo, segundo observado no Acordo e na Convenção Coletiva disponíveis na Ação Civil Pública, esses documentos não previam essa cobrança, mas na prática era o que acontecia com a filiação compulsória de todos os trabalhadores ao SINTRAPAV-Pa e a consequente cobrança de mensalidades.

Mas a partir do Acordo Coletivo firmado na assembleia do dia 25/10 e com vigência em 2014 e 2015, esta cobrança também passa a valer para o SINTRAPAV-Pa.

---

<sup>87</sup> O Precedente Normativo nº 119, do TST, de 1996, limita as contribuições assistencial e confederativa aos associados do sindicato, alegando que a extensão dessa cobrança aos não filiados fere o princípio constitucional da livre sindicalização. Cumpre notar, porém, que o STF decidiu que a cobrança da contribuição assistencial deve ser estendida aos não sindicalizados. Cf. O Supremo Tribunal Federal e a Contribuição Assistencial. O Estado de São Paulo, 11 jul. 2001.



E ainda mais, com o acordo celebrado<sup>88</sup> entre MPT, sindicato, CCBM e demais empresas terceirizadas esta situação passa a ter a anuência da Justiça do Trabalho. Segundo os documentos do processo, o pedido de cessão do pagamento deveria ser realizado de forma mais fácil, através da presença de dirigentes sindicais em Postos de Atendimento do Sindicato nos canteiros, nas sub-sedes, ou mesmo por meio eletrônico e telefone. Ou seja, após encerrado o processo a única mudança substancial na situação é que se tornou mais fácil manifestar oposição ao pagamento destas taxas; contudo, segundo as entrevistas que realizamos com os operários as dificuldades continuam, com as mesmas exigências por parte do SINTRAPAV-Pa.

Quando da ação, o PRT da 8ª região demandou o pagamento de danos morais à coletividade de trabalhadores envolvidos, nos valores de R\$ 20 milhões ao CCBM e R\$2 milhões ao SINTRAPAV-Pa. O valor elevado se deve principalmente pelo montante envolvido e pela importância econômica da obra de Belo Monte. Após o acordo, ficou estabelecido que em compensação coletiva aos danos morais deveriam ser feitas melhorias e o aparelhamento da Gerencia Regional do Trabalho e Emprego de Altamira, no valor de R\$ 650 mil.

Não bastasse a situação de um aparato de Estado, no caso a Justiça do Trabalho, decidir sobre as relações envolvendo trabalhadores e sindicato, a decisão final desta ação nos causa grande estranheza, afinal, após dois anos de trâmites judiciais a situação permaneceu a mesma: trabalhadores pagam compulsoriamente taxas sindicais através de algum acordo escuso entre direção sindical e empresas envolvidas na construção de Belo Monte. Isso não quer dizer que os trabalhadores não possam decidir que todos devem contribuir ao sindicato, contudo esta decisão deve ser política e representativa, isto é, através de métodos consagrados de tomada de decisão pela classe trabalhadora, e não adotada por meios que causam estranheza a qualquer observador, como o registro de anuência através de catracas de entrada nos locais de trabalho.

Esta situação só pode acontecer em um cenário sindical marcado pela unicidade sindical e no qual o Estado burguês seja o árbitro das divergências sindicais, isto é, no sindicalismo de Estado, pois não há outro sindicato envolvido que possa contestar tal tipo de relação entre empresa e sindicato; ademais, com tamanho descontentamento dos trabalhadores perante o sindicato oficial, o SINTRAPAV-Pa, não é difícil imaginar que

---

<sup>88</sup>Fonte:<http://www.prt8.mpt.gov.br/procuradorias/ptm-santarem/112-sintrapav-ccb-m-e-terceirizadas-entram-em-acordo-com-o-mpt-e-regularizam-descontos-sindicais-em-belo-monte> - Acessado 03/01/2016

em um cenário de pluralismo sindical seria possível a existência de outros sindicatos, e que este sindicato perderia sua representatividade perante os trabalhadores.

Tanto em Belo Monte quanto nas outras obras estudadas, temos um grande projeto, isto é, uma obra de grande magnitude realizada pelo capital privado, mas sob encomenda, tutela e interesse do Estado, portanto, é interesse da burocracia estatal, dos governos e, principalmente, da burguesia que esta obra desenvolva-se o mais rápido e de forma mais tranquila possível. Para que isso ocorra é fundamental que o sindicato que deve representar estes trabalhadores compactue com esses interesses<sup>89</sup>. Garantir uma renda anual de mais de R\$10 milhões pode ser uma boa forma de assegurar a passividade da direção do sindicato. Colocar fim a essa fonte de renda poderia reverter a boa convivência entre sindicato e consórcio construtor, mesmo que o sindicato seja notadamente adepto da conciliação, como pode evidenciar a filiação do SINTRAPAV-Pa à Força Sindical. Desta forma, no sindicalismo de Estado, temos a burocracia estatal como árbitro de litígios como este, não é de se estranhar que esta decisão favoreça os interesses do Estado e do capital.

O segundo exemplo de conflito relativo à estrutura sindical diz respeito a esse mesmo sindicato. Demonstrando o descontentamento dos trabalhadores com o SINTRAPAV-Pa, durante a greve de Abril de 2013, portanto, anterior ao início da Ação Civil Pública anteriormente relatada, os trabalhadores colocaram entre suas demandas a desfiliação de todos os trabalhadores do sindicato oficial e a filiação ao SINTICMA<sup>90</sup>. Esta reivindicação foi apresentada ao CCBM e ao Ministério Público do Trabalho como uma das condições para encerramento da greve e foi completamente ignorada. Esse tipo de situação demonstra-nos o peso da ideologia do sindicalismo de Estado, mesmo aqueles que buscavam realizar um sindicalismo combativo e retirar a representação dos trabalhadores de um sindicato considerado pelego e burocratizado recorriam ao patrão e à justiça do Estado burguês! Mesmo correntes sindicais de esquerda e combativas solicitam a intervenção do patronato e do Estado para resolver um problema da

---

<sup>89</sup>Por exemplo, enquanto a maioria dos movimentos sindicais e sociais posicionam-se contrários à execução da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ao questionarmos a posição do sindicato, o presidente da entidade, Roginel Gobbo, afirmou: “Sim, o SINTRAPAV é a favor da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, primeiro porque entendemos que o Brasil precisa de Energia Elétrica para poder prosperar, essa energia sendo limpa, muito melhor e em segundo lugar porque qualifica a mão de obra da região e gera empregos para a categoria.” Poderíamos imaginar que essa seja a opinião da maioria dos operários de Belo Monte, mas não é assim. O que percebemos é que mesmo participando da obra a maioria dos trabalhadores percebe seu impacto e considera que deveria ser evitada.

<sup>90</sup>Fonte: <http://cspconlutas.org.br/2013/04/nota-da-csp-conlutas-e-do-sinticma-sobre-a-greve-dos-operarios-em-belo-monte/>. Acessado 03/01/2016

categoria, como se estes pudessem e quisessem favorecer a organização sindical por fora do SINTRAPAV-Pa. Ao invés deste método reivindicativo os operários poderiam escolher, por exemplo, fazer uma manifestação contra o sindicato na frente da sua sede em Altamira, exigindo a desfiliação em massa.

O terceiro exemplo refere-se ao sindicato STICCERO, representando os trabalhadores do estado de Roraima, atualmente filiado à CUT. Em 2009 o sindicato era filiado à Força Sindical e dirigido por um grupo diferente do atual. Mas, ao contrário do que se pode esperar a mudança não se deu através de eleições sindicais. Na verdade, um grupo de trabalhadores de Santo Antonio, pelo que podemos perceber, na sua maioria motoristas de ônibus e operadores de máquinas pesadas, com ligações com o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Rondônia (SINTTRAR)<sup>91</sup>, procuraram Anderson Machado, servidor do Ministério Público da União, informando que o sindicato que deveria representá-los na verdade era um “sindicato de gaveta”<sup>92</sup> e questionando como deveriam proceder para resolver a questão. Anderson então sugeriu que fizessem denúncia no Ministério Público do Trabalho, o que foi feito pelos trabalhadores e acolhido pelo MPT da 14ª Região.

Assim, Raimundo Soares da Costa, Altair Donizete de Oliveira e Elioni Sebastião de Laia denunciaram ao MPT que buscaram se filiar ao STICCERO, mas tiveram sua filiação negada pelo seu presidente, Antônio Acácio Moraes do Amaral, sem justificativas. Denunciaram também que o sindicato estaria sem direção eleita, já que a eleição deveria ter ocorrido em janeiro de 2009. Desta forma, foi sentenciado que a filiação destes três trabalhadores deveria acontecer no prazo de 48 horas – o que não aconteceu – que as eleições estavam suspensas e que deveria ser nomeada uma Junta Governativa para administrar, representar e realizar novas eleições. Esta junta deveria ser nomeada pelo MPT, que nomeou Anderson Machado.

Como observa a própria juíza em sua sentença e como podemos perceber ao entrevistar os envolvidos, para além de intrigas e disputas políticas locais está também em jogo uma questão de nível nacional, relativo às centrais sindicais. Desta forma, de um lado temos o STICCERO até então filiado à FITRAC (Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias dos Estados de Rondônia e Acre) e à Força Sindical. De

---

<sup>91</sup>Interessante notar, como consta no histórico no próprio site do SINTTRAR, que este sindicato filiado à CUT, passou por processo semelhante de intervenção através de junta governativa em 2008. ([http://sinttrar.com.br/?page\\_id=262](http://sinttrar.com.br/?page_id=262))

<sup>92</sup>Ou seja, um sindicato que existe apenas formalmente, sem representar de fato os trabalhadores.

outro, trabalhadores com experiências anteriores no SINTTRAR, filiado à CUT, e Anderson Machado, candidato a vereador na cidade de Porto Velho pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2008 e 2012<sup>93</sup>. Portanto, podemos imaginar que esta foi uma tática utilizada pelo sindicalismo cutista-petista para disputar a direção dos mais de 40 mil operários da construção civil no Estado de Rondônia.

Sendo assim, Anderson inicia a sua administração no STICCERO, segundo ele próprio em entrevista realizada no dia 3/7/2014, sem conhecimento algum sobre a categoria da construção civil, por isso, convoca para ajudá-lo os trabalhadores que organizaram a movimentação contra a antiga direção do STICCERO, além de contratar como auxiliar Clébio Lobato. Já nos primeiros contatos com a categoria, percebe o descontentamento generalizado com os pisos salariais regulamentados na Convenção Coletiva, além de disposição para iniciar uma greve. E assim, em 2009 acontece a primeira greve nas obras de Jirau e Santo Antonio, de forma pacífica, com atos pelas ruas de Porto Velho e assembleia do sindicato com a categoria para a tomada de decisões. Após dez dias de paralisação, em negociação com o sindicato patronal no TRT da 14ª Região, os trabalhadores decidiram suspender a greve por 12 dias para que se chegasse a um acordo, e assim, após 10 dias de greve e 12 de suspensão, os trabalhadores conquistaram, entre outras coisas, aumento de 9,93%, 5% de aumento real em relação ao IPCA-IBGE.

Após a greve, Anderson realizou as eleições para a direção do sindicato e a chapa daqueles que se mobilizaram contra Amaral venceu. Assim, Raimundo da Costa, o Toco, se tornou presidente, Altair, vice-presidente e Elioni, tesoureiro, entre outros. Clébio foi contratado no setor de informações do CSAC e na gestão seguinte do sindicato passou a fazer parte da direção, como secretário-geral. Portanto, percebemos que aqueles trabalhadores que se organizaram e se manifestaram contra a situação que se encontrava o sindicato lograram se tornar a direção da entidade. Ainda que muitas das greves em Jirau e Santo Antonio passem por fora do sindicato, que este ainda seja alvo de muitas críticas dos trabalhadores, também é verdade que, com a gestão cutista de Toco, o sindicato passa a existir de fato, com sede e outros recursos materiais, prestando assistência mínima aos trabalhadores.

Mas a disputa pela representação destes trabalhadores não se encerrou por aí. Após a derrota da Força Sindical, em um primeiro momento, Amaral, representante da

---

<sup>93</sup>Fonte: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/vereador/ro/09091975-anderson-machado.htm> Acessado em 04/01/2016

entidade em Porto Velho, retira-se da disputa, mas ao que parece sindicalistas ligados ao SINTRAPAV-Pa foram enviados para Porto Velho com o objetivo de criar um sindicato dos trabalhadores da construção pesada no estado de Rondônia e buscar representar os operários das obras das UHE de Jirau e Santo Antonio.

Assim, o SINTRAPAV-Ro foi “instalado” em Porto Velho em endereço residencial, incondizente com uma organização sindical, e convocou assembleia e eleição de direção para buscar ser o sindicato oficial dos trabalhadores da construção pesada no estado de Rondônia. Contudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª região negou o pedido de representação sindical para esse sindicato, reafirmando que o STICCERO representa todos os trabalhadores da construção, leve e pesada. Em ato contínuo, o Ministério do Trabalho e Emprego, através de despacho do chefe de gabinete do ministro, decidiu por anular todo o processual de fundação do SINTRAPAV-Ro e suspender seu registro sindical (investidura) e mais uma vez reconheceu o STICCERO como representante legal dos trabalhadores da construção civil leve e pesada do estado de Rondônia.

A FITRAC em seus materiais fez extensa denúncia sobre possíveis “agentes” da FENATRACOP<sup>94</sup> e da Força Sindical, ligados ao SINTRAPAV-PA, SINTRAPAV-BA, SINTRAPAV-SP e SINTRAPAV-MG, que teriam se inserido nas obras de Jirau com o objetivo de depredar e desestabilizar a obra para, com isso, enfraquecer o STICCERO e aumentar a possibilidade de conquistar a “Carta Sindical”. O mesmo teor de denúncia é reproduzido pela CONTICOM-CUT, através de nota redigida pelo STICCERO, sindicato filiado à referida confederação, na qual se reforça a ideia de que o objetivo seria desestabilizar as obras de Jirau e Santo Antonio. A FITRAC também denuncia que a assembleia de fundação do SINTRAPAV-Ro nunca teria acontecido e que teria sido feito uma fraude para que 200 trabalhadores assinassem a lista de presença.

Segundo Amaral, presidente da FITRAC, em entrevista conosco no dia 4/7/2014, a disputa pela representação dos operários das obras das usinas do Rio Madeira entre CUT e Força Sindical se dá pelo grande volume de recurso financeiro que o sindicato representante recebe, mas também por disputas de entidades nacionais ligadas a essas centrais: enquanto a CUT impulsiona a CONTICOM, a Força Sindical busca fazer solidificar a FENATRACOP.

---

<sup>94</sup>Federação Nacional dos Trabalhadores da Construção Pesada.

Após estas disputas entre Força Sindical e CUT, Amaral, até então representante da FS em Rondônia se sente “traído” e “abandonado” por esta central sindical, e passa a se aproximar do grupo que hoje dirige o STICCERO, ligado à CUT. Assim, inicia a discussão acerca da filiação do sindicato à FITRAC, federação presidida por Amaral, e a filiação desta e dos sindicatos a ela ligados à CUT. Hoje, pelo que consta no site da FITRAC<sup>95</sup>, o mesmo Elioni que lutou contra a direção de Amaral no STICCERO faz parte da direção da federação, como secretário-geral. Quando o entrevistamos, Amaral afirmou que o processo estava quase concluso e em pouco tempo *“uma base de mais de 100 mil trabalhadores [iria] para a CUT”*. Vejamos, nas palavras de Amaral, como se deu este processo:

O Anderson foi muito vulgar, ele desenquadró e desfilou o STICCERO da FITRAC, e tiveram problemas sérios, como é que o sindicato vai sobreviver sem o enquadramento sindical e sem uma filiação, pra dar 20% da arrecadação do sindicato pro MTE de graça? Que é os 15% da federação e os 5% da confederação, 20%.(...) Nós já restabelecemos o enquadramento sindical, pro sindicato poder receber a contribuição sindical corretamente e fizemos a filiação a FITRAC e com isso o relacionamento cordial. E daí foi um passo pra que fosse todo mundo pra mesma central(...)Não fui ao congresso, não aceitei proposta nenhuma da Força Sindical. Dada essa minha postura, o próprio STICCERO convidou a gente pra ir pra CUT e fomos trabalhando, trabalhando, e massificando. Hoje não tem oposição nenhuma, e eu acho que na próxima semana já está celebrando definitivamente [o acordo].

A partir disso, podemos perceber como para os sindicalistas familiarizados e enraizados no sindicalismo de Estado a representação sindical limita-se a números da base representada, das taxas de contribuição e do Imposto Sindical. Não se trata de representação política, da busca de melhores condições de trabalho e vida para os representados. Este tipo de ação está presente na postura do dirigente sindical Amaral, na da Força Sindical, ao tentar criar “a fórceps” um sindicato, mas também da CUT, quando utilizou a Justiça do Trabalho, e não a mobilização dos trabalhadores, para conquistar o sindicato. No caso dos dirigentes próximos à CUT, ao invés de buscar o trabalho de base, a organização por fora ou mesmo por dentro da entidade, decidiram solicitar a intervenção do Estado nas questões sindicais, como se este pudesse arbitrar de forma neutra como os trabalhadores devem e podem se organizar. Não podemos deixar de perceber que a Justiça do Trabalho favoreceu a prevalência de um grupo sindical em detrimento de outro, e que isso pode significar que esse grupo está mais afinado com os interesses do capital e do Estado.

Note-se que a estratégia utilizada pela Força Sindical de desmembrar uma categoria já existente por meio da criação artificial de uma nova é uma forma de burlar a

<sup>95</sup>Fonte: <http://www.fitrac.org.br/diretoria/>. Acessado em 05/01/2014

unicidade sindical que poderia ter sido acolhida pela Justiça, já que não rompe com o princípio da unicidade. Correntes sindicais buscam criar sindicatos quando acreditam existir espaço legal de representação, como é o caso da divisão, na maioria dos estados, entre os sindicatos da construção civil leve e pesada. Ademais, o repasse do imposto sindical a confederações, federações e centrais sindicais faz com que se crie entidades com pouca representação de fato, apenas para que se receba o valor estipulado, como nos parece ser a FENATRACOP<sup>96</sup>, que não possui site ou qualquer seção no site da Força Sindical, central sindical à qual é ligada. Esses exemplos atestam que a estrutura sindical brasileira cumpre perfeitamente a sua função enquanto um sindicalismo de Estado, que é desorganizar a classe trabalhadora (BOITO, 1991).

Isso nos permite afirmar que a situação da organização e mobilização dos trabalhadores das obras de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte caracteriza-se pela ausência de instituições que possam aglutinar a categoria. Os trabalhadores não se sentem representados pelos sindicatos e sucessivas vezes relatam o descaso ou mesmo a aliança das direções do sindicato com os consórcios. Por exemplo, um dos operários presos pela greve de novembro de 2012 na UHE de Belo Monte, *Magrão*, ao ser questionado em nossas entrevistas sobre o motivo da greve, respondeu categoricamente “*Foi contra o sindicato!*”. Isto é muito sintomático da situação daqueles trabalhadores que, ao pararem as obras por melhores condições de salário, trabalho e vida percebiam que do outro lado estava não só o patrão, mas também o sindicato, como correia de transmissão das vontades do consórcio. Esta percepção se repete junto a outros líderes das mobilizações, mas também na maioria dos trabalhadores que responderam o questionário que aplicamos.

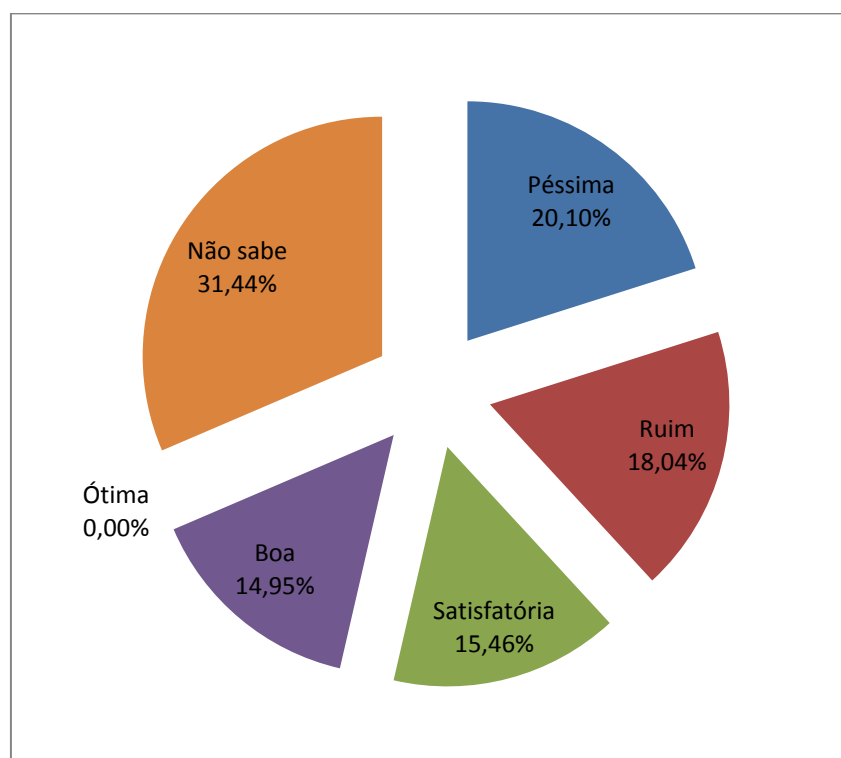
Como demonstramos no Gráfico 34, 38,14% dos trabalhadores de Belo Monte consideram a atuação do sindicato como péssima ou ruim e 31,44%, disseram não saber avaliá-la. Muitos destes 31,44% afirmavam que desconheciam a atuação do sindicato, e que nada podiam dizer sobre ele já que nunca haviam presenciado sua atuação. Apenas 30,41% dos operários entrevistados consideraram a atuação da entidade boa ou satisfatória, e nenhum a considerou ótima. Se somarmos aqueles que consideram péssima e ruim com os que não souberam avaliar, parece-nos lógico concluir que para

---

<sup>96</sup>Ainda que Wilmar Gomes dos Santos, presidente da entidade, faça falas e declarações em nome da federação.

maioria dos trabalhadores entrevistados não existe uma relação de representatividade pela direção do sindicato.

**Gráfico 34:** Avaliação do SINTRAPAV-PA - UHE de Belo Monte

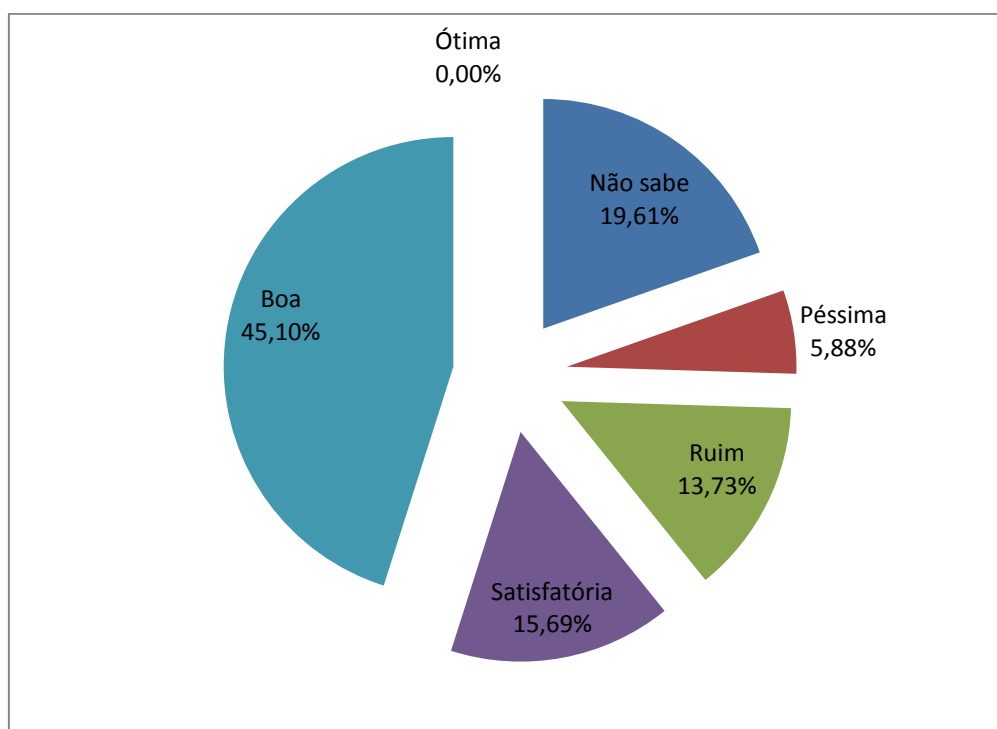


Já no caso dos operários de Jirau e Santo Antonio, percebemos que há uma avaliação substancialmente mais positiva da atuação do STICCERO: 60,79% dos questionados avaliam positivamente, ainda que nenhum avalie como ótima. Mas mesmo assim, há um número considerável de trabalhadores que avaliam negativamente ou não sabiam dizer sua opinião, perfazendo 39,21% dos trabalhadores entrevistados. Esta diferença de avaliação dos sindicatos entre os operários de Belo Monte de um lado e Jirau e Santo Antonio, de outro, pode demonstrar que mesmo com a aproximação do



sindicalismo cutista com a Força Sindical, ainda há uma melhor aceitação do sindicato filiado à CUT.

**Gráfico 35:** Avaliação da atuação do STICCERO - UHE de Jirau e Santo Antonio



Também entrevistamos o “outro lado” para aprofundar nosso entendimento sobre essa questão. Segundo o Diretor do SINTRAPAV-Pa da Sub-sede de Altamira, Renato, a insatisfação dos trabalhadores decorreria de uma incompreensão da realidade ou algo como um descontentamento crônico por parte dos trabalhadores. Contudo, estes benefícios que, segundo ele, foram conquistados pela atuação do sindicato, estão ligados aos processos de mobilizações na obra; ora, apenas 9,63% dos entrevistados responderam que a direção do sindicato negociou com o consórcio ou dirigiu todo o

processo, como demonstramos no Gráfico 3. Contudo, a direção do sindicato pode reivindicar as conquistas das greves porque, conforme vimos no debate sobre estrutura sindical, o sindicalismo de Estado permite essa apropriação, já que o sindicato é o representante legal da categoria. Ao ser questionado sobre a atuação do sindicato, Renato nos disse, em entrevista realizada em 26/6/2014:

(...)no decorrer de toda essa obra, todos os benefícios que trouxemos para eles, vale-alimentação era 80 reais, hoje ta 260, baixada sempre foi seis meses e agora conseguimos baixar pra três. A hora extra aqui era 50%, hoje a hora extra é 60%, então tem uma gama de benefícios que nós trouxemos do acordo coletivo de trabalho, que é nosso acordo. Esse acordo é o que rege a obra e através desse acordo nos conseguimos trazer uma quantidade de benefícios pra eles muito grande, apesar deles se sentirem insatisfeitos, deles... Mas a realidade não é o que eles dizem, a realidade é que o trabalho é feito, o Ministério Público constatou que o trabalho é feito, que ele existe e por esse motivo deve ter contribuição [sindical obrigatória a todos trabalhadores]

Desta forma, se partimos da ideia presente em Hobsbawm de que a explosão de raiva dos movimentos quebradistas dos séculos XVIII e XIX é resultado das condições de precariedade e elevada exploração, conjuntamente com a baixa ou inexistente organização sindical, podemos extrapolar que estes também são os motivos que levam os trabalhadores das obras de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio a adotarem esse repertório.

### **3.3 A adoção do repertório**

Analisemos novamente o cenário que se apresenta a estes trabalhadores: de um lado participam da construção de três das principais obras do Brasil no início do século XXI; a centralidade destas obras é notória no projeto de desenvolvimento implementado pelos governos petistas através do PAC; soma-se a isso a ideia de que nesse tipo de obra é possível “fazer a vida”, ou seja, milhares de trabalhadores saem de suas cidades em busca de guardar dinheiro através de horas-extras. Contudo, ao chegar lá, se sentem verdadeiramente vilipendiados devido à impossibilidade de fazer as horas-extras, reclamam constantemente de erros no contracheque com descontos indevidos, o ritmo de trabalho é elevado, tornando cada vez mais penosa a execução do próprio trabalho, e, por fim, deve-se levar em conta o afastamento da família como um elemento de desgaste do trabalhador. Ao perceber esta situação de contradição entre a imagem criada pela propaganda e sua situação de fato, o trabalhador não tem onde procurar ajuda ou mesmo se organizar para executar ele mesmo a transformação das condições de trabalho

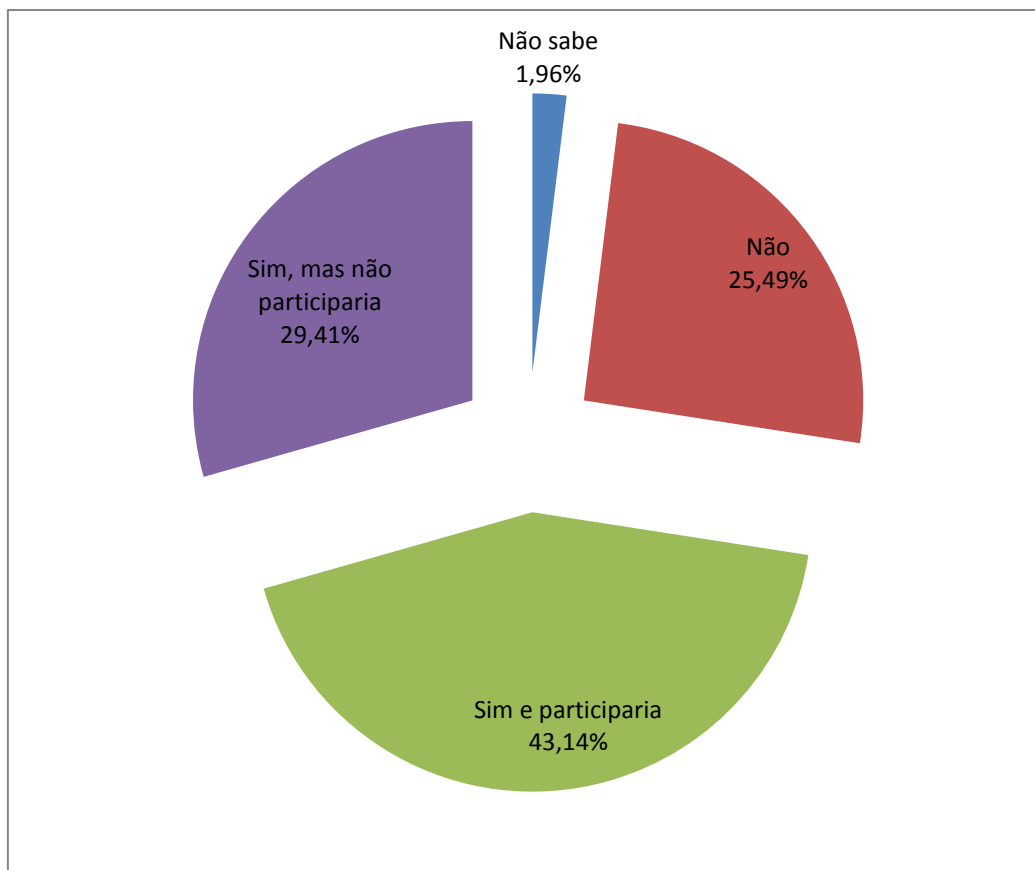
e vida nos canteiros, afinal o sindicato pouco existe e não está ali pra defender a categoria, mas sim buscar “*o equilíbrio entre o capital e trabalho*”<sup>97</sup>

Desta forma, aqueles trabalhadores, na sua maioria sem experiência em outros movimentos, seja sindical, social ou partidário, ao perceberem a contradição em que se encontram rompem em explosões de fúria e destruição, sem perceber que o confronto político dos trabalhadores na forma da rebelião contra o capital, sem o apoio do sindicato, muitas vezes fora da data-base, sem uma pauta concreta de reivindicação, algumas vezes utilizando da destruição de máquinas e estruturas das obras, não é o melhor repertório a ser adotado. Afinal, quando questionávamos os trabalhadores sobre a aprovação das greves ao aplicarmos o questionário, muitos operários relatavam apoiar as greves, porém não apoiavam os “quebra-quebra”. Portanto, é perceptível que a utilização destas táticas seja resultado da prevalência da consciência espontânea naqueles trabalhadores, mesmo nas suas lideranças, isto é, não há setores que possam assumir o papel da direção desses movimentos, cumprindo a necessidade de formular reivindicações, prever o momento favorável e perceber através de experiências anteriores as melhores táticas a serem adotadas (LÊNIN,1978, p.24).

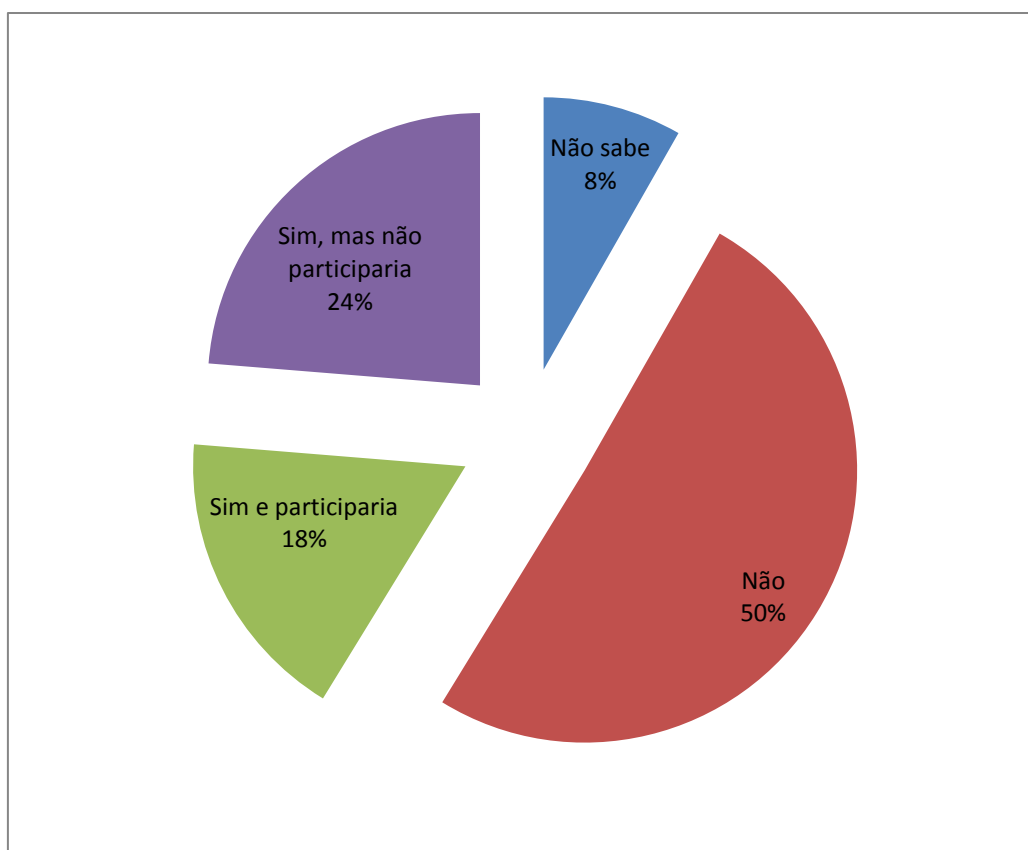
**Gráfico 36:** Respostas a pergunta: "Considera certo fazer greve na obra?" - UHE de Jirau e Santo Antonio

---

<sup>97</sup> Conforme declaração de Roginel Gobbo, vice-presidente do SINTRAPAV-PA ao ser questionado sobre o objetivo do sindicato ao representar estes trabalhadores, em 28/5/2014



**Gráfico 37:** Resposta a pergunta: "Considera certo fazer greve na obra?" - UHE de Belo Monte



Além disso, as constantes e vitoriosas greves ocorridas no setor da construção civil brasileira no último período, principalmente em obras do PAC, estão criando uma memória política nestes trabalhadores. Por exemplo, segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (FENATRACOP), em 2012 mais de 500 mil trabalhadores do setor da construção fizeram greve<sup>98</sup>. Estas ocorreram em vários estados do país, portanto, podemos perceber que estes trabalhadores estão se tornando uma categoria com histórico de mobilizações. Assim, os trabalhadores de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio possuem a memória de várias mobilizações vitoriosas pelo Brasil, sejam as de Fortaleza, de Suape, COMPERJ ou Belém. Além disso, a partir da experiência da adoção de um repertório violento pelos trabalhadores nas obras da UHE de Jirau em 2011 e a conquista parcial do que estava sendo reivindicado, os trabalhadores de outras localidades, como Belo Monte, podem ser influenciados a seguir mesmo tipo de repertório.

Além dessa retomada da ação coletiva através da greve pela categoria dos trabalhadores da construção civil nacionalmente, a memória política pode nos ajudar a entender melhor mais um elemento dos confrontos estudados por nós, o recurso ao

<sup>98</sup>Fonte: <http://economia.terra.com.br/construcao-501-mil-trabalhadores-fizeram-greve-em-2012,7f4869aef6790410VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acessado 28/11/14

repertório violento. É recorrente a manifestação dos operários da construção civil através da destruição de alojamentos, refeitórios e outras estruturas da obra, desde as obras de construção de Brasília, como demonstram Ribeiro (2008) e Souza (1983) ou nas obras do metrô do Rio de Janeiro em 1979, como exposto por Valladares (1981). Contudo, assim como a própria manifestação grevista do setor não era tão presente quanto hoje, estes confrontos violentos ocorriam de forma esporádica e não tão sistemática, diferentemente do que aconteceu em Jirau e Belo Monte.

Portanto, parece-nos válido supor que a recorrência a um repertório violento deva-se, principalmente, pelo sucesso no campo econômico dos confrontos em 2011 em Jirau, através dos quais, os operários conseguiram que suas reivindicações fossem atendidas, além de terem repercussão nacional. A partir disto, ao perceberem que lhes apresentavam a possibilidade de melhorias nas condições de vida e trabalho no canteiro de obras através da utilização daquele repertório de ação, os trabalhadores tanto de Jirau, quanto de Belo Monte, recorreram outras vezes à violência como maneira de aumentar seu poder de barganha perante o opositor, tanto em ameaças, quanto através da ação destrutiva e violenta efetivamente.

Se acrescentamos a este isso o fato que os trabalhadores da construção civil têm em seus *ethos* a característica de girar, é plenamente possível que quando do primeiro confronto nas obras de Belo Monte em novembro de 2011, existiam trabalhadores que tinham trabalhado em Jirau e participado das mobilizações ocorridas em março e abril desse mesmo ano. Como aponta o trabalhador de Belo Monte, Waldir: *“Tinha nego que tava lá nesse quebra-quebra que era daquela outra obra de Porto Velho, de Jirau. Nego que veio de lá. Tinha outros que se conheciam de lá do Jirau”*<sup>99</sup>.

Portanto, se percebemos que a utilização deste repertório é resultado da baixa experiência anterior desses trabalhadores em outros movimentos sociais, e sabemos que os agentes políticos só recorrem novamente a repertórios se os consideram eficientes, é necessário discutirmos a eficiência e as consequências da utilização destas táticas. Hobsbawm vai dizer o seguinte sobre os movimentos quebradistas estudados por ele:

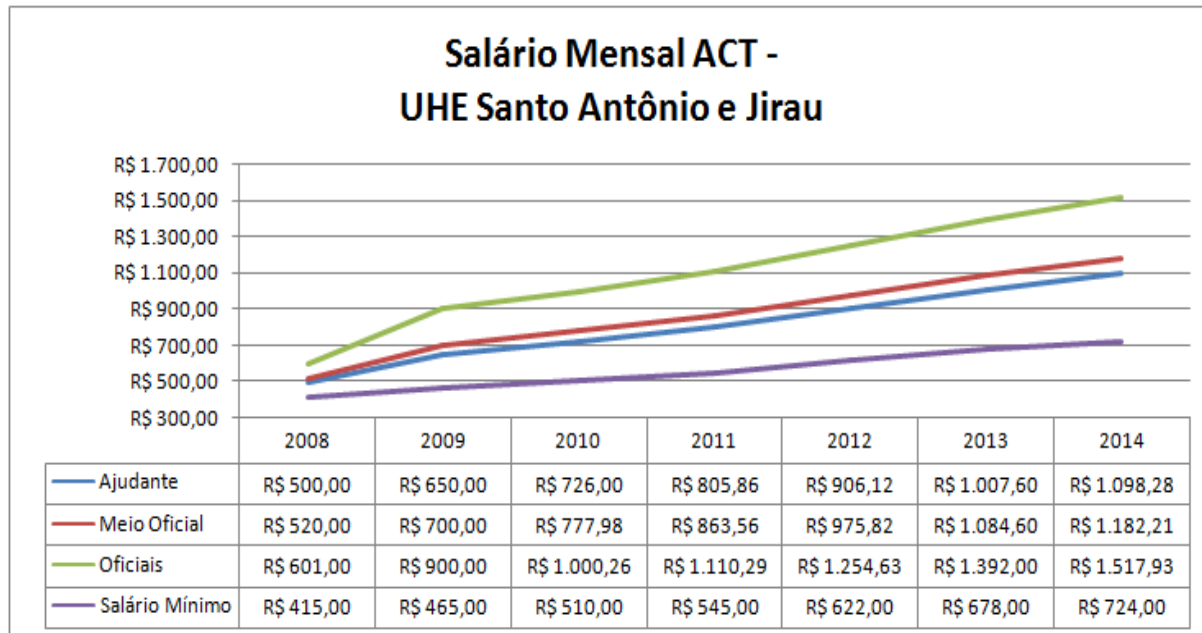
Penso ser justo dizer que negociar coletivamente por intermédio da revolta era tão efetivo quanto qualquer outro meio de aumentar a pressão sindical, e provavelmente mais efetivo do que outros meios possíveis antes da era dos sindicatos nacionais para grupos como tecelões, marinheiros e mineradores. (HOBBSAWNM 1952, p.66)

---

<sup>99</sup>Nome fictício de ferreiro da obra da UHE de Belo Monte, entrevistado em 20/02/2012.

Podemos ter duas perspectivas sobre como avaliar a eficiência destes confrontos: a primeira é econômica, nisto percebemos que estes trabalhadores conquistaram suas reivindicações utilizando destas técnicas, sendo assim a resposta é que o repertório espontâneo e muitas vezes violento é efetivo neste tipo de confronto político. Afinal, no momento anterior às mobilizações a condição de trabalho e vida destes trabalhadores era efetivamente inferior e sofriam maior exploração e opressão por partes dos consórcios. Podemos dar exemplos tanto em ganhos na renda destes trabalhadores, como demonstrado nos gráficos a seguir, quanto também na condição de trabalho e vida no canteiro de obras. Se em um primeiro momento os relatos são de insalubridade no trabalho e nos alojamentos, após a diminuição da ocorrência de confrontos a avaliação dos operários sobre as estruturas dos canteiros de obra é positiva<sup>100</sup>. Mesmo aqueles que participaram de greves consideram as condições de vida nos canteiros muito boas, por exemplo, uma das lideranças, Chico, da última greve de Jirau, Abril de 2013, ao ser questionado sobre a sua avaliação sobre as estruturas da obra, como alojamento, refeitório, estruturas de lazer, responde desta forma: *“Perfeito. Sobre esses negócios era tudo perfeito. O problema era o que a gente reivindicava, o salário e a cesta...”*<sup>101</sup>

**Gráfico 38:**



**Gráfico 39:**

<sup>100</sup>Como demonstra o gráfico 1 já citado anteriormente.

<sup>101</sup>Entrevista realizada em 6/7/2014

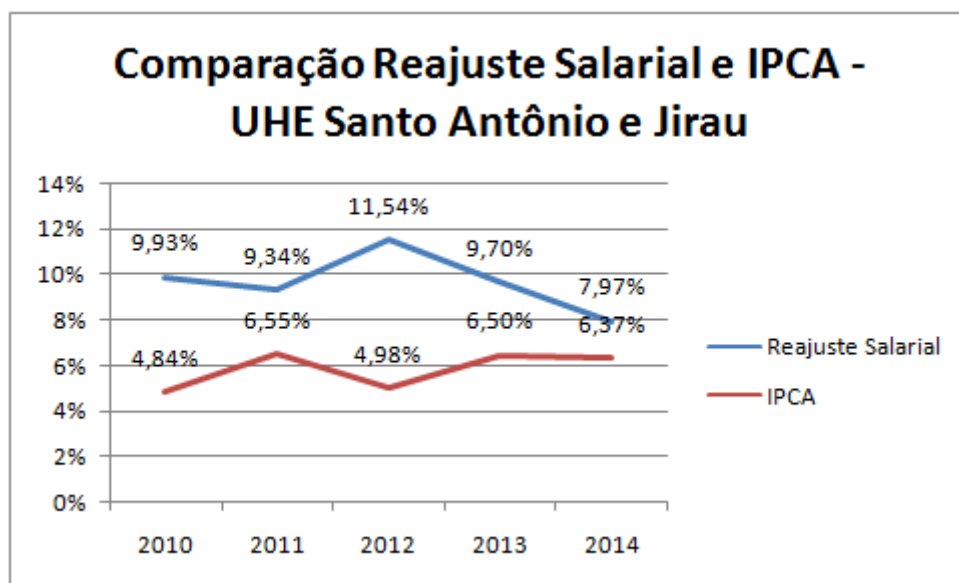
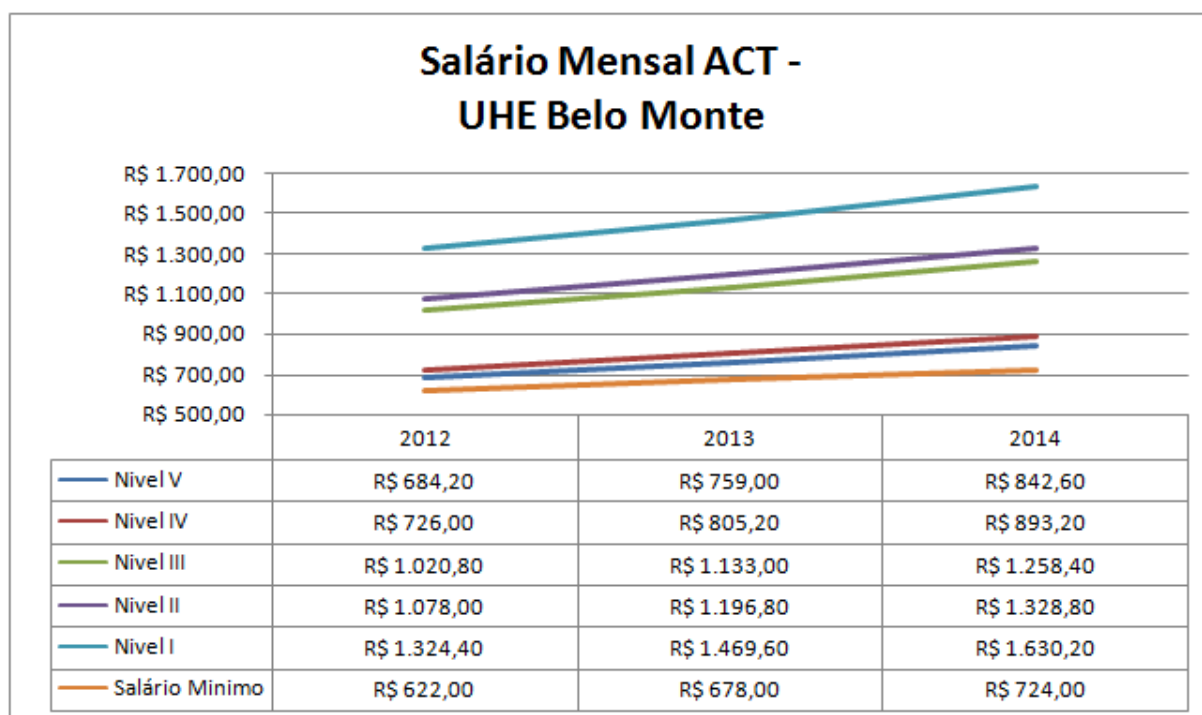


Gráfico 40



A efetividade é comprovada quando percebemos que há a recorrência deste repertório em momentos diferentes, mas também há utilização do repertório por inspiração de confrontos precedentes realizados em outras obras. Isso é o que chamamos de *memória política*, conceito desenvolvido por Sidney Tarrow, como vimos no instrumental teórico, para indicar como a história particular de um grupo é constituída por um *background* que os trabalhadores trazem de seus antecessores. Devemos ter claro que só as táticas que demonstram determinado grau de sucesso serão inscritas na memória políticas destes trabalhadores. Então, se os trabalhadores de Jirau



utilizaram-se da destruição de máquinas, queima de alojamentos e outras estruturas do canteiro de obras e conquistaram suas reivindicações, os operários de Belo Monte alguns meses depois também se utilizaram desse repertório, com o mesmo grau de sucesso. Neste caso, há uma transferência geográfica desse *background*, mas ainda dentro de uma mesma categoria como o “peão-de-trecho”. Foi observado por todos aqueles com quem tivemos contato, seja da empresa, sindicato ou trabalhadores, que houve a participação de operários da greve de Abril e Maio de 2012 na UHE de Jirau na greve de novembro de 2012 na obra da UHE de Belo Monte, e em ambas ocorreram “quebra-quebras”.

Se no campo econômico podemos perceber que a utilização deste repertório é efetiva, se pensamos no campo político de organização da categoria não pode se dizer o mesmo. Afinal, tirando exceções que serão tratadas a seguir, os confrontos políticos marcados pela espontaneidade e violência não resultaram em saldo organizativo para os trabalhadores envolvidos. Poderíamos considerar que teria ocorrido um saldo organizativo positivo para estes trabalhadores se, a partir destas mobilizações, se conseguisse criar instrumentos capazes de dar uma resposta à ausência de organização sindical e política vivida por esta categoria. Isto é, grupos sindicais capazes de disputar a direção dos sindicatos envolvidos e estabelecer uma nova direção mais combativa, ou mesmo a formação de sindicatos paralelos, ou até mesmo a formação de grupos sindicais para a simples organização dos trabalhadores, sem a necessidade da disputa do aparato sindical.

Além disso, na contramão do cenário político nacional, que vive uma ascensão das lutas sociais pós-junho de 2013 com as mobilizações contra as injustiças da Copa do Mundo, greves como dos Garis do Rio de Janeiro, Metrô em São Paulo, após as mobilizações do mesmo ano não ocorreram outras greves nos canteiros de obras das Usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Ou seja, em uma nova conjuntura, na qual categorias até então pouco mobilizadas saíram às ruas em greves e conquistaram vitórias importantes<sup>102</sup>, os operários da construção destas UHE, que antes aparentavam ser a vanguarda da luta dos trabalhadores, não se mobilizaram por suas reivindicações ainda necessárias.

É possível considerar que as sucessivas manifestações dos trabalhadores parecem ter surtido efeito na qualidade das estruturas das obras, principalmente as

---

<sup>102</sup>Não há exemplo melhor do que a histórica greve dos Garis do Rio de Janeiro.  
<http://oglobo.globo.com/rio/acordo-entre-prefeitura-garis-poe-fim-greve-da-categoria-11825512>

condições de vida e trabalho, que parecem ter melhorado após as obras atingirem 50% de conclusão. Pode-se creditar uma parcela dessa melhoria à pressão exercida pelas constantes greves nos canteiros de obras, mas também à simples ameaça, por parte dos trabalhadores ou mesmo dos sindicatos envolvidos, de se recorrer a novas paralisações.

Como dissemos há dois casos que fogem a esse padrão de greves com rebeliões operárias: os que são classificadas por nós como greves tradicionais, que se caracterizam pela existência de uma liderança capaz de analisar a conjuntura e tomar as melhores decisões a partir desta análise. Curiosamente, esses dois casos correspondem à primeira greve acontecida em Jirau, em 2009 e 2013, e à última em Belo Monte, 2013, sendo que a origem dessas direções é distinta.

Como já relatado, na UHE de Santo Antonio havia indivíduos com experiências anteriores no movimento sindical, através do Sindicato de Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Rondônia (SITTRAR), que trabalhavam na obra como motoristas de ônibus e outros veículos. Ao perceberem que o STICCERO era um “sindicato de gaveta”, utilizaram-se da Justiça do Trabalho para reorganizar o sindicato. Com isso a justiça instituiu uma junta governativa, na verdade formada por uma pessoa, Anderson Machado, que deveria cumprir o papel de reorganizar e fazer uma eleição para a nova direção do sindicato. Contudo, ainda nos primeiros meses de administração, Anderson e estes trabalhadores perceberam que havia a necessidade e espaço para realizar uma greve na categoria, e assim o fizeram. Nesta greve, não houve destruição de máquinas ou de qualquer estrutura das obras, e os trabalhadores ainda conquistaram todas as suas reivindicações depois de 4 dias de greve. Aqueles trabalhadores que foram atrás da Justiça do Trabalho foram os mesmos que participaram com Anderson como líderes da greve e conquistaram legitimidade frente à categoria, passando a representá-la, e constituindo uma chapa que veio a vencer as eleições para a direção do STICCERO.

Já no caso da greve de Abril de 2013 na UHE de Belo Monte, através da existência de operários com experiência de organização no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Mobiliário de Belém (STICMB), foi solicitada a participação de um dos diretores deste sindicato para a organização e representação dos trabalhadores em greve, o Zé Gotinha, como já relatado. Neste processo de mobilização não houve destruições e os grevistas ainda relataram defesas de estruturas como o refeitório, que continuou funcionando normalmente durante a greve. Ao contrário de

outras mobilizações, não houve vitórias econômicas, contudo os operários que foram os mais atuantes, após serem demitidos, voltaram com Zé Gotinha para Belém e lá se organizaram através do STICMB e da CSP-Conlutas.

Pode-se perceber que quando há trabalhadores com experiências em movimentos sociais anteriores, os processos de confrontos políticos resultam em duas situações diferentes dos confrontos com rebelião: primeiro não há movimento quebradista e, segundo, há saldos políticos-organizativos. Portanto, no primeiro exemplo acima citado, a greve de 2009 na Usina de Jirau, além do saldo econômico positivo, através da conquista das pautas reivindicadas<sup>103</sup>, houve também saldo político, afinal o STICCERO deixou de ser um “sindicato de gaveta” e passou a ter uma direção sindical com respaldo e representatividade na categoria. Já no caso da última greve em Belo Monte, não houve conquistas econômicas, contudo ocorreram ganhos políticos através da organização daqueles trabalhadores em outro sindicato e através de uma central sindical.

É possível observar que a não ocorrência de acúmulos políticos e organizativos, na forma de entidades capazes de organizar e defender os trabalhadores, resulta em derrotas também no campo econômico. Afinal, por mais justas que sejam as reivindicações dos trabalhadores em todos os momentos das obras e mesmo que elas sejam atendidas após as greves com rebelião, a primeira consequência do confronto dos trabalhadores com os consórcios é a demissão de todos os envolvidos, mesmo aqueles que não participaram da greve. Ou seja, se houvesse a disputa sistemática da direção do sindicato, a criação de outro ou mesmo a organização em uma entidade diferente, seria possível a defesa dos demitidos através do direito a greve que todo trabalhador possui.

A percepção de que um processo de confronto político deva ser analisado para além dos ganhos materiais, principalmente se olharmos para os confrontos entre capital e trabalho, decorre exatamente da percepção de que à classe trabalhadora não bastam apenas as conquistas econômicas imediatas. São igualmente importantes os saldos políticos que possam levar a um aumento da organização coletiva destes trabalhadores, possibilitando a criação de novas (ou mesmo, velhas) formas de organização que

---

<sup>103</sup>O Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre o STTICE-RO e o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de Rondonia previa os seguintes pisos salariais: Servente R\$500,00, Meio-Oficial R\$520,00 e Oficial R\$640. Já os ACT firmados entre o STTICE-RO e o Consórcio Santo Antonio Civil e a Camargo Corrêa S/A, responsáveis pelas obras, estabeleciam para as mesmas funções em 2009: respectivamente, R\$650,00, R\$700,00 e R\$900,00. O que representa um aumento de 30% para os ajudantes, 34,61% para Meio Oficial e 49,75% para Oficiais, ou seja, um aumento médio de 38,80%, 32,9% acima da inflação.

possam favorecê-los na busca pela superação da situação de elevada exploração e opressão às quais são submetidos nestes canteiros de obras.

### **3.4 Conclusão**

Neste capítulo tivemos por objetivo entender por que os trabalhadores das obras de construção das UHE de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte se organizaram por fora do sindicato, de forma espontânea e com repertório violento. Através da revisão bibliográfica e de elementos colhidos na pesquisa de campo, como entrevistas com os envolvidos nestes confrontos políticos e a aplicação de questionários aos operários de Belo Monte.

A adoção de determinado repertório pelos “peões-de-trecho”, neste caso, é muito influenciada pela estrutura sindical e, como esperamos ter demonstrado nos apoiando no desenvolvimento de Boito (1991), no Brasil se tem um sindicalismo de Estado. Assim, os sindicatos oficiais funcionam como aparatos subalternos no Estado brasileiro, e têm como objetivo a desorganização e desmobilização da classe trabalhadora, através da investidura sindical pelo Estado, unicidade e Imposto Sindical, elementos que tornam a direção sindical independente dos trabalhadores que deveriam representar.

Para entendermos o que levou os trabalhadores a utilizarem deste tipo de repertório, devemos retomar a classificação dos dois tipos de confrontos políticos que encontramos ao analisarmos o que aconteceu nestas obras. Portanto, como dito na introdução, percebemos que os confrontos políticos neste caso se dividem em basicamente em dois grupos, o primeiro chamamos de *greves com rebeliões operárias* que se caracterizam basicamente pelo seu caráter espontâneo, pela pauta majoritariamente de viés econômico, as lideranças dos movimentos são na sua maioria inexperientes em outros movimentos sociais e sindicais, e também pelo recurso ao repertório violento em alguma das vezes.

Na verdade, o segundo grupo de confrontos políticos presentes nestas obras caracteriza-se mais como exceções, afinal em um total de sete confrontos, apenas dois são classificados por nós como *greves tradicionais*. Contudo, a importância para entender elementos centrais deste cenário faz com que seja necessária a diferenciação em um grupo de confrontos políticos diferentes. Estas greves se diferenciam das greves com rebeliões por também não possuírem a participação da direção do sindicato responsável pela representação da categoria, mas ao mesmo tempo participaram lideranças experimentadas em outros movimentos sindicais. Se utilizamos do conceito

de movimentos espontâneos de Gramsci, podemos dizer também que acontecem de maneira relativamente espontânea. As pautas reivindicadas pelos trabalhadores também continuam econômicas. Por fim, nestas greves não há a utilização do repertório violento pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que houve saldos político-organizativos para a categoria e para setores da vanguarda dos movimentos.

De maneira geral, os confrontos políticos envolvendo a luta entre trabalhadores e patrões são caracterizados por ser a expressão da situação de desigualdade entre as condições de trabalho e salário e o lucro dos proprietários dos meios de produção, nas palavras de Antunes, a greve “*expressa um momento de rebeldia do trabalho frente à dominação do capital*” (ANTUNES, 1988, p. 189). Desta forma, todos os autores tratados ao longo do trabalho, desde Marx, Engels e Lênin até os estudiosos das greves selvagens nos EUA, entenderam a greve como um momento no qual os trabalhadores se opõem às condições de trabalho, vida e salário impostas a eles, ou seja, a greve é a luta de resistência dos trabalhadores à opressão e exploração cotidiana nos ambientes de trabalho.

Esta definição do que leva os trabalhadores a desencadear uma greve pode ser utilizada tanto para aquelas que são gestadas e dirigidas através da direção do sindicato, até as greves com rebeliões operárias tratadas por nós, portanto, é necessário entendermos quais são as condições pelas quais passam os operários em cada situação para compreendermos o que os leva a se rebelarem mesmo em condições sindicais adversas.

Marx, Engels e Lênin, assim também como Thompson e Hobsbawm, afirmam que os movimentos espontâneos e quebradistas do século XIX são resultado das relações no local de trabalho e incipiência do movimento sindical. Assim, os operários que se sentiam continuamente vilipendiados pelos patrões, não possuíam nenhuma experiência ou forma de representatividade consolidada para colocar suas necessidades e reivindicações, ao chegarem ao máximo da sujeição explodiam em ondas de fúrias contras as máquinas e patrões.

Contudo, as formas de luta e sua eficiência não eram, segundo estes autores, as melhores possíveis; o que nos leva a perceber que estes tipos de confrontos capital/trabalho são resultados da ausência de experiências anteriores no seio da classe trabalhadora. Devido a este fato, os operários se rebelavam da forma que lhes primeiro

vinha à mente, sem elaborar politicamente acerca de táticas e pautas a serem adotados para buscar aumentar a probabilidade de se atingir os objetivos.

Ao analisarmos as condições colocadas aos trabalhadores das obras em questão perceberemos que em muito se assemelham às descritas pelos autores ao debaterem os movimentos quebradistas no início do processo de industrialização. Sendo assim, a situação de opressão e exploração no canteiro de obras se evidencia quando analisamos questões como da segurança do trabalho, salários baixos, excessivas horas-extras, ritmo de trabalho extenuante, erros de pagamento, entre outros problemas relatados pelos operários. Soma-se a isso fatos de natureza econômica, principalmente os salários, sobre os quais os trabalhadores sentem um descompasso com relação ao volume de dinheiro gasto na execução da obra e o lucro das empresas construtoras. Além das constantes reclamações da existência de uma diferença substancial entre o que lhes é prometido nas cidades de origem com o salário pago de fato quando chegam nas obras.

Nesta situação, ao tentarem se proteger e lutar por melhorias nas suas condições de vida e trabalho, os operários encontram um sindicato altamente burocratizado e distante da categoria, o qual não se coloca como agente que possa organizar a defesa dos trabalhadores, mas na verdade comporta-se mais como correia de transmissão das construtoras, facilitando a aceitação de medidas patronais por parte dos trabalhadores. Portanto, as vias tradicionais de organização e reivindicação estão bloqueadas pelo sindicalismo de Estado que dificulta a manifestação dos operários por estas vias. Assim, os operários ao atingirem o limite da exploração e opressão no canteiro de obras, explodem em formas espontâneas de manifestação e essas formas constituem a memória política presente em suas consciências.

Estabelece-se, assim, a conexão entre os dois conceitos que empregamos ao longo do trabalho, consciência espontânea e memória política. O primeiro, desenvolvido por Lênin, que afirma ser o momento em que a classe trabalhadora percebe que o regime que a oprime não é eterno e passa a sentir a necessidade de resistir coletivamente, contudo ainda não percebe que para a sua libertação é necessário a destruição da burguesia. Já o segundo, desenvolvido por Tarrow, é entendido como a história particular de um grupo, isto é aquele *background* que os trabalhadores recebem de seus antecessores, o grupo contencioso agirá a partir desta memória, repetindo e reinventando a partir das táticas, repertórios e as reivindicações que foram utilizadas por seus antecessores políticos.

A partir disso, entendemos que os trabalhadores se manifestam a partir daquilo que está inscrito em suas memórias, contudo, a inexperiência da maioria dos trabalhadores em movimentos sociais, por sucessivos anos de redução das mobilizações nas últimas décadas, pela baixa tradição grevista do setor da construção civil, e, ao nosso ver principalmente, pela ausência de indivíduos que possam se comportar como lideranças conscientes dos movimentos, ao partirem para o confronto estes operários se utilizam de repertório há muito superado pelo movimento operário.

Passada a discussão acerca dos motivos que levam estes trabalhadores a se manifestarem nos moldes expostos acima, fez-se necessário discutirmos a eficiência destes movimentos, ou seja, ao se manifestarem sem lideranças com experiência anteriores, de forma altamente espontânea e, algumas vezes, através de um repertório violento, estes trabalhadores conseguiram atingir seus objetivos? Para responder a esta questão levamos em conta que existem duas perspectivas sobre a análise da eficiência, a primeira no campo econômico e em seguida, no campo político.

Desta forma, se primeiramente analisamos o campo econômico, isto é, as conquistas de aumentos salariais, melhorias nas condições de alojamento e trabalho, além de toda uma gama de direitos conquistados nas obras, como o direito as baixadas a cada três meses, devemos concluir que este modo de agir coletivamente e o repertório adotado possui uma eficiência positiva. Afinal, os trabalhadores conquistaram aumentos salariais significativos, os alojamentos melhoraram consideravelmente, ou seja, todas as suas reivindicações foram atendidas.

Contudo, se analisamos o campo político, ou seja, a capacidade destes movimentos resultarem em saldos político-organizativos, concluimos que os confrontos analisados por nós não resultaram em novas formas de organizações, como a criação de grupos sindicais que pudessem disputar a direção do sindicato ou criar um sindicato paralelo. Devemos perceber que esta ineficiência no campo político limita as conquistas no campo econômico, afinal por não criarem alternativas sindicais que pudessem defendê-los, em todas as greves analisadas por nós, os grevistas foram demitidos. Ou seja, os aumentos salariais conquistados ficaram para outros trabalhadores e não para aqueles que se confrontaram com os consórcios construtores.

Se partirmos do princípio que o campo econômico é apenas uma etapa da luta dos trabalhadores, aquela mais imediata e inicial, e que os trabalhadores só terão a possibilidade de emancipação efetiva na sua luta pela destruição do sistema capitalista,

este objetivo final passa exatamente pela criação de entidades, nesse caso, sindicais que possam representá-los, defendê-los e organizá-los enquanto categoria e classe. Por isso, de maneira geral consideramos que os meios utilizados pelos operários não são eficientes para as necessidades colocadas a eles.

Porém, devemos lembrar-nos de uma ressalva feita por Ricardo Antunes sobre as greves espontâneas de 1978, “*O ato de fazer greve já era, em si, uma estupenda vitória*” (ANTUNES, 1988, p. 189), afinal ali ressurgiu o movimento operário brasileiro que passava por tempos sombrios desde 1964. Acreditamos que esta conclusão pode ser colocada para as greves analisadas neste trabalho, o simples fato de se manifestarem, de se rebelarem, de questionar a ordem estabelecida já é uma vitória para todos os trabalhadores, envolvidos nas obras ou não. Em uma situação adversa, os operários de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, ousaram lutar e correram o risco de vencer. Mesmo que hoje aqueles operários não estejam organizados em sindicatos, centrais sindicais e partidos (o que é fundamental para avaliação do movimento), antes do histórico junho de 2013 e da Greve dos Garis do Rio de Janeiro de 2014, os operários responsáveis pela construção destas usinas hidrelétricas ensinaram alguns dos caminhos que devem ser traçados para a superação das barreiras que impedem a organização e manifestação dos trabalhadores. Tão importante quanto é o fato de que hoje a situação de trabalho e vida nos canteiros de obras são significativamente diferente do que eram antes dos processos de greves.

## **CONCLUSÃO**

Antes que milhões de jovens e trabalhadores saíssem às ruas nas “Jornadas de Junho” em 2013 e o Brasil fosse tomado por greves em 2012 e 2013, recolocando os



movimentos sociais nas capas dos noticiários do Brasil e iniciando um processo de instabilidade dos governos em todos seus níveis, os anos de 2011 e 2012 foram marcados pelas mobilizações dos operários da construção civil do país. Em todos os cantos, operários mobilizavam-se e decidiam pela paralisação de grandes projetos, nas obras das usinas hidrelétricas do norte do Brasil, nos estádios da Copa do Mundo de Futebol de 2014, nas obras dos complexos de SUAPE, COMPERJ, em obras de portos e aeroportos por todo o país.

Ao longo desta pesquisa buscamos entender esses movimentos através da análise dos confrontos políticos ocorridos nas obras das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte entre 2009 e 2013, a partir do entendimento dos motivos que levavam que os trabalhadores se mobilizassem da forma como fizeram, isto é, por fora do sindicato, de forma espontânea e na maioria dos casos sem uma direção nítida, e algumas das vezes adotando tática como a destruição de máquinas e incêndios de estrutura dos canteiros, o que nos levaram a caracterizá-las como greves por rebelião operária. Desta forma, nesta conclusão retomaremos os elementos que podem ter levado os trabalhadores a se mobilizarem, e, a partir da elaboração de Tarrow (2009), aqueles fatores que podem ter funcionando como oportunidades ou restrições políticas para que os “peões-de-trecho” decidissem pela greve.

Um primeiro conjunto de fatores desencadeadores diz respeito às relações de trabalho, como a permanência de um regime despótico fabril nos canteiros de obras. Assim, os operários são coagidos a vender a sua força de trabalho nas condições fixadas pela burguesia, através da exacerbação da vigilância e autoritarismo, que nas obras se dão pela rígida estrutura hierárquica imposta aos trabalhadores e pela presença constante de forças repressoras do Estado, como a Polícia Militar (PM) e Força de Segurança Nacional (FSN); intensificação da extração da mais-valia absoluta, atingida através da demanda por horas-extras, aumento do ritmo de trabalho, pelos desvios de função e pela elevada rotatividade no emprego na construção civil; e, principalmente, pela a unidade entre a reprodução da força de trabalho e processo de produção, afinal os “peões-de-trecho” parecem migrar para as obras exatamente por serem uma parcela da classe trabalhadora desprovida de direitos, como carteira assinada, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego.

Um segundo elemento detonador dessas mobilizações são as características dos “peões-de-trecho”: o objetivo de “fazer a vida” faz com que sejam obstinados em

atingirem maiores rendimentos, para isso podem fazer muitas horas-extras, mas quando rompem com essa ideia de ascensão social, também podem fazer mais greves. Soma-se a esse fato a diferença entre a expectativa de salário que estes trabalhadores tem ao irem trabalhar nas obras, alimentada por outros trabalhadores, ou encarregados e agenciadores que cooptam mão-de-obra nas cidades de origem; portanto, trazemos relatos que afirmam que foram para a obra esperando mais do que recebiam de fato e que isso gerava um descontentamento muito grande por parte dos trabalhadores.

Percebemos ao longo da pesquisa de campo que muitos operários relatavam o descontentamento com contradições que percebiam na realização destas obras, ou seja, as maiores obras do principal programa dos governos federais, com valores sempre na casa dos milhões e bilhões, representando lucros nunca antes alcançados pelas construtoras, e de outro lado, os trabalhadores que morriam, sofriam acidentes, e se desgastavam em troca de um salário insatisfatório.

Também foi constante a percepção dos canteiros de obras como verdadeiras prisões, nos quais os trabalhadores estavam confinados, com seus direitos e liberdades cerceados, além dessa, ser uma característica dos grandes projetos como observa Ribeiro (1991 e 2008), nas obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte essa situação era intensificada pela vigilância constante de aparelhos como a FSN e PM nos canteiros de obras. A percepção desta situação, fez com que Ribeiro caracterizasse os acampamentos dos grandes projetos como “instituições totais”, que são aquelas que controlam quase a totalidade do tempo daqueles que estão internos as barreiras colocadas ao mundo externo. Ao fazer isso, Ribeiro percebe que essa situação provocada pelas construtoras tem por objetivo ampliar a exploração através do controle sobre o trabalhador. O que mais uma vez faz com que a relação de trabalho nestas obras sejam mais desgastantes ainda.

Portanto, este conjunto de elementos torna a experiência de trabalhar neste tipo de obra extremamente alienadora e mais desgastante do que as relações de trabalho normalmente encontradas sob o modo de produção capitalista. Ao enfrentar tal situação não restam muitas opções aos trabalhadores, são elas: o consentimento, a demissão individual e, por fim, a revolta contra estas condições. Contudo, se estas condições são relativamente constantes, para saber quando e por que estes operários se mobilizam é preciso entender as oportunidades e as restrições políticas que se apresentam no cenário mais geral para estes trabalhadores.

Desta maneira, percebemos que há, principalmente, duas ordens de fatores que podem funcionar como oportunidades políticas para que os “peões-de-trecho” decidissem pelo confronto. A primeira remete ao cenário econômico vivenciado no país até 2013; a segunda, não necessariamente desconectada desta, é o reaquecimento a e reorganização do movimento sindical. Assim, após um período de fraco crescimento e até de recessão, a economia brasileira vivenciou a partir do segundo mandato de Lula um período de crescimento mais forte, mas ainda nos limites impostos pela ortodoxia neoliberal. Repercutindo em um momento de maior oferta de empregos e redução da taxa de desemprego, ainda que os empregos criados se concentrassem nas faixas salariais mais baixas. Por outro lado, os governos petistas promoveram políticas sociais que conquistaram grande apoio popular, ainda que possamos caracterizá-las como políticas focalizadas e também nos marcos do neoliberalismo.

Conjuntamente e atrelado a este cenário, no início de seu segundo mandato, Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento em Janeiro de 2007, que previa o investimento de quase R\$ 2 trilhões em oito anos. Com o PAC, o país foi marcado por grandes projetos em todo seu território, como as Usinas Hidrelétricas que aqui estudamos, os estádios da Copa do Mundo de Futebol, o programa “Minha Casa, Minha Vida”, estradas, ferrovias, o COMPERJ, o Complexo Industrial de Suape portos e aeroportos, etc. Assim, havia diversas ofertas de trabalhos em grandes obras para os “peões-de-trecho”, afinal estes são caracterizados pela sua capacidade de “girar” pelo país em busca de obras.

Desta forma, em um cenário em que se expande a oferta de empregos em um sentido mais geral, bem como na categoria de modo mais específico, mas continuam se reproduzindo as condições de precariedade, insalubridade e baixos salários de antes, parece-nos viável identificar a abertura de uma oportunidade política para que estes trabalhadores realizassem greves por melhores condições de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras. Afinal, mesmo que fossem demitidos, sabiam que poderiam ter uma nova oportunidade em outras obras pelo país. Além disso, em um momento econômico mais favorável, registram-se conquistas como os aumentos salariais acima da inflação, principalmente na indústria da construção.

Ademais, não foram somente os operários de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte que realizaram greves neste período, mas toda a categoria dos trabalhadores da construção de grandes obras. Assim, é possível perceber que existe uma “memória

política” destes trabalhadores que podem ter vivenciado ou observado greves em outras obras. Esta “memória política” pode ter incentivado a decisão pelo confronto dos operários e também pela adoção de um repertório específico. Como é o caso da relação dos operários que participaram da greve na UHE de Jirau (2011) e na UHE de Belo Monte (2012), em que ambas houve incêndio e destruição de estruturas e máquinas.

O movimento sindical brasileiro vem passando por um período de reoxigenação a partir do fim da década de 2000, tanto através do gradativo aumento do número de greves, atingindo 2050 greves em 2013, quanto o processo de reorganização das centrais sindicais desencadeado com a chegada do PT ao governo federal e implementação da Lei das Centrais Sindicais interferem positivamente no ímpeto de mobilização dos trabalhadores. Com o processo de reorganização na cúpula do movimento sindical, gera-se uma maior disputa pela representação dos trabalhadores, o que pode incentivar tanto que os trabalhadores se movimentem a partir do apoio de uma central que não os representa oficialmente, quanto que as direções oficiais realizem greves por medo de perder a representação. Como podemos perceber, esses elementos influenciam em medidas diferentes o engajamento dos trabalhadores nos confrontos estudados.

Aqueles elementos que são considerados restrições políticas são os que dificultam e diminuem a possibilidade de se mobilizar dos trabalhadores. Alguns deles são recorrentes nas greves operárias em todos os lugares e já são considerados pelos trabalhadores ao decidirem pela mobilização, que são os meios utilizados pela burguesia para favorecer a disputa em seu favor, assim são a repressão física e a demissão daqueles que se mobilizam. Porém, no caso das obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte estes mecanismos ganham contorno especial, a repressão física é feita nestas obras através da constante presença da FSN nos canteiros para vigiar os trabalhadores e em momentos de confrontos, além de reforços da própria Força Nacional, a PM também é chamada para “mediar” o confronto. Enquanto na maioria de outras greves faz parte do acordo a estabilidade por um período posterior à greve para aqueles que participaram, no caso das obras destas UHE ao se participar de uma greve, a demissão é praticamente certa para aqueles que se mobilizaram.

Além disso, a estrutura sindical brasileira que transforma os sindicatos em instituições de desorganização da classe trabalhadora, ao reproduzir a ideologia burguesa e limitar a ação sindical à legalidade do Estado burguês, também funciona como uma restrição às greves dos “peões-de-trecho”. Por um lado, essa estrutura

favorece a estabilidade e a reprodução de direções sindicais adaptadas a ela, ou seja, desmobilizadoras, “pelegas”, moderadas e etc; por outro lado, o seu poder de influência e controle é tão forte que faz com que mesmo aquelas correntes sindicais que buscam a superação desta estrutura e até mesmo do capitalismo, acabem por reproduzi-la. Para os “peões-de-trecho” das obras de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, o sindicalismo de Estado brasileiro faz com que não possam contar com seu próprio sindicato para solucionar os confrontos existentes nos canteiros de obras, pois estes parecem mais atrelados ao Estado e aos consórcios construtores do que aos trabalhadores.

Esse fato, associado à ausência de indivíduos com experiências em movimentos sociais anteriores, faz com que a mobilização dos operários seja expressão do que tem de mais espontâneo em sua forma de pensar. Por isso, ao recorrerem às greves não fazem de uma forma planejada e analisada previamente, mas sim expressando todo seu descontentamento com as condições de trabalho, salário e vida nas obras da forma mais imediata. Assim, como todas as outras restrições, em certa medida esta também é superada pelos operários e torna-se uma das principais características dos movimentos que buscamos estudar ao longo desta dissertação.

Por último, percebemos uma restrição que não existia no início da pesquisa: a partir de 2013 o Brasil entrou em uma crise econômica forte, diminuindo o investimento de capital em todos os setores, mas principalmente no setor da construção<sup>104</sup>, gerando o aumento das taxas de desemprego e a diminuição das taxas de reajustes salariais. Essa situação, aliada ao término das obras iniciadas com o PAC 1 e à ausência de novas obras, gera uma drástica demissão no setor da construção civil, principalmente no grandes projetos. O que pode explicar a queda da ocorrência de greves nas obras que aqui estudamos a partir de 2014, inclusive reforça a hipótese de que o cenário econômico anterior a esse ano favoreceu a ocorrência de greves.

É possível concluir que devido à extensa diversidade de grandes obras no Brasil na última década, aliada à permanência das condições de trabalho, salário e vida nos canteiros de obras, os “peões-de-trecho” buscaram se mobilizar realizando greves para reverter essa situação. Contudo, ao fazê-lo tiveram que enfrentar a estrutura sindical

---

<sup>104</sup> Principalmente, em decorrência do que se vem chamando de “Operação Lava-Jato”, nome de uma investigação realizada pela Polícia Federal do Brasil que investiga o envolvimento de grandes empresas da construção civil e a Petrobrás e outros órgãos estatais em processos de favorecimento através de corrupção. Inclusive, a obra da UHE de Belo Monte está diretamente envolvida com todas as denúncias da Operação Lava-Jato, na qual o ex-presidente da construtora Camargo Corrêa, Dalton Avancini, relatou em um dos depoimentos de sua delação premiada que a empreiteira se comprometeu a pagar ao PMDB propina correspondente a R\$ 20 milhões para atuar na construção da usina hidrelétrica .

brasileira que os afastava de uma direção sindical que pudesse organizá-los para as conquistas almejadas. Com isso, acabaram por manifestar-se da maneira mais espontânea possível, inclusive recorrendo algumas vezes a um repertório violento. Desta maneira, podemos perceber que ao longo destes confrontos políticos os operários conquistaram vitórias no campo econômico, com significativa diferença no valor que vende sua força de trabalho, mas ainda não é possível percebermos um saldo organizativo-político destas manifestações. Porém é importante frisarmos que nas condições e conjuntura que estavam colocadas àqueles trabalhadores, o simples ato de se rebelar contra tudo o que passavam já é uma vitória extraordinária e tem consequências para além do que podemos perceber no calor dos acontecimentos.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1: Questionário aplicado aos trabalhadores da obra da UHE de Belo Monte** **- 2014**

- 1) Idade
  - a. 18-25
  - b. 26-30

- c. 31-35
  - d. 36-40
  - e. 41-45
  - f. 46-50
  - g. 51-55
  - h. 56-60
  - i. Acima de 60 anos.
- 2) Origem
- 3) Escolaridade
- a. Nunca estudou
  - b. Ensino Fundamental I (1ª a 4ª Série)
  - c. Ensino Fundamental II (5ª a 8ª Série)
  - d. Ensino Médio
  - e. Ensino Superior
- 4) Última residência
- 5) Qual o setor do último emprego?
- a. Construção Civil
  - b. Indústria
  - c. Serviços
  - d. Rural/Extrativista
  - e. Não teve emprego
- 6) Já havia trabalhado em obras de grande porte?
- a. Sim. Qual?
  - b. Não.
- 7) Qual o cargo/função ocupa na obra atualmente?
- 8) Qual a faixa salarial?
- a. 724-1500
  - b. 1501-3000
  - c. 3001-5000
  - d. Acima de 500
  - e. Não quis informar.
- 9) Quanto tempo está trabalhando nesta obra?
- a. Menos de 3 meses
  - b. De 3 a 6 meses
  - c. De 6 a 9 meses
  - d. De 9 a 12 meses
  - e. De 12 a 18 meses
  - f. Mais de 18 meses
- 10) Já utilizou do tempo de baixada?
- a. Sim
  - b. Não
- 11) Está alojado?
- a. Sim

- b. Não
- 12) Como você avalia as estruturas do canteiro de obras? (Alojamentos, áreas de lazer, refeitórios, alimentação, farmácia, etc)
- a. Péssimas
  - b. Ruins
  - c. Satisfatórias
  - d. Boas
  - e. Ótimas
  - f. Não sabe
- 13) É filiado ao sindicato?
- a. Sim. Qual motivo?
  - b. Não
- 14) Desde quando é filiado ao sindicato?
- 15) Como avalia a atuação do sindicato?
- a. Péssima
  - b. Ruim
  - c. Satisfatória
  - d. Boa
  - e. Ótima
  - f. Não sabe
- 16) Participou de alguma das paralisações/greves da obra?
- a. Sim
  - b. Não
- 17) Considera certo fazer greve aqui na obra?
- a. Sim e participaria
  - b. Sim, mas não participaria
  - c. Não
  - d. Não sabe
- 18) Qual foi a participação do sindicato nessas paralisações/greves?
- a. Dirigiu todo o processo
  - b. Negociou com o consórcio
  - c. Foi contra as mobilizações
  - d. Não fez nada
  - e. Não sabe
- 19) Possui alguma filiação partidária?
- a. Não
  - b. Sim. Qual?
- 20) Já participou de algum outro movimento social?
- a. Não
  - b. Sim. Qual?
- 21) Qual a sua avaliação do Governo Lula e Dilma?
- a. Ótimo



- b. Bom
- c. Satisfatório
- d. Ruim
- e. Péssimo
- f. Não sabe

**Anexo 2: Questionário aplicado aos trabalhadores das obras das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio - 2015**

1) Idade

- a. 18-25
- b. 26-30
- c. 31-35
- d. 36-40
- e. 41-45
- f. 46-50
- g. 51-55
- h. 56-60
- i. Acima de 60 anos.

2) Origem

3) Escolaridade

- a. Nunca estudou
- b. Ensino Fundamental I (1ª a 4ª Série)

- c. Ensino Fundamental II (5ª a 8ª Série)
  - d. Ensino Médio
  - e. Ensino Superior
- 4) Última residência
- 5) Qual o setor do último emprego?
- a. Construção Civil
  - b. Indústria
  - c. Serviços
  - d. Rural/Extrativista
  - e. Não teve emprego
- 6) Já havia trabalhado em obras de grande porte?
- a. Sim. Qual?
  - b. Não.
- 7) Qual o cargo/função ocupa na obra atualmente?
- 8) Qual a faixa salarial?
- a. 788-1200
  - b. 1201-1500
  - c. 1501-2000
  - d. 2001-2400
  - e. 2401-2800
  - f. 2801-3500
  - g. 3501-5000
  - h. Acima de 5000
  - i. Não quis informar.
- 9) Quanto tempo está trabalhando nesta obra?
- a. Menos de 3 meses
  - b. De 3 a 6 meses
  - c. De 6 a 9 meses
  - d. De 9 a 12 meses
  - e. De 12 a 18 meses
  - f. Mais de 18 meses
- 10) Está alojado?
- a. Sim
  - b. Não
- 11) Já utilizou do tempo de baixada?
- a. Sim
  - b. Não
- 12) Como você avalia as estruturas do canteiro de obras? (Alojamentos, áreas de lazer, refeitórios, alimentação, farmácia, etc)
- a. Péssimas
  - b. Ruins
  - c. Satisfatórias
  - d. Boas

- e. Ótimas
  - f. Não sabe
- 13) Como você avalia as relações trabalhistas nas obras? (Relação com superiores, jornada de trabalho, salário, desvio de função, EPI's, etc)
- a. Péssimas
  - b. Ruins
  - c. Satisfatórias
  - d. Boas
  - e. Ótimas
  - f. Não sabe
- 14) É filiado ao sindicato?
- a. Sim. Qual motivo?
  - b. Não
- 15) Desde quando é filiado ao sindicato?
- 16) Como avalia a atuação do sindicato?
- a. Péssima
  - b. Ruim
  - c. Satisfatória
  - d. Boa
  - e. Ótima
  - f. Não sabe
- 17) Participou de alguma das paralisações/greves da obra?
- a. Sim
  - b. Não
- 18) Considera certo fazer greve aqui na obra?
- a. Sim e participaria
  - b. Sim, mas não participaria
  - c. Não
  - d. Não sabe
- 19) Qual foi a participação do sindicato nessas paralisações/greves?
- a. Dirigiu todo o processo
  - b. Negociou com o consórcio
  - c. Foi contra as mobilizações
  - d. Não fez nada
  - e. Não sabe
- 20) Possui alguma filiação partidária?
- a. Não
  - b. Sim. Qual?
- 21) Já participou de algum outro movimento social?
- a. Não
  - b. Sim. Qual?
- 22) Qual a sua avaliação do Governo Lula?
- a. Ótimo

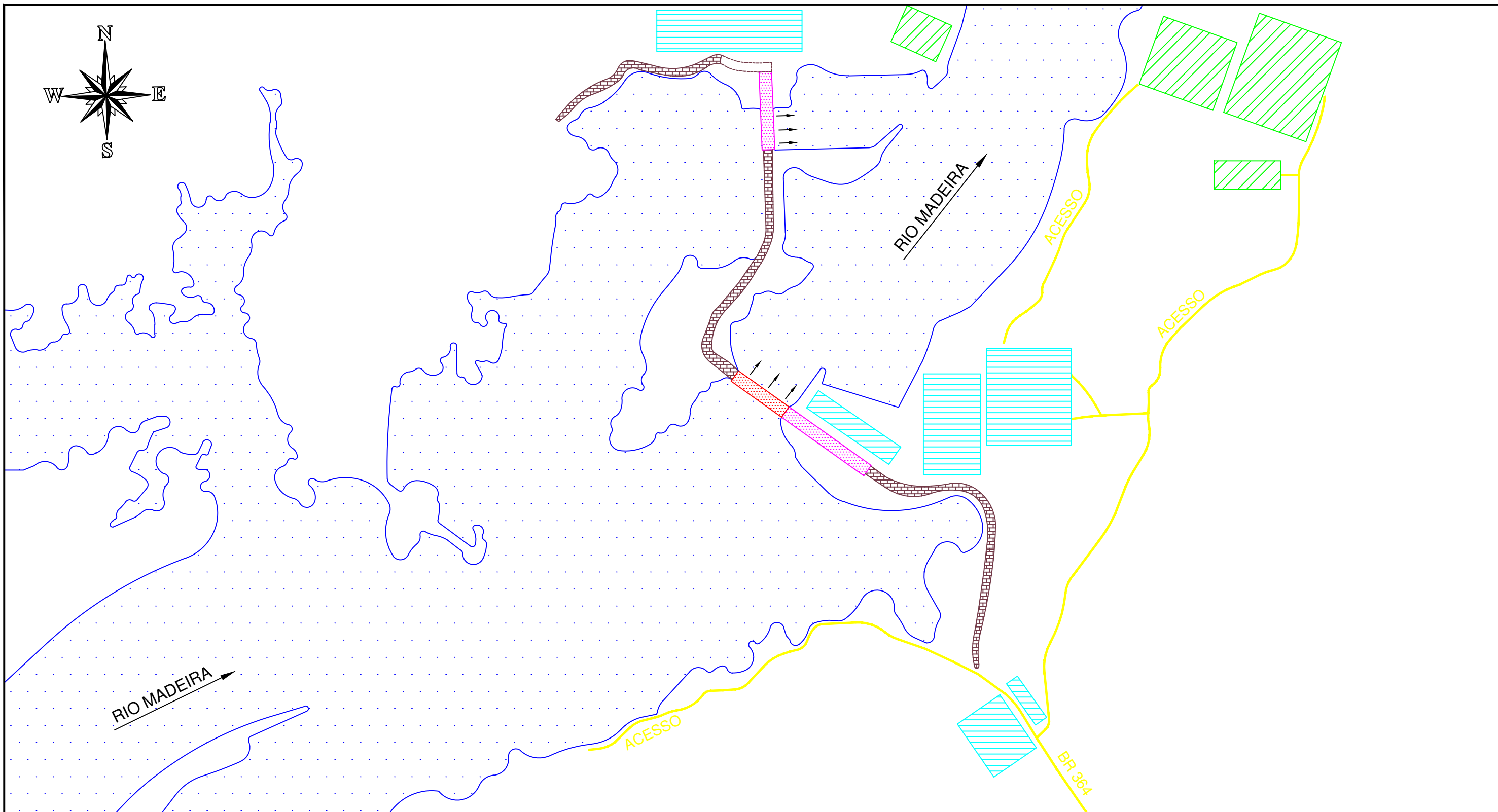
- b. Bom
- c. Satisfatório
- d. Ruim
- e. Péssimo
- f. Não sabe

23) Por que?

24) Qual a sua avaliação do Governo Dilma?

- a. Ótimo
- b. Bom
- c. Satisfatório
- d. Ruim
- e. Péssimo
- f. Não sabe

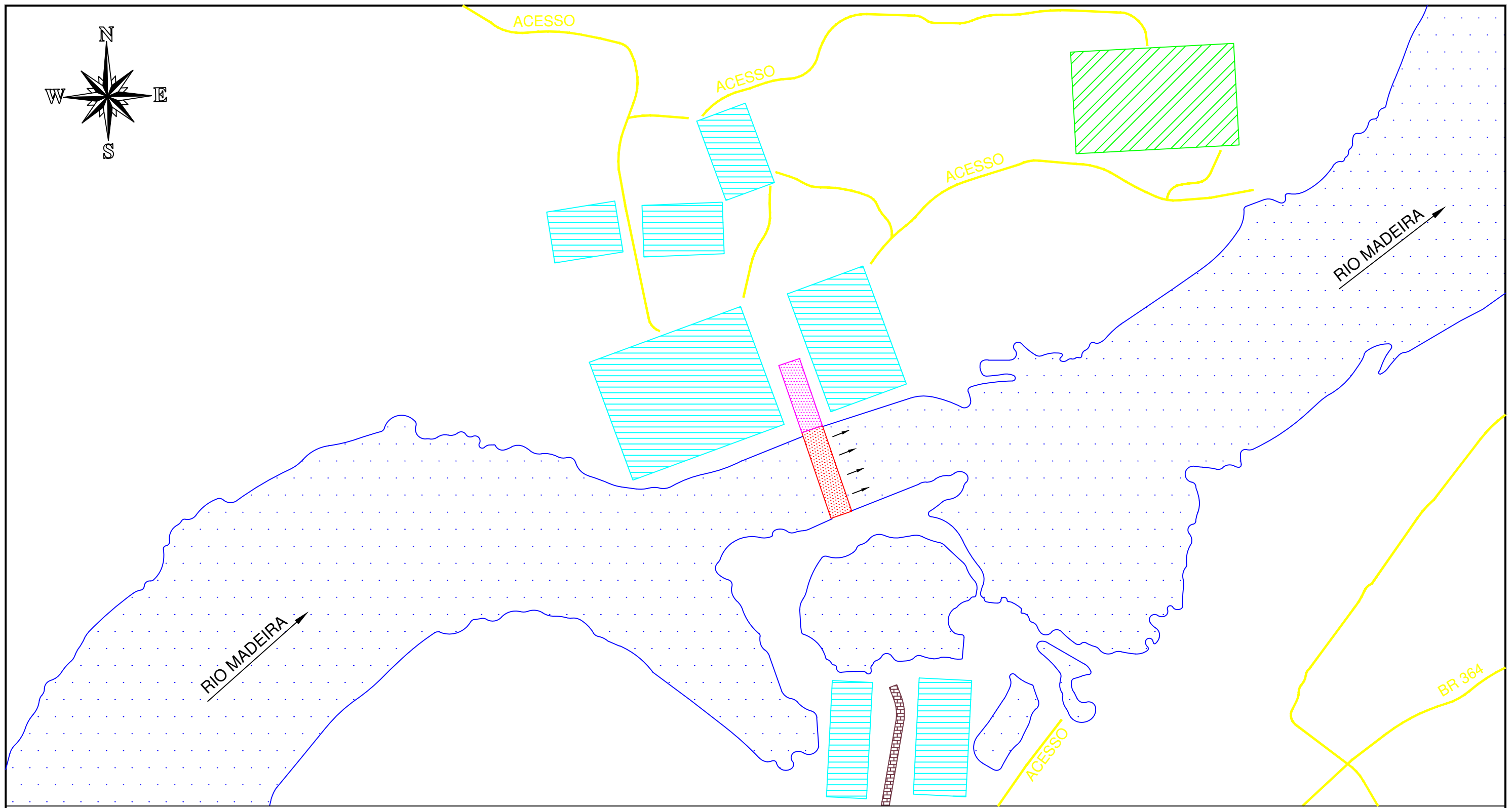
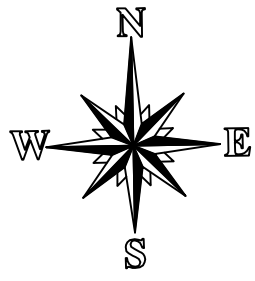
25) Por que?



**ESTRUTURAS DE APOIO ÀS OBRAS DA USINA DE JIRAU - 24 DE JULHO DE 2013**


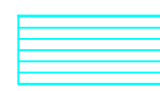


**LEGENDA:**

- |   |                  |   |               |
|---|------------------|---|---------------|
|  | ESTRADA          |  | VERTEDOURO    |
|  | CANTEIRO DE OBRA |  | BARRAGEM      |
|  | ACAMPAMENTO      |  | CASA DE FORÇA |

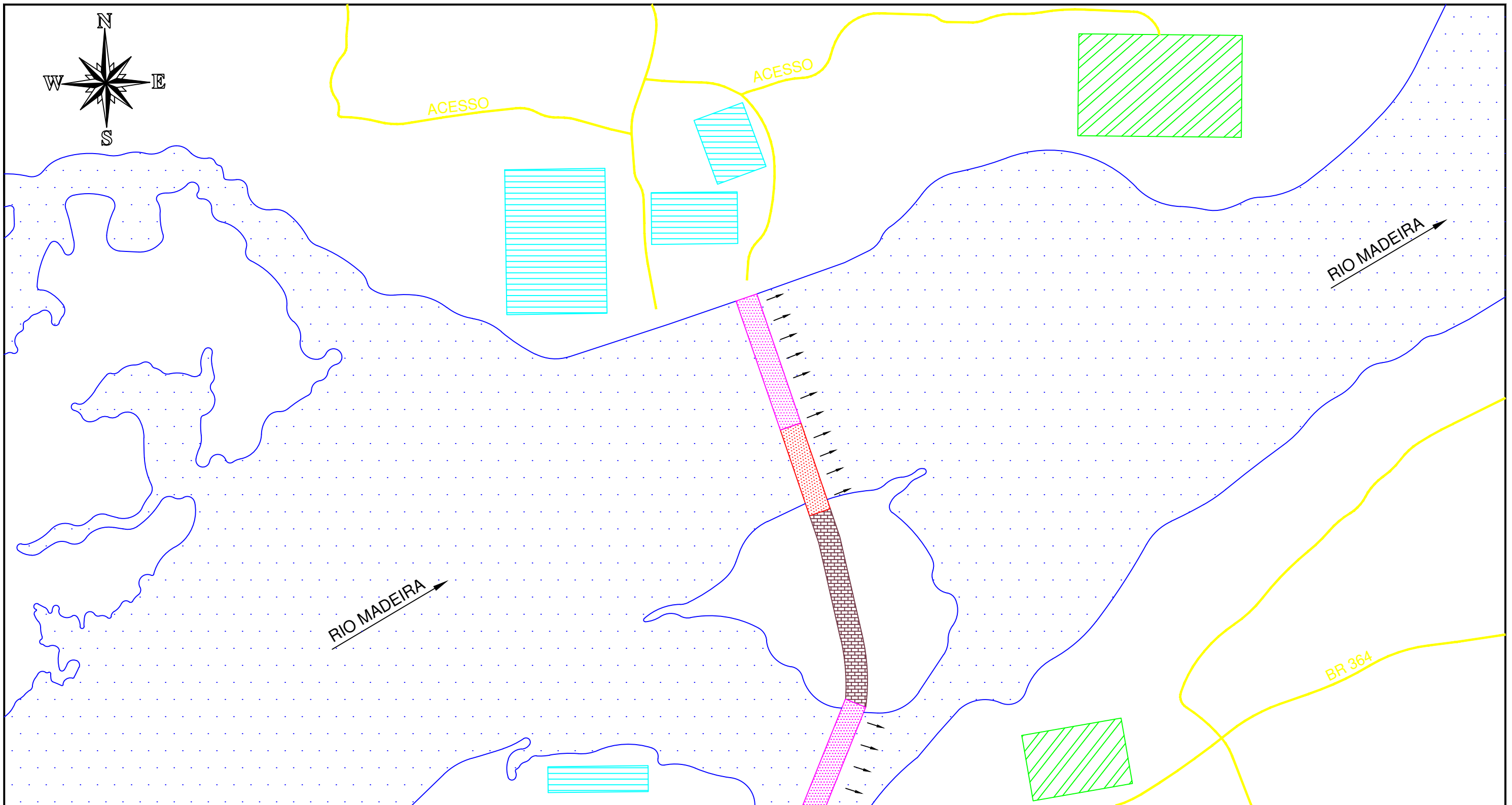


ESTRUTURAS DE APOIO ÀS OBRAS DA USINA DE SANTO ANTÔNIO - 28 DE SETEMBRO DE 2011

LEGENDA:

- |   |                  |   |               |
|---|------------------|---|---------------|
|  | ESTRADA          |  | VERTEDOIRO    |
|  | CANTEIRO DE OBRA |  | BARRAGEM      |
|  | ACAMPAMENTO      |  | CASA DE FORÇA |

FONTES: Google Earth, 2011  
Relatório de Impacto Ambiental - Usina de Santo Antônio, 2005



**ESTRUTURAS DE APOIO ÀS OBRAS DA USINA DE SANTO ANTÔNIO - 23 DE JUNHO DE 2015**

**LEGENDA:**

- |   |                  |   |               |
|---|------------------|---|---------------|
|  | ESTRADA          |  | VERTEDOURO    |
|  | CANTEIRO DE OBRA |  | BARRAGEM      |
|  | ACAMPAMENTO      |  | CASA DE FORÇA |

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. *Entre o nacional e neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo*. Serviço Social & Sociedade, v. 112, p. 689-710, 2012
- ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho : o confronto operário no ABC Paulista : as greves de 1978/80*. Campinas: Ensaio, 1988.
- BARBOSA, Nelson . e SOUZA, José Antonio Pereira de. *A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda*, in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo
- BARKER, Colin.; COX, Laurence.; KRINSKY, John.; NILSEN, Alf Gunvald.. *Marxism and Social Movements*. Leiden: Brill, 2013
- BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: HUCITEC, 1991.
- BOITO, Jr. Armando. *A crise do sindicalismo*. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, Jr. (orgs) *Além da fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003
- BOITO JR, Armando. *A burguesia no Governo Lula*. Crítica Marxista (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2005.
- BOITO Jr, Armando. *O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo*. Revista ADUSP, São Paulo, v. 34, p. 6-11, 2005.
- BOITO, Armando; MARCELINO, Paula. *O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000*. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010.
- BOITO JR., Armando. *O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer*. Crítica Marxista (São Paulo), v. 37, p. 171-181, 2013.
- BOITO JR., Armando.; BERRINGER, Tatiana. *Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma*. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 21, p. 31-38, 2013.
- BRETT, Jeanne M., GOLDEBERG Stephen.B.. “Wildcat Strikes in bituminous coal mining.” *Industrial and Labour Relations Review* 32, n. 4 (Julho 1979): 465-483.
- BRAGA, Ruy. *Contornos do pós-lulismo, 2015*. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/contornos-do-pos-lulismo/> - Acessado pela última vez em 4/2/2016
- BURAWOY, Micahel., *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979
- BURAWOY, Michael., *The Politics of Production*. Londres, Verso. 1985



BYRNE, D.M., e R.H. KING. "Wildcatstrikes in U.S. Manufacturing, 1960-1977." *Journal of Labour Research* 7, n. 4 (Fall 1986): 387-401.

CAMPOS, Cauê Vieira. *Processo de produção e processo de valorização do Capitalno setor da construção civil brasileira*. In: Anais do III Colóquio Internacional Marx e Engels GT 6 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo, Campinas, Vol.1,nº1, 2015

CASTELO, Rodrigo. *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012

CORRÊA, Sérgio ; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. . *A nova agenda de desenvolvimento pela ótica dos conflitos sociais: o caso de Belo Monte*. Revista Pós Ciências Sociais, v. 12, p. 19-52, 2015.

COUTINHO, R. L. *Operário da construção civil: urbanização migração e classe operária*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

DIEESE. *Os números da Rotatividade no Brasil: Um olhar sobre os dados da RAIS 2002-2013*. São Paulo: DIEESE, 2014

DRUCK, Graça e FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol. 10, no. 1. ISSN 1414-4980.

ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: GLOBAL, 1986.

ESTANQUE, Elísio. *O Despotismo Fabril: violência e poder numa empresa industrial do calçado*, Revista Portuguesa de História, FLUC - Coimbr, 37, 131-152, 2005

FANTASIA, Rick. *Cultures of Solidarity: Consciousness, action, and contemporary american workers*. Berkeley: University Of California Press, 1988.

FILGUEIRAS, L., GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

MAGALHÃES , João Paulo de Almeida. *Estratégias e modelos de desenvolvimento*. In: FILGUEIRAS et al. *Os anos Lula : contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FONTANELLA, B.J.B; RICAS, J.; TURATO, E.R.. *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 24, n. 1, p. 17-27, Jan. 2008 .

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

GALVÃO, Andréia. *A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo*. Campinas: Idéias, v. 09, 2003.

GALVÃO, Andréia. *O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos*. São Paulo: Outubro. v. 14, p. 131-150, 2006.

- GALVÃO, Andréia. . *O neoliberalismo na perspectiva marxista*. Crítica Marxista (São Paulo), v. 27, p. 121-126, 2008.
- GALVÃO, Andréia, LEMOS, Patricia., GONÇALVES, Tatiana.. *Conlutas e Intersindical: um sindicalismo de funcionários públicos*. In: RODRIGUES, F, et al (Orgs) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- GALVÃO, Andréia. TRÓPIA, Patrícia. *A CSP-Conlutas em perspectiva*. In: OLIVEIRA, R.V., et al. (Org.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- GALVÃO, Andréia. *O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias*. In: 38º Encontro Nacional da ANPOCS, 2014, Caxambu. GT 14 entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e constestação nos movimentos sociais latino-americanos, 2014
- GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Patrícia ; TRÓPIA, Patrícia . *As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. v. 1. 293p
- GIAMBIAGI, Fabio. *Brasil, raízes do atraso : paternalismo x produtividade: as dez vacas sagradas que acorrentam o país*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974
- GONÇALVES, R. *Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado*. . Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012
- GOULDNER, A.W. *Wildcat Strike*. New York: Antioch Press, 1954.
- HOBBSAWM, E. J. "The Machine Breakers." *Past&Present*, 1952: 57-70.
- KORPI, W.; SHALEVOL, M. "Strikes, industrial relations and class conflict in capitalist societies". *British Journal of Sociology*, vol. 30, no 2, pp. 161-187, 1979
- LÊNIN, Vladimir I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARX, Karl. *O capital* . São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl, e Friedrich ENGELS. *Textos*. Vol. III. São Paulo: Alfa-Omega.
- MICHELAT, G. & SIMON, N. *Class, religion et comport Class, religion et comportement politique Class, religion et comportement politique*. Paris: P ament politique ress de La Foundation Nationale de Sciences politiques & Editions sociales, 1977.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1989
- OLIVA, Aloízio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo - análise do governo Lula*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2010
- OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy ; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010

- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, p. 111-136, 2014.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho*. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 26, p. 233-252, 2013.
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Balanço Completo do PAC – 4 anos (2007 a 2010)*, 2010.
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Lançamento PAC 2*, 2010
- PAC, Comitê Gestor do PAC. *Balanço Completo do PAC 2– 4 anos (2011 a 2014)*, 2014
- PAULANI, Leda. *Brasil delivery : servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais. Um Grande Projeto Por Dentro*. SÃO PAULO, SP/RIO DE JANEIRO: MARCO ZERO/ANPOCS., 1991.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da esperança*. Brasília: UnB, 2008.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo, Edusp, 1999
- SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1999, vol. 14, no. 41. ISSN 0102-6909.
- SCOTT, J.F., e G.C. HOMANS. “Reflections on the wildcat strikes.” *American Sociological Review* 12, n. 3 (Junho 1947): 278-287.
- SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. *Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SOUZA, Amaury de. *Método e Improvisação, ou como conseguir uma entrevista naquele setor que vai dos fundos da Igreja Matriz até o Córrego e dali às margens da Rí o-Bahia*. In: NUNES, Edson. - *A Aventura Sociológica*, Zahar Ed., Rio, 1978.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009a.
- TEIXEIRA, M.A.D. e FONSECA, D.R. da. *História Regional (Rondônia)*. 2ª. ed. Porto Velho: Gráfica Maia, 2002
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo, SP: Polis, 1982.
- THIRY-CHERQUES, H. R. *Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento*. Revista PMKT. n.3, p.20-27, 2009.
- THOMÉ, J.L. *Um grande projeto na Amazônia: hidrelétrica de Balbina*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe Operári Inglesa*. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRÓPIA, Patrícia. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1. 232p .

TROTSKY, Leon. *Por que os marxistas se opõe ao terrorismo Individual*. In: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1911/11/terrorismo.htm> - Acessado pela última vez em 4/2/2016

VALLADARES, LP. *Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro*. Dados. Rio de Janeiro, vol. 24, n° 1, 1981.

VISSER, J. *Les Syndicats européens: la grande mutation*. Problèmes Économiques. 1989

ZETKA JR, J.R. "Work organization and WildCat Strikes in the U.S. Automobile Industry, 1946 to 1963." *American Sociological Review* 57, n. 2, 1992.